



Universidade Federal Fluminense  
Instituto de Ciências Humanas e Filosofia  
Programa de Pós-Graduação em História



Material apresentado para a Defesa de Tese de Doutorado

Os homens do rei em Angola: sobas, governadores e capitães  
mores, séculos XVII e XVIII

Doutoranda: Flávia Maria de Carvalho

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Mariza de Carvalho Soares

Niterói, fevereiro de 2013

Banca avaliadora:

---

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Mariza de Carvalho Soares

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cristina Wissenbach (USP)

---

Prof. Dr. Roberto Guedes (UFRRJ)

---

Prof. Dr. Marcelo Bittencourt (UFF)

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Regina Wanderley (IHGB-UERJ)

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Mônica Lima (UFRJ) (Suplente)

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Hebe Mattos (Suplente)

Eixo Cronológico: História Moderna

Linha de Pesquisa: Poder & Sociedade

Este trabalho é dedicado às três pessoas mais importantes da minha vida: Meu Pai-Tio Arildo de Carvalho (in memoriam), que faleceu durante a elaboração dessa tese, mas que pode acompanhar boa parte da trajetória; e para as Mulheres da Minha Vida: uma de oito e uma de oitenta: Carolina de Carvalho, minha Filha, e Aldir Therezinha de Carvalho, minha Mãe. Vocês são o maior sinônimo de AMOR.



*“A Fazenda Real é sempre o objetivo de um bom governo”.*

*(Dom Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho)*

## Agradecimentos

Agradeço inicialmente às agências que financiaram, e que tornaram viável a realização dessa tese. Fica registrado meu muito obrigado ao CNPq e a Capes. Para Mariza Soares de Carvalho agradecimentos são insuficientes: obrigada por encarar esse desafio de desbravar os sertões da África centro ocidental, localizar os sobados e seus fascinantes personagens e descobrir uma Angola que até então era um mistério. Obrigada pela força nos momentos difíceis (acadêmicos e não-acadêmicos), nos momentos de insegurança, pela amizade construída nesses anos que sem dívida extrapolaram os limites formais acadêmicos. Quero sua amizade para toda minha vida. Um agradecimento especial também vai para todos os pesquisadores que participaram do projeto PADAB, coordenados pelas professoras Mariza de Carvalho Soares e Regina Wanderley, pela possibilidade de consultar as fontes do Arquivo Histórico Nacional de Angola através da digitalização das fontes.

Agradeço, com muito carinho ao Prof. Dr. Roberto Guedes por todo o apoio dedicado à pesquisa desde o início. Agradeço o carinho e a generosidade com a bibliografia e com as fontes. Muito obrigada também pela participação na Banca do Exame de Qualificação, pela leitura cuidadosa que tanto me ajudou. Obrigada pela amizade e parceria. Ao Prof. Dr. Marcelo Bittencourt agradeço o apoio, o incentivo por estudar Angola, pela contribuição em relação as fontes e indicações preciosas de bibliografias de autores angolanos, que eu certamente não teria acesso sem sua ajuda. Obrigada pela leitura criteriosa e atenta do material do Exame de Qualificação, pelas

dicas extremamente úteis e por me fazer refletir de forma mais clara sobre o papel dos sobados no contexto da ocupação dos portugueses nos sertões. Obrigada pelo carinho e pela amizade.

Agradeço a Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Mariana Cândido por compartilhar ideias, informações preciosas e pela simpatia e carinho com quem sempre me recebeu em nossas rápidas conversas. Fica registrado todo o meu carinho pela Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Crsitina Wissenbach pelos comentários, pelas dicas e pela disponibilidade e atenção com que me recebeu na USP para discutir projetos futuros que tanto me animaram e me deram força pra seguir em frente. Para Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Mônica Lima fica o meu carinho e meu agradecimento por partilhar em Congressos e Eventos nosso interesse por Angola, e registro minha admiração por seu projeto de inserir de forma coerente e correta o Ensino da África em outras esferas que extrapolam a acadêmica. Para o Prof. Dr. Carlos Gabriel vai meu carinho e meu muito obrigada pelas dicas e comentários, pelo seu interesse pelos personagens que fui descobrindo durante essa jornada à Angola, o título da tese vai em sua homenagem. Ao Prof. Dr. Ronaldo Vainfas agradeço as aulas, e o apoio durante o percurso, e pelo incentivo por estudar Angola no contexto do Antigo Regime. Sua erudição e suas dicas ficam registradas como agradecimento.

Um agradecimento especial vai para a chefe do Arquivo do IEB-USP, Elisabeth, e para toda sua equipe por toda a atenção, ajuda e disponibilidade em tornar viável a minha pesquisa. Meu período de pesquisa no IEB me mostrou um exemplo de profissionalismo e competência, e respeito ao nosso ofício.

Agradeço toda a parceria de todos os funcionários da Secretaria da Pós, especialmente para Silvana, Inês, David, e para Roberta da Secretaria do Departamento de História.

A minha amiga Ingrid agradeço o carinho, e desejo força pra seguir em frente. Obrigada pela parceria e por compartilhar muito mais do que relatos de viagens e teses de africanistas.

Agradeço aos meus amigos queridos que sempre estiveram ao meu lado, me ajudando e me ouvindo repetidamente questões. Laura di Blasi, Nívia Cirne, Izabela Gonçalves Vieira, Francisco Lopes, Roberta Martins, Fernanda Sampaio, Danielle Bornéo, Fátima Regina, Isabela Hansen, Taiana e Ana Lúcia Ferraz. Taius Ferraz pelo carinho especial. Por todos os incentivos e carinhos físicos e virtuais que recebi e pela compreensão nessa fase difícil da redação.

E fica meu carinho e todo o meu amor mais sincero pela minha família que me acompanhou e soube entender tantos momentos de ausências e de lágrimas... Minha mãe que me deu todo o apoio possível e o impossível Aldir Therezinha de Carvalho, minha filha que aprendeu a brincar sozinha e já dizia “já sei mamãe: agora você vai trabalhar”. Isso tudo é por vocês e para vocês.

## **Resumo:**

Nossa pesquisa tem como objetivo analisar as relações travadas pelos governadores portugueses enviados às possessões portuguesas da África Centro Ocidental, principalmente de Angola e Benguela, durante os séculos XVII e XVIII. Temos como meta compreender o processo de expansão das áreas controladas pelos funcionários da Coroa, com ênfase as relações estabelecidas junto às chefias dos sertões, os chamados sobas. Analisamos também a formação e a dinâmica política e cultural desses sobados, buscando trazer para a discussão personagens até então pouco considerados pela historiografia, como macotas, tandalas, ngolamboles e mafoungnes. Utilizamos como ferramenta para compreender as etapas de entrada dos portugueses junto às regiões estratégicas para a captação de escravos, os autos de vassalagens – termos de compromisso impostos aos sobas derrotados militarmente pelos portugueses e suas tropas aliadas. Observando a trajetória dos avassalamentos é possível mapear a geografia das áreas que passaram a ser submetidas às intenções da Coroa Portuguesa. Localizamos o texto completo de um total de doze autos de vassalagem entre os séculos XVII e XVIII cuja lista se encontra em anexo. Desses autos dez estão publicados e dois são manuscritos inéditos que localizamos na documentação do Arquivo Histórico Nacional de Angola e outro na Coleção Lamego no acervo do IEB-USP.

Em outra etapa de nossa pesquisa analisamos os impasses vivenciados pela metrópole portuguesa que pretendia se modernizar, e que tem nas Reformas Pombalinas seu ícone de modificações nas diretrizes de sua política ultramarina, mas que ao mesmo

tempo mantinha a mercantilização dos corpos escravos como a sua principal atividade econômica. Nesse ambiente a historiografia portuguesa exaltou os feitos do governador português encarregado de administrar Angola no período entre 1762 e 1774, lido por autores como o grande reformador de Angola. Em nossa pesquisa questionamos essa forma de interpretar as práticas governativas do dito governador, considerando que seus feitos se limitaram muito mais a manifestações propagandísticas, típicas de uma política ilustrada.

Em síntese analisamos os desdobramentos das Reformas Pombalinas analisando gestões posteriores ao governo de Dom Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho.

## **Abstract:**

Our research aims to analyze the relationships developed by the Portuguese governors sent the Portuguese possessions of West Central Africa, Angola and Benguela, during the seventeenth and eighteenth centuries. We aim to understand the process of expanding the areas controlled by Portuguese officials, emphasizing their relationships with the local chiefdoms. We also analyze the dynamics of the “sobados”, in particular the whole of the “macotas”, “tandalas”, and *ngolamboles mafougnes*. The research relies on documents called “actos de vassagem” that are agreements between the sobas and the Portuguese after the military defeat of those sobas by the Portuguese and their allies. Looking at those agreements it is possible to draw the map of the areas which were subjected to the Portuguese Crown.

The dissertation also the Portuguese intends to modernize Angola after the new guidelines of Portuguese policy. We argue about the historiographical interpretation of the Portuguese administration in Angola, in particular during the administration of the Governor Francisco Inocêncio de Souza Coutinho, between 1762 and 1774.

**Abreviaturas:**

AA – Arquivos de Angola (Periódico)

AHNA – Arquivo Histórico Nacional de Angola

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino

ANRJ – Arquivo Nacional do Rio de Janeiro

BNL – Biblioteca Nacional de Lisboa

IEB – Instituto de Estudos Brasileiros – Universidade de São Paulo

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

MMA – Monumenta Missionária Africana

RIHGB – Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

## Sumário

**Introdução** .....

..

**Capítulo 1: Do Ndongo a Angola: poder político, território e presença portuguesa.** ..

..

1.1. Territorialidade e identidade mbundu face a presença portuguesa. ....

..

1.2. Ngolas, sobas e macotas: o poder no antigo Ndongo. ....

..

1.3. Do Congo ao Ndongo: as alianças portuguesas na África centro ocidental. ....

..

1.4. Avassalamento, Território e comércio nos sertões. ....

..

**Capítulo 2: A trajetória dos governadores portugueses, séculos XVI e XVII** .....

....

2.1. Os portugueses no Ndongo .....

..

2.2. Angola restaurada .....

..

### **Capítulo 3: As experiências dos governos ilustrados, século XVIII.**

3.1. A continuidade da política do avassalamento e seus impasses

3.2. Os governos ilustrados

3.2. Dom Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho: o “Pombal de Angola”?

### **Capítulo 4: Os desdobramentos de um governo ilustrado**

4.1. Limites do que podemos chamar de “colônia”.

4.2. Poderes convergentes? Sobas e homens do rei nos sertões

### **Conclusão**

### **Bibliografia**

- Fontes manuscritas
- Fontes impressas
- Obras de referência
- Livros, capítulos, artigos e teses

**Anexo: *Lista dos autos de vassalagem consultados e utilizados***

## Sumário das imagens:

Carte des Royaumes de Congo, Angola et Benguela Avec les Pays Voisins. 1754 Jacques Bellin (1703 1772) Imagem com 23.4 X 31 cm. em folha desdobrável de 25 X 38.5 cm. Edição original a cores, no livro de bolso *Histoire Generale Des Voyages*, Tome IV.No.15 de A.F. Prevost d'Exiles. Paris.

Mapa da Real Fábrica de Ferro de Nova Oeiras (Angola). 1776. Autor Manuel Antônio Tavares, capitão de infantaria do Corpo de engenheiros que foi para Angola no ano de 1764. Biblioteca Nacional de Lisboa.

Meneses, J. A. de Carvalho e. *Demonstração geográfica e política do território português na Guiné anterior que abrange o reino de Angola, Benguela e suas dependências*. Rio de Janeiro: Tip. Clássica de F. A. de Almeida, 1848.

## **Introdução:**

A proposta central da tese é discutir as relações entre as elites políticas do Ndongo e os governadores portugueses estabelecidos em Angola, com especial atenção para o governo de d. Francisco Inocêncio de Souza Coutinho, na segunda metade do século XVIII.

O reino do Ndongo tinha como principal soberano o ngola, que por sua vez dividia seus territórios em sobados, governados por homens que faziam parte de sua corte, chamados sobas. Os sobas possuíam séquitos, nos quais cada personagem desempenhava papel bem determinado na dinâmica política do sobado. Entre esses personagens destacamos os tandalas (conselheiros principais), os macotas (conselheiros) e os macunzes (embaixadores).

De acordo com Elias Alexandre “sova é título que equivale ao de governador, cada província tem muitos sovas que governam seus negros seus subordinados”. Elias Alexandre da Silva Corrêa foi autor da primeira obra da historiografia portuguesa sobre Angola, *História de Angola*, escrita em três volumes e publicada entre 1792 e 1799. Elias Alexandre nasceu no Rio de Janeiro e foi para Angola em missão militar entre 1782 e 1789. Assim sendo, ao tratar do século XVIII seu texto narra a história do ponto de vista de seu tempo, o tempo dos governadores ilustrados. Ao tratar do passado o faz rememorando episódios ainda muito vivos na memória de todos os militares que participaram das conquistas. A obra de Elias Alexandre mostra sua preocupação em produzir um texto que enaltece os feitos portugueses, especialmente as ações dos

governadores ilustrados. Tal versão, seria, ele acreditava, um ponto positivo a seu favor na tentativa de receber certas mercês.<sup>1</sup>

Desde os primeiros registros portugueses sobre o Ndongo é recorrente a referência aos sobas e seus “avassalamentos” ao rei de Portugal. Entretanto, apesar da crescente produção historiográfica voltada para os estudos sobre Angola, ainda existem muitas lacunas em relação aos estudos sobre os sobas e outras autoridades que compunham a hierarquia de poder no Ndongo quando se trata de sua relação com a administração portuguesa. O importante trabalho da historiadora Catarina Madeira dos Santos analisa a administração pombalina em Angola e lançou nossa atenção para o tema do papel das elites políticas no Ndongo na sua relação com a administração portuguesa em Angola.<sup>2</sup> Nesse sentido, nossa perspectiva privilegia a História de Angola e não a do ultramar português buscando dar destaque justamente ao que Elias Alexandre chama simplesmente de “negros”, enfatizando a participação dos sobas, tandalas e macotas, geralmente negligenciados pelos autores portugueses.

Enquanto Madeira dos Santos mostra a Ilustração em Angola nosso objetivo é mostrar o modo como os sobas e outras chefias do Ndongo interagiram com o governo português ilustrado. Metodologicamente estudamos os sobas, daí a necessidade do recuo cronológico, para compreender o significado das reformas ilustradas em Angola, na segunda metade do século XVIII e avaliar seu ineditismo e eficácia. Enquanto Catarina Madeira dos Santos optou por projetar sua análise para o século XIX, para promover dom Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho como “o” grande reformador de Angola, nosso recorte cronológico retorna ao século XVII para pensar como se constitui

---

<sup>1</sup> Corrêa, Elias Alexandre da Silva. *História de Angola*. 3 volumes. Lisboa: Clássicos da Expansão Portuguesa no Mundo. Império Africano. Série E, 1937. Sobre sua trajetória ver Oliveira, Ingrid Silva de. “As ‘histórias’ de Angola e seus autores nos séculos XVII e XVIII: um estudo de caso dos militares Antonio Cadornega e Elias Alexandre Correa”. *Anais do XV Encontro Regional de História da ANPUH-RIO*, 2012.

<sup>2</sup> Santos, Catarina Madeira dos. *Um governo polido em Angola*. Tese de doutoramento, Universidade Nova de Lisboa/École des Hautes Études en Sciences Sociales. Lisboa/Paris, 2005.

o sistema de avassalamento, instituição chave estratégia de poder Sousa Coutinho durante seu governo.

Em 1671, com a derrota da batalha de Pungo Andongo, o Ndongo perdeu sua autonomia para os portugueses, passando a ser chamado de Angola. Apesar da interferência portuguesa, o território do Ndongo<sup>3</sup> continuou a ser governado pelo ngola que transferia grande parte do poder político aos sobas que, por sua vez, administravam com grande autonomia suas possessões territoriais.<sup>4</sup> Esses chefes foram personagens fundamentais para a condução dos projetos políticos portugueses, já que exerciam as funções de intermediários e de grandes fornecedores de escravos destinados ao comércio atlântico. Cabia aos sobas a função de permitir ou proibir a presença de estrangeiros em determinados territórios e principalmente a passagem das caravanas, viabilizando, ou não, o desenho de rotas comerciais e de comunicação entre as regiões de captação do interior, até o litoral.

O governo de dom Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho (1764-1772) merece destaque por evidenciar de forma mais nítida a proposta de implementação de reformas inspiradas nas idéias ilustradas.<sup>5</sup> No entanto, para melhor compreensão da gestão do nosso objeto de estudo, buscamos através de uma análise comparativa, perceber rupturas e continuidades nas ações governativas dos oficiais régios que o antecederam. A viabilidade deste projeto se dá pela grande quantidade e qualidade das fontes que ainda não foram trabalhadas na historiografia. Uma das principais características da gestão de dom Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho foi a organização da

---

<sup>3</sup> Maria Emília Madeira dos Santos utiliza o conceito de “sítios de poder” para definir esses territórios. Santos, Maria Emília Madeira. *Em busca dos Sítios do Poder na África Centro Ocidental. Homens e Caminhos, Exércitos e Estradas (1483-1915)*. International symposium Angola on the move: transport routes communications, and history. Berlin, 2003.

<sup>4</sup> Heintze, Beatrix. *Angola nos séculos XVI e XVII. Estudos sobre fontes, métodos e história*. Luanda: Ed. Kilombelombe, 2007.

<sup>5</sup> O período do chamado Reformismo Ilustrado é relevante por ser um momento de inserção de novas idéias dos quadros mentais da época, que passaram a influenciar a reelaboração de discursos sobre as formas e métodos de governar. Falcon, Francisco José Calazans. *Iluminismo*. SP: Ed. Ática, 2004.

documentação relacionada à presença portuguesa em Angola, além de sua grande dedicação e empenho na produção de registros administrativos, condizente com seu caráter ilustrado que tornava imprescindível o também um amplo conhecimento da região a ser governada.

Segundo Jan Vansina, no século XVIII Angola era um território sem um governo centralizado que garantisse a unidade política na região. Era, portanto, o produto de uma articulação gradual de geografias e etnias tão singulares como capazes de configurar várias Angolas.<sup>6</sup> Essa condição exigia dos portugueses o conhecimento da logística de governo própria aos mbundus, implementada em uma região tão complexa e esparsa em suas hierarquias políticas.<sup>7</sup> Nesse contexto os administradores portugueses vivenciam de forma singular a distância entre projetos de governos ilustrados e o pragmatismo da ação colonizadora. A partir do governo de Sousa Coutinho as novas orientações dadas aos governadores de Angola alteram significativamente a participação dos agentes e dos governos locais angolanos no processo. O comércio de escravos não desaparece, nem ao menos perde o seu lugar de destaque, mas passa a ser citado em conjunto com novos investimentos como os inovadores projetos do governador ilustrado que, entre outros planos, pretendia fomentar a agricultura e incentivar o

---

<sup>6</sup> Jan Vansina. *La tradicion oral*. Ed. Labor, s/d. Defendemos em nosso projeto que o caráter descentralizado da política de Angola, que tinha nos sobados sua principal característica, facilitou o estabelecimento dos projetos portugueses, ao contrário do que ocorria no vizinho reino do Congo, onde o rei denominado manicongo era legitimado como soberano e estabelecia um maior controle sobre suas possessões, colocando maiores obstáculos para os estrangeiros. O trabalho de Jan Vansina *Paths in the Rainforests. Toward a History of Political Tradition in Equatorial Africa*. Madison. Wisconsin, 1990, é relevante pois analisa a gênese dos poderes políticos das regiões da África Centro Ocidental.

<sup>7</sup> Catarina Madeira Santos destaca o caráter policentrado das sociedades africanas, unidas entre si por uma complexa teia de redes sociais, políticas e econômicas, o que se configura como uma dificuldade de ação dos governos portugueses junto aos poderes locais heterogêneos do sertão angolano negócios negreiros como pombeiros ou tangomaos. Santos, Catarina Madeira. *Op. cit.*

povoamento através de colônias agrícolas nos sertões, além de propor investigações para exploração dos cobiçados minérios supostamente existentes no reino de Angola.<sup>8</sup>

A colonização de Angola na segunda metade do século XVIII é também marcada por outros fatos que alteram importantes aspectos das relações entre governadores portugueses e os poderes locais: a expulsão dos jesuítas (1750), a guerra de Cabinda (1783), a redefinição das funções da Câmara de Luanda, e a ênfase na interiorização<sup>9</sup> da presença portuguesa nos sertões angolanos.<sup>10</sup> Nosso recorte visa compreender o governo de dom Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, focado na segunda metade do século XVII, mas a condução da pesquisa exigiu um recuo cronológico para a compreensão da trajetória da política portuguesa, principalmente dos avassalamentos dos sobas, que embasam nossa hipótese de que através da relação com esses chefados de Angola é possível identificar o processo de interiorização dos portugueses nos sertões e concomitantemente as redes de comércio que garantiam escravos para o mercado atlântico.

Embora Paul Lovejoy não seja um especialista na história de Angola, sua análise é relevante porque pontua aspectos que outros historiadores como Joseph Miller e Jan Vansina não tratam. Uma constante preocupação de Lovejoy é identificar as mudanças nas diretrizes do comércio de escravos ao longo do tempo.<sup>11</sup> Assim sendo sua questão

---

<sup>8</sup> AHNA – Códice 3261-182 G – 6-2-68. Livros: 8º, 9º, 10º e 15º. Secção: Luanda – Governo Geral: Patentes, Provisões, Bandos e Ordens dos Governadores Gerais, 1654 a 1764; 288 folhas. (Inventário do Arquivo no tempo de Souza Coutinho). Correspondência de Dom Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho para Francisco Xavier de Mendonça ministro e secretário dos Negócios Ultramarinos.

<sup>9</sup> Utilizamos em nossa pesquisa a expressão interiorização para definir o processo de penetração dos portugueses nos sertões de Angola e Benguela através de dispositivos que visavam estabelecer mecanismos de domínio juntos aos grupos de poder locais, no caso os sobados. Como conceito a expressão se tornou clássica através do trabalho de Maria Odila Leite da Silva Dias, e posteriormente utilizado pela historiadora Júnia Furtado. Dias, Maria Odila Leite da. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. SP: Alameda Casa Editorial, 2005. Furtado, Júnia Ferreira. *Homens de negócio. A interiorização da metrópole e do comércio nas minas setecentistas*. SP: Ed. Hucitec, 1999.

<sup>10</sup> Santos, Catarina Madeira. *Op. cit.*

<sup>11</sup> Lovejoy, Paul E. *A escravidão em África: uma história de suas transformações*. Ed. Civilização Brasileira, 2000.

sobre as “transformações” também se aplica ao caso de Angola. Tais mudanças aumentaram a preocupação em estabelecer alianças mais sólidas com sobas dos sertões angolanos, levando a um maior controle sobre áreas interioranas de Luanda e reforçando a presença portuguesa nas rotas utilizadas para a passagem de carregamentos de escravos.

Os administradores portugueses precisaram de um aprendizado multissecular,<sup>12</sup> constantemente repensado, para a busca de um posicionamento adequado junto às elites políticas de Angola.<sup>13</sup> A relação precisou ser dosada entre cobranças e concessões ainda pouco exploradas. O foco deste projeto é exatamente tentar desvendar os interesses e estratégias dos sobados face à presença portuguesa. Uma de nossas principais hipóteses trabalhada no primeiro capítulo, analisa o processo de deslocamento do foco de interesse dos portugueses do Congo para o Ndongo. Nossa pesquisa defende que esta alteração ocorre em função da identificação e da aquisição de conhecimentos em relação a estrutura política dos dois Estados. Os estudos pioneiros de Charles Ralph Boxer (1952),<sup>14</sup> Jan Vansina (1990),<sup>15</sup> e Joseph Miller (1995),<sup>16</sup> embasam nosso argumento de que o Ndongo, ao contrário do que ocorria no Congo oferecia mais vantagens aos portugueses interessados na captação de escravos, em função de sua estrutura política

---

<sup>12</sup> Sobre as experiências e os aprendizados multisseculares da colonização portuguesa ver o trabalho de Luís Felipe Barreto. *Os descobrimentos e a ordem do saber. Uma análise sócio cultural*. Lisboa: Ed. Gradiva, 1989, p. 56.

<sup>13</sup> O artigo de Ângela Domingues, *Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império português em finais dos setecentos*. In: História, Ciências, Saúde – Manguinhos, 2001, vol. 08, 823-38. O trabalho analisa os mecanismos utilizados pela metrópole portuguesa para aprimorar as formas de identificação dos potenciais de suas heterogêneas colônias ultramarinas no período que engloba o Reformismo Ilustrado.

<sup>14</sup> Boxer, Charles Ralph. *Salvador Correia de Sá e a luta pelo Brasil e Angola. 1602-1686*. SP: Cia Ed. Nacional / USP, 1973.

<sup>15</sup> Miller, Joseph, 1995: *Poder político e parentesco. Os antigos Estados mbundu em Angola*, Luanda: Arquivo Histórico Nacional/Ministério da Cultura, s/d.

<sup>16</sup> Vansina, Jan. *Paths in the Rainforests. Toward a History of Political Tradition in Equatorial Africa*. Madison. Wisconsin, 1990.

ser mais descentralizada, fazendo com que os sobas gozassem de maior autonomia, ficando o Ngola como uma figura associada às funções sobrenaturais, como por exemplo, poderes vinculados ao controle da chuva e conseqüentemente da produção agrícola. Nossa hipótese deposita na figura dos sobas uma grande relevância no processo de interiorização dos portugueses nos sertões e considera que a prática do avassalamento, derivada da cerimônia do undamento, foi utilizada como instrumento de poder para legitimar o jugo dos chefes locais à Coroa portuguesa.<sup>17</sup>

Outra hipótese trabalhada em nossa tese é que é possível traçar uma geografia do processo de penetração dos portugueses nos sertões do antigo Ndongo através da identificação dos sobados avassalados. Para isso recorreremos aos autos de vassalagem e às fontes que citam esses embates militares entre os capitães mores e os exércitos africanos. Outra questão levantada é a utilização da prática do avassalamento como recurso dos próprios africanos, como estratégia de defesa e de alianças militares contra inimigos comuns aos portugueses. O que evidencia outro lado das alianças e conflitos travados entre diferentes sobados e os portugueses. Do ponto de vista dos sobas a prática do avassalamento foi produto de um encontro entre elementos da cultura portuguesa, marcada inclusive por insígnias religiosas como crucifixos e referências à conversão, e elementos da cultura mbundu que conferia ao undamento a função de transferir e legitimar o novo soberano e líder do grupo. Foi, portanto, uma recriação oportuna de cerimônias que tinham como meta a legitimação do poder político entre os mbundus que ganhou sentido internamente e também garantiu a aliança e o apoio militar português contra sobas adversários. O custo de tal aliança era, por outro lado, a

---

<sup>17</sup> Sobre os autores que analisam a prática dos avassalamentos ver trabalhos de Beatrix Heintze, de Catarina Madeira dos Santos, de Joseph Miller e a tese de Mariana Pinho Cândido *Enslaving frontiers: slavery trade and identity in Benguela, 1780-1850*. Toronto: York University, 2006.

submissão ao rei de Portugal, na prática ao governador em exercício e mais frequentemente ao capitão mor mais próximo.

Em relação à análise do governo de dom Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, questionamos a versão de algumas obras, como, por exemplo, o trabalho de Gastão de Sousa Dias<sup>18</sup>, Ralph Delgado<sup>19</sup> e Catarina Madeira dos Santos<sup>20</sup> que exaltam a figura daquele governador como grande reformador da estrutura de governo proposta pela Coroa portuguesa para Angola. Sem desconsiderar os feitos de sua administração, constatamos, através da análise das fontes que o discurso inspirado no pensamento ilustrado típico da segunda metade do século XVIII que embasou as Reformas Pombalinas, era incompatível com a realidade de uma possessão ultramarina que tinha como meta principal o fornecimento de escravos para o mercado atlântico. O que constatamos foi que as medidas propostas não tiveram a pretensão de modernizar ou de alterar essa realidade, mas tão somente fomentar outras atividades paralelas que pudessem se somar ao negócio de escravos.

Constatamos em nossa pesquisa a distância entre os discursos dos governadores que propunham as ditas reformas e a sua real concretização em ações políticas. Consideramos que a extensa documentação administrativa reunida e produzida pelo governo de dom Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho foi responsável, quem sabe, por fazer deste governador um “lugar de memória”, para tomar como referência os trabalhos do grupo de Pierre Nora.<sup>21</sup> Dessa forma, seus textos propagandeavam os

---

<sup>18</sup> Dias, Gastão de Sousa. Dom Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho: administração pombalina em Angola. Lisboa: In: Cadernos Coloniais. Editorial Cosmos, nº27, 1936, p. 3-64.

<sup>19</sup> Delgado, Ralph. O Governo de Sousa Coutinho em Angola. Lisboa: In: Stvdia / Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, nº6, Julho 1960, p.19-56.

<sup>20</sup> Santos, Catarina Madeira dos. *Op. cit.*

<sup>21</sup> Nora, Pierre. Entre Memória e História: La problemática de los lugares. In: Nora, Pierre (dir) *Les Lieux de Mémoire; 1: La République Paris*. Gallimard, 1984.

potenciais naturais de Angola, e como enquadrá-la aos padrões ilustrados, mas há uma larga distância entre as metas traçadas e as ações efetivas.

Nessa análise utilizamos fontes do Arquivo Histórico de Angola, transcritas no PADAB; da Coleção Negócios de Portugal, do acervo do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, da Coleção Lamego do arquivo Instituto de Estudos Brasileiros-IEB da USP. Utilizamos ainda farta documentação publicada como os Textos para a História da África Austral, organizado por Maria Emília Madeira dos Santos.<sup>22</sup> Outro importante conjunto foram os relatos de época como Cadornega e Silva Correa.

A tese está dividida em quatro capítulos, seguindo uma trajetória cronológica com rápida apresentação das primeiras décadas da conquista e o estabelecimento do governo português em Angola e os primeiros avassalamentos no século XVII; em seguida a tese se concentra no século XVIII e no governo de Sousa Coutinho.

O primeiro capítulo enfatiza a análise dos principais governadores do século XVI e XVII traçando um histórico de seus projetos políticos e destacando os embates e os acordos estabelecidos junto às elites políticas do Ndongo. Destacamos como fontes os autos de vassalagem realizados entre os administradores portugueses e os sobas, como reconhecimento da autoridade da Coroa portuguesa por parte das lideranças dos sobados. Com o andamento dos estudos sobre as elites de poder de Angola na segunda metade do século XVIII, especificamente na fase de repercussão das reformas pombalinas no ultramar português, os estudos sobre as fases que antecederam a gestão dos ditos governadores ilustrados surgiram como pré-requisito para a elaboração do trabalho. Esse fato justifica o recuo estratégico de nosso recorte cronológico para a

---

<sup>22</sup> Santos, Maria Emília Madeira dos (org). *Textos para a História da África Austral. Século XVIII*. Lisboa: Publicações Alfa, 1989.

elaboração de nosso primeiro capítulo. Foi fundamental compreender o panorama das alianças e dos embates travados entre as hierarquias políticas do Ndongo e os portugueses estabelecidos na região, tanto os funcionários da Coroa, quanto os agentes do tráfico que agiam nas margens das determinações metropolitanas. Nessa primeira etapa da pesquisa dedicamos grande atenção aos cargos que formavam a estrutura de poder angolana, desdobrando essa composição da elite mbundu até o período em que essa região perde sua autonomia para os portugueses com a nomeação dos chamados Ngolas fantoches. Dentro dessa hierarquia contextualizamos as funções de personagens como os ngolas, os sobas, os macotas, os tandalas e os mafoungnes ou maures. A compreensão da função desses cargos e de sua especificidade é um dos objetivos desse capítulo, assim como o estudo das relações desses personagens com os portugueses estabelecidos na região.

No segundo capítulo analisamos os principais feitos dos governadores portugueses entre os séculos XVI e XVII, tendo como meta mapear os sobados que se tornaram vassalos da Coroa Portuguesa. Partindo deste ponto acreditamos ser possível analisar o processo de interiorização dos negócios dos portugueses nos sertões de Angola e de Benguela, ao mesmo tempo em que percebemos a resistência das autoridades políticas locais em relação às intenções estrangeiras. Utilizamos como fontes a obra História de Angola escrita no ano de 1777 pelo militar Elias Alexandre, que descreve os feitos dos administradores portugueses. Analisando criticamente os feitos de exaltação das tropas portuguesas, e focando o olhar na recorrência das contestações frente aos avassalamentos podemos traçar um panorama enfrentado pelos portugueses, e as dificuldades enfrentadas para implementar suas bases além dos territórios litorâneos, mais especificamente Luanda. Outra fonte consultada foi o “Catálogo dos Governadores...”, publicado pela Academia de Ciências de Lisboa, que

segue o mesmo modelo de narrativa de exaltação das conquistas lusas. Metodologicamente comparamos as fontes e os respectivos registros dos avassalamentos para mapear as áreas sertanejas onde os portugueses conseguiram, mesmo que temporariamente abrir caminhos e expandir suas áreas de captação de escravos.

No terceiro capítulo analisamos as relações entre os administradores portugueses e as autoridades locais angolanas no século XVIII, com destaque para as transformações propostas pela Coroa Portuguesa durante o governo de dom Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho. Outro item abordado é a relação dos governadores portugueses com os negócios negreiros, indicando a contradição entre a defesa dos interesses da Coroa e a obtenção das vantagens e do enriquecimento particular. A ampliação do mercado atlântico fomenta a inserção de novos itens no rol de produtos utilizados pelos ngolas, sobas e mafougnes, utilizados tanto como objetos de trocas e como valor nos acordos de avassalamento entre portugueses e sobas, e entre mafougnes e portugueses, e entre ngolas e mafougnes e sobas. A discussão sugere um novo código de valores e símbolos de poder e status entre a população de Angola. Destacamos as relações estabelecidas em Angola durante o governo de Sousa Coutinho e as elites políticas da região. Essa etapa também aborda a influência do pensamento ilustrado na organização de Angola, em particular o memorialismo, traduzido no empenho da organização de arquivos, e na produção de uma vasta documentação composta por correspondências, memórias e descrições de Angola, de Benguela e de regiões adjacentes. Defendemos a hipótese de que essa foi a principal marca do governo de Sousa Coutinho foi a construção de uma “memória história de Angola” através da sistematização academicista, típica do Reformismo Ilustrado.

O quarto e último capítulo da tese analisa o período posterior ao governo de Dom Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, tendo como objetivo identificar os desdobramentos das suas reformas, que de acordo com nossa interpretação se limitam aos discursos, não em sua tradução como ações políticas e administrativas. Analisamos as continuidades de problemas que antecederam, e que permaneceram durante o período entre 1764 e 1772, e abordamos novas demandas enfrentadas pela Coroa portuguesa que indicam que haviam problemas crônicos que não foram solucionados na gestão anterior, como por exemplo o investimento no avassalamento do marquês de Mossulo durante o governo do barão de Mossamedes.

Consideramos que as transformações ocorridas em Angola no último quartel do século XVIII foram provocadas por agentes externos, principalmente ações em relação à prática da escravidão e do comércio de escravos como item do revisitado mercantilismo português. Debates novamente com a historiografia portuguesa Ralph Delgado, Gastão de Sousa Dias e Catarina Madeira dos Santos no que diz respeito aos episódios e aos feitos dos governadores que sucederam Dom Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, principalmente o Barão de Mossamedes – descrito como um dos responsáveis pelo retrocesso de Angola após um período de progresso e modernização.

Analisamos também as trajetórias dos governadores após o fim de seus mandatos em Angola, buscando a partir dessas informações avaliar a repercussão de sua gestão frente os olhos da Coroa Portuguesa. Analisando os Catálogos dos Governadores de Angola listamos as mercês recebidas e os posteriores cargos ocupados pelos administradores lusos, podendo considerar aspectos de sua trajetória política, dentro do

que historiadores como Antônio Manuel Hespanha<sup>23</sup>, Nuno Gonçalo Monteiro<sup>24</sup> e Mafalda Soares da Cunha<sup>25</sup> consideram como um grupo seletivo de funcionários da Coroa que faziam carreira administrando diferentes regiões do Império Ultramarino Português.

Outro ponto trabalhado nesse capítulo é identificação de permanências e rupturas na condução da administração de Angola durante os governos de Antônio Lencastre (1772 a 1779), de José Gonçalo da Gama (1779 a 1782) e José de Almeida e Vasconcelos de Soveral, Barão de Mossamedes (1784 a 1790)<sup>26</sup>. Pesquisando esse período é possível embasar nossos argumentos em relação a ausência de pragmatismo das reformas políticas pombalinas iniciadas em 1750, e que em Angola ganharam fôlego em 1764 com a posse de Dom Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho.

---

<sup>23</sup> Hespanha, Antônio Manuel. Governo, elites e competência social: sugestões para um entendimento renovado da História das elites. In: Bicalho, Maria Fernanda e Ferlini, Vera Lúcia Amaral (orgs). *Modos de governar. Ideias e práticas políticas no Império Português. Séculos XVI a XIX*. SP: Alameda Casa Editorial, 2005.

<sup>24</sup> Monteiro, Nuno Gonçalo. Governadores e capitães-mores do Império Atlântico português no século XVIII. In: Bicalho, Maria Fernanda e Ferlini, Vera Lúcia Amaral (orgs). *Modos de governar. Ideias e práticas políticas no Império Português. Séculos XVI a XIX*. SP: Alameda Casa Editorial, 2005.

<sup>25</sup> Cunha, Mafalda Soares da. Governo e governantes do Império português Atlântico (século XVII). In: Bicalho, Maria Fernanda e Ferlini, Vera Lúcia Amaral (orgs). *Modos de governar. Ideias e práticas políticas no Império Português. Séculos XVI a XIX*. SP: Alameda Casa Editorial, 2005.

<sup>26</sup> No período entre 1782 a 1784 o governo de Angola ficou interinamente sob a responsabilidade de Juntas Governativas.

## **Sumário das imagens:**

Regna Congo et Angola. Janssonius, ca. 1650. 42 X 50 cm. Edição Antiga a cores. (van der Krogt I, 8755:1)

Dom Álvaro, rei do Congo em audiência. Astley, Thomas (ed). *A nova Coleção de viagens e excursões*. Londres: 1745-1747, vol. 03, p. 246.

Carte des Royaumes de Congo, Angola et Benguela Avec les Pays Voisins. 1754 Jacques Bellin (1703 1772) Imagem com 23.4 X 31 cm. em folha desdobrável de 25 X 38.5 cm. Edição original a cores, no livro de bolso *Histoire Generale Des Voyages*, Tome IV.No.15 de A.F. Prevost d'Exiles. Paris.

Vista da cidade de Loango, ca 1665. Dapper, D'O. *Description de L'Afrique, contenant les noms, la situation & les confins de toutes les parties, leurs, rivières, leur villes & leur habitations, leurs plantes & leur animaux: leurs moeur, les coutûmes, la langue, les recesses, la religion & le gouvernement de ses peuples*. Amsterdã: Chez Wolfgang. Boom &: van Someren, 1686.

Negociação de paz com o governador João Correia de Sousa. Montecúccolo, João Antônio Cavazzi de. *Descrição histórica dos três reinos do Congo, Matamba e Angola*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1965.

Rodrigues, J. J. Itinerário de explorações europeias e África. Itinerários seguidos pelos principais exploradores africanos. Extrato de um mapa distribuído pela Sociedade Belga de Geografia, 1877. *Catálogo da Exposição. A Evolução das Fronteiras de Angola*. Luanda: Arquivo Histórico Nacional / Ministério da Cultura, 1997, p. 41. AHNA, Códice: H – 03 – 21.

Mapa da Real Fábrica de Ferro de Nova Oeiras (Angola). 1776. Autor Manuel Antônio Tavares, capitão de infantaria do Corpo de engenheiros que foi para Angola no ano de 1764. Biblioteca Nacional de Lisboa.

Milheiros, Mario. *Índice histórico-corográfico de Angola*. Luanda: Instituto de Investigação Científica de Angola, 1972, p. 24. e Grandó, António Coxito. *Dicionário corográfico-comercial de Angola*. 4ª edição. Luanda: Edições Antonito, 1959 – LXVI, 847.

Meneses, J. A. de Carvalho e. *Demonstração geográfica e política do território português na Guiné anterior que abrange o reino de Angola, Benguela e suas dependências*. Rio de Janeiro: Tip. Clássica de F. A. de Almeida, 1848.

## Capítulo 1:

Do Ndongo a Angola:  
poder político, território e presença portuguesa

Nesse capítulo analisamos o Ndongo e as principais alterações ocorridas em sua estrutura política após a interferência dos funcionários da Coroa portuguesa em seu território. A presença portuguesa e suas ações levaram a uma tumultuada sequência de avassalamentos dos sobas ao rei de Portugal, numa sucessão de episódios fundamentais para o entendimento da presença portuguesa nos chamados “sertões” de Angola. O foco do capítulo é entender o papel dos sobas na construção das relações estabelecidas entre a elite política do Ndongo e os portugueses entre os séculos XVII e XVIII.

### *1.1– Territorialidade e identidade mbundu face a presença portuguesa*

No século XVI os portugueses definiam como Ndongo os territórios habitados por grupos chamados mbundu, falantes de kimbundu. Hoje em dia os mbundu se dividem entre os mbundu do norte (ambundu) e mbundu do sul (ovimbundu) mas essa terminologia não era usada na época.<sup>27</sup> Os mbundu do norte ocuparam um território que se estendia entre os rios Kwanza, Lukala e Bengo. Nos séculos XVII e XVIII o antigo Ndongo - cujas principais “províncias” eram Ilamba, Musseque e Quissama – foi o principal foco de oposição à presença portuguesa. As terras do Ndongo não se

---

<sup>27</sup> Segundo Adriano Parreira mbundu é um grupo étnico e linguístico do centro-norte de Angola, cuja diáspora se estendeu pelas regiões do Lengue, Songo, Mbondo, Ndongo, Pende, Hungu e Libolo. Parreira, Adriano. *Dicionário Glossográfico e Toponímico da documentação sobre Angola. Séculos XV – XVIII*. Lisboa: Editorial Stampa, 1990, p. 73.

estendiam até o litoral. Joseph Miller<sup>28</sup> esclarece que essa área intermediária entre o Ndongo e o litoral atlântico fazia parte dos limites da província de Mbamba, subordinada ao soberano do Congo. Essa faixa de terra foi incorporada à possessão portuguesa passando, junto com o Ndongo a compor o que foi chamado Angola.

A presença portuguesa, e sua intervenção, no Congo foram responsáveis pelo enfraquecimento do poder do manibamba, e pela consequente extensão dos territórios litorâneos controlados pelos funcionários que agiam em nome da Coroa, área crucial para o embarque de escravos destinados ao mercado atlântico. Mbamba ficou mais vulnerável aos interesses portugueses na medida em que o poder do soberano do Congo ia ficando gradativamente enfraquecido, cedendo espaço para a intervenção dos portugueses e de seus aliados, grupos de colonos já nascidos em Angola e de africanos que trabalhavam para o governo português.

O aprendizado sobre a geografia do Ndongo foi fundamental no jogo de interesses e na definição das pretensões políticas lusas na África centro ocidental. Os portugueses precisaram adquirir informações sobre a função política dos acidentes geográficos, que muitas vezes carregavam em si significados específicos e sagrados e funcionavam como fronteiras entre diferentes territórios étnicos. Graças à aquisição desses conhecimentos, os portugueses identificaram pontos estratégicos que foram bases militares importantes para a manutenção de seus interesses no Ndongo. A orientação da Coroa convergiu para a construção de fortalezas nas margens dos principais rios, já que as vias fluviais eram as que garantiam o deslocamento dos povos dos sertões para as regiões a leste, da mesma forma que eram utilizadas para o transporte de gêneros de abastecimento e de escravos destinados ao mercado atlântico. Inicialmente os portugueses enfatizaram suas ações nas regiões de Ilamba, localizada

---

<sup>28</sup> Parreira, *Dicionário glossográfico e toponímico...* p. 87.

entre os rios Bengo e Kwanza, abrangendo também o trajeto do rio Kwanza até a foz do rio Lukala. Esse percurso foi a principal “via portuguesa” durante o século XVI e o início do XVII.<sup>29</sup>

As margens dos rios foram áreas de ocupação vantajosas para os portugueses, já que facilitavam transporte dos escravos até os barracões do litoral; por outro lado eram locais de risco por serem áreas mais vulneráveis aos ataques de povos rivais. Essa constatação foi traduzida em ações políticas que resultaram na construção de várias fortalezas, sendo as principais a de Massangano, no ano de 1583; na fortaleza de Muxima, no ano de 1599; na fortaleza de Cambambe, no ano de 1604; e posteriormente a fortaleza de Encoge, que passou a fazer parte da já existente cadeia de fortificações. Apesar de a Coroa portuguesa defender em seus discursos as ações pacíficas, as fontes indicam sucessivas ações violentas com o objetivo de construir fortalezas e submeter os grupos locais.

Desde a fundação sua até o ano de 1563 o Ndongo esteve submetido ao Congo. Na prática, o Ndongo era mais uma das chamadas “províncias” subordinadas politicamente ao manicongo, o que significava o compromisso de enviar periodicamente tributos a esse soberano. A historiografia usa regularmente o termo “vassalo do rei do Congo” para os governantes dessas províncias.<sup>30</sup> Além do Ndongo, as províncias de Nsundi (ao norte), de Mpangu (ao nordeste), Mbata (ao sudeste), Mbamba (ao sudoeste) e Sonyo (ao oeste) desempenhavam a mesma função, na órbita das influências de poder do Congo. Cada uma dessas províncias era administrada por um chefe local,

---

<sup>29</sup> Heintze, Beatrix. *Angola nos séculos XVI e XVII... Op. cit.*

<sup>30</sup> De acordo com Raphael Bluteau termo *vassalo* deriva de *vassus* que “antigamente queria dizer servo ou doméstico do príncipe [...] também *vassus* às vezes significa Homem d’armas, e simples soldado”. Bluteau, Raphael. *Vocabulário português e latino, áulico, anatômico, arquitetônico...* Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1728, p. 372.

denominado mani, que era escolhido diretamente pelo manicongo, o que reforçava o controle do soberano por toda a extensão de seus domínios.<sup>31</sup>

De acordo com David Birmingham, depois do Ndongo a província de Mbata era a mais poderosa e por isso estava apenas submetida por tributo ao manicongo.<sup>32</sup> As demais províncias além de pagarem tributo eram dependentes e prestavam obediência ao soberano do Congo. Ainda de acordo com esse autor a diferenciação de Mbata no quadro político do Congo se explica pelo fato de ter sido essa província um importante potestado, que ele classifica como reino, ainda no tempo em que os clãs, que posteriormente deram origem ao Congo, não haviam se unificado e reconhecido uma autoridade em comum. Além desse diferencial, todos os manis provinciais deveriam ser membros da família dos fundadores de Mbata, o que difundia o princípio da relação entre ancestralidades comum e a legitimação do poder político. Todos os manis deviam obediência direta ao soberano do Congo, formando dessa forma uma rede de poder que viabilizava a atuação de um poder centralizador.

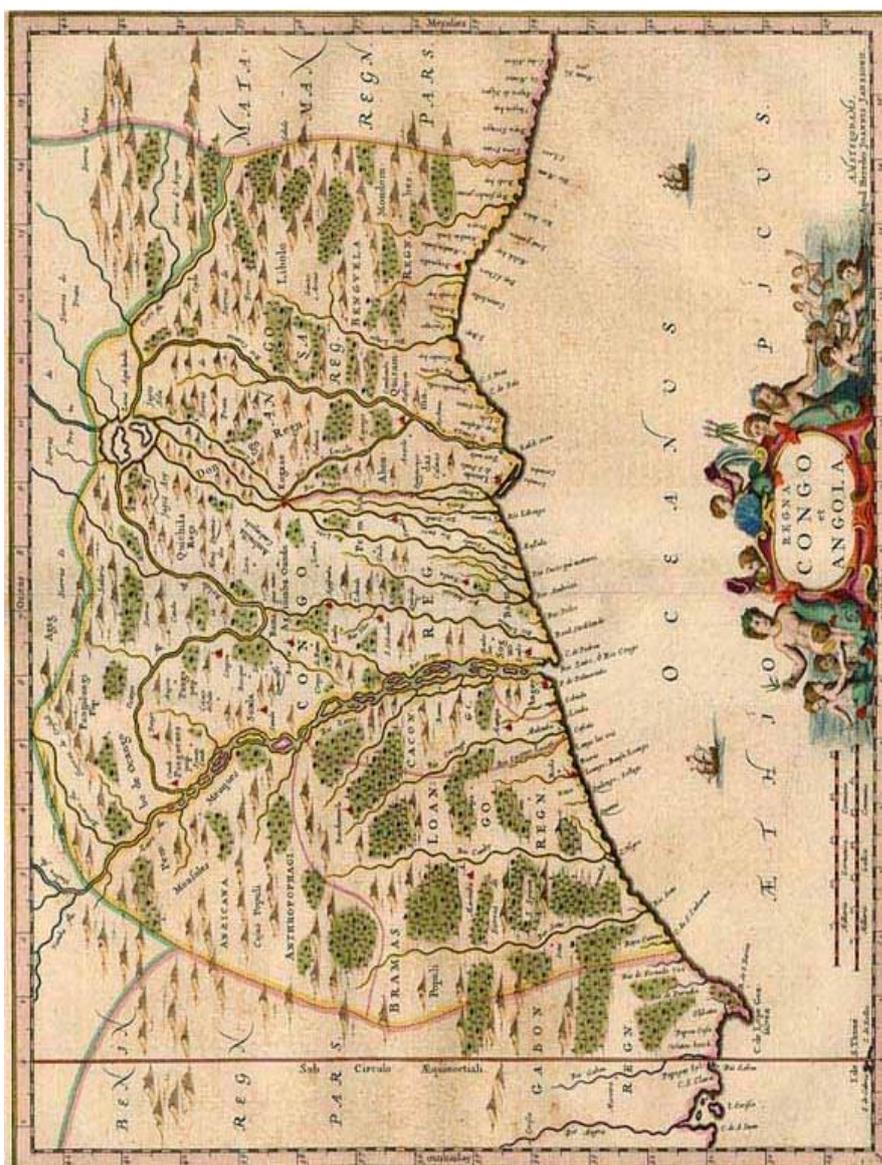
Defendemos em nossa pesquisa que a influência dos portugueses no Ndongo contribuiu para o processo que levou o Ndongo a extinguir essa subordinação, já que três anos antes dessa independência os portugueses passam a se concentrar nas terras do Ndongo, negociando escravos com os sobas, após a invasão dos jagas nas terras do manicongo.

---

<sup>31</sup> Miller, Joseph. *Poder político e parentesco. Os antigos Estados mbundu em Angola*. Luanda: Arquivo Histórico Nacional/Ministério da Cultura, s/d. Heintze, Beatrix. *Angola nos séculos XVI e XVII... Op. cit.*, p. 184.

<sup>32</sup> Birmingham, David. *Alianças e conflitos. Os primórdios da ocupação estrangeira em Angola. 1483-1790*. Luanda: Arquivo Histórico de Angola / Ministério da Cultura, 2004.

Carta da área de influência Portuguesa na costa centro ocidental, desde a costa do Loango até Benguela, ca. 1650.



Fonte: Regna Congo et Angola. Janssonius, ca.1650  
42x50cm, edição antiga a cores. (van der Krogt I, 8755:1).<sup>33</sup>

<sup>33</sup> O mapa indica a visão superficial dos europeus sobre a região da África centro ocidental em meados do século XVII.

A fundação do Ndongo está associada às migrações de povos bantos, originados das regiões de Shaba, ao nordeste da atual Zâmbia para leste, por volta do ano 1000.<sup>34</sup> Para Birmingham, as levadas migratórias seguiram vários trajetos e ultrapassaram a cronologia de Vansina.<sup>35</sup> Consideramos em nossa pesquisa que uma primeira, e mais numerosa, leva migratória ocorreu dentro do recorte estipulado por Vansina. Entretanto, concordamos com Birmingham que outros deslocamentos posteriores ocorreram, sendo estes responsáveis pela ocupação da região que veio a ser o Ndongo, entre os rios Kwanza e Lukala.

O processo histórico responsável pela formação do Ndongo está associado ao fortalecimento de grupos que fortaleceram sua identidade se reportando a uma ancestralidade comum. Com o aumento do poder de determinada linhagem, ela passava a impor sua autoridade sobre as demais, e por ser militarmente capacitada obtinha a legitimação de seu poder. O processo indica a transformação da figura do patriarca em chefe territorial. Para Joseph Miller,<sup>36</sup> a formação do Estado mbundu não teve origem nas grandes migrações, o que caracteriza a principal diferença entre sua interpretação e a de Vansina. Para Miller a centralização política derivou do fortalecimento e do

---

<sup>34</sup> Shaba é citada por Jan Vansina como o ponto de partida dos povos que formam o grupo etno linguístico kimbundu. Vansina, Jan. “A África Equatorial e Angola”. In: *História Geral da África*. SP: Ed. Ática, 1981. Para o autor esse movimento migratório cessou entre os anos de 1000 a 1500, em busca por melhores áreas para agricultura. Para Joseph Miller, os fatores climáticos, principalmente as secas, foram determinantes tanto nesse processo, assim como o foram nas guerras. Joseph Miller estabelece uma relação direta entre a ocorrência das secas, a fome gerada pela consequente crise nos setores agrícolas, o aumento das guerras, o aumento da utilização da mão de obra escrava e o comércio de escravos praticado no Ndongo. Miller, *Poder político e parentesco...*

<sup>35</sup> Birmingham, *Alianças e conflitos...* O autor valoriza as pequenas levadas migratórias no processo de formação dos Estados da África Centro Ocidental. De acordo com Jan Vansina essas levadas migratórias teriam cessado no período entre 1100 a 1500, voltando a ocorrer no século XVI em função da ocorrência de guerras. A análise de Jan Vansina privilegia os aspectos culturais do processo, enquanto a já citada obra de David Birmingham privilegia os aspectos políticos. Vansina, Jan. *Paths in the Rainforests. Toward a History of Political Tradition in Equatorial Africa*. Madison: Wisconsin, 1990.

<sup>36</sup> Birmingham, *Alianças e conflitos...*

reconhecimento de instituições e símbolos de poder difundidos por essas linhagens. Para Miller o Ndongo se constituiu como Estado após a difusão de princípios de organização política, e não de “Estados” já constituídos.

Em nossa pesquisa não utilizamos o conceito de reino, por acreditar que seu emprego implica na imposição de um conceito europeu nos estudos sobre sociedades africanas. Nos estudos de Angola dispomos como alternativa a noção de “Estado” (State) proposta por Vansina<sup>37</sup> e a de “sítio de poder” definida por Maria Emília Madeira dos Santos.<sup>38</sup> Para Vansina o Estado “pode definir-se como um território que englobava algumas aldeias que reconhecessem a autoridade política de um chefe”. Nesse sentido o Ndongo surgiu como Estado após o fortalecimento da autoridade de um chefe de uma determinada linhagem que assumiu posição de liderança sobre outras linhagens, e que teve seu poder legitimado por essa coletividade. Já o “sítio de poder” de Madeira Santos marca sua rejeição pelo uso do termo Estado. Tanto Vansina, quanto Madeira Santos apontam para a existência de unidades políticas e para evitar o uso do termo Estado, optamos aqui pela expressão “sítios de poder”.

O Ndongo, teve origem na ascensão de Mbandi Ngola Kiluange líder responsável pela extensão dos domínios do mbundu do norte em direção às regiões próximas ao rio Kwanza a partir da segunda metade do século XVI Na sequência, seu filho Ngola a Mbandi, formalizou a unificação desses grupos mbundu através da legitimação de seu poder e soberania, assumindo como o Ngola fundador do Ndongo, e estabelecendo a região de Mbanza Kabassa como centro político. Um dos aspectos

---

<sup>37</sup> Vansina, “A África Equatorial ...”. Em *Paths in the Rainforests* o autor usa o termo “State” no título de um dos capítulos (The Southwest: The Growth of States”), mas no curso do texto usa expressões com *chiefdoms*, *principalities* e *kingdoms*. Jan Vansina. *Paths in the Rainforests*. Madison. The University of Wisconsin Press.1990.

<sup>38</sup> Santos, Maria Emília Madeira. “Em busca dos sítios do poder na África Central Ocidental: Homens e caminhos, exércitos e estradas (1483-1915)”. In: *Angola on the move. Transport routes, communication, and History: na International Symposium*, Berlin, 2003.

singulares do processo formação Ndongo foi o valor dado ao parentesco e à ancestralidade. A compreensão dessas relações de parentesco é fundamental para os estudos sobre a estrutura política do Ndongo e de suas transformações promovidas pela presença dos portugueses que, entre outros desafios, precisaram entender esses códigos que cercavam o exercício do poder político e toda sua simbologia.<sup>39</sup>

No processo de formação desses sítios de poder, usualmente denominados “potentados” pela documentação portuguesa, ocorreu o encontro entre grupos que adotavam o modelo de sucessão patrilinear e o modelo de sucessão matrilinear, mas ambos que tiveram seu encontro promovido pelas levas migratórias. Essas duas modalidades de transmissão de poder foram aos poucos sendo combinadas, fazendo com que houvesse um equilíbrio de tensões entre os grupos envolvidos.<sup>40</sup> Os mbundu seguiam o sistema matrilinear de sucessão, onde o sobrinho uterino (filho da irmã) era transformado no sucessor do tio (chefe principal). Dentro de uma lógica composta por parentescos sociológicos recriados, esse sobrinho assumia o título de “filho” do chefe. A matrilinearidade atestava, em níveis sociopolíticos, que o núcleo social primitivo não era focado na relação homem – mulher (matrimonial), mas sim em uma relação mulher e progeneritura. Na prática, essa lógica que caracterizava a sucessão regia um mecanismo de distribuição de poder, já que havia um revezamento entre as famílias que ascendiam ao principal cargo político. A própria poligamia desses chefes estava associada a essa

---

<sup>39</sup> Gonçalves, Antônio Custódio. *A História revisitada do Kongo e Angola*. Lisboa: Editorial Stampa, 2005. Em seu trabalho o autor analisa a relação entre a formação dos Estados do Congo e de Angola com a questão dos parentescos e das linhagens. Ressalta a importância desses aspectos na formação de identidades que fortaleciam os grupos, assim como o valor dado as ancestralidades em comum definido como elemento relevante para o fortalecimento dos grupos.

<sup>40</sup> Como esclarece Antônio Custódio Gonçalves “Este processo continuado informa o mecanismo normal resultante da migração contínua e da assimilação progressiva dos grupos de descendência matrilinear, mais tarde articulados entre eles a nível local através de relações patrilineares, assegurando, desta forma a coesão interna do equilíbrio político institucional”. Gonçalves, Antônio Custódio. *Op. cit.*, p. 69-70.

rotatividade de núcleos familiares, assumindo em razão disso uma função política. Esse costume foi duramente criticado pelos missionários católicos que defendiam não só a monogamia como também a primogenitura.

No Congo essa interferência de valores interferiu no processo de sucessão após o falecimento do manicongo batizado como Dom Álvaro I, abrindo espaço para uma série de disputas que terminaram por levar Dom Diogo ao poder, porém sem obter a legitimidade necessária para o exercício pleno de suas funções. Além do enfraquecimento do poder do manicongo, a adoção da primogenitura contribuiu significativamente para o enfraquecimento do Congo como parceiro comercial dos portugueses, já que sua instabilidade política afastou mercadores de Pinda, o principal porto de embarque de escravos.<sup>41</sup> Consideramos que esse fato foi mais um dos fatores que contribuíram para o deslocamento dos interesses dos portugueses em direção ao Ndongo.

---

<sup>41</sup> Silva, Alberto da Costa e. *Da manilha ao libambo. A África e a escravidão de 1500 a 1700*. RJ: Nova Fronteira / Fundação Biblioteca Nacional, 2002.

D. Álvaro, rei do Congo em audiência, 1642



Fonte: Astley, Thomas (ed). *A nova Coleção Geral de viagens e excursões*.  
Londres: 1745-1747, vol. 3, p. 246.

Para David Birmingham, o processo de formação do que ele chama de “reinos” da África centro ocidental esteve vinculado aos conflitos ocorridos entre diferentes grupos que, após as levadas migratórias, passaram a ocupar a região, ainda no século XIV.<sup>42</sup> A perspectiva de Birmingham privilegia os aspectos políticos, onde são destacados os conflitos, como elementos responsáveis pela configuração de “Estados”. O autor pontua uma relevante diferença entre os processos de formação do Congo e do Ndongo, que merece destaque em nossa análise por embasar uma de nossas hipóteses: a de que a descentralização política típica do Ndongo favoreceu a penetração dos interesses mercantis portugueses. Para o autor, o Congo que já era um Estado constituído antes mesmo da chegada dos europeus enquanto o Ndongo passou a ser um Estado após a chegada dos portugueses e de sua interferência no cenário local.<sup>43</sup>

Os primeiros chefes tanto do Ndongo (chamado ngola) quanto do Congo (chamado manicongo) teriam sido chefes que habitavam os respectivos territórios e que em função de sua superioridade militar associada ao domínio das técnicas de metalurgia do ferro, conseguiram subjugar os demais chefes. Para Joseph Miller chamado primeiro Ngola não era uma pessoa concreta, mas sim “o princípio abstrato da organização política baseada no Ngola, que teria construído um emblema de linhagem com o formato de um pedaço de ferro”.<sup>44</sup> Esse suposto primeiro Ngola foi denominado de

---

<sup>42</sup> Em sua análise Birmingham privilegia os aspectos políticos do processo de formação dos Estados da África centro ocidental. Jan Vansina concentra seu argumento na perspectiva da existência de uma unidade cultural banto. Birmingham, *Alianças e conflitos..* e Vansina, *Paths in the Rainforests...*

<sup>43</sup> Inicialmente, o Ndongo era subordinado ao Congo, o que, na prática, significava a obrigação de pagar tributos ao manicongo. Vale ressaltar que esse hábito de oferecer presentes exercia entre os africanos o sentido de evidenciar o reconhecimento de uma determinada autoridade. Prática essa que se repetiu inúmeras vezes nas negociações firmadas através das “embaixadas”, encontros formais entre representantes das autoridades portuguesas e das autoridades locais, que precediam o contato oficial e os acordos comerciais.

<sup>44</sup> Originalmente Ngola no singular e Jingola no plural. Miller, *Poder político e parentesco...*, pp. 74-75.

Ngola Inene, definido no Dicionário Glossográfico e Toponímico escrito por Adriano Parreira, como “uma figura etiológica mbundu”, e “o mesmo que Ngola Msuri”.<sup>45</sup> Ressaltamos que o vocábulo *msuri* se refere ao ofício de ferreiro, que passou a ser associado ao título de herói-fundador da sociedade mbundu.

Essa narrativa mítica foi descrita por Cavazzi no século XVII:

“os mbundu, nos primeiros tempos, estiveram divididos num grande número de chefados autônomos, com modo de vida simples e que sabiam pouco ou nada acerca do ferro, usando pedra e madeira nos utensílios e nas armas. Por fim, um ferreiro chamado Msuri, que aprendera o ofício, ganhou importância entre eles, permutando os seus produtos de ferro com alimentos. Quando a fome tocou os mbundus, distribuiu sua riqueza e, como gratidão, o povo fê-lo rei”<sup>46</sup>.

O mito vincula o primeiro Ngola a um ferreiro que teria constituído o emblema de linhagem em forma de um pequeno pedaço de ferro. Esse novo símbolo de poder passou a ser uma representação do poder mbundu, recém-emancipado do Congo. Essa crença permaneceu nos séculos seguintes e confere ao ferro um valor simbólico relevante. De acordo com Beatrix Heintze, os Ngolas possuíam duas residências: Vunga<sup>47</sup> e Cabaça (Kabasa),<sup>48</sup> e apenas seus funcionários mais próximos sabiam as suas

---

<sup>45</sup> Parreira, *Dicionário glossográfico e toponímico...* p. 85.

<sup>46</sup> Cavazzi citado por Birmingham. Birmingham, *Alianças e conflitos...* p. 35.

<sup>47</sup> A região de Vunga localizava-se nas proximidades de Cambambe, que por sua vez estava situada na região de Museke. Parreira, *Dicionário glossográfico e toponímico...*, p. 185.

<sup>48</sup> Kabasa é citada como a moradia “oficial” dos Ngolas. “Era assim chamada a “capital” itinerante dos ngola-a-Kilwanji. Cerca de 1575 situava-se a 150 milhas do mar, a 100 léguas de Luanda ou ainda a 6 jornadas de Donji, Kambambi e Massangano. Em 1580 situava-se perto de Kambambi. Em 1622 ficava a 2 léguas de Mpungo-a-Ndongo, e em 1660 a 100 léguas de Luanda”. Parreira, *Dicionário glossográfico e toponímico...* p. 143. Ver também Coelho, Virgílio.

exatas localizações. Segundo Heintze, “com o tempo o Ngola que na origem fora provavelmente apenas um chefe de linhagem ou um soba, foi conquistando a supremacia sobre esses chefados”.<sup>49</sup>

Inicialmente o Ndongo foi formado por grupamentos familiares que ocupavam o espaço de forma aleatória, e que obtinham seu sustento através de atividades agrícolas, do pastoreio e da produção de ferramentas e utensílios. Com o passar do tempo as famílias que produziam mais comida e as melhores armas passam a se destacar entre o grupo, assumindo uma posição diferenciada e adquirindo um poder que com o tempo passou a ser legitimado pelas demais famílias. Mesmo com a institucionalização dessa esfera de poder a terra permaneceu como um bem coletivo, somente perdendo essa característica após a interferência de valores europeus que passaram a definir a terra como propriedade e como riqueza individual. Entre os povos locais prevalecia a noção de riqueza como sinônimo de poder sobre pessoas, e mão de obra disponível para trabalhar nas terras até então coletivas.<sup>50</sup> Essa descrição se baseia na teoria da fronteira aberta, relacionada a uma situação onde indivíduos do grupo que predomina e que exerce liderança na região, tem livre acesso a terra.<sup>51</sup>

A associação entre produção de excedentes e o surgimento de um Estado que reunia os povos depois chamados ambundu confere importância direta às atividades comerciais. Elemento que permaneceu presente durante os séculos XVII e XVIII, quando eram nítidas as conexões entre alterações na distribuição de poder das elites

---

*Em busca de Kábasa!... Estudos e reflexões sobre o Reino do Ndongo. Contribuições para a História de Angola.* Série História de Angola nº 5. Luanda: Banco de Poupança e Crédito, s/d, pp. 73-87.

<sup>49</sup> Heintze, *Angola nos séculos XVI e XVII...*, p. 230.

<sup>50</sup> Thornton, John K. *A África e os africanos na formação do mundo atlântico. 1400-1800.* RJ: Ed. Campus, 2003.

<sup>51</sup> Em contraponto a teoria da fronteira fechada descreve uma sociedade onde o acesso a terra é limitado, e onde um único proprietário explora o trabalho de pessoas que não tem acesso á terra.

políticas do Ndongo, incluindo nesse item as influências da política mercantil portuguesa, e as relações comerciais, principalmente os negócios responsáveis pela aquisição de escravos e a própria dinâmica de venda de escravos para o mercado atlântico. No caso, a diferença nítida é a transformação dos itens que representavam os excedentes comerciais, de gêneros agrícolas e manufaturas, o principal produto passa a ser o escravo.

### *1.2– Ngolas, sobas e macotas: o poder no antigo Ndongo*

O Ndongo tinha como principal autoridade o Ngola, que tinha seus poderes políticos vinculados diretamente aos aspectos divinizados e sobrenaturais. Entre os mbundus prevalecia a crença de que o poder desse soberano era legitimado pelos ancestrais, o que conferia a ele o poder de manter a comunicação entre o mundo dos vivos e o mundo dos mortos. A concepção de poder atribuída ao Ngola é um indício do processo de formação de uma aristocracia mbundu divinizada, compatível com elementos culturais e religiosos, onde eram conjugados poder terrestre e poder divino. Entre as funções do Ngola estavam o poder de promover a chuva e de controlar demais fenômenos da natureza, consideradas dádivas que deveriam ser recompensadas com o pagamento tributos como baculamentos e futas.

Apesar das concepções místicas que cercavam o poder no Ngola, identificamos uma distinção entre as tarefas relacionadas ao governo efetivo, e a função de elemento de ligação entre os planos terrestre e sobrenatural. O poder espiritualizado do Ngola era complementado na prática com o poder dos sobas. Os territórios do Ndongo eram divididos em sobados, cada um deles governado por seu respectivo soba. Na prática

esses sobas gozavam de grande autonomia em suas ações governativas, ficando o Ngola concentrado em funções predominantemente sagradas e distantes do cotidiano dos sobados. A própria geografia do Ndongo favoreceu a essa independência política dos sobas, já que muitos sobados ficavam isolados, fazendo com que o vínculo ao Ngola fosse de fato muito mais simbólico e componente de um cenário ritualístico do que efetivamente político e pragmático.

O séquito do Ngola era formado, em grande parte, por membros de sua família. Vale ressaltar que o conceito de família entre os mbundu precisa ser entendido em uma perspectiva ampliada, onde são considerados diversos membros que partilhavam uma ancestralidade comum.

“Para além da autoridade do rei, as pessoas que detinham um estatuto mais elevado eram os membros da família real, parte da qual vivia na corte e cujos homens aptos para o serviço militar formavam uma ala especial do exército, os dignitários e conselheiros do rei e os chefes; e ainda os sacerdotes, adivinhos e curandeiros que, a maior ou menor distância o rei mantinha sempre à sua volta, em grande número”<sup>52</sup>.

A esposa principal do Ngola era chamada de Muala Inene, termo que tem origem no nome da primeira esposa do primeiro soberano do Ndongo, chamada Ngana Inene. Entre as esposas era esta a que mais tinha poder e direitos. De acordo com os relatos de Cavazzi, Mussuri, o primeiro líder do Ndongo e que foi responsável pela condução do processo de centralização política, se casou com Ngana Inene que lhe deu três filhas: Zunda Ria Ngola, Tumba Ria Ngola, e uma terceira cujo nome não é citado

---

<sup>52</sup> Heintze, *Angola nos séculos XVI e XVIII...*, p. 233.

pelo missionário italiano.<sup>53</sup> De acordo com a fonte o Mussuri teria sido assassinado por um de seus escravos que lhe tomou o poder, até que sua filha Zunda Ria Ngola recuperou os direitos de seu pai e assumiu o governo dos mbundu. Posteriormente o marido de uma de suas irmãs, um guerreiro caçador chamado Ngola Kiluanji Kia Samba se tornou soberano dos mbundu, fundando a dinastia dos Ngolas.<sup>54</sup>

Para essa etapa de nossa pesquisa destacamos as informações extraídas da obra de Antônio Cadornega,<sup>55</sup> militar que viveu em Angola, especificamente em Massangano, e que conviveu com diferentes grupos africanos. Chegou ao continente no ano de 1639, e teve sua obra publicada em 1680, e em seus registros descreveu com detalhes não só as campanhas militares travadas entre portugueses e diferenciados grupos de africanos, como também descreveu cargos que formavam o séquito do Ngola e dos sobas. De acordo com Cadornega o sucessor do Ngola deveria ser membro da linhagem de Muala Inene, no caso desta mulher não ter filhos, o herdeiro poderia ser membro da linhagem da segunda esposa, denominada Sambanjila. O autor esclarece que a hierarquia de prestígio vigente entre as esposas do Ngola não estava relacionada a ordem dos casamentos, onde a Ngana Inene não era necessariamente aquela com quem o Ngola havia se casado primeiro.<sup>56</sup>

---

<sup>53</sup> Montecúcolo, João Antônio Cavazzi de. *Descrição histórica dos três reinos do Congo, Matamba e Angola*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1965.

<sup>54</sup> Montecúcolo, *Descrição histórica dos três reinos do Congo...*

<sup>55</sup> Cadornega, Antônio de Oliveira. *História Geral das Guerras Angolanas: 1639-1678*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1972. 3 volumes. Seus escritos são caracterizados pela narrativa da História dos portugueses em Angola, não especificamente sobre a História de Angola. Apesar desse foco de análise a obra fornece informações fundamentais para a compreensão da sociedade mbundu do século XVII.

<sup>56</sup> Cadornega, *Descrição histórica dos três reinos do Congo...*, p. 30.

Charles Ralph Boxer foi pioneiro ao apresentar em seu trabalho *Salvador Correa de Sá e a luta pelo Brasil e Angola*<sup>57</sup> personagens que formavam a elite política mbundu, já que a historiografia até então desprezava esses personagens nos estudos sobre o comércio de escravos, e de seus desdobramentos na colonização das Américas. Em sua obra considera os sobas como personagens decisivos na dinâmica responsável pela captação de escravos, enfatizando a sua relevante autonomia política que permitiu uma maior aproximação com os funcionários portugueses. “Era muito grande a autoridade dos chefes das tribos (chamados sobas, ou sovas, em Angola), chegando a ser, em certos casos, absoluta”.<sup>58</sup>

Entre os direitos e as obrigações dos sobas destacamos o direito de decretar penas de morte e de vender culpados como escravos, a obrigação de fornecer apoio militar ao Ngola em caso de ameaça a sua soberania e o pagamento de tributos. A função do pagamento de tributos era essencial para que a soberania do soba fosse mantida em seus domínios, assim como para que seu poder fosse legitimado. Além disso, era responsabilidade dos sobas fazer com que os pagamentos chegassem até as mãos do Ngola, já que não existiam entre os funcionários do Ngola cobradores de impostos. Elias Alexandre em sua rica descrição sobre a presença portuguesa em Angola escrita em finais do século XVIII, conceitua o termo soba como “título que equivale ao de governador”.<sup>59</sup>

Apesar de gozar de autonomia o poder dos sobas não era exercido de forma arbitrária. Em cada sobado havia um conselho de nobres formado por macotas que era

---

<sup>57</sup> Boxer, Charles Ralph. *Salvador Correia de Sá e a luta pelo Brasil e Angola. 1602-1686*. SP: Cia Ed. Nacional / USP, 1973.

<sup>58</sup> Boxer, *Salvador Correia de Sá...*

<sup>59</sup> Corrêa, Elias Alexandre da Silva. *História de Angola*. Lisboa: Clássicos da Expansão Portuguesa no Mundo. Império Africano. Série E, vol. 1, 1937, p. 37.

chamado de mbombog.<sup>60</sup> Esses funcionários eram membros da aristocracia local e tinham grande poder de decisão e até mesmo de veto junto às ordens dos sobas. Entre os macotas existiam aqueles que gozavam de maior poder e autoridade, esses eram chamados de tandalas (também escrito como tendala). Segundo Cadornega,<sup>61</sup> o cargo de tandala era geralmente ocupado por um escravo, com o objetivo de evitar o abuso de poder. Adriano Parreira<sup>62</sup> esclarece também que o termo tandala se refere também a função de administrador da justiça, sendo o personagem responsável pelo envio de assistência aos sobas avassalados. O que mostra que existem dois tandalas distintos: o primeiro seriam os macotas principais, e o segundo um funcionário militar português encarregado de auxiliar os sobas aliados, que exercia também a função de intérprete e de guia.

Os macotas são de longe os personagens mais citados na documentação burocrática portuguesa e são personagens fundamentais na análise da hierarquia política do antigo Ndongo, e da região que posteriormente passou a ser definida como Angola portuguesa.<sup>63</sup> De acordo com Cadornega a regra para a sucessão entre os sobas deveria seguir a mesma estipulada para a sucessão entre os Ngolas, mas devemos ressaltar a importância dos macotas.

---

<sup>60</sup> Vansina, Jan. *Paths in the rainforest...*, p. 134.

<sup>61</sup> Cadornega, *Descrição histórica dos três reinos do Congo...*, p. 185.

<sup>62</sup> Parreira, *Dicionário glossográfico e toponímico...*, p. 103.

<sup>63</sup> Os macotas são citados em todos os autos de vassalagem consultados em nossa pesquisa. Segue lista em anexo no final do capítulo. Além dessa fonte, os macotas são mencionados em outros documentos, como: AHNA – Portarias dos Ilustríssimos e excelentíssimos senhores Dom João de Lencastre Gonçalo de Alcaçova e Henrique Jacques. 1668 a 1695. Livro 70. A documentação descreve uma ordem dada pelo então governador João de Lencastre para que fossem devolvidos os macotas de um determinado soba, chamado de Dom André. Também analisamos uma fonte onde um recém empossado soba, Dom Domingos Ignácio Muenevungi, era “aclamado por seus macotas”, AHNA – Carta de confirmação de Paulo Caetano de Albuquerque comunicando que Dom Domingos Ignácio Muenevungi havia sido eleito senhor de Morinda e sensório Muenevungi. Códice 300-C, 20-1. Seção Cartas e Patentes.

De acordo com Beatrix Heintze a hierarquia dos mbundu era formada por vários personagens. Abaixo do Ngola, dos macotas, e dos sobas estavam os sacerdotes supremos chamados de mani-ndongos, na sequência vinham os tandalas, que tiveram suas funções comparadas as dos primeiros ministros, subordinados a eles estavam os tandalas de cari, que eram “ministros” secundários. As funções militares eram de responsabilidade dos ngolamboles,<sup>64</sup> que ocupavam o cargo de chefe do exército. O termo ngolambole deriva de “ngola a mbolem” que significa o Ngola da caça. Com o aumento das guerras esse personagem passou a ganhar mais prestígio na hierarquia do Ndongo. Dentro dessa hierarquia os ferreiros tinham destaque, por serem membros de um grupo também ligado aos poderes sobrenaturais, em função de sua relação com a origem do primeiro Ngola e sua associação ao mito do rei ferreiro. O Ngola também contava com um séquito especializado, que tinha como tarefa o servir diretamente: o criado era denominado mwene lumbu, o roupeiro denominado mwene musete, e o cozinheiro mwene quizoula. Além desses funcionários outro grupo desempenhava uma função de destaque entre os mbundu: os macunzes eram os embaixadores que representavam os Ngolas e os sobas nas negociações que antecederiam os contatos formais entre os europeus e os membros das elites políticas locais.<sup>65</sup> A cachaça era um item de extrema importância para a realização das embaixadas, já que deveria ser oferecida aos macunzes na introdução dos assuntos abordados pelas partes, de acordo com a documentação consultada esse funcionário “nunca se despede sem antes beber.

---

<sup>64</sup> No trabalho de Adriano Parreira os ngolamboles são citados como chiamboles. Parreira, *Dicionário glossográfico e toponímico...*, p. 85.

<sup>65</sup> Heintze, *Angola nos séculos XVI e XVII...*

Por isso é preciso trazer algumas garrafas de cachaça, que é a alma da conversa e sem o que seria bem difícil chegar a algum acordo com os negros”.<sup>66</sup>

A nomenclatura dos cargos políticos e religiosos do Ndongo apresenta divergências quando diferentes fontes são confrontadas, como o que ocorreu quando analisamos o documento intitulado *Diário anônimo de uma viagem às costas d’África e as Índias espanholas*.<sup>67</sup> A fonte, transcrita na Revista do IHGB, descreve a trajetória de um francês anônimo enviado à África para relatar para um dito “amigo” estabelecido em Paris todas as etapas da viagem, incluindo as negociações feitas junto aos chefes africanos que antecediam a aquisição dos escravos. A viagem foi feita em uma embarcação cedida pelo rei francês Luiz XIV à Compaigne Royale de l’Assiente. Partiram de La Rochelle em 1702 com destino a Cabinda e Loango, onde deveria comprar escravos, e transportá-los até a região de Buenos Aires. Ao chegar a região de Cabinda o espião se deparou com quatro embarcações holandesas, duas portuguesas e uma inglesa, fato que indica a presença de atores internacionais no cenário do comércio de escravos nos chamados portos do norte no início do século XVIII, região que fugia do controle idealizado pela Coroa portuguesa. Os trechos do documento mais relevante em nossa pesquisa são os que descrevem os contatos iniciais travados com o chefe local.

---

<sup>66</sup> “Diário anônimo de uma viagem às Costas d’África e às Índias Espanholas. Organizado e comentado por Gilberto Ferrez”. RIGHB, vol. 267, abril – junho de 1965. Este manuscrito tem como título original *Journal d’un voyage sur les costes d’afrique et aux Indes d’Espagne avec une description particulière de la riviére de la Plate, de Buenos ayres, e autres lieux: commencé em 1702 et fini em 1706*, editada em Amsterdã em 1723, documento que se encontra no IHGB. Outra edição desse documento raro faz parte dos acervos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, e foi utilizado por Affonso d’Escragnolle Taunay em suas obras *Na Bahia colonial – 1610-1764* e *Rio de Janeiro de antanho*, no capítulo *Oficial negreiro* publicado na RIGHB, tomo 90, vol. 144. Taunay também utilizou a fonte em seu clássico *Subsídios para a História do tráfico africano no Brasil colonial*. A versão lida pelo autor foi editada na mesma cidade, sendo que consta como data de publicação o ano de 1730. Além dele Regine Pernous fez um estudo sobre o documento que foi publicado no Cahiers d’Histoire et de Bibliographie nº 3, Mantes, 1943, intitulado *L’Amerique du Sul au XVIII siècle*, a autora consultou uma outra edição da fonte também datada de 1723 e editada em Rouen.

<sup>67</sup> “Diário anônimo de uma viagem às Costas d’África...”.

Assim como em outros relatos a moradia do soba é descrita como um local isolado, que exigia um deslocamento a partir do litoral, no caso quatro quilômetros. David Birmingham cita que o isolamento das chefias mbundu era comum.<sup>68</sup> Essas autoridades permaneciam em suas propriedades mantendo contatos restritos com poucos funcionários de seu séquito – os macunzes, que eram incumbidos de representa-los junto aos estrangeiros nas embaixadas. Esse distanciamento do Ngola reforça o caráter místico de sua autoridade, ao mesmo tempo em que contribuía para a descentralização do poder decisório, já que suas ordens eram transmitidas por terceiros.

No já citado *Diário anônimo*, o Ngola é designado como Angoye, e os macunzes como mafounges, que é citado na fonte como o funcionário responsável pelas negociações comerciais e pela função de intermediar os contatos entre os estrangeiros e os chefes africanos. Nas palavras do dito viajante anônimo:

“Entraram então para ver o rei do país. O rei Angoye residia a quatro léguas de Cabinda, e recebeu-nos no dia 21. Para isso enviaram uma embaixada que foi levada por um capitão português e o mafoungue, ou chefe do comércio; aguardava-os em terra com redes e negros que deveriam conduzi-los até o rei. A duas léguas dali, encontraram vários oficiais e guardas que o rei enviara para recebê-los. Todos incorporados chegaram ao palácio (se tal nome se pode dar a uma cabana feita de bambus e coberta de palha). Graças a oferta de magníficos presentes, um manto escarlata, um robe-de-chambre e um chapéu com penacho de plumas brancas, o rei prometeu ajuda-lo a obter os negros que precisava. Tiveram também licença para construir uma feitoria ou barracão para depósito das mercadorias trazidas da Europa, com que deveriam

---

<sup>68</sup> Birmingham, *Alianças e conflitos...*

adquirir os 500 negros que pretendiam levar, isso requeria tempo, muita diplomacia, sagacidade e paciência, presentes e uma série de complementos”<sup>69</sup>.

O documento relata que o Angoye possuía secretários e conselheiros, sendo que alguns tinham aprendido o português para facilitar as negociações. Entre os personagens destacados pelo anônimo foram destacados o mambuc, descrito como o primeiro ministro e sucessor do rei, o maure, descrito como o segundo ministro e chefe do comércio, e o macinge, descrito como o capitão da Costa, que exercia a função de abastecer os navios negreiros.

Além dos cargos que formavam o séquito dos Ngolas e dos sobas, outros personagens compunham o cenário das relações comerciais entre os sertões e os comerciantes estabelecidos no litoral. No conjunto da rede envolvida no comércio de escravos do interior até os portos atlânticos estavam envolvidas muitas pessoas, livres e escravas, distribuídas em diferentes atividades. Os pumbeiros eram comerciantes itinerantes que percorriam o interior. Segundo Mariana Candido, embora no início o nome fosse usado para identificar os comerciantes portugueses (entenda-se supostamente “brancos”) do interior com o tempo predominaram negros e mulatos. Já no século XVII os pumbeiros eram escravos dos comerciantes portugueses que faziam negócio para eles no interior.<sup>70</sup> Essa mudança de perfil está diretamente ligada à

---

<sup>69</sup> “Diário anônimo de uma viagem às Costas d’África...”.

<sup>70</sup> Ainda segundo Mariana Candido, os pumbeiros se destacavam dos chamados “sertanejos” que eram agentes dos negociantes da costa que transportavam os escravos do interior até o litoral e da chamadas “donas” que eram comerciantes mulheres geralmente associadas a comerciantes estrangeiros. Candido, Mariana Pinho. *Fronteras de esclavización. Esclavitud, comercio e identidad en Benguela, 1780-1850*. Cidade do México: El Colegio de México. 2011. p. 44-45.

regulamentação do comércio imposta pela Coroa através de seus governadores que passou a proibir a ida de brancos aos sertões.<sup>71</sup>

Além dos pumbeiros existiam também os chamados “tangomaos”, também chamados de “lançados” que como os pumbeiros eram responsáveis pela negociação direta para a compra dos escravos nas feiras e povoados do interior. A diferença entre pumbeiro e tangomaos era que enquanto os pumbeiros representavam os interesses dos portugueses, sendo os agentes legalizados, os tangomaos eram os atravessadores que negociavam escravos sem a permissão formal da Coroa portuguesa que, desde o século XVII, havia instaurado regulamentos que visavam o controle das atividades de captação e resgate, venda e transporte dos escravos.<sup>72</sup>

Outra diferença entre os dois grupos era a forma com que se relacionavam com a população local / nativa. O interesse dos pumbeiros se limitava aos contatos comerciais, se restringindo a obtenção de informações sobre quais seriam as melhores opções de negócio junto aos sobas. Os tangomaos em contrapartida se integravam nas comunidades, estabelecendo vínculos maiores adotando hábitos locais. Essa aproximação dos tangomaos com a cultura africana foi comentada pelo cronista J. Tavares de Macedo:

“Vestindo-se como nativos, entalhando no rosto as marcas das etnias locais, os lançados foram os primeiros europeus a se adaptarem aos trópicos. Andam nus e para mais se acomodarem, e com o natural usarem o gentio da terra

---

<sup>71</sup> Boletim do Conselho Ultramarino. Legislação Antiga. Vol. 1. 1446 a 1754. Lisboa: Imprensa Nacional, 1867, p. 301. “Eu El Rei faço saber vós Tristão da Cunha, fidalgo da minha Casa a que tenha nomeado no cargo de governador e capitão geral do reino de Angola, que eu hei por bem e meu serviço que no dito governo useis e guardais o Regimento seguinte”: “17º E porque sou informado que é de muito grande dano irem homens brancos ao sertão pelas sem justiça que fazem nas terras por donde passam”.

<sup>72</sup> Zeron, Carlos Alberto. *Pumbeiros e tangomaos, intermediários do tráfico de escravos na África – século XVI*. São Paulo: Centro Virtual de Estudos Históricos/USP. s.d..

onde tratam, riscam o corpo todo com um ferro [...] e fazendo nele muitos labores [...] que ficam parecendo em várias figuras, como de lagostas serpentes [...] andam por todo aquele Guiné tratando e comprando escravos por qualquer título que os pode haver”.<sup>73</sup>

No mesmo documento publicado pelos *Annaes do Conselho Ultramarino* em 1867, encontramos outras referências que permitem uma associação entre os tangomaos e a noção de estrangeiros readaptados em uma nova realidade, de onde concluimos que esses homens eram europeus que por motivos variados adotaram os territórios africanos e passaram a se dedicar aos negócios escravistas, além de assimilar elementos culturais nativos em seu cotidiano. J. Macedo de Tavares citando a obra do franciscano Joaquim de Santa Rosa de Viterbo<sup>74</sup> analisa o termo tangomao apresentando a seguinte versão: “os que dizem que tangomao é o que foge e deixa a sua pátria e morre fora dela, ou por suas culpas, ou por seus particulares interesses...”.<sup>75</sup> Ainda sobre o conceito de tangomaos encontramos nos *Annaes do Conselho Ultramarino* uma outra definição baseada na obra de Raphael Bluteau<sup>76</sup> que ratifica as anteriores:

“Segundo o jurisconsulto Molina (Tangomao) é palavra que em terra de pretos significa os que vão pelas feiras e trocam mercancias por negros escravos que trazem os portugueses a vender... Querem outros que tangomaos sejam os que cativam homens livres, quais eram os que em Guiné andavam apanhando negros, outros finalmente

---

<sup>73</sup> Macedo, J. Tavares de. “Tangomaos”. *Annaes do Conselho Ultramarino*. Parte não oficial. 1854-1858. Lisboa: Imprensa Oficial, 1867, p. 313.

<sup>74</sup> Viterbo, Joaquim de Santa Rosa de. *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram*. Lisboa: A. J. Fernandes, 1865.

<sup>75</sup> *Annaes do Conselho Ultramarino*. Parte não oficial. 1854-1858. Lisboa: Imprensa Nacional, 1867, p. 313.

<sup>76</sup> Bluteau, *Vocabulário português e latino ...*, p. 39-40.

dizem que tangomao é o que persuade o escravos que fuja a seu senhor (Bluteau, vocábulo V. Tangomao). O mesmo escritor acrescenta depois que em vista da Ordenação que citamos parece que por tangomao se deve entender o que foge da sua terra e deixa a pátria”<sup>77</sup>.

O vocábulo surge associado tanto ao negociante de escravos, como ao indivíduo expatriado que encontra nessa atividade uma forma de renda. “os que dizem que tangomao é o que foge e deixa a sua pátria e morre fora dela, ou por sua culpa, ou por seus particulares interesses”.<sup>78</sup> A adaptação dos tangomaios a cultura africana exemplifica o que Canclini<sup>79</sup> chamou de hibridismo cultural, já que “andam neste trato pela terra dentro, os quais são uma sorte de gente, que ainda que na nação são portugueses e na religião ou batismo cristãos, de tal maneira porém vivem, como se nem uma coisa nem outra foram, porque muitos deles andam nus e pera mais se acomodarem, e com o natural usarem como os gentios da terra onde tratam, riscam o corpo todo com um ferro”.<sup>80</sup> As marcas tatuadas pelos tangomaios representam práticas relacionadas ao uso do corpo como veículo de comunicação. Os registros corporais tinham como propósito aproximar esses indivíduos dos grupos africanos, expressando visualmente uma compreensão dos códigos e das linguagens da sociedade em que eles passavam a se inserir. Aventureiros, cristãos novos ou degredados, os tangomaios encaravam o negócio negreiro como uma atividade rentável, e como uma alternativa para um tipo diferenciado de mobilidade social. Adotando os domínios africanos como

---

<sup>77</sup> *Annaes do Conselho Ultramarino*. Parte não oficial. 1854-1858. Lisboa: Imprensa Nacional, 1867, p. 313.

<sup>78</sup> *Annaes do Conselho Ultramarino*; Idem.

<sup>79</sup> Canclini, Nestor Garcia. *Culturas híbridas*. SP: Edusp, 1998.

<sup>80</sup> *Annaes do Conselho Ultramarino*. Parte não oficial. 1854-1858. Lisboa: Imprensa Nacional, 1867, p. 313.

moradia, os tangomaos assumiam até mesmo uma nova fisionomia com o objetivo de abandonar seus antigos estigmas marginalizados em suas sociedades de origem, e registrando em seus corpos novas marcas que deveriam significar uma nova inclusão social. O fato é que a presença dos tangomaos representou um obstáculo à proposta da Coroa portuguesa de controlar e centralizar as transações junto aos sobas do interior. Daí a emissão de leis que proibiam esses agentes comerciais de transitar pelos sertões.<sup>81</sup>

A estratificação social entre os mbundu é outro dado que contribui na análise de sua organização política e na compreensão de uma lógica própria que determinava a distribuição do poder. Dentro da sociedade mbundu existiam grupos que estavam passíveis de serem escravizados, e outros que estavam livres desse risco. Na língua kimbundu os *murindas* eram essas pessoas que não poderiam ser escravizadas, fato este que evidenciava os privilégios e as desigualdades sociais como componentes originais da sociedade mbundu. Já o termo *kijiku*<sup>82</sup> corresponde ao segmento escravo da sociedade mbundu.

A análise das portarias, ordens e cartas expedidas pelos governadores portugueses encarregados da administração de Angola<sup>83</sup> indica que essa nomenclatura de cargos não era utilizada pelos burocratas portugueses, que se limitavam a citar os sobas, os macotas e com menor frequência os tandalas. Os portugueses utilizaram

---

<sup>81</sup> AHNA: Livro 70. *Portaria para que se ande pelo sertão com licença: Conjunto de portarias dos Ilustríssimos e Excelentíssimos Dom João de Lencastre Gonçalo de Alcaçova e Henrique Jacques. 1688 – 1695.*

<sup>82</sup> Kijiku no singular, ijiku no plural. Heintze, *Angola nos séculos XVI e XVII...*

<sup>83</sup> AHNA. Códice 3261 – 182 G. Seção: Luanda. Governo Geral. Patentes, provisões, bandos e ordens dos governadores gerais. 1654 – 1764. AHNA. Livro 1º. Ordens que o Ilustríssimo e Excelentíssimo senhor Dom Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho mandou aos capitães dos presídios.

africanos para obter informações estratégicas junto às autoridades políticas do Ndongo. Esses “espiões” receberam o nome de funantes.<sup>84</sup>

Outro aspecto é a reduzida referência aos Ngolas quando comparada à recorrência de documentos que citam os sobas. Essa desproporção indica a importância da participação desses chefes locais na relação com os portugueses, principalmente na dinâmica do comércio escravista. Metodologicamente precisamos estar atentos quanto à utilização literal desses termos, em função de chegarem até nosso conhecimento através de transcrições derivadas de línguas europeias tendo como matrizes o kimbundu. Apesar disso, é possível identificar os principais cargos e suas respectivas funções para compor um quadro da hierarquia política que surgiu em função dessa convivência entre os séculos XVII e XVIII.

### *1.3 - Do Congo ao Ndongo: as alianças portuguesas na África centro ocidental*

Charles Boxer foi pioneiro na análise do deslocamento dos portugueses do Congo para o Ndongo em sua obra Salvador Correia de Sá e a luta pelo Brasil e Angola, utilizando como argumento as vantagens da descentralização política de Angola em relação ao poder do manicongo. Nas palavras do historiador: “o governador do reino do

---

<sup>84</sup> O termo funante é citado por Roy Glasgow: “Embora pequenos comerciantes, os funantes agiam como espiões dos portugueses trazendo-lhe informações estratégicas acerca dos movimentos das tropas africanas, tréguas e pactos projetados ou vigentes de caráter militar entre os chefes, e preparativos de guerra. Eles também agiam como guias para as tropas portuguesas em regiões desconhecidas e perigosas. Glasgow, Roy. *Nzinga*. SP: Ed. Perspectiva, 1982, p. 73.

Congo jaitava-se de ter supremacia sobre os vizinhos de Matamba, Ndongo, Loango e tantos outros, mas a efetividade dessa supremacia variava dentro de seus limites”.<sup>85</sup> O deslocamento do foco dos interesses portugueses do Congo para o Ndongo foi motivado por diversos fatores, entre eles a necessidade de expandir redes comerciais que garantissem escravos. Ao contrário do Congo onde os portugueses negociavam com o manicongo, no Ndongo foi possível negociar diretamente com os sobas.

Defendemos em nossa pesquisa que a centralização política do Congo, e o poder descentralizado e distribuído nas mãos dos sobas do Ndongo, foi um dos fatores determinantes para esse deslocamento. A política do manicongo Dom Afonso I, que governou como durante a quarta década do século XVI,<sup>86</sup> foi marcada pela defesa da centralização. Dom Afonso I tinha a pretensão de controlar os negócios, e de mediar as relações com os portugueses, impedindo o contato destes com fornecedores de escravos dos sertões. Essa diretriz de seu governo não agradou os chefes provinciais, que depositavam nos negócios negreiros expectativas de lucro. A ideia de Dom Afonso I estava voltada para o estabelecimento de um monopólio, e para isso criou medidas para a regulamentação do comércio, o que dificultou as transações dos portugueses. Dessa forma surgiam dois focos de oposição contrários ao então manicongo: chefes locais vassallos e comerciantes portugueses.<sup>87</sup>

David Birmingham argumenta nessa direção: “Contrariamente ao Congo, onde por exemplo, um mano Mbata era governador da província de Mbata, uma mani

---

<sup>85</sup> Boxer, *Salvador Correia de Sá...* Boxer foi também o primeiro a chamar a atenção para a participação dos sobas nas etapas de captação de escravos nos sertões.

<sup>86</sup> Dom Afonso I governou no período de 1506 a 1542 ou 1543, e tinha como nome original Mvemba-a-Nzinga – Mvemba-ne-Lumbu.

<sup>87</sup> “Não via o macoco, como, de resto, o angola e outros reis e régulos de grandes e pequenos estado ao norte, a leste ou ao sul do Congo, por que o manicongo se deviam reservar o controle e os vultuosos ganhos das trocas com os europeus”. Silva, Alberto da Costa e. *A manilha e o libambo...*, p. 389.

Mbamba governador da província de Mbamba e assim por diante, no Ndongo não havia governadores de províncias. [...] Cada uma dessas regiões dividia-se em numerosos chefados ou sobados” A interpretação de Birmingham sobre a organização política dos Ndongo fornece elementos para a nossa hipótese de que o poder no Ndongo era concentrado nas mãos dos sobas, o que fez com que esses personagens se destacassem na relação com os funcionários portugueses.<sup>88</sup>

Outro acontecimento que determinou o enfraquecimento do Congo nesse contexto foi a invasão dos jagas no ano de 1568, descrita por Duarte Lopes e Fellipo Pigafetta.<sup>89</sup> Como esclarece Alberto da Costa e Silva:

“A imagem que guardamos dos jagas é a mesma que Duarte Lopes passou a Fillipo Pigafetta: a de uma horda feroz, nômade, antropófaga, destruidora, que vivia da guerra e do saque. Deles dizia-se que, jungidos, por disciplina férrea, matavam as crianças que lhes davam suas mulheres, a fim de que não perturbassem a rapidez da marcha, preferindo aumentar os seus números com os meninos e rapazolas que aprisionavam e dos quais faziam novos jagas, mediante cerimônias iniciatórias”.<sup>90</sup>

A importância dos jagas na historiografia de Angola se explica porque foi justamente a depois da invasão jaga ao Congo que as relações entre Congo e Portugal se alteraram e terminaram por fazer os portugueses se aproximarem do Ndongo. Até então

---

<sup>88</sup> Birmingham, *Alianças e conflitos...*

<sup>89</sup> Lopes, Duarte e Felippo Pigaffeta. *Relação do reino do Congo e das terras circunvizinhas*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1951.

<sup>90</sup> Silva, *A manilha e o libambo...*, p. 390. Para o autor as secas da segunda metade do século XVI podem estar associada ao surgimento de grupos nômades que adotaram o modo “jaga” de viver. Buscando alimentos, teriam deixado suas comunidades agrícolas originais e formado hordas nômades. Outro diferencial citado pelo autor é o abandono da gerontologia típica dos grupos bantos, e a valorização da juventude traduzida nesse contexto como sinônimo de força física e vitalidade.

os portugueses negociavam escravos com as elites políticas do Congo, mas grupos jagas vindos de terras do leste promoveram uma guerra nas terras controladas pelo manicongo, que culminou com a expulsão dos portugueses do Congo atrapalhando as negociações responsáveis pela aquisição de escravos.

As pesquisas sobre a presença dos jagas e os desdobramentos de suas alianças, e conflitos com os portugueses, deram origem a um debate historiográfico. O debate é pautado nas obras de Joseph Miller e John Thornton sobre a invasão jaga ao Congo, que segundo a fonte escrita por Duarte Lopes e Felippo Pigafetta, teria ocorrido em 1568. Joseph Miller escreveu em 1973 um artigo intitulado Requiem for the “jaga”<sup>91</sup>. Em sua interpretação faz considerações sobre a fonte, relativizando algumas informações, também minimiza o impacto do fato por não considerar o episódio como uma invasão, e sim um conflito que teria ocorrido em uma perspectiva reduzida, quando uma parcela da população do Congo teria contestado a autoridade do manicongo, e que este teria solicitado o apoio militar dos portugueses. John Thornton, em artigo intitulado A resurrection for the jaga<sup>92</sup>, publicado em 1978 contesta a análise de Joseph Miller alegando ausência de argumentos. Joseph Miller no mesmo ano publicou o artigo Thanatopsis<sup>93</sup>, onde reafirma sua interpretação. Miller,.

Outra questão é a utilização dos termos jaga e imbangalas como sinônimos, ponto que é notado nos trabalhos de Beatrix Heintze<sup>94</sup> e Luiz Felipe de Alencastro. Uma das dificuldades para a conceituação e utilização dessas expressões tem origem no fato

---

<sup>91</sup> Miller, Joseph C. “Requiem for the ‘jaga’”. *Cahier d’études africaines*. Vol. 13, nº 49, 1973, pp. 121-149.

<sup>92</sup> Thornton, John K. “A resurrection for the jaga”. *Cahier d’études africaines*. Vol. 18, nº 69-70, 1978, pp. 223-227.

<sup>93</sup> Miller, Joseph C. “Thanatopsis”. *Cahier d’études africaines*. Vol. 18, nº 69-70, 1978, pp. 229-231

<sup>94</sup> Heintze, *Angola nos séculos XVI e XVIII...* e Alencastro, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes. Formação do Brasil nos quadros do Atlântico Sul*. SP: Companhia das Letras, 2000.

de que muitos dos observadores contemporâneos dos séculos XVII e XVIII confundiram os dois conceitos, passando a utilizá-los como se fossem um só. “Como todos os jagas – ou grupos imbangalas, bangala ou benguela – esses indivíduos traziam a divisa distintiva desses guerreiros: dois dentes arrancados da parte da frente da arcada dentária superior. Daí o substantivo do português do Brasil banguela”.<sup>95</sup> Para David Birmingham os termos jaga e imbangalas se referem a dois grupos distintos. De acordo com essa interpretação os jagas teriam vindo do leste africano, e posteriormente invadido o Congo, já os imbangalas teriam também vindos do leste do continente, e posteriormente invadido o Ndongo. Uma das hipóteses considerada pelo autor é que os jagas se formaram como um grupo distinto após a desintegração dos territórios do povo luba, e que por sua vez os imbangalas possuíam origem entre os povos lunda que migraram para o Ndongo após o estabelecimento do povo luba em seus territórios.<sup>96</sup>

Em quicongo antigo (yaka) a palavra jaga significava “outro”, “estrangeiro”, “bárbaro” e já no século XVII “bandido”,<sup>97</sup> todos adjetivos já associados aos chamados jagas na documentação portuguesa dos séculos XVII e XVIII.

“Sobre quem eram discute-se desde então. Houve quem sustentasse que vieram do leste do rio Cuango e seriam a mesma gente que os imbangalas ou bengalas, com quem os portugueses lidariam, em Angola, poucas décadas mais tarde. E houve quem sugerisse que nunca existiram como invasores, que eram gente da terra, congos sublevados

---

<sup>95</sup> Alencastro, *O trato dos viventes...*, p. 90.

<sup>96</sup> Birmingham, *Alianças e conflitos...* “O termo imbangalas ou bangala subsiste como nome que os portugueses aplicam ao povo do reino de Cassanje, que foi instalado no alto do rio Kwango, por um chefe lunda com aquele nome”.

<sup>97</sup> Silva, *A manilha e o libambo...*, p. 391.

contra o rei, que contaram com o apoio dos vizinhos do lago Malebo e de Matamba”.<sup>98</sup>

Outra interpretação sobre os jagas ainda é a que cogita a hipótese que esse grupo se formou através da união de angicos e congos, que adotaram essa identidade fugindo das dificuldades em que viviam nas terras do médio Cuango. Versão que se aproxima daquela que defende que a procura por escravos, fomentada pelos europeus, gerou alterações na realidade de grupos até então agricultores, que mudaram seus hábitos e se integraram a dinâmica e a lógica da mercantilização de escravos.<sup>99</sup> O fato é que os jagas foram personagens relevantes na formação de alianças, fundamentais para a compreensão das redes de poder, e da configuração do poder político no século XVII na África Centro Ocidental. Na documentação portuguesa o termo “jaga” é citado da seguinte forma:

“Os jagas de que se compõem parte do exército que são governadores de gente belicosa, e ambulante que admitem variedade de nações, e debaixo do mesmo nome se entendem os governantes que formam este Corpo. Aqueles que são eleitos por estes: faltando um elegem o mais antigo militar, mas quando sucede ter merecimento escolhem outro que melhor sirva de mais instrução e liberalidade. Juram administrar a justiça, defender seus povos, não desamparar os brancos, não lhes ser traidor, e morrer com eles quando o sucesso da guerra seja infausto, apesar de serem desamparados pela mesma sua tropa”<sup>100</sup>.

---

<sup>98</sup> Silva, *A manilha e o libambo...*, p. 391.

<sup>99</sup> Hilton, Anne. “The jaga reconsidered” *The Journal of African History*. Cambridge, vol. 22, 1981, nº 2.

<sup>100</sup> Corrêa, *História de Angola...*, vol. 03, p. 56.

O documento descreve um conceito distorcido e inverídico do que podemos considerar como uma “identidade jaga”, que em síntese podem ser considerados como um grupo de guerreiros mercenários, que não tinha como fidelidade militar uma de suas características. O trecho generaliza os jagas como aliados, o que realmente foram em determinados episódios, mas apresenta uma descrição de vínculo que jamais existiu entre estes grupos e os portugueses. A fonte cita também “estes animosos guerreiros tem mais de uma vez dado exemplos da sua constância e da fidelidade do seu sagrado juramento. Dividem-se os jagas em companhias comandadas por macotas subordinados a uma Golambole, que equivale a major”.<sup>101</sup> Questionamos tanto essa afirmação de fidelidade, já que em nossa pesquisa constatamos que os jagas lutavam e se filiavam aos exércitos de acordo com seus interesses mais imediatos, e não por identificação e por princípios. Os jagas não estabeleciam, assim como não prezavam, nenhum tipo de identificação ou filiação nem entre membros de seu próprio grupo, menos ainda com pessoas desvinculadas de seus vínculos de parentescos inventados e legitimados. O sentido do termo “sagrado” empregado pelo autor da fonte, Elias Alexandre, também precisa ser contextualizado e relativizado, já que é empregado com sentido cristão-católico, que nada tem em comum com as práticas religiosas típicas dos africanos.

Consideramos em nossa pesquisa que o termo jaga é uma definição genérica utilizada para a caracterização de grupos rebeldes e guerreiros que adotaram a vida nômade entre os territórios da África Centro Ocidental, sem que sua origem estivesse restrita aos povos imbangalas. Os jagas não são caracterizados como um grupo étnico, ou o como um grupo que compartilhava princípios de ancestralidade em comum – a mesma origem, mas sim um exército formado por homens predominantemente jovens, onde não existia a reprodução, já que cresciam em número atraindo e recrutando

---

<sup>101</sup> Corrêa, *História de Angola...*, vol. 03, p. 50.

homens adultos para sua jornada. Os imbangalas passaram a ser chamados de jagas em função de seus costumes. De acordo com Beatrix Heintze por volta do ano de 1620 os ditos jagas teriam abandonado seus hábitos nômades após o estabelecimento do potentado de Cassanje.<sup>102</sup>

Na ocasião da chamada “invasão jaga” de 1568 ao Congo uma seca que prejudicou ainda mais a situação, e que repercutiu na redefinição de estratégias adotadas pelas elites políticas locais e pelos portugueses estabelecidos na região. Apesar de ter solicitado ajuda aos portugueses, os jagas saíram vitoriosos, fazendo com que Dom Álvaro fugisse, e terminasse solicitando ajuda do então rei português Dom Sebastião. Os portugueses junto com os partidários de Dom Álvaro levaram cinco anos para expulsar os jagas do Congo.<sup>103</sup>

Durante o século XVII o Ndongo conseguiu manter sua independência em relação ao Congo após numerosas batalhas, que também contribuíram para a gestação de uma identidade entre os mbundu. Os auxílios militares dos portugueses favoreceram as alianças entre esses funcionários metropolitanos e as elites locais. O Ndongo gradualmente desfazia um vínculo com o Congo e se comprometia com os interesses portugueses. Os sobas cooperaram com o comércio escravista, quase sempre após derrotas militares que culminavam no avassalamento.

Nesse contexto a região de Malebo Pool, localizada no início dos trechos navegáveis do rio Congo, já distante das fronteiras com o Ndongo, despontou como área estratégica. Percurso que acompanhou o deslocamento dos interesses da política

---

<sup>102</sup> Heintze, *Angola nos séculos XVI e XVII...*

<sup>103</sup> De acordo com Alberto da Costa e Silva “logo após a restauração, D. Álvaro havia proposto a D. Sebastião que o tomasse por vassalo, dispondo-se a pagar “os quintos do zimbo que na sua ilha de Luanda se pescasse em cada ano”. Não há vestígio de que o rei português tenha aceitado e recolhido o tributo. D. Sebastião, ou não se dignou a responder, ou preferiu deixar as coisas como estavam, para não ter mais ônus de suserano”. Silva, *A manilha e o libambo...*, p. 394.

mercantil portuguesa. Entre o final do século XVI e o início do século XVII Malebo Pool se tornou uma importante área fornecedora de escravos que eram enviados ao porto de Luanda. As atividades comerciais desenvolvidas em Malebo Pool foram decisivas para a História do Ndongo. Apesar dessa área rivalizar com a região de Okango, localizada nas proximidades do rio Kwango, Malebo Pool ocupou lugar de destaque nos investimentos da Coroa, incentivando ainda mais a aproximação entre os portugueses e a elite política do Ndongo, que em tese tinha o domínio da região.

A penetração dos portugueses nos sertões do Ndongo esteve vinculada ao aumento do comércio de escravos, e ao crescimento do mercado atlântico. Essa expansão dos negócios sertanejos incentivou, e contribuiu para a independência do Ndongo frente ao Congo: “uma vez que oferecia ao Ndongo a possibilidade de adquirir diretamente artigos europeus e asiáticos sem passar pelo Congo”.<sup>104</sup> O surgimento do Ndongo como um potentado independente do Congo foi o produto da emancipação de vários sobados, que identificando os portugueses como aliados, se desvincularam da chefia do Congo. Como aponta Birmingham, o rompimento entre o Congo e o Ndongo não foi um movimento de contestação de um soberano (ngola) frente ao outro (manicongo).<sup>105</sup> Tal argumento reforça nossa proposição de que trata-se de um processo descentralizado onde os sobas, pressionados pelos portugueses foram, pelo avassalamento forçado, progressivamente se ajustando ao seu comércio.

O ano de 1520 é considerado o marco inicial dos contatos entre portugueses e as autoridades políticas do Ndongo, mas o foco da Coroa portuguesa permanecia nesse contexto localizado no Congo. Em 1520 o Ndongo, então governado por Ngola Quiluanze (Kiluanji), passava a ganhar mais espaço nas investidas portuguesas.

---

<sup>104</sup> Heintze, *Angola nos séculos XVI e XVII*, p. 229.

<sup>105</sup> Birmingham, *Alianças e conflitos...*

A situação foi alterada no ano de 1560, quando os interesses dos portugueses passam a se concentrar no Ndongo. O conquistador Paulo Dias de Novais foi pela primeira vez aos territórios do Ndongo em 1560, acompanhado de padres da Companhia de Jesus com o objetivo de obter informações sobre os potenciais da região que poderiam ser úteis aos planos de conquista dos monarcas portugueses. Terminou preso, sendo libertado somente em 1565, após prometer ajuda militar contra os inimigos do então Ngola, Kiluangi Kia Ndambi. Paulo Dias Novais<sup>106</sup> regressou a Portugal, quando em 1571 o então rei português Dom Sebastião o encarregou da tarefa de sujeitar e conquistar o “reino” de Angola através de uma carta régia que formalizava, na perspectiva portuguesa, o estatuto de capitania dos então territórios do Ndongo, chamada de Angola em função do título de seu principal soberano. Nesse contexto o discurso missionário prevalecia na elaboração do projeto político responsável pelas ações dos portugueses em suas possessões ultramarinas. Aliadas a esse objetivo estavam também as embrionárias ambições mercantis, fomentadas em Portugal por uma burguesia em ascensão que contribui no processo de centralização política da Coroa.

Desde 1575 os portugueses já negociavam escravos na região de Ilamba, área delimitada pelos rios Bengo e Kwanza. Controlavam também o comércio fluvial do rio Kwanza até a foz do rio Lukala, importante percurso onde foram construídas três das principais fortalezas que se tornaram fundamentais para o estabelecimento das bases da colonização portuguesa: Massangano, Muxima e Cambembe. Paulo Dias Novais adotou a estratégia de se aliar ao soberano do Ndongo, oferecendo ajuda militar para lutar contra um rebelde denominado Quiloange.<sup>107</sup> Com a derrota de Quiloange cresceu o

---

<sup>106</sup> Paulo Dias de Novais governou as possessões portuguesas no período de fevereiro de 1575 a setembro de 1589.

<sup>107</sup> De acordo com a interpretação de Linda Heywood e de John Thornton os portugueses não tinham nesse período um contingente militar suficiente para que fosse travado um embate direto

prestígio dos portugueses junto às elites políticas mbundu, o que permitiu que os portugueses ampliassem suas áreas de atuação até as regiões de Ilamba, Quissama e áreas sertanejas próximas ao rio Lucala. Objetivando alcançar as idealizadas minas de Cambembe travou batalhas contra os sobas fixados no percurso que os levariam até a prata. As tropas portuguesas lutaram contra os sobas de Muxima, Quitangombe e Quizua, e ainda na mesma direção avassalou o soba Bamba Fungo.<sup>108</sup>

A aproximação com os sobas do Ndongo passou a ser formalizada pelas cerimônias de avassalamento, que na prática eram uma releitura improvisada pelos portugueses da cerimônia original africana do undamento. O avassalamento nesse período representava fundamentalmente a abertura de caminhos nos sertões, que deveriam atender prioritariamente a meta metalista do mercantilismo português. Com o passar do tempo e a percepção da alta lucratividade do comércio de escravos, os avassalamentos foram adquirindo outras funções, como a de abrir rotas rumo às áreas de captação de escravos e caminhos até os pumbos. Outra estratégia adotada por Paulo Dias Novais foi a aproximação com o soberano de Benguela. Os portugueses acreditavam que esse vínculo facilitaria a ocupação da região de Quissama, localizada entre o Ndongo e Benguela, e de suas respectivas minas de sal. Esse objetivo não foi alcançado graças à intensa e persistente resistência dos sobas de Quissama, que representaram o principal foco de oposição à presença portuguesa, desde o século XVI até o século XVII.

A morte de Paulo Dias Novais gerou tensões em torno da sucessão, e da nova configuração de poder que seria implementada nas possessões portuguesas do Ndongo.

---

contra o Ngola, daí a adoção de uma estratégia de aliança que viabilizasse a identificação dos potenciais econômicos que poderiam ser úteis à política mercantil da Coroa Portuguesa do século XVI Heywood, Linda M e Thornton, John K. *Central Africans, Atlantic Creoles, and the foundations of the Americas. 1585-1660*. Cambridge University Press, 2007.

<sup>108</sup> Corrêa, *História de Angola...*, vol 3.

Esses desentendimentos se tornaram uma preocupação para os portugueses, fato este que levou a Coroa a anular o sistema de capitâneas e adotar em 1592 o sistema de governo geral.<sup>109</sup> A adoção desse novo modelo político foi concomitante ao período da União Ibérica (1580 a 1640). De acordo com o novo sistema a Coroa passou a nomear governadores para administrar a região, momento de extrema importância para a compreensão das relações de vassalagem estabelecidas junto aos sobas. A orientação da Coroa era a não contestação da autoridade das elites políticas mbundu, e que a presença ibérica deveria ser firmada através da defesa e viabilização de interesses comerciais. Os sobas deveriam assumir o compromisso de cooperar com essa meta, assumindo a posição de vassalos, o que implicava também no compromisso com o pagamento de tributos, imposto esse que foi chamado de baculamento ou de futa.<sup>110</sup> Já no ano de 1595 foi decretada a validade dos *asientos* – contratos de privilégio para fornecimento de escravos por parte dos comerciantes portugueses para os mercados da América Espanhola.<sup>111</sup>

Um importante documento utilizado para identificar e localizar geograficamente os sobados avassalados pelos portugueses, e as alterações dos significados dessa prática para a Coroa Portuguesa foi produzida em 1783 pelo militar português Elias Alexandre.

---

<sup>109</sup> David Birmingham aponta outros fatores para o fracasso do sistema de capitâneas hereditárias: entre eles a alta taxa de mortalidade dos colonos europeus, a resistência dos africanos, o clima impróprio para a agricultura, e o fato dos colonos portugueses se dedicarem exclusivamente ao comércio de escravos não se dedicando a outras atividades. Birmingham, *Alianças e conflitos...*, p. 62.

<sup>110</sup> De acordo com o Dicionário Glossográfico e Toponímico de Adriano Parreira, baculamento era um “tributo pago voluntariamente pelos sobas avassalados à Coroa Portuguesa”, e futa “corresponde em português a oferta que o inferior dá ao seu superior, como reconhecimento do seu estatuto”. Parreira, *Dicionário glossográfico e toponímico...*, p. 27 e p. 47.

<sup>111</sup> O trabalho de Maria de Fátima Gouveia fornece um mapeamento do quadro administrativo das heterogêneas possessões do Império Ultramarino Português, enfatizando o papel dos privilégios e das redes clientelares na formação dos quadros burocráticos. Gouveia, Maria de Fátima. “Poder político e administração na formação do complexo Atlântico Português (1645-1808)”. In: Fragoso, João; Gouveia, Maria de Fátima e Bicalho, Maria Fernanda (orgs). *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa*. RJ: Civilização Brasileira, 2001.

Assim como outros relatos militares, esse tipo de documento exalta os feitos dos portugueses, exigindo um cuidado, já sinalizado por Beatrix Heintze, para que não haja uma valorização desmedida das conquistas. Para evitar equívocos em relação aos sobas avassalados utilizamos como critérios a comparação entre as informações citadas por Elias Alexandre<sup>112</sup>, com a obra de J. C. Feo Cardozo de Castelo Branco e Torres<sup>113</sup>, e com os dados do “Catálogo dos governadores do reino de Angola” publicadas pela Academia Real das Ciências de Lisboa na *Coleção de notícias para a História das nações ultramarinas*.<sup>114</sup> O autor da *História de Angola*, contemporâneo da segunda metade do século XVIII, enxergava já nos planos de governo de Paulo Dias Novais intenções e projetos que, posteriormente, foram retomados em finais do século XVIII pelo governador Dom Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho. Comenta, por exemplo, as intenções de Paulo Dias Novais em ampliar os investimentos em Angola, explorando outros setores além do comércio de escravos, citando a exploração do marfim e a pecuária em Benguela; “e fornecer os dois mencionados gêneros, e juntamente escravatura”.<sup>115</sup> Não é possível mensurar até que ponto Elias Alexandre estava influenciado por suas experiências, e pelo ambiente das reformas pombalinas, mas o fato é que a proposta de diversificar as atividades econômicas em Angola, incentivando, entre outras coisas, o mineralismo podem ser consideradas um elemento distintivo, e

---

<sup>112</sup> Corrêa, *História de Angola...*, vol. 3.

<sup>113</sup> Torres, J. C. Feo Cardozo de Castelo Branco e. *Memórias contendo a biografia do vice-almirante Luiz da Mota Feo e Torres. A História dos governadores e capitães gerais de Angola, desde 1576 até 1825 e a Descrição Geográfica e Política dos reinos de Angola e Benguela*. Paris: Fantin Livreiro, 1825.

<sup>114</sup> “Catálogo dos governadores do reino de Angola. Com uma prévia notícia dos princípios de sua conquista e do que nela obraram os governadores dignos de memória”. In: *Coleção de notícias para a História das nações ultramarinas que vivem nos domínios portugueses ou lhe são vizinhas*. Tomo III. Parte II. Academia Real das Ciências de Lisboa. Lisboa: Tip. da Academia Real das Ciências de Lisboa, 1826.

<sup>115</sup> Corrêa, *História de Angola...*, vol. 3, p. 204.

característico, do governo reformista de Dom Francisco Inocêncio. De acordo com a sua História de Angola, Elias Alexandre afirma que durante o governo de Novais teria sido avassalado, até o ano de 1584, cinquenta sobados “até os confins do rio Luçala”.<sup>116</sup>

Ainda durante o período de governo de Paulo Dias Novais vários sobados foram doados aos jesuítas, de acordo com o vigente sistema de amos. Na prática o sistema de amos constituía na distribuição de terras, inclusive de sobados, para instituições e indivíduos particulares. O amo estabelecia com os sobas uma relação vassálica, sem relação direta com a Coroa. Dentro desse contrato o amo tinha o direito de cobrar tributos aos sobas, sem a supervisão ou intervenção de funcionários da Coroa portuguesa. Com o passar do tempo a Coroa se desinteressou pelo sistema e passou a ter contato direto com os sobas. O sistema de amos, manteve uma prática de tributação encontrada pelos portugueses, conferindo-lhe novos significados.

No século XVII, na vigência do sistema de amos, muitos sobas haviam recuperado sua independência, o que fez com que a Coroa portuguesa perdesse influência nos territórios dos sertões do Ndongo. A Coroa substituiu o sistema de amos pelo avassalamento. A extinção do sistema de amos e a implementação da cerimônia de vassalagem representou uma centralização por parte da Coroa Portuguesa, do poder exercido sobre os sobas. Essa política evidencia também uma tentativa da Coroa portuguesa de exercer um maior controle das transações comerciais que passavam a crescer nos sertões. É possível identificar essa preocupação na documentação portuguesa que busca regulamentar a entrada de comerciantes nas áreas de captação de escravos, e na proibição e punição de comerciantes que abusassem e contrariassem os interesses da Coroa portuguesa, o que na prática significava negociar escravos a margem do controle fiscal exercido pela Fazenda Real.

---

<sup>116</sup> Corrêa, *História de Angola...*, vol. 3, p. 204.

#### 1.4 – Avassalamento, Território e comércio nos sertões

O pagamento de tributos era uma prática entre os africanos já antes da chegada dos portugueses. Os mbundos pagavam tributo aos sobas em troca de chuvas, sendo responsabilidade desses chefes fazer com que o tributo chegasse às mãos do Ngola.<sup>117</sup> Esse pagamento, que poderia ser feito em gêneros diversos e também em escravos, estando esta alternativa associada à decisão dos portugueses de substituírem o undamento pelo avassalamento. A prática do avassalamento, utilizado como instrumento de poder junto aos sobas, teve como origem o “undamento”, nome português dado a uma cerimônia que tinha como função afirmar o reconhecimento de uma autoridade, geralmente associada ao momento da posse dos novos sobas. No avassalamento passou a existir uma vinculação formal entre pagamento de tributo, reconhecimento da autoridade do soba e sua submissão à soberania portuguesa.

Segundo Parreira:

“Undar é a cerimônia que usam os sobas, quando sucedem nas Terras por morte do último senhor da Terra, ou quando por causas justas conforme as suas leis e costumes lançam o senhor fora da terra, e ele elege macotas, que são os do Conselho, outro senhor, o qual costuma ser sobrinho do morto, filho de sua irmã, porque estes tem por legítimo senhor, e não o filho, que diz saber ao Governador, pedindo-lhe que o haja por bem, e que o queira undar, que é o mesmo que confirma-lo na terra”.<sup>118</sup>

---

<sup>117</sup> Heintze, *Angola nos séculos XVI e XVII...*

<sup>118</sup> Parreira, *Dicionário glossográfico e toponímico...*, p. 106.

Segundo Carlos Couto trata-se de termo de “origem banta” que na documentação da época se mostra de significado impreciso: “Todavia, julgamos tratar-se da cerimônia pela qual um soba vassalo era geralmente confirmado no governo de sua tribo, pela primeira magistratura de sua província quando de sua eleição ou sucessão”.<sup>119</sup> Sua explicação, assim com a de outros autores, mostra que entre os termos undamento e avassalamento foram, em determinados textos e contextos, utilizados como sinônimos.

O undamento era utilizado como um momento de legitimação coletiva do poder do chefe recém-empossado, e como um momento de comunicar a todos os membros do grupo o novo representante do poder local. Os portugueses inspirados na prática do undamento aproximaram esse costume africano à cerimônia de vassalagem portuguesa por partilharem de uma característica importante: ambas marcavam uma hierarquia entre duas esferas desiguais de poder, que diante assumiam um compromisso de lealdade. O mesmo undar passou a ser utilizado para formalizar o avassalamento dos sobas junto aos portugueses.

O singular dessa relação vassálica era o caráter essencialmente mercantil que norteava e sustentava essa aproximação com os poderes locais. “Os sobas tinham de se comprometer a prestar auxílio militar aos portugueses, abrir os seus territórios ao comércio português, isto é, sobretudo ao comércio de escravos, pagar um tributo anual e ainda converter-se ao Cristianismo. A Coroa por sua vez, prometia defende-los dos seus

---

<sup>119</sup> Couto, Carlos. *Os capitães mores de Angola no século XVIII. Subsídios para o estudo de sua atuação*. Luanda: Instituto de Investigação Científica de Angola, 1972, p. 253.

inimigos”.<sup>120</sup> Após o avassalamento os sobas aliados passavam a ser chamados de kilambas.<sup>121</sup>

A guerra foi o principal meio utilizado para o avassalamento dos sobas dos sertões. Após as derrotas esses chefes eram obrigados a assinar um tipo de documento, formulado pelos funcionários da Coroa, onde era firmado um compromisso mútuo, porém com funções distintas para as partes. Cabia aos portugueses prestar auxílios militares em caso de ataque aos seus vassallos africanos, por outro lado os sobas ficavam encarregados de pagar os tributos estipulados pelos portugueses, além de permitir o livre acesso de comerciantes autorizados pela Coroa em suas terras. Analisando os autos percebemos que esses tributos eram pagos em escravos.

A cerimônia de avassalamento era composta por duas etapas: a primeira era a encomendação, onde o soba deveria bater palmas, depois colocando as mãos na terra e peito enquanto juravam ser leais súditos do monarca português. A segunda parte da cerimônia era o ritual de investidura, que por sua vez era dividida em duas etapas: a primeira a cerimônia do peso, onde o soba era coberto de pamba<sup>122</sup>, e a segunda a cerimônia do vestir, quando o funcionário português vestia o soba avassalado, cobrindo com uma manta.<sup>123</sup>

Uma passagem registrada por Beatrix Heintze reforça a dificuldade de distinguir fundamento e avassalamento e descrever seus rituais:

---

<sup>120</sup> Para reforçar o contrato o soba e o funcionário português poderiam trocar beijos. Heintze, Beatrix. *Op. cit.*, p. 280.

<sup>121</sup> Parreira, *Dicionário glossográfico e toponímico...* De acordo com o auto o mesmo termo era utilizado para designar os capitães assalariados da guerra preta. A expressão também era utilizada na definição dos cabos de guerra, e na definição dos empacaceiros, que eram membros das tropas regulares africanas que utilizavam armas de fogo, e que acompanhavam os militares portugueses em campanhas.

<sup>122</sup> Segundo Virgílio Coelho pamba é um pó branco ou caulino. Coelho, Virgílio. *Em busca de Kábasa...*, p. 273.

<sup>123</sup> Heintze, Beatrix. *Angola nos séculos XVI e XVII...*, p. 403-404.

“os sobas se tem por vassalo enquanto não os undam, que é uma cerimônia a que chamam undar, e é mandar o governador em sua presença lançar um pouco de farinha sobre o soba que se avassala, e ele corre com ela pelos braços e peitos e logo se lança por terra em sinal de vassalo que é o mesmo que cativo, a que chamam de peça, então se faz o assento no livro pela qual se obriga a pagar por si, e todos os seus sucessores a Vossa Majestade, e a Real Fazenda o que promete”.<sup>124</sup>

Aqui aparece o uso da farinha no que tudo indica ser a mesma ocasião em que se menciona o uso da pemba, um pó branco que pode facilmente ser substituído pela farinha, alterando, entretanto largamente o significado do ato. O uso da farinha mostra o entrelaçamento de rituais diversos e os recursos a um alimento introduzido pelos portugueses em Angola que esteve vinculado ao comércio de escravos e a alimentação dos portugueses tanto em Luanda quanto nos sertões. Os autos de vassalagem consultados em nossa pesquisa não descrevem as etapas da cerimônia, talvez por não ter havido interesse da parte dos funcionários portugueses responsáveis por esse registro. Porém as obrigações impostas aos sobas não só eram registradas, como assinadas pelos sobas e pelos macotas (com o registro de uma cruz).

Além desse aspecto citamos também a relação entre vassalagem e as atividades missionárias. O discurso religioso implícito no conceito de “resgate” permeou as ações dos militares portugueses nos sertões. Além da tributação imposta que era dirigida aos cofres da Fazenda Real, os sobas também recebiam as cobranças dos dízimos. A fonte produzida por Elias Alexandre cita uma convivência entre um paganismo africano com

---

<sup>124</sup> Heintze, Beatrix. *Fontes para a História de Angola do século XVII*. Volumes I e II. Stuttgart: Franz Steinar Verlag, Wiesbaden, 1985, 1988. Trabalho citado por Parreira, *Dicionário glossográfico e toponímico...*, p. 106-107.

as iniciativas cristãs, e ressalta que nos sertões angolanos o cristianismo ainda não havia se firmado. Diz ainda que era percebido “paganismo em toda sua pureza nos sertões”.<sup>125</sup> Muitos sobados, mesmo após o avassalamento, permaneciam vivendo sob “a lei dos sobas, e crença dos seus avós”,<sup>126</sup> apesar de pagarem o dízimo. Esta afirmação distancia as teóricas intenções do missionarismo de sua prática junto aos sobas, caracterizando a relação como estritamente econômica. O autor do documento pontua a incompatibilidade entre os princípios católicos e os costumes gentílicos, além de evidenciar em seu texto paradoxos existentes entre o conceito de caridade e escravidão. Uma importante informação é citada no documento sobre o pagamento dos dízimos:

“os gentios sufraganeos destes presídios são constrangidos a pagar o dízimo das suas colheitas aquele Deus que não conhecem debaixo de várias penas, e usuras irritantes: única ação religiosa que exercitam pelo apostólico zelo do rematante daquele contrato”.<sup>127</sup>

A ação missionária funcionou como um elemento meramente contratual, como reforço, e como mais uma modalidade de tributação, não exercendo papel doutrinário significativo entre os sobas mbundu.

A cada presídio erguido, era de responsabilidade do governador nomear capitães para a administração dessas jurisdições, que por sua vez englobavam um variado número de sobados. Elias Alexandre descrevendo a distribuição de poder cita que:

---

<sup>125</sup> Corrêa, *História de Angola...*, vol. 3, p. 93.

<sup>126</sup> Corrêa, *História de Angola...*, vol. 3, p. 106. O autor do documento cita ainda outros dados que confirmam a fragilidade das ações missionárias em Angola em finais do século XVIII. Ao descrever a situação da Igreja em Angola cita que apesar da existência de templos nos distritos de Bengo, Golungo, Dande, Eccólo, Encoge, Massangano, Muxima, Ambaca, Pundo-Andongo, Cambambe, Caconda, Novo Redondo, Quilenges de Benguela e Galangue, faltavam padres e que os sacramentos não eram ministrados.

<sup>127</sup> Corrêa, *História de Angola...*, vol. 3, p. 93.

“cada província tem muitos sobas que governam os negros seus subordinados, mas com obediência ao capitão mor do respectivo presídio. Eles aprontam os carregadores que o capitão mor lhes pede”.<sup>128</sup> Ao mencionar os “carregadores” o autor destaca papel do capitão mor nas caravanas e no transporte dos escravos destinados a Luanda e ao mercado atlântico.

A arrecadação dos dízimos era uma das atribuições dos capitães mores dos presídios portugueses. Alguns sobados como o do Dande, do Bengo, do Golungo, do Eccólo e do Quanza tinham seus dízimos divididos em duas jurisdições: uma parte dos tributos era recolhida diretamente por funcionários da Fazenda Real, e outra, como geralmente ocorria nos demais sobados, pelos capitães mores. A justificativa para tal divisão era o fato de tais sobados se localizarem próximos à Luanda: “vizinhos da cidade, convida aos assistentes nela, a terem nestes distritos, fazendas de agricultura de que pagam o dízimo a um recebedor da cidade, entretido pela Fazenda Real: o resto pertence aos respectivos capitães mores”.<sup>129</sup> Ou seja, a determinação de quem seria responsável pelo recolhimento dos impostos era vinculada à localização geográfica do sobado e sua subordinação a determinado presídio, já que cada um desses presídios era responsável por um determinado número de sobados, e que sua administração ficava sob a responsabilidade de um capitão mor.

Entre as muitas transformações geradas na sociedade mbundu após o estabelecimento e o enraizamento dos interesses portugueses nas relações políticas do Ndongo destacamos a construção dos presídios. Os presídios representaram peças fundamentais para a administração portuguesas. Além de centros populacionais desempenhavam a função de controle do fluxo de escravos que deixavam os sertões

---

<sup>128</sup> Corrêa, *História de Angola...*, vol. 3, p. 37.

<sup>129</sup> Corrêa, *História de Angola...*, vol. 3, p. 166.

rumo aos barracões do litoral. Eram centros de arrecadação de impostos e bases militares nos sertões. Também desempenharam papel importante junto as elites políticas africanas, sendo ícones da autoridade e da soberania sustentada pela superioridade bélica portuguesa. Com frequência, quando um sobado mais poderoso de uma dada região ou província era derrotado pelas tropas portuguesas, os demais, militarmente mais fracos, se rendiam.

Dentro dos presídios os capitães mores eram peças chaves nas relações entre os governadores portugueses e os sobas. Nuno Gonçalo Monteiro contextualiza essas personagens dentro do considera uma rede de funcionários responsáveis por funções distintas na organização do Império Ultramarino Português. Comenta também o processo seletivos desses capitães-mores:

“a escolha dos governadores e capitães-mores obedeceu ao longo do século XVII a modalidades distintas, mas com a progressiva incorporação na Coroa das capitânias dos donatários, a tendência foi para que a seleção fosse antecedida por um “concurso” e ulterior consulta ao Conselho Ultramarino, nos casos em que o provimento não era feito pelo governador de uma capitania geral”.<sup>130</sup>

A documentação indica que inicialmente esses capitães mores, apesar de ocuparem e exercerem funções estratégicas para a política portuguesa, não recebiam salários, o que favorecia o enriquecimento ilícito gerado por essas brechas fiscais. A justificativa para a não remuneração desses capitães era de que eles se beneficiavam do

---

<sup>130</sup> Monteiro, Nuno Gonçalo. “Governadores e capitães-mores do Império Atlântico português no século XVIII”. In: Bicalho, Maria Fernanda e Ferlini, Vera Lúcia Amaral (org). Modos de governar. Ideias e práticas políticas no Império Português. Séculos XVI a XIX. SP: Alameda Casa Editorial, 2005, p. 100.

comércio que realizavam por conta própria. Posteriormente, em uma tentativa da Coroa de reduzir os desvios praticados, essa condição foi alterada e os capitães passaram a ser remunerados. Com a determinação de pagamento anual destinado aos capitães mores, a Coroa em contraponto proibiu que esses homens negociassem escravos por conta própria. As denúncias contra esses abusos partiram dos próprios sobas, o que mostra que apesar de disporem de poucos espaços para reivindicar seus direitos, havia espaço nas relações de vassalagem para contestar junto à Coroa determinados comportamentos dos capitães mores.

O poder dos capitães mores tinha origem no próprio contrato de avassalamento, que ditava que após se tornar vassalo o soba deveria obedecer diretamente ao capitão mor do presídio a que seu sobado estava vinculado. Mesmo tendo jurado obediência ao rei português, seu vínculo direto era com o capitão-mor, que em muitas circunstâncias não colocava em prática as determinações reais. Um exemplo de arbítrio era o fato de tomarem aos sobas carregadores para o transporte de escravos e mercadorias que negociavam no sertão por conta própria, geralmente sem o respectivo pagamento dos direitos, junto à Fazenda Real:

“os capitães mores dos presídios zombando da proibição do comércio que lhes foi vedado, quando se lhes conferiu o ordenado de 300 mil réis por ano, tendo nas mãos a regência daqueles povos, atraem ao seu interesse os favoráveis recursos que deviam aplicar em benefício imparcial dos comerciantes sertanejos. [...] A sujeição dos sobas ao seu capitão mor lhe põe nas mãos a dependência do expediente”.<sup>131</sup>

---

<sup>131</sup> Corrêa, *História de Angola...*, vol. 3, p. 37.

A ausência de um maior controle sobre as atividades dos capitães mores foi um problema que gerou consequências para o governo português em Angola. A atuação dos funcionários gerava desordens no comércio em função de roubos, pilhagens e violência. A prática do chamado “reviro” dava sempre margem a todo tipo de violência. O reviro era a quebra do acordo comercial quando outro comerciante oferecia um preço mais alto pela mesma mercadoria, geralmente escravos. Nessas ocasiões o pumbeiro abandonava o trato com o comerciante que o financiara e encomendara a mercadoria para fechar negócio com outro.<sup>132</sup> Além dos desvios praticados pelos capitães mores, outro obstáculo para a execução das diretrizes da Fazenda Real portuguesa eram as dificuldades enfrentadas pelos funcionários que saíam de Luanda para recolher os impostos em Ambaca e Cambambe.<sup>133</sup>

Apesar da grande influência das ordens missionárias em Angola, e da relevante associação entre a Igreja e os projetos coloniais traçados pela Coroa portuguesa, nem todos os sobados, mesmo avassalados, eram obrigados a pagar o dízimo. A justificativa para esses sobas era que:

“não produzindo a cultura destes miseráveis povos, volume interessante, se mostra a Fazenda Real liberal do que não pode haver. A tradição nos instrui, que no estabelecimento das rendas decimais havendo um governo clemente, exclui os insignificantes haveres destes pobres sobados dos interesses do Erário. Em agradecimento desta piedade dirigem ao general um

---

<sup>132</sup> A questão dos abusos cometidos pelos capitães-mores foi retomada durante o governo de Dom Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, que foi o primeiro governador com o direito de nomear capitães-mores, o que até então era uma atribuição dos reis portugueses. Corrêa, *História de Angola...*, vol. 3, p. 34.

<sup>133</sup> “... a longitude dos presídios, e a escabridade das estradas: a destruição dos transportes, tudo concorre a proteger a lei dos dizimeiros, que é receber e contado os gêneros incorruptos, e em dinheiro os que são suscetíveis de corrupção”. Corrêa, *História de Angola...*, vol. 3, p. 164.

regalo anual, que ainda hoje continua como uma espécie de feudo a que chamam pagar Luanda, e os que assim não pagam não são decimados”.<sup>134</sup>

Elias Alexandre indica que era uma atribuição dos funcionários da Coroa avaliar se o sobado tinha ou não recursos suficiente para o pagamento dos dízimos, o que remete a um dos traços do poder político do Antigo Regime citado por Antônio Manuel Hespanha, quando analisa que entre as atribuições daquele que exerce o poder esta a promoção da justiça, e que para isso deve-se conjugar a punição e a graça.<sup>135</sup> Foi transitando entre esses dois polos que os portugueses nos sertões, representados na maioria das vezes pelos capitães mores, sustentavam a vassalagem dos sobas. A violência para punir rebeldias deveria ser compensada por acordos que diante da derrota davam aos sobas alguns benefícios: a aceitação da vassalagem garantia a isenção de certos tributos. A principal obrigação dos sobas – fornecer escravos – era compensada pela ajuda militar. Assim sendo, uma vez derrotado, geralmente pela guerra, o soba negociava algumas condições de modo a minimizar suas perdas e ganhar em prestígio e poder militar junto aos demais sobas e perder menos, em termos de tributos. Como o tributo saía em gêneros e escravos, a isenção significava menor pressão no interior do sobado. Eram as contrapartidas da submissão que davam sustentação ao lado violento dos autos de vassalagem.

Já no início do século XVII entram em cena os imbangalas, grupo de guerreiros nômades que foi determinante na distribuição de poder na África centro ocidental durante todo o século XVII e parte do XVIII. Os imbangalas liderados por João

---

<sup>134</sup> Corrêa, *História de Angola...*, vol. 3, p. 166.

<sup>135</sup> Hespanha, Antônio Manuel. “Carne de uma só carne: para a compreensão dos fundamentos histórico-antropológicos da família na época moderna”. *Análise Social*, Lisboa, nº 123-124, vol. XXVIII, 1993: p. 951-973.

Cassanje contribuíram para a vitória portuguesa contra os rivais mbundus, o que permitiu não só a construção de importantes bases militares como para penetrar em regiões do sertão e a garantia de um número regular de escravos. Em 1611, através dessa aliança entre portugueses e imbangalas durante o governo de Bento Banha Cardozo foi construída a fortaleza de Hango. Ação militar que resultou também no avassalamento do soba Lumbu, que governava as regiões de Ilamba Alta. Na sequência o alvo português foram os chefes Dembo (ndembus) que dominavam as terras do Libolo localizadas ao sul do Kwanza.<sup>136</sup> No ano de 1622 os portugueses, contando mais uma vez com o apoio dos imbangalas, lutaram contra os Dembo. Depois de derrotado Dom Paulo Nambuanguongo se refugiou nas terras governadas por mani Mbamba. De acordo com as fontes essa ação militar foi responsável pelo avassalamento de outros oitenta sobas.<sup>137</sup>

Com o passar do tempo, o então aliado português João Cassanje se tornou uma ameaça tanto para o Ndongo quanto para os portugueses. João Cassanje se recusava a deixar os territórios do Ndongo conquistados pelos portugueses com seu auxílio militar. Se estabeleceu em Ensaca (Nsaka de Cassanje), uma região de difícil penetração, que passou a ser um refúgio de escravos fugitivos, além de uma base militar imbangala. Em 1622 os portugueses travaram uma batalha contra o mani Cassanje, ação militar que já planejada desde 1611, época da construção da fortaleza de Hango. Ao contrário do que geralmente acontecia a guerra não terminou com o avassalamento das chefias. O mani Cassanje foi executado publicamente junto com seus dois mais importantes aliados: o

---

<sup>136</sup> A região dos Dembos, localizadas entre os rios Bengo e Loge, recebeu esse nome em função dos títulos de seus chefes (dembos ou ndembos). *Monumenta Missionária Africana*, vol. VI, 334.

<sup>137</sup> Torres, *Memórias contendo a biografia do vice-almirante Luiz da Mota Feo e Torres...*

mani guengue e o mani Corimba.<sup>138</sup> De acordo com Cadornega 26 sobas do Dembo sobreviventes foram embarcados para a Bahia.<sup>139</sup> Eram todos *murinda*, homens livres, e não *kijikus*, escravos.<sup>140</sup>

O jogo político do Ndongo se inverteu, e os portugueses substituíram a estratégia de alianças instáveis contra do Ndongo pela escolha de um Ngola enfraquecido. As forças militares portuguesas passaram a ver mais vantagens em sustentar e apoiar um Ngola com poder reduzido, e principalmente focado em questões sobrenaturais deixando abertos os caminhos das negociações para os sobas.<sup>141</sup> Considerando que os meios utilizados para o avassalamento dos sobas não eram pacíficos, concluímos que, nos dois casos, a violência foi uma ferramenta essencial para o estabelecimento dos portugueses na África Centro Ocidental, prática que se prolongou até os finais do XVIII.

O avassalamento dos sobas foi comum entre os séculos XVII e XVIII, e em nossa pesquisa defendemos que ele foi uma peça fundamental para a implementação dos projetos portugueses na África Centro Ocidental, principalmente nos sertões de Angola onde se localizavam a maior parte dos sobados que se tornaram vassalos da Coroa portuguesa. Contudo o significado desse avassalamento foi se transformando com o passar do tempo. O modo de avassalar os sobas continuavam os mesmos, mas com a identificação do potencial econômico de cada região as motivações que sustentavam tais ações foram se transformando. Ao longo desses dois séculos, mesmo consideradas as mudanças ocorridas através do tempo, foi pelo avassalamento dos sobas que os

---

<sup>138</sup> Heintze, *Angola nos séculos XVI e XVIII*

<sup>139</sup> Cadornega, *Descrição histórica dos três reinos do Congo...*

<sup>140</sup> Heintze, *Angola nos séculos XVI e XVII...*

<sup>141</sup> Heintze, *Angola nos séculos XVI e XVII...* “O auxílio militar deveria tornar o ngola politicamente dependente dos portugueses e obrigá-los a uma cooperação político comercial”

portugueses desenharam o mapa dos domínios portugueses na África centro ocidental, território que chamaram de Angola.

Os territórios do Ndongo eram cercados por cinco poderosos potentados: Congo, Matamba, Massingas, Massongo e Quitango (ou Quitanga, ou Quitange).<sup>142</sup> Os rios que cruzavam o território fertilizavam o solo, garantindo a oferta de alimentos. Também agiam como fronteiras estabelecendo os limites de intervenção política entre os sobas e depois entre eles e os portugueses. Essa característica do uso dos acidentes geográficos entre os se justifica pelo caráter atribuído aos territórios, dentro de sua concepção de política e de poder. No Ndongo a terra era considerada um bem coletivo, não sendo, portanto um indicativo de riqueza e propriedade individual. Era o poder sobre um determinado número de pessoas que garantia o aumento de prestígio e de representatividade política junto a um grupo. John Thornton associa esse aspecto da organização do Ndongo à gênese da escravidão praticada pelos próprios africanos. Segundo o autor a propriedade sobre as pessoas era a alternativa mais viável para o enriquecimento individual.<sup>143</sup>

Como já foi dito acima, os portugueses fomentaram o conflito entre o Congo e Ndongo, com nítidas pretensões de obter vantagens com a independência do Ndongo. Com o apoio dos imbangalas conseguiram destruir Cabaça, uma das residências oficiais do Ngola, e expulsaram Ngola Ambande para a ilha de Quindonga, localizada no rio Kwanza. O passo seguinte foi a tentativa de firmar um acordo de paz. Os portugueses enviaram padres para negociar com o Ngola, que por sua vez impôs condições aos portugueses. Uma dessas reivindicações era o fim da aliança com os imbangalas, personificada na figura de João Cassanje, a devolução dos ijikus e dos sobas que o então

---

<sup>142</sup> Heintze, *Angola nos séculos XVI e XVII...*

<sup>143</sup> Thornton, *A África e os africanos...*

governador português Luiz Mendes de Vasconcelos tinha feito reféns. O Ngola exigia também a transferência da fortaleza de Ambaca para local mais a oeste. O governador levou como garantia três irmãs do Ngola. O resultado dessa reconfiguração das alianças foi a substituição do vínculo existente entre Ndongo e Congo pelo novo vínculo entre o Ndongo e a Coroa portuguesa. O ano de 1671 foi marcado pela construção do forte de Pungo Andongo em território mbundo. Apesar da expulsão do Ngola, os seus macotas permaneceram e passaram a negociar com os portugueses, do mesmo modo que faziam os sobas. O episódio denominado por Beatrix Heintze como “fim da autonomia política do Ndongo”, se refere à tomada de Pundo Andongo pelos portugueses e ao comprometimento das chefias do Ndongo com os portugueses.

O Ndongo se consolidou politicamente em função da presença dos portugueses, e teve sua economia condicionada à demanda de uma política mercantil que identificava no comércio de escravos sua mais rentável atividade. O comércio de escravos estreitou os vínculos políticos entre o Ndongo e os portugueses, favorecendo ligações entre os funcionários enviados pela Coroa e as elites políticas locais. A continuidade dos avasamentos e a prática de negociações comerciais diretas com os sobas eram, para os portugueses, a garantia de acesso aos mercados de escravos do interior, mesmo que não tivessem controle efetivo dos territórios dos sertões.

## Capítulo 2:

### A trajetória dos governadores portugueses, séculos XVI e XVII

## 2.1. *Os portugueses no Ndongo*

No século XIX a historiografia portuguesa dedicou grande atenção à produção de fontes onde são descritos os feitos dos governadores portugueses na África. Esses registros são importantes porque informam sobre o histórico das relações entre funcionários portugueses e as elites políticas locais, mas exigem um olhar criterioso em relação à exaltação dos feitos dos portugueses. Boa parte dessa documentação é constituída por memórias que apresentam os governadores como corajosos heróis dedicados à uma causa maior de civilizar povos selvagens.

O “Catálogo dos Governadores do reino de Angola” publicado em 1826 pela Academia Real das Ciências de Lisboa, considera e explicita em seus discursos o estabelecimento dos portugueses nos territórios denominados de Angola como uma solicitação das próprias autoridades africanas, descritas como carentes de apoio militar contra grupos locais rivais.<sup>144</sup> Essa argumentação perpassa a descrição de vários governos portugueses, retirando da Coroa a ação imperativa e impositiva junto aos reinos e sobados dos territórios da África centro ocidental, especialmente o Ndongo. Analisando os textos dos autos de vassalagem percebemos que esse discurso estava distanciado da realidade, e que por mais que o auxílio contra grupos rivais aparecesse como uma das obrigações dos portugueses junto aos sobas avassalados, o avassalamento não era solicitado pelos sobas, nem esse argumento era determinante na

---

<sup>144</sup> “Catálogo dos governadores...”.

construção das relações contratuais entre portugueses e as elites políticas locais. Além dos conflitos entre portugueses e sobas, eram frequentes também desavenças entre sobas avassalados e os sobas que não aceitavam a autoridade da Coroa Portuguesa, chamados na documentação consultada de “sobas rebeldes”.

O discurso de cooperação já está presente na descrição dos feitos do primeiro governador português encarregado de governar as terras do Ngola, Paulo Dias de Novais. O “Catálogo dos governadores do reino de Angola”, narra que o então representante da Coroa auxiliou o Ngola em uma luta contra o soberano de Quiloange, que se submeteu ao Ngola.

A aliança entre o Ngola e os portugueses foi vista com desconfiança pelo manicongo, que enviou uma embaixada ao Ngola alertando sobre possíveis riscos dessa aproximação. De um lado a advertência era um indicativo do receio do soberano do Congo em perder seus privilégios comerciais, em função do aumento das transações entre portugueses e mbundus, e de outro lado indicava a gradativa transferência dos interesses portugueses do Congo para o Ndongo. Os portugueses alegaram que esta seriam intrigas do rei do Congo que temia ser prejudicado em seus negócios. As intrigas do manicongo não tiveram efeito imediato, mas contribuíram para o desgaste das relações entre portugueses e as elites locais do Ndongo. Após seis anos de convivência, portugueses e mbundus quebraram o acordo até então vigente. Ainda de acordo com o “Catálogo dos governadores do reino de Angola”, um português teria dito ao Ngola que o real interesse de Paulo Dias Novais e de toda sua comitiva era realmente usurpar seu poder. O texto do documento condena o autor da discórdia:

“Um indigno português, impelido sem dúvida pelo demônio pediu ao rei, que o marcasse como seu escravo, porque queria descobrir-lhe um segredo importantíssimo. O negro confuso com as palavras deste infame homem

convocou os seus macotas, em cuja presença mandou que delatasse o seu segredo; proferiu esse fanático, que Paulo Dias pretendia despojá-lo do reino e minas, que para isso tinha em Cabaça gente pronta, e muita pólvora, e bala, e que outra mais gente vinha marchar e incorporar-se com ele”.<sup>145</sup>

Seguindo o conselho de seus macotas o Ngola expulsou Paulo Dias Novais do Ndongo. Segundo a mesma fonte posteriormente o Ngola se arrependeu da decisão e mandou matar os macotas que o teriam induzido àquela decisão, mostrando com isso a vulnerabilidade de suas estratégias políticas e alianças.

Nos séculos XVII e XVIII os sobas de Quissama ofereceram forte resistência à penetração portuguesa nos sertões, o que fez com que fossem frequentes os embates entre tropas metropolitanas e exércitos locais. O poder político em Quissama era dividido entre vários sobas, sem que houvesse uma liderança formal entre eles. Apesar de alguns desses sobas terem apresentado maiores recursos militares, terminando por exercer influência sobre os demais, mas sem assumir o papel de soberano. Em 1580 os sobas de Quissama tentaram impedir a passagem de uma expedição portuguesa junto ao rio Kwanza, provocando uma violenta batalha. Os portugueses liderados pelo sargento-mor Manoel João, com o auxílio de cento e setenta soldados, atacaram o sobado, fazendo vítimas e incendiando as terras. A batalha terminou com o avassalamento dos sobas. A distribuição de poder na província de Quissama confirma nossa hipótese de que o poder político no Ndongo era mais descentralizado e policentrado, do que no Congo. No Congo o poder das províncias ficava nas mãos de um funcionário designado pelo manicongo para administrar a área, o que não ocorria no Ndongo, onde não existia

---

<sup>145</sup> “Catálogo dos governadores...”, p. 345.

essa figura que os portugueses chamavam de “governador de província”, com a dispersão do poder nas mãos dos sobas que agiam de forma independente, sem intervenção do Ngola.

No ano seguinte as campanhas contra os sobados do sertão continuaram. As tropas da Coroa derrotaram o soba de Houga, em uma batalha onde os portugueses contaram com a ajuda dos sobas de Muxima, Quitangombe e Quizua. Na sequência os portugueses, liderados por Luiz Serrão, avassalaram também o soba de Ilamba. Esse episódio exemplifica um desdobramento recorrente quando o avassalamento de um soba desencadeia outros avassalamentos na esfera de influência do soba avassalado. Cadornega chama esses sobas menores que orbitam em torno de um soba mais poderoso, de sobetas.<sup>146</sup>

As prioridades de Paulo Dias Novais estavam alinhadas ao discurso metalista, típico da política mercantilista defendida e idealizada pela Coroa portuguesa. Interessado nas minas de prata de Cambambe, o conquistador português ordenou um ataque aos territórios controlados pelo soba Bamba Tungo, reforçando nosso argumento que foi através dos avassalamentos que ocorreu o processo de multiplicação as alianças dos governadores portugueses nos sertões, e que essa prática da vassalagem foi um poderoso instrumento para ampliar a presença portuguesa nos territórios do Ndongo e depois naqueles incorporados a Angola. O soba Bamba Tungo foi derrotado pelas tropas de Luiz Serrão que estabeleceu um ponto estratégico nas terras de Tacadongo. A derrota não foi aceita pelo soba que organizou um contra-ataque em fevereiro de 1583. Os portugueses precisaram recorrer ao auxílio dos sobas vassalos para derrotar Bamba Tungo, indicando que as trocas e os auxílios militares não eram uma necessidade somente dos africanos. A batalha é descrita no “Catálogo dos governadores do reino de

---

<sup>146</sup> Cadornega, *Descrição histórica dos três reinos do Congo...*, p. 153.

Angola” com detalhes cruéis, como o envio dos narizes dos derrotados Luanda. Após esta batalha foi ali construído o presídio de Massangano, reduto português durante a invasão holandesa.

Outro aspecto dos avassalamentos merece destaque. Os avassalamentos não foram responsáveis somente pela penetração dos portugueses nos sertões, mas também representaram o fomento de povoados em torno aos presídios assim como o crescimento da vila de São Paulo de Assunção de Luanda, fundada por Novais em 1576. Os avassalamentos representavam para os grupos de comerciantes, religiosos, militares e burocratas portugueses que viviam na vila de São Paulo, mais segurança e estabilidade face ao ambiente hostil dos primeiros tempos. O fator determinante que aproximou a prática dos avassalamentos do crescimento da vila de São Paulo, foi o aumento de escravos, já que através das cláusulas contidas nos autos de vassalagem, os sobas não só se comprometiam em permitir a passagem de comerciantes e pumbeiros que trabalhavam para os funcionários da Coroa, como também ficavam obrigados a pagar tributos, convertidos na maioria dos casos, em escravos. O estreitamento da ligação entre as áreas sertanejas do Ndongo e a vila de São Paulo representou as conexões entre as áreas de captação de escravos e o principal porto de embarque de escravos para o mercado atlântico.

Paulo Dias Novais morreu em 1588 e foi substituído por Luiz Serrão (1589-1591), escolhido entre os capitães e soldados portugueses, método que sugere a intensa participação dos interesses dos colonos, e a pouca influência da Coroa portuguesa nas nomeações dos governadores do que eles chamavam Angola nesses primeiros tempos da conquista. Após a morte de Luiz Serrão assumiu o governo de André Ferreira Pereira (1591-1592), escolhido da mesma forma que seu antecessor, desta vez nomeado pelo rei espanhol. Um dos desafios desse governador foi conseguir permissões junto aos sobas

para que estrangeiros os portugueses pudessem transitar nos sertões. A resistência das chefias locais mbundu fica nítida com a proibição e bloqueio dos caminhos africanos.

A conquista das minas de prata de Cambambe foi a meta da gestão de Francisco de Almeida (1592-1593). Frente às continuados conflitos com os sobas e também com os jesuítas o governador abandonou seu cargo, e retornou para Portugal após dezoito meses de governo, deixando o cargo nas mãos de seu irmão Jerônimo de Almeida (1593-1594). A primeira medida tomada pelo novo governador foi estabelecer um acordo com os jesuítas. Em seguida convocou os capitães dos presídios para que fossem tomadas decisões em conjunto sobre as ações governativas. O resultado dessa consulta foi o investimento na busca por metais preciosos nas idealizadas minas de Cambambe. Segundo o “Catálogo dos governadores”:

“Satisfeito o governador do parecer, dispondo as coisas necessárias, partiram para o sertão. Na passagem do rio Kwanza rumo à Quissama, vieram quinze sobas render-lhe obediência, mas negando-a três que eram mais poderosos, e ainda que Dom Jerônimo levava quatrocentos infantes, e vinte e um cavalos, não foi este poder bastante a sujeitá-los, porque quando os atacavam, se recolhiam a uns matos tão impenetráveis de espessos, e cheios de espinhos, que até ao fogo resistiam, por se conservarem sempre verdes, queimaram-lhe as povoações, e cativaram-lhe, mas não bastando nada reduzi-los”.<sup>147</sup>

O incêndio dos povoados e mata que fazia com que a população fosse obrigada a abandonar suas banzas e quibaças era frequente nas investidas guerreira tanto pelas tropas portuguesas quanto entre os sobas. Queimar os sobados derrotados era uma

---

<sup>147</sup> “Catálogo dos governadores...”, p. 352.

punição exemplar, transformada em espetáculo que tinham como intuito amedrontar e ameaçar possíveis rebeliões.

A expectativa dos portugueses nesse combate era a de que bloqueando o acesso dos sobas rebeldes às minas de sal de Quissama, eles seriam induzidos a prestar a vassalagem. Mas não foi o que aconteceu. Apesar do avassalamento de quinze sobas, o mais poderoso deles, Cafuche Cambare,<sup>148</sup> soba da região que tinha seus domínios localizados ao sul do rio Kwanza, manteve sua posição contrária e sustentou sua batalha contra as tropas de Jerônimo de Almeida que tinha como capitão mor do campo Baltazar de Almeida Souza.<sup>149</sup> Os portugueses sofreram uma significativa derrota para as tropas de Cafuche Cambare, enfraquecendo suas bases militares ao longo do percurso até as minas sal de Quissama. A vitória do soba Cafuche é descrita no “Catálogo dos governadores” como uma “desgraça”, já que o avassalamento desse chefe era relevante para a abertura do caminho rumo às minas de prata de Cambembe. De acordo com Elias Alexandre, o soba Cafuche Cambare utilizou a geografia local para improvisar esconderijos e armadilhas chamadas “barrocas”. Essas “barrocas” teriam sido utilizadas como esconderijos das tropas aliadas do soba, e foram decisivas para a vitória sobre os portugueses. Os chefes locais dessa província são citados até finais do século XVIII, como os maiores opositores ao sistema de vassalagem, sendo os mais rebeldes e os que maiores obstáculos impuseram aos governadores portugueses.

O trecho do documento deixa a brecha para a interpretação de que os sobas que prestaram obediência imediata aos portugueses eram aqueles com menos poder de resistência bélica, e que por isso optaram pela submissão para evitar uma luta desigual.

---

<sup>148</sup> Cafuche também transcrito como Kafuxi. Ver Parreira, *Dicionário glossográfico e toponímico...* p. 144.

<sup>149</sup> Corrêa, *História de Angola...*, vol 3, p. 212.

Ou seja, mais uma vez constatamos que o avassalamento estava associado ao poderio militar das partes e não a um ato político ou simbólico reconhecimento das autoridades portuguesas, como sugere a literatura do século XIX, inclusive o “Catálogo dos governadores”. De acordo com o “Catálogo dos governadores” durante todo o século XVII foram frequentes os embates entre as autoridades portuguesas e os sobas. Governadores, capitães e militares portugueses encontraram resistência junto a esses poderes locais, sendo necessário o uso da violência para fazer com que esses chefes reconhecessem as imposições da Coroa. O uso da força marcou essa fase do histórico das relações entre os governadores portugueses e as autoridades do então reino do Ndongo. Vale ressaltar que o alvo das ações militares eram os sobas, e não o ngola, o que nos leva a considerar que eram esses chefes os verdadeiros detentores do poder, e quem de fato decidia e permitia a penetração de estrangeiros nos sertões, e principalmente em áreas de captação de escravos.

Após o episódio da vitória do soba Cafuche Cambare assumiu o governo português em Angola Dom João Furtado de Mendonça (1594-1602). Foi nesse período em que chegaram a Angola as primeiras mulheres brancas vindas de Portugal, de acordo com as intenções de uma política voltada para o povoamento.<sup>150</sup>

João Furtado de Mendonça assumiu o comando de um governo enfraquecido em função dos obstáculos encontrados em Quissama. O governador rumou para o sertão do Bengo, mas suas tropas foram atingidas por moléstias que dificultaram sua ação. Recuperado, o governador retornou ao sertão, travando uma guerra contra os sobas

---

<sup>150</sup> O projeto de importação de mulheres para o povoamento de Angola foi retomado no governo de Dom Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho (1764-1772). A hipótese que defendemos em nossa tese é que assim como essa, e outras iniciativas da chamada “política ilustrada” do dito governador não foram ações pioneiras e sim releituras de ações políticas anteriores revestidas de um caráter ilustrado durante a segunda metade do século XVIII. Voltaremos ao tema no terceiro capítulo da tese.

rebelados e aliados do Ngola, que ainda nesse período se mantinha como soberano resistente a presença portuguesa, mesmo sendo essa resistência muito mais retórica do que efetivamente militar. Os sobas rebeldes haviam cercado Massangano, fragilizando o poder dos portugueses. Para socorrer essa importante base e ponto estratégico para a penetração no sertão, o governador enviou como auxílio as tropas comandadas por Baltazar Rebelo de Aragão, que já havia ocupado o posto de capitão-mor durante o governo de Dom Francisco d’Almeida. Os portugueses lutaram para retomar Massangano, e seguiram em guerra contra o soba de Muxima, que depois de derrotado teve seu sobado substituído por um presídio que recebeu o nome seu seu sobado. Ainda nesse governo novamente se rebelaram os sobas de Quissama, descritos por Elias Corrêa como “inconstantes vassalos da Coroa Portuguesa”.<sup>151</sup> Na ocasião os portugueses precisaram também conter os franceses que invadiram o porto de Pinda, ao norte de Luanda.

O sucessor Dom João Furtado de Mendonça foi João Rodrigues Coutinho (1602-1603), descrito no “Catálogo dos governadores” como “homem de confiança do rei Felipe II (de Portugal)”. O rei ibérico o incumbiu de identificar as minas de prata, dando continuidade à exploração dos territórios rumo às terras de Cambambe. Esse objetivo definido foi responsável por determinar quais sobas seriam os alvos principais de avassalamento, já que seria graças às cláusulas desses autos que os caminhos seriam abertos rumo às minas de prata. O governador morreu em Angola, assumiu seu irmão, Gonçalo Vaz Coutinho, que passou o governo para Manuel Cerveira Pereira.

Manuel Cerveira Pereira (1603-1606)<sup>152</sup> foi um dos mais polêmicos governadores portugueses. Apesar de ter chegado ao poder “por eleição do povo de

---

<sup>151</sup> Corrêa, *História de Angola...*, vol. 3.

<sup>152</sup> Manuel Cerveira Pereira teve um segundo governo, de 1615 a 1617.

Angola”,<sup>153</sup> sua gestão gerou descontentamento entre grupos portugueses estabelecidos em Angola, além de criar inimizades que comprometeram suas ações políticas. Os feitos desse governador são exaltados no “Catálogo dos governadores”, principalmente o avassalamento do soba Cafuche Cambare, considerada uma vingança dos portugueses após as derrotas durante os governos de João Furtado de Mendonça e Jerônimo de Almeida. Esse avassalamento ocorreu após a vitória em uma batalha ocorrida em dez de agosto de 1603. Esse feito representou um avassalamento exemplar, já que serviu para intimidar outros sobas e o próprio Ngola. Depois de avassalar o soba Cafuche Cambare, e de estabilizar a situação em Quissama, Manuel Cerveira Pereira partiu rumo às terras de Cambembe, local onde deveria ser construída uma fortaleza de acordo com as instruções de Felipe II de Portugal. Em Cambembe os portugueses enfrentaram a resistência do soba Cambembe. A vitória ocorreu após violento conflito, com a consequente destruição do sobado. O avassalamento do soba Cambembe gerou uma grande expectativa junto aos portugueses, já que em tese ele representaria a abertura dos caminhos rumo às minas de prata. Manuel Cerveira fundou no cume da serra de Cambembe um presídio com esse nome, deixando-o sob a responsabilidade do capitão mor João de Araújo Azevedo. Apesar desses feitos a situação dos portugueses em Cambembe não era estável, já que outros sobas firmaram resistência contra a penetração dos portugueses em seus territórios. Entre esses sobas rebeldes se destacou Axilambanza, que exercia forte influência sobre os demais sobas que dominavam a região de Musseque. Foi travada uma batalha entre os portugueses sitiados em Massangano e os sobas de Musseque, vassalos do Ngola que nesse período ainda não havia se aliado aos portugueses. De acordo com a fonte analisada o “soberbo sogro do Ngola, chamado Axilambanza” teria sido o responsável pelo conflito. O então

---

<sup>153</sup> Corrêa, *História de Angola...*, vol. 3.

governador atacou os sobas rebeldes, conseguindo o avassalamento. Como consequência da derrota, tanto Axilambanza, quanto os sobas rebeldes de Musseque, tiveram suas terras arrasadas, sendo forçados a aceitar as imposições dos portugueses de abrir seus caminhos para expedições da Coroa. O trecho do Catálogo que descreve o conflito cita uma informação sobre o processo de avassalamento:

“Vexados os portugueses de Massangano pelos sovas da província de Musseque vassalos do rei de Angola, fomentados pelo seu sogro o soberbo Axilambanza, para o seu desagravo saiu Manuel Silveira Pereira a guerrear com os sovas com tão pesada mão, que experimentaram o mais rigoroso castigo; e Axilambanza ficou tão destruído, e arrasadas as suas terras, que tomou o partido de fazer-se vassalo de Portugal com os mais sovas de Musseque para não perder o estado”.<sup>154</sup>

Após o avassalamento de Axilambanza, os demais sobas se entregaram e se submeteram ao avassalamento, como era costume. A descrição do episódio mostra que o avassalamento foi a única alternativa do soba Axilambanza, frente a ameaça de perder suas terras e seu povo. Apesar do avassalamento dos sobas de Musseque, o governador Manuel Cerveira Pereira foi acusado por seus inimigos de não cumprir as ordens metropolitanas. Com isso conseguiram que ele fosse preso e enviado de a Lisboa.

Assumiu o governo Manuel Pereira Forjaz (1607-1611) que imediatamente substituiu o então capitão do presídio de Cambembe, João Araújo de Azevedo,<sup>155</sup> por um funcionário de sua confiança. Logo que soba de Cambembe soube da nova nomeação, planejou e executou um ataque. A troca do funcionário fez com que os sobas

---

<sup>154</sup> “Catálogo dos governadores...” p. 358.

<sup>155</sup> João de Araújo e Azevedo havia sido nomeado pelo governador Manuel Silveira Pereira.

de Musseque, até então avassalados, se aliassem ao soba de Cambambe na luta contra os portugueses. Apesar da resistência as tropas lideradas pelo novo capitão-mor derrotaram a liga dos sobas, impondo sobre os chefes um tributo de doze mil cruzados “dos quais se aproveitou, e alguns dos seus sucessores, debaixo da aparência de o empregar no aumento da conquista”.<sup>156</sup> A observação citada no documento sinaliza para uma prática frequente nas relações entre as elites políticas mbundu e os funcionários da Coroa: o desvio da real função dos tributos para o enriquecimento particular desses agentes metropolitanos. Outra informação obtida através da análise da fonte é a de que esses pagamentos deveriam ser úteis para a ampliação das conquistas, através do pagamento de soldos e em prol da manutenção e abastecimento dos presídios.<sup>157</sup>

Sucedeu Manoel Pereira o governador Bento Banha Cardozo (1611 a 1615). De acordo com Elias Alexandre, Bento Banha Cardozo foi o primeiro governador a contestar diretamente a autoridade do Ngola. Na luta contra o soberano do Ndongo os exércitos portugueses saíram vitoriosos, derrotando além das tropas do Ngola o soba Chilonga, que seria “seu aliado, o mais intrépido e resoluto dos negros, que neste reino nasceu”.<sup>158</sup> Destacamos em nossa pesquisa que a batalha contra o Ngola não tem nenhum elemento que a distinga das demais lutas contra os sobas. Tal similaridade reforça nosso argumento de que o Ngola não era portador de um poder absoluto, nem

---

<sup>156</sup> Corrêa, *História de Angola...*, vol. 3., p. 222.

<sup>157</sup> No governo de Manuel Pereira Forjaz foi ordenada uma expedição ao sertão, comandada por Balthazar Rebelo de Aragão, para avaliar as possibilidades do estabelecimento de um caminho terrestre do Atlântico à costa oriental. Esse foi outro projeto que atravessou os séculos na pauta das intenções dos portugueses. Desde o primeiro objetivo de viabilizar um caminho terrestre que facilitasse o comércio com as Índias, até uma comunicação com as possessões portuguesas da África oriental, que passaram a ganhar maior destaque no cenário do comércio escravista no século XIX. Durante o governo de Dom Álvares da Cunha, um dos antecessores de Dom Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho de maior atuação durante a segunda metade do século XVIII, foi organizada e executada uma expedição com o mesmo objetivo de ponderar sobre a construção desse caminho. *Textos para a História da África Austral* (século XVIII). Lisboa: Publicações Alfa, s/d.

<sup>158</sup> Corrêa, *História de Angola...*, vol. 3, p. 223.

uma liderança política inquestionável entre os sobas. O diferencial se resume no fato de ser o Ngola o detentor de um poder simbólico vinculado ao imaginário e a cosmologia mbundu, mas a questão em jogo é a abertura ou fechamento dos caminhos que levavam aos sertões. A batalha é descrita no “Catálogo dos governadores” com detalhes de violência e com as punições exemplares, como por exemplo a degolação do soba e o enforcamento de três de seus macotas. Após a morte do soba o governador mandou matar também um africano chamado Bamba Tungo, alegando ser um traidor. Como as vítimas eram lideranças importantes entre os demais sobados da região, os portugueses sofreram um contra ataque liderado por quatorze sobas que atacaram a base militar portuguesa, localizada na fortaleza de Cambambe. Essa batalha durou aproximadamente um ano.

O que diferencia esse episódio dos demais conflitos é a decisão de matar as lideranças locais, ao invés de impor as cláusulas do avassalamento. Essa sentença evidencia que nem sempre o avassalamento era o resultado da derrota militar dos sobas. Neste episódio as punições evidenciam o uso de castigos exemplares, típicos do Antigo Regime, que deveriam servir de alerta aos demais sobas rebeldes. A morte do soba Chilonga repercutiu entre os outros sobados. Segundo Elias Alexandre quatorze sobas planejaram uma vingança contra os portugueses. Para sustentar sua autoridade na região as tropas de Bento Banha Cardozo tiveram que batalhar por um ano, em conflitos sequenciados, até que os sobas rebeldes retornassem à anterior condição de vassalos. Outro desdobramento do assassinato do soba Quilonga ocorreu junto aos sobas de Quissama que, aproveitando o contexto sedicioso, contestaram mais uma vez o domínio

português. Um desses sobas de Quissama, chamado Naboagongo, foi derrotado “sendo quase reduzido ao cativoiro”.<sup>159</sup>

O somatório das experiências dos portugueses junto aos sobas gerou com o passar do tempo experiências que cada vez mais passavam a ser usadas na elaboração de estratégias geográficas e militares nos sertões. Desse aprendizado os funcionários portugueses identificaram a região de Ambaca como área estratégica para a contenção de revoltas nos sertões. Dessa orientação partiram as decisões régias sobre a fundação do presídio de Ambaca,<sup>160</sup> que se tornou ao longo do século XVII uma base estratégica para entrada dos portugueses nos sertões de Angola.

Depois de Banha Cardozo, a Corte de Madri e os responsáveis pela administração portuguesa, nomearam pela segunda vez, Manuel Cerveira Pereira (1615 a 1617) para o cargo de governador. O então rei ibérico Felipe II de Portugal concedeu o perdão real ao ex-governador e, como compensação por seus feitos, o nomeou novamente governador de Angola. Além dessa função o já experiente administrador recebeu também a atribuição de conquistar e povoar os territórios de Benguela, que passavam nesse período a ganhar mais atenção da Coroa graças à expectativa da exploração de minas de cobre supostamente localizadas naqueles sertões. Com isso o rei não só endossou os métodos de Manuel Cerveira Pereira como indiretamente condenou as posições assumidas pelos colonos portugueses de Angola, que conspiraram contra ele o governador.

---

<sup>159</sup> Corrêa, Corrêa, *História de Angola...*, vol. 3, p. 223.

<sup>160</sup> Ambaca ou Mbaka era uma região do Ndongo onde o Jaga Kalanda tinha seu kilombo. Atravessada pelo rio Lukala, fazia fronteira com Matamba e com o Hari. Seus principais aglomerados populacionais eram Axila e Keringo. Durante o século XVII foi um importante mercado e entreposto de escravos. Parreira, Adriano. *Dicionário glossográfico e toponímico...*, p. 160.

Em seu segundo mandato, Manuel Cerveira Pereira nomeou para o cargo de capitão-mor o já experiente João de Araújo Azevedo, que já havia ocupado o mesmo cargo em Cambambe. Nesse segundo mandato enfrentou a resistência dos sobas de Ango. A região ficava no entorno do rio Lukala. No início do século XVII foi ali construída uma fortaleza, em terras do soba Hango-a-Kikaito. Ainda no século XVII a fortaleza foi transferida para Mbaka, que ficou com o nome de forte de Ambaca.<sup>161</sup> Simultaneamente a essa rebelião se levantou contra os portugueses o soba Caculo Cahango, que tinha seus domínios situados em terras localizadas ao norte do rio Kwanza. O governador considerou como prioridade conter a insubordinação deste soba e ordenou que as tropas deixassem as batalhas em Ango e fornecessem auxílio contra Caculo Cahango. Vitoriosas, as tropas portuguesas castigaram o soba e obrigaram-no a restituir os escravos que tinha em seu poder e que a Coroa alegava serem seus. Na sequência de suas ações militares o governador controlou uma rebelião comandada pelo soba Caculo Cahando que terminou derrotado e avassalado. Encarregou o mesmo capitão-mor João de Araújo e Azevedo da missão de reduzir ao domínio português os sobas Caculo Cabaça, Quilombo Catubia<sup>162</sup> e outros que haviam se levantado. Todos foram avassalados pelo uso da força.

Ainda durante o mandato de Manuel Cerveira Pereira, um soba da região chamada de Santo Antônio pelos portugueses, se revoltou contra as intervenções dos portugueses em seus domínios. O soba alegava que “sem seu consentimento povoavam

---

<sup>161</sup> Parreira, Adriano. *Dicionário glossográfico e toponímico...*

<sup>162</sup> Segundo Elias Alexandre os sobas que se aliaram contra os portugueses durante o segundo governo de Manuel Cerveira Pereira foram: Caculo Cabaça, Bumba Andala e Quitubia. Corrêa, *História de Angola...* De acordo com o *Dicionário Glossográfico e Toponímico* Andala era uma região localizada no centro do Ndongo, que tinha como atividade a metalurgia, Parreira, *Dicionário glossográfico e toponímico...*, p. 120.

suas praias”.<sup>163</sup> Dizia também que a posse de armas de fogo, especificamente arcabuzes, o intimidavam, fazendo com que ele buscasse refúgio no mato. O soba passou a ser alvo das tropas portuguesas menos por sua rebeldia e mais porque o sobado ficava no caminho das minas de cobre dos sertões de Benguela.

Em 14 de fevereiro de 1615 a Coroa ibérica expediu uma provisão que formalizou retirava a administração de Benguela da jurisdição do governo de Angola.

"De meu poder real e absoluto, me praz e hei por bem, por esta presente provisão, a capitania, conquista e governo das províncias do dito Reino de Benguela (...) e por ela as erijo e ao dito Reino em novo Governo, para que de hoje em diante tenham separada a jurisdição e Governador".  
Dom Filipe II de Portugal.<sup>164</sup>

De acordo com a determinação real o então governador de Angola deveria seguir para Benguela com o objetivo de dar continuidade às conquistas e ampliar as possessões portuguesas. Manuel Cerveira Pereira partiu para Benguela, deixando em seu lugar como governador interino Antônio Gonçalves Pitta, funcionário português que já havia ocupado o cargo de capitão-mor no Congo. De acordo com o “Catálogo dos governadores” a viagem até Benguela não foi fácil. A comitiva sofreu cinco ataques de “sobas e jagas” até conseguir chegar a seu destino. Lá chegando enfrentou a ira de religiosos e colonos portugueses que o prenderam e depois, de muitas humilhações, o mandaram de volta a Luanda:

“cinco oficiais unidos a um clérigo e a um frade agregando outros mal contentes, e poucos satisfeitos de severa condição do governador, vendo que não podiam

---

<sup>163</sup> “Catálogo dos governadores...” p. 253.

<sup>164</sup> Dias, Gastão Sousa. *Os Portugueses em Angola*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1959. p. 99-100.

matá-lo com veneno como pretenderam, amotinados todos os prenderam, e carregando-o de pancadas, ferros e injúrias, metido em um batel podre chegou a esta cidade, sem uma camisa, onde também foi tratado com pouca atenção do governador, até que em fim de dois anos se lhe remeteu de Portugal socorro e ordens para voltar ao seu governo de Benguela, no qual veio finalmente falecer”.<sup>165</sup>

Após Manoel Silveira seguir para Benguela, chegou a Angola Luiz Mendes de Vasconcelos, para quem Antônio Pitta entregou formalmente o governo em 1617. Em sua gestão Luiz Mendes de Vasconcelos precisou lidar com um problema de sucessão que ocorria entre as elites políticas locais após o assassinato do então Ngola, Mbandi Ngola Kiluanje. A disputa se deu entre os filhos do soberano, um legítimo e outro considerado bastardo por ser filho de uma escrava. Além dos filhos homens o Ngola deixou também duas mulheres, que por sua vez tinham filhos, que em uma sociedade matrilinear poderiam reivindicar seus direitos na linha de sucessão. Ngola Bandi, filho do Ngola com uma escrava, argumentava que seu meio irmão não tinha direito à sucessão porque sua mãe havia sido condenada por adultério. Com isso conseguiu uma aliança com os macotas que o levou a ocupar o lugar que havia sido de seu pai. Como Ngola Bandi ordenou a morte de todos os seus opositores, inclusive seus sobrinhos e macotas que de alguma forma pudessem vir a contestar seu poder, entre eles o filho da futura Nginga.<sup>166</sup>

---

<sup>165</sup> “Catálogo dos governadores...” p. 362. J. C. Feo confirma essa informação. Torres, Memórias contendo a biografia do vice-almirante Luiz da Mota Feo e Torres....

<sup>166</sup> A morte de seu sobrinho, filho de sua irmã Nginga Bandi, fez com essa mulher viesse posteriormente a se tornar uma protagonista da História de Angola, e das relações dos mbundu com os portugueses. Nginga, autointitulada herdeira do trono, foi estudada na pioneira obra de Charles Boxer, que a revelou na historiografia como uma personagem fascinante e uma política habilidosa que soube negociar tanto com os portugueses, quanto com os holandeses. Boxer,

A historiografia mostra Nzinga como uma mulher ressentida que, para vingar a morte de seu filho, soube esperar para se vingar do irmão. Consta que ele a enviou em uma embaixada até Luanda para negociar com os portugueses tendo ela conseguido um acordo que impôs aos portugueses o reconhecimento da autoridade mbundu. Era desejo dos portugueses que o Ngola se avassalasse, reconhecendo dessa forma a autoridade da Coroa portuguesa. Nzinga contestou essa imposição alegando que isso só seria possível caso os portugueses derrotassem militarmente os exércitos locais, feito que não havia acontecido. Sem a derrota militar o acordo devia ser dar em condições de igualdade e não submissão. Esse acordo mostra a importância da guerra como etapa para os avassalamentos e que o reconhecimento da autoridade da Coroa era na prática o reconhecimento da superioridade bélica dos portugueses. O caráter militar do avassalamento difere bastante da vassalagem européia, onde fidelidade e compromisso eram aspectos fundamentais.

Um diferencial de Ngola Bandi em relação a outros Ngola foi a sua efetiva ação governativa. Ao contrário de seus antecessores que tinham seu poder dedicado quase que exclusivamente a aspectos sobrenaturais, desde o início Ngola Bandi teve um papel político identificando os portugueses como inimigos, deixando clara sua posição em defesa da soberania mbundu. As ações de Ngola Bandi evidenciam uma transformação nas funções do Ngola que foram produto da crescente intervenção portuguesa e da elite local mbundu em prol dos interesses mercantis, principalmente no que diz respeito ao comércio de escravos no qual estavam envolvidos os sobas. Frente à ameaça de perda de poder, a reação do Ngola mostra seu esforço de centralização do poder em um Estado originalmente descentralizado.

---

*Salvador Correia de Sá...* Ver também Pantoja, Selma. *Nzinga Mbandi: mulher, guerra e escravidão*. Brasília: Ed. Thesaurus, 2000. Glasgow, Roy. *Zinga...*

Na análise da documentação portuguesa dedicada a ocupação, comércio e política junto às elites mbundu, os Ngola não são protagonistas dos acordos, ficando os sobas encarregados de permitir ou vetar a passagem de portugueses pelos territórios de seus sobados. Os sobas foram os principais personagens nas relações entre os portugueses e seus intermediários e os poderes locais. Nos documentos do Arquivo Histórico Nacional de Angola, são raras as referências aos Ngola e frequentes relativas aos sobas e macotas.<sup>167</sup> O mesmo acontece com a documentação de Angola encontrada no IHGB,<sup>168</sup> onde identificamos a preocupação dos funcionários portugueses em listar os sobas vassallos e suas respectivas obrigações junto aos funcionários metropolitanos e nenhuma referência ao Ngola. Concluímos que, na prática, o Ngola era mais um soba, sendo que a ele eram atribuídos poderes sobrenaturais e que sua posição contrastava em tese, com a soberania que os portugueses pretendiam legitimar junto aos mbundu. Soberania esta alcançada em 1671 com a deposição do último Ngola que se opôs aos interesses lusitanos.<sup>169</sup>

O governador Luiz Mendes de Vasconcelos (1617-1618) enfrentou um ataque comandado por uma coligação de sobas, contrariando o que geralmente acontecia. Esse ataque fez com que as tropas portuguesas passassem a ficar alertas a situações de

---

<sup>167</sup> AHNA. Códice 3261.

<sup>168</sup> Esta documentação foi localizada no “Inventário analítico” da coleção de documentos africanos do IHGB. Ver Regina M. M. P. Wanderley (coord.). “Inventário Analítico da Documentação Colonial Portuguesa na África, Ásia e Oceania integrante do acervo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”, Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a. 166, n. 427, p. 27-570, abr/jun. 2005. p. 110. O verbete de número 378 que corresponde ao Inventário dos sovas, quilambas, quimbares do distrito de Golungo, que servem no serviço das Fábricas de Ferro da Nova Belém, Nova Oeiras donde se mandaram anexar todos por ordens do Ilustríssimo Senhor General sobre os dízimos, que pagavam antes de serem isentos, e pelo que regularam na regulação que se fez com o número de filhos capazes que cada um tem e o que se dão por mês. Localizado o verbete a leitura do documento foi feita na coleção do projeto Acervo Digital Angola Brasil-PADAB, disponível no IHGB.

<sup>169</sup> Heintze, Beatrix. *Angola nos séculos XVI e XVII*. Especialmente o capítulo “O fim do Ndongo como estado independente”.

ataque. O então capitão-mor português Pedro de Souza Coelho advertiu o governador Luiz Mendes de Vasconcelos sobre a necessidade de reorganizar os exércitos. Seguindo as instruções do militar as tropas portuguesas deveriam se posicionar em Angola do mesmo jeito que se posicionavam na Europa, modelo que passou a ser definido como “guerra à Europa”,<sup>170</sup> ajustada à geografia local. Os portugueses fizeram guerra ao exército de Ngola Bandi e aprisionaram “muitas pessoas principais”.<sup>171</sup> Ngola Bandi deixou três filhas e um filho de uma união com uma escrava, e apenas um filho fruto de sua união com sua esposa principal. Golla Bandi, filho do Ngola com a escrava, reivindicava o título do pai, alegando que o filho do Ngola com sua esposa principal não poderia assumir o título pelo fato de ter sido sua mãe condenada por adultério. Em situações como esta cabia ao conselho de macotas eleger o novo Ngola. Ordenou a morte de sua madrasta e de um de seus sobrinhos, filho de sua irmã Nzinga Bandi. Dessa atitude surgiu a disputa de poder que culminou com a ascensão da temida “rainha Ginga”.

A análise sobre o governo de Luiz de Vasconcelos evidencia o compromisso assumido pelos portugueses em prestar auxílio militar aos sobas vassalos da Coroa. De acordo com a documentação consultada o governador enviou tropas para as terras do Dongo após queixas de que este soberano estava causando “insultos” aos sobas da região que reconheciam a autoridade portuguesa. Essa expedição resultou no avassalamento do principal soba do Dongo. De acordo com o termo de avassalamento o soba do Dongo assumia a obrigação de enviar cem escravos por ano para a Coroa portuguesa. O documento deixa claro que a vassalagem foi obtida após uma derrota militar, e que a remessa dos escravos representava a garantia de paz. Ou seja, o

---

<sup>170</sup> Torres, Memórias contendo a biografia do vice-almirante Luiz da Mota Feo e Torres...

<sup>171</sup> “Catálogo dos governadores...”, p. 363.

avassalamento era um acordo temporário, renovado anualmente pelo pagamento do imposto às autoridades portuguesas. Caso esses escravos não fossem enviados, a trégua era quebrada e novos conflitos desencadeados.

Outra dificuldade encontrada pelos portugueses para controlar a aquisição de escravos nos sertões e seu transporte e venda era a presença de “brancos, mulatos, ou negros calçados” que agiam no interior do Ndongo sem a devida permissão das autoridades metropolitanas. A Coroa portuguesa permitia somente que pumbeiros “pretos descalços” entrassem nos sertões para negociar. Esta medida era uma tentativa de controlar a captação e o envio de escravos para os portos livres do norte, principalmente Loango, Molembo e Cabinda, onde estrangeiros negociavam com facilidade. O então governador português concentrou esforços para conter essas transações, e com o mesmo propósito a Coroa emitiu leis que estipulavam penas para esses homens que entravam nos sertões contrariando as determinações portuguesas. Em função da dificuldade de controlar o comércio nos portos do norte a alternativa mais viável era investir nas medidas que pudessem bloquear a entrada de contrabandistas.<sup>172</sup>

---

<sup>172</sup> Nesse contexto específico, onde priorizamos os estudos sobre as ações dos governos portugueses, consideramos como contrabandistas os comerciantes que não eram vinculados aos interesses mercantis da Coroa portuguesa. Essa é uma questão meramente conceitual utilizada somente para distinguir os comerciantes que realizavam transações lícitas e ilícitas, tendo como referência a legitimidade das leis portuguesas.

## Vista da cidade de Loango, ca 1665.



Fonte: Dapper, D'O. *Description de L'Afrique, contenant les noms, la situation & les confins de toutes les parties, leurs rivières, leur villes & leurs habitations, leurs plantes & leurs animaux; les moeurs, les coutumes, la langue, les richesses, la religion & le gouvernement de ses peuples*. Amsterdam: Chez Wolfgang, Waesberge, Boom & van Someren. 1686.

A presença no sertão de comerciantes que burlavam as determinações portuguesas causavam problemas junto aos sobas vassallos dos portugueses, tanto por desviar os escravos que deveriam ser enviados a Luanda, como por alterar um sistema de relações de poder construído pelos funcionários da Coroa. A entrada de novos personagens nas relações travadas entre agentes metropolitanos e as elites políticas locais ficou clara durante o período da ocupação holandesa, quando estes se consolidaram em terra como uma nova alternativa comercial.

Em 1621 assumiu como governador de Angola João Correia de Souza (1621-1623). Nesta época Ngola Bandi organizou uma nova embaixada, desta vez sob o

comando de sua irmã Nzinga Bandi. As embaixadas são ocasiões de extrema importância no cenário político envolvendo representantes mbundu e portugueses. Na prática eram encontros que antecediam os acordos formais, onde eram trocados presentes e onde as partes envolvidas expunham suas intenções. Para essas embaixadas eram enviadas pessoas da confiança dos sobas, e do Ngola, encarregados de representar essas autoridades, uma função era geralmente desempenhada pelos macunges.

Nessa embaixada Nzinga Bandi iniciou seus contatos com os portugueses. Esta embaixada foi descrita e retratada pela historiografia e faz parte do imaginário de várias gerações de estudiosos. Charles Boxer foi mais uma vez pioneiro ao descrever as estratégias de Nzinga Bandi em seu livro *Salvador Corrêa de Sá e a luta pelo Brasil e Angola*.<sup>173</sup> Em sua interpretação, Boxer destaca a astúcia e a habilidade de Nzinga para negociar com os funcionários metropolitanos. Cita também as suas articulações com os holandeses e a uso político que fez da conversão e de seu batismo. Em um primeiro momento Nzinga prestou auxílio ao seu irmão Golla Bandi, que sustentou sua resistência junto aos portugueses. Em uma dessas batalhas foi aprisionada a esposa principal do Ngola, o que fez com que fosse planejada e executada uma embaixada, sob a responsabilidade de Nzinga, que tinha como objetivo negociar a liberdade da esposa do Ngola.

O importante no dito episódio é a compreensão dos recursos utilizados pelas elites políticas mbundu na construção das relações com os portugueses, onde é possível identificar a afirmação dos grupos locais. Esse elemento confirma nosso argumento dos benefícios bilaterais envolvidos nos acordos de avassalamento, mesmo que em proporções desiguais. As articulações de Nzinga vão além dos acordos que implicam em submissão, o que acontece no caso do avassalamento. Quando Nzinga recusa o

---

<sup>173</sup> Boxer, *Salvador Correia de Sá...*

avassalamento, alegando não ter sido derrotada e estar ali por vontade própria, ela desqualifica submissão pretendida pelos portugueses e propõe um acordo de paz entre poderes independentes. A esposa do Ngola foi devolvida, e o Ngola manteve sua oposição aos portugueses.

As negociações feitas por Nzinga Bandi com os portugueses mostram o poder de articulação e de argumentação das chefias mbundu. Ao solicitar a paz, recebeu do governador a informação de que essa trégua seria obtida em troca do pagamento de um tributo anual, item presente em todos os autos de vassalagem consultados em nossa pesquisa. A contestação feita por Nzinga a essa imposição foi sustentada na alegação de que não se tratava de uma conquista e sim de uma embaixada voluntária, o que descaracterizava o compromisso do pagamento de tributos: “um príncipe soberano, que voluntariamente buscava a amizade de outro seu igual”.<sup>174</sup>

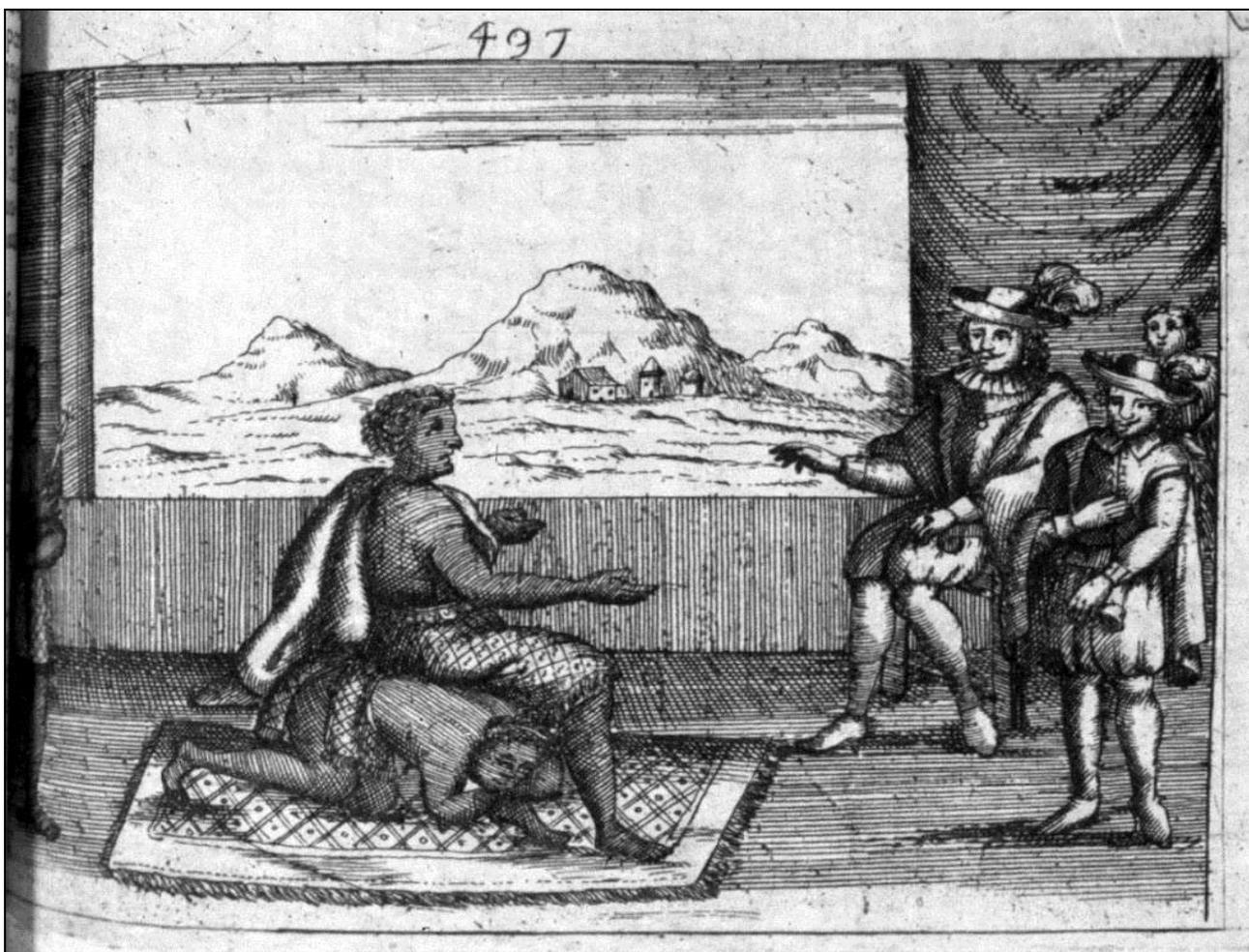
Na perspectiva dos interesses mbundu, Nzinga foi bem sucedida. Sem aceitar a tributação, assumiu o compromisso de restituir aos portugueses os escravos que haviam se refugiado nas terras controladas pelo Ngola, na região de Matamba. Ainda durante esse episódio Nzinga se converteu ao catolicismo. A cerimônia de conversão, onde se destacava o batismo, era um momento privilegiado, onde laços entre os dois grupos de poder estabeleciam vínculos diplomáticos que deveriam se desdobrar para os setores econômicos. O próprio Ngola, após o regresso de Nzinga, manifestou interesse em se converter, episódio que deu origem a mais um desentendimento entre o chefe mbundu e os portugueses. Diversos relatos de época informam que o governador enviou para essa tarefa um padre negro, filho de uma escrava, fato que teria desagradado o Ngola Ginga

---

<sup>174</sup> Corrêa, *História de Angola...*, vol. 3, p. 233.

Bandi, que desde então passou a recusar as propostas de conversão.<sup>175</sup> O desdobramento desse episódio culminou com o assassinato de Ngola Ginga Bandi, provocado por um envenenamento causado por sua irmã Nzinga. Desde então Nzinga passou a reivindicar o título de soberana do Ndongo, colocando vários obstáculos aos interesses portugueses.

#### Negociação de paz com o governador João Correia de Sousa



<sup>175</sup> “Catálogo dos governadores...”; Torres, *Memórias contendo a biografia do vice-almirante Luiz da Mota Feo e Torres...*; e Corrêa, *História de Angola...*, vol. 3.

Fonte: João Antônio Cavazzi de Montecúcolo. *Descrição histórica dos três reinos do Congo, Matamba e Angola*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1965.

Ainda nesse governo o Jaga Cassanje se levantou contra os portugueses, passando a dificultar a passagem dos pumbeiros por seus territórios. A primeira medida tomada pelo governo português foi bloquear a comunicação entre os territórios de Cassanje e os de Quissama – reduto de sobas rebeldes.

Durante o governo de João Correa de Souza o comércio em Angola foi incentivado através da implementação de feiras nas vizinhanças dos presídios de Muxima, Massangano e Cambambe, como uma alternativa para reduzir os crônicos problemas de abastecimento citados nas correspondências entre os governadores e os funcionários nomeados pela metrópole. Apesar desses incentivos, a carência de gêneros ainda predomina em grande parte das notícias enviadas a Lisboa até o final do século XVIII.<sup>176</sup> Entre outros feitos o então governador ordenou a demolição do presídio construído junto às margens do rio Lucala sob as ordens de Manuel Cerveira Pereira, e ordenou a construção de um novo núcleo populacional na região de Ambaca, que já era considerada estratégica desde o governo de Bento Banha Cardozo. Em função de divergências com os jesuítas, João Correa de Souza partiu de volta para Lisboa, deixando Angola sem um sucessor. O fato ressalta a dificuldade de se governar Angola durante o século XVII sem o apoio dos jesuítas. A administração portuguesa ficou por cinco meses sob a responsabilidade do capitão mor Pedro de Souza Coelho em 1623, até a posse do novo governador Frei Simão Mascarenhas (1623-1624).

---

<sup>176</sup> ANRJ: Fundo: Negócio de Portugal. Fundo: Negócios de Portugal. Conjunto documental: Avulsos. Caixa: 733.

Durante seu período de governo Frei Simão Mascarenhas teve como principais opositores os Jagas Angumbe e Bango Bango, posteriormente derrotados pelas tropas dos portugueses.

Na sequência assumiu o governo Fernão de Sousa, que teve Nzinga Bandi como principal adversária. Beatrix Heintze considera essa fase como de extrema importância para a História de Angola, por evidenciar a tentativa portuguesa de empossar um Ngola que atendesse aos seus interesses, manipulando dessa forma os demais sobas mbundu. A autointitulada soberana da Matamba articulou mais uma vez contra os portugueses: ao invés de travar um embate direto contra o governador, Nzinga passou a fomentar a sublevação do soberano do Dongo, que já havia sido derrotado e avassalado pelos portugueses. Nzinga invadiu as terras do Dongo impondo aos portugueses o envio de auxílios militares, já que até então era o soba do Dongo um vassalo da Coroa. O mesmo ocorreu com os sobas de Lucala, também vassalos da Coroa portuguesa, que sofreram com as pressões de Nzinga. Também o soba de Mathemo se uniu a Nzinga, dificultando o trânsito dos portugueses nos sertões. João de Araújo de Azevedo liderou um ataque aos rebeldes que terminou com o aprisionamento de duas irmãs de Nzinga e alguns de seus macotas. A soberana da Matamba terminou se refugiando nos caminhos em direção as terras de Songo.

Dom Manuel Pereira Coutinho 1630 e governou até 1635. Durante sua gestão precisou lidar com a resistência promovida por uma coligação de cinco sobas: Quigilo, Sambangome, Calumbo, Molundo e Acamoto, que tinham como meta “sacudirem o jugo da vassalagem”.<sup>177</sup> A expectativa dos sobas findou com a derrota para as tropas portuguesas. Os sobas Angombe, Acabonda e Quigoangoa também se rebelaram contra a vassalagem, alegando que não viam vantagens suficientes, e sim prejuízos aos seus

---

<sup>177</sup> Corrêa, *História de Angola...*, vol. 3, p. 242.

negócios e enfraquecimento de sua autoridade. Esse argumento dos sobas indica que a princípio o discurso de vassalagem deveria ser benéfico para ambas as partes, mesmo quando constatamos que a maior parte dos avassalamentos ocorreu após a vitória militar dos portugueses. Os casos consultados que fogem a esse modelo foram de sobas que, constatando a superioridade bélica dos estrangeiros, se renderam, principalmente após a derrota de algum sobado poderoso da região.

Dom Manuel Pereira Coutinho enfrentou dificuldades para avassalar o soba Ambuíla Dua. O principal obstáculo foi a geografia e a natureza local que segundo a fonte era formada por um mato fechado, repleto de rochedos que agiam como uma fortificação natural. O sobado de Ambuíla Dua um ponto estratégico para os planos de defesa dos portugueses, tanto por ser um reduto de escravos fugitivos, quanto pelo fato do dito soba ser uma liderança entre os demais sobas da região, responsável por fomentar a constatação da vassalagem portuguesa. Depois de três tentativas frustradas conseguiu o capitão mor Antônio Bruto invadir o sobado de Ambuíla, sendo o soba avassalado, passando a ser tributário da Coroa.

O décimo oitavo governador das possessões portuguesas que formavam o antigo Ndongo foi Francisco de Vasconcelos da Cunha (1635-1639). Entre os feitos relatados nas fontes destaca-se a negociação junto a Nzinga Bandi que culminou na reabertura dos caminhos rumo à Matamba. Esse feito foi possível através de uma aliança que firmou a trégua entre as tropas portuguesas e seus sobas vassalados de um lado, e Nzinga de outro. Entre os sobas aliados dos portugueses nessa disputa de poder se destacou o soba Caboco.

Os sobas que se aliaram aos portugueses nessa luta estavam, até então, sofrendo ataques promovidos por Nzinga, o que prejudicava diretamente o comércio português interferindo no deslocamento do fluxo de escravo que deveria ser direcionado ao porto

de Luanda. O caso mostra uma das situações onde foi mais vantajoso se aliar às tropas portuguesas do que firmar aliança com outros chefes locais. O aumento da demanda de escravos para o mercado atlântico gerou a necessidade da abertura de novas rotas que ligavam o litoral aos sertões, e o desdobramento dessa nova realidade foi a adesão de parte dos sobas aos projetos portugueses, o que passou a representar vantagens comerciais.

Durante o governo de Pedro César de Menezes (1639-1641) os portugueses encontraram resistência junto aos sobas Camucama e Naboangongo<sup>178</sup> que, após serem derrotados, foram castigados pelos portugueses. Essa não fora a primeira vez que Naboangongo se negara a obedecer os governadores. Mesmo depois de avassalado o soba sustentou sua posição contrária à passagem dos portugueses em seus territórios. A contestação em relação a vassalagem imposta pelos portugueses se repetiu na segunda metade do século XVIII, quando era governador Antônio de Vasconcelos. Em 1759 Naboangongo se uniu ao Dembo Ambuíla e aos sobas de Mussões<sup>179</sup> com o objetivo de destruir o presídio de Encoge, base militar estratégica que deveria servir como defesa na fronteira setentrional de Angola.<sup>180</sup>

---

<sup>178</sup> Naboangongo aparece citado como um dos Dembos, e que este tinha sua banza localizada na região próxima ao Alto Dande. In: *Annaes do Conselho Ultramarino*. Parte não oficial. Série I. Fevereiro de 1854 a dezembro de 1858. Lisboa: Imprensa Nacional, 1867.

<sup>179</sup> Algumas lideranças são chamadas “dembo” e outras “soba”. Não foi possível na leitura das fontes e da bibliografia estabelecer uma diferença entre os dois cargos. São aqui usados de acordo como aparecem nas fontes de época. Catarina Madeira Santos usa os termos “dembo” e “soba” como alternativos: “Os sobas ou dembos avassalados encontravam no registro escrito a legitimação do poder...” Santos, “Escrever o poder” Os autos de vassalagem e a vulgarização da escrita entre os africanos: o caso dos Ndembu em Angola (séculos XVII-XX)”. *International symposium Angola on the Move: Transport Routes, Communication, and History*, Berlim, 24-26 de setembro, 2003. p. 3

<sup>180</sup> Em relato de 1850, esses chefes rebeldes são descritos como “povos vagabundos dos sertões de Oh-holo, que foram repetidas vezes destroçados, e finalmente reduzidos à vassalagem em 1794”. Era governador Manuel de Almeida e Vasconcelos de Soveral, o Barão de Mossamedes. Monteiro, Jozé Maria de Souza. *Dicionário geográfico das províncias e possessões portuguesas no ultramar em que se descrevem as ilhas e pontos continentais que atualmente possui a Coroa*

Ainda durante o governo do Pedro César de Menezes os sobas de Libolo sofreram ataques de seus vizinhos, e como eram vassallos da Coroa Portuguesa exigiram o auxílio militar que constava como cláusula dos autos de vassalagem. Tropas portuguesas foram enviadas para a região de Libolo quando “Diogo Gomes Morales foi incumbido desta expedição, em que se houve venturoso arrasando geralmente os quilombos dos jagas e avassalando cerca de trinta sobas”.<sup>181</sup> Essa cadeia de avassalamentos exemplifica uma situação já comentada anteriormente: a que ocorria após o avassalamento de um soba de posição política privilegiada, fazendo com que outros sobas vizinhos com menor poder de resistência e enfrentamento se sujeitassem às imposições da Coroa portuguesa.

O vigésimo governador português, Francisco de Sottomaior (1645-1646) assumiu o governo durante a invasão holandesa. Apesar disso, recebeu da Coroa a instrução para identificar inimigos, tanto nacionais (mbundu) quanto estrangeiros, “e temendo menos da parte dos primeiros, soube que os segundos fomentavam ocultos danos aos portugueses”. A ameaça das revoltas dos sobas é vista como uma preocupação maior do que as possíveis invasões de estrangeiros, já que estava claro para os portugueses que a sujeição dos sobas era peça fundamental na disputa de poder e na configuração das redes comerciais. Os sobas como aliados, deveriam cooperar na abertura de caminhos e no fornecimento de escravos; os sobas, como inimigos, poderiam impedir a passagem dos pumbeiros autorizados pelos funcionários metropolitanos, como por sua vez se aliar aos estrangeiros causando danos aos

---

*portuguesa, e se dão muitas outras notícias dos habitantes, sua História, costume, religião e comércio.* Lisboa: Typ. Lisbonense, 1850, p. 247-248.

<sup>181</sup> Corrêa, *História de Angola...*, vol. 3, p. 251. O termo jaga nessa citação não se refere especificamente aos imbangalas, já que não são nomeados os sobas que atacaram os sobas vassallos de Libolo. Esse é um dos exemplos do uso do termo “jaga” como expressão genérica para a definição de grupos guerreiros sem uma origem étnica específica.

negócios. Nzinga protagonizou uma dessas alianças quando se aliou aos holandeses. Para enfraquecer essa combinação de forças os portugueses enviaram tropas que, segundo dito à época superavam em número os vassallos de Nzinga que, apesar do apoio holandês, saíram derrotados. A presença holandesa nos territórios de Angola fomentou ainda mais a sublevação dos sobas de Quissama que consideravam as alianças com estes estrangeiros uma alternativa às imposições da Coroa portuguesa. Outro obstáculo para o avassalamento das elites políticas de Quissama foi o clima: “a sequeidão do país, mais do que o valor de seus habitantes tem dificultado, e mesmo desvanecido as empresas de Quissama, eles acostumados a sofrer de sede marcham muitos dias sem o alimento d’água, o que nossos não podem suportar”.<sup>182</sup>

O governador morreu doente, deixando o cargo vago. Assumiu a administração portuguesa em Angola um triunvirato (1646-1648) formado por Bartolomeu de Vasconcelos da Cunha, Antônio Teixeira de Mendonça e João Juzarte de Andrade que até então ocupavam os cargos de capitães mores.<sup>183</sup>

A tendência memorialista, característica do movimento de Ilustração da segunda metade do século XVIII, é identificada no já citado documento escrito pelo militar português Elias Alexandre através da exaltação dos feitos de determinados governadores, como por exemplo, nos trechos dedicados ao governo de Salvador Correia de Sá.<sup>184</sup> Sobre os sobas de Quissama que Elias Alexandre considera rebeldes crônicos o memorialista diz: “resolutos inimigos, que as forças portuguesas nunca puderam subjugar, e por isso sempre nutridos de ousadia de arrostar as nossas armas com mais valor do que o resto de seus compatriotas”. A citação de 1783 indica que

---

<sup>182</sup> Corrêa, *História de Angola...*, vol. 3, p. 256.

<sup>183</sup> Corrêa, *História de Angola...*, vol. 3, pp. 255-256.

<sup>184</sup> Esse mesmo memorialismo é identificado nas críticas dirigidas aos jesuítas, em um ambiente que ainda reproduzia a visão pombalina em relação aos padres da Companhia de Jesus.

todos os acordos e alianças anteriores, e até mesmo os avassalamentos, firmados com os sobas de Quissama eram vulneráveis e circunstanciais.

## *2.2. Angola restaurada*

Em 1648 Salvador Correia de Sá deixou o Rio de Janeiro com destino a Angola com a tarefa de recuperar as possessões portuguesas ocupadas pelos holandeses. A assinatura de uma trégua que impedia, em tese, ações militares entre as duas Coroas dificultou os planos das tropas luso-brasileiras. Os aspectos relevantes para nossa pesquisa foram as alianças firmadas entre sobas, até então vassalos da Coroa portuguesa, e os holandeses. Essa nova configuração de poder nos sertões representou um enfraquecimento das bases militares lusitanas, já que a quebra dos acordos facilitava o acesso dos holandeses as principais áreas de captação de escravos, ao mesmo tempo em que impedia o trânsito dos portugueses. Além dos chefes do Ndongo a influência holandesa atingiu os domínios do Congo, quando o próprio manicongo se aliou aos estrangeiros, facilitando a passagem por seus territórios e pelos territórios das províncias subordinadas por ele.

Salvador Correia de Sá (1648-1651) desembarcou no porto de Quicombo, onde ordenou a construção de uma fortaleza. Elias Alexandre cita que os holandeses

estabeleceram ligas, convênios e induções com os negros do país. Deixa claro que a intenção da construção de uma feitoria na região de Quicombo era viabilizar a comunicação entre os portugueses do sertão e os portugueses que desembarcavam em Angola. Orientado para não violar a trégua firmada entre as Coroas, o novo governador buscou dentro das margens do acordo viabilizar os negócios portugueses. Os holandeses teriam quebrado o acordo de paz, abrindo precedente para as ações militares lideradas por Salvador Correia de Sá. Um argumento utilizado pelos portugueses para justificar a guerra foi a aproximação dos holandeses dos sobas. Segundo Elias Alexandre, “não só influenciando aos sobas já vassallos, o espírito da sedição, e rebeldia. Convocando-os ao seu partido, ascendendo por todos os modos o fogo da discórdia entre as suas e as nossas armas: aliando-se com inimigos do sertão, e concorrendo com elas a atacar-nos e fulminando a nossa total ruína”.<sup>185</sup>

Nesse contexto Nzinga se alia aos holandeses em uma batalha contra os portugueses. Apesar dessa aliança os portugueses saíram vitoriosos, mas a ameaça de contra-ataques permaneceu entre os funcionários da Coroa. O então governador enviou duas naus à Benguela, e ordenou também uma expedição com destino à Pinda e para Loango, com o objetivo de checar se ainda havia holandeses nos sertões. Apesar da “restauração” Salvador Correia de Sá enviou um aviso para Bartolomeu de Vasconcelos da Cunha solicitando que precauções fossem tomadas junto aos possíveis adversários que ainda estivessem nos domínios portugueses. A advertência era justificada pela ameaça de um contra-ataque holandês, que contaria mais uma vez com os sobas que recusavam a vassalagem portuguesa, onde se destacava Nzinga.

Com a vitória portuguesa os chefes locais que haviam se aliado aos holandeses foram castigados. O manicongo foi um dos primeiros a sofrer a represália das tropas

---

<sup>185</sup> Corrêa, *História de Angola...*, vol. 3, p. 260.

lusitanas, sendo acusado de traição. Para a Coroa portuguesa o manicongo deveria ser castigado pelo fato de ter, inicialmente, se beneficiado com o apoio português e posteriormente ter auxiliado os holandeses a se refugiar na ilha de Luanda. A desavença com o manicongo durou até o final do governo de Salvador Correia de Sá, quando o então governador firmou um acordo com o soberano do Congo. De acordo com esse tratado o manicongo se comprometeu em ceder aos portugueses a ilha de Luanda, e o direito de explorar algumas das minas de ouro localizadas em seus domínios. Empolgados ainda nessa época com a possibilidade de explorar metais preciosos, o acordo foi considerado vantajoso para os portugueses. A extração de ouro nunca chegou a ser confirmada, nem mesmo citada como uma atividade lucrativa e significativa no quadro do mercantilismo ibérico. Na realidade essas minas nunca existiram, e foram utilizadas pelo manicongo como barganha nas negociações com os portugueses.

Os moradores da ilha também foram condenados a servir a Coroa gratuitamente como remadores e carregadores, recebendo dos portugueses somente o necessário para o seu sustento.<sup>186</sup> “Contra os traidores marchou o capitão-mor Vicente Pagado da Ponte, que degolou quatorze, de cujo número foram Naimbua-Cacombe, e o arrogante Pagiandona, ficando seus estados assoladíssimos”.<sup>187</sup> Muitos desses sobas, considerados traidores pela Coroa portuguesa, buscaram refúgio na ilha dos Mabús, região que posteriormente foi também atacada pelos portugueses, apesar de sua fortificação. A retaliação contra os sobas continuou seguindo a tendência das punições exemplares típicas do Antigo Regime. Os castigos deveriam ser realizados em locais públicos para servir de advertência as possíveis contestações aos termos contidos nos autos de vassalagem. As tropas lusitanas atacaram os sobados do Lumbo, de Ilamba e o dembo

---

<sup>186</sup> Corrêa, *História de Angola...*, vol. 3, p. 269.

<sup>187</sup> Corrêa, *História de Angola...*, vol. 3, p. 266.

de Ambuíla, que haviam se aliado aos holandeses. Na região de Libolo, os portugueses derrotaram uma coligação de cinco jagas. Após onze meses de conflito, quatro desses jagas terminaram degolados. Os sobas de Quissama foram, mais uma vez castigados, marcando o fim da vingança portuguesa.

Apesar da sequência de castigos, Nzinga recebeu o perdão dos portugueses. Antes disso, entretanto, foi protagonista de mais uma batalha contra os portugueses durante o governo de Fernão de Sousa. Os funcionários metropolitanos pretendiam eleger um Ngola aliado e que colaborasse com seus projetos. Essa intenção retirava Nzinga da linha de sucessão ao título de soberana do Ndongo. No desenrolar desse episódio os portugueses atingiram seu objetivo contribuindo para a posse de um Ngola que não ofereceu nenhuma resistência em relação à sua intervenção na política e na economia local. David Birmingham chama o Ngola chefe de “fantoche”.<sup>188</sup> Em 1626 os portugueses tinham tido sucesso em apoiar a escolha de Ngola Ari. Os portugueses, após compreenderem e constatarem a função múltipla e mística associada ao cargo de Ngola, optaram por manter essa figura como elemento componente da hierarquia do Ndongo, desde que fosse um aliado. Sua ascensão ao poder representou a concretização das tentativas portuguesas voltadas para o enfraquecimento ainda maior do poder do Ngola. O posicionamento político do novo Ngola não agradou aos sobas que recusavam a vassalagem portuguesa, o que fomentou ainda mais a hostilidade entre esses dois grupos.

Durante o governo de Salvador Corrêa de Sá ficaram evidentes as desavenças entre os portugueses e os missionários capuchinhos. Em um contexto que logo sucedeu a Restauração portuguesa, a Coroa definiu como prioridade reforçar sua presença em

---

<sup>188</sup> Birmingham, David. *Alianças e conflitos...* Ngola Ari auxiliou em vários momentos os portugueses, entre esses feitos destacamos a vitória dos portugueses, com seu apoio, sobre Nzinga Bandi entre os anos de 1626 e 1627.

Angola. Nesse contexto a ação missionária era um elemento estratégico, já que garantia uma forma eficiente de aproximação com a população mbundu. Nesse cenário as duas principais ordens religiosas disputavam espaço na África centro ocidental, principalmente no Congo e em Angola onde se encontravam capuchinhos italianos e jesuítas portugueses. Longe de divergências em relação a doutrina, o que prevaleceu como elemento de discórdia foram suas filiações monárquicas. Enquanto os portugueses buscavam minimizar a influência castelhana em suas possessões ultramarinas, os jesuítas acusavam os capuchinhos de serem aliados da Espanha.

Em uma carta enviada ao rei de Portugal, datada de 14 de outubro de 1651, o padre jesuíta Antônio do Couto, alerta sobre os reveses da ação dos missionários italianos, sugerindo que a tarefa espiritual ficasse por conta de religiosos portugueses, independente de sua ordem religiosa. No mesmo documento o religioso adverte sobre os problemas provocados pelos capuchinhos no Congo onde dificultavam as relações entre portugueses e as elites políticas locais.

“Não duvido que quando Vossa Majestade fosse sabedor dos frades capuchos de várias nações que vieram a este Congo neste ano por Castela em uma nau que depois de os lançar no porto de Pinda aportou ao da Loanda, julgasse Vossa Majestade e com muito fundamento haver trato, e comunicação entre Castela e o Congo com traças ardis contrários a amizade, e boa correspondência que Vossa Majestade merece do rei do Congo com sua sincera e verdadeira amizade...”<sup>189</sup>.

Nessa época o rei do Congo já se opunha à Coroa portuguesa. Uma carta enviada por membros do Senado da Câmara de Luanda em 19 de fevereiro de 1656 ao rei de

---

<sup>189</sup> Carta do jesuíta Antônio do Couto para o rei de Portugal sobre a situação do reino do Congo. (manuscrito do AHNA) *Arquivos de Angola* vol. VII, nº 27 a nº 30. Luanda, 1950. p. 30.

Portugal dizia que “É razão que este Senado da Câmara de conta a vossa Majestade do estado em que este seu reino e moradores dele estão, que suposto na paz deixam de ter presente a guerra e esta tanto ao natural que lhes leva vida e fazendas causando todo este dano de El rei do Congo inimigo declarado nosso”.<sup>190</sup> Esse posicionamento político junto ao manicongo contribuiu ainda mais para que os investimentos ficassem concentrados nos territórios do Ndongo, o que significava na prática que os sobas iam gradativamente ganhando espaço como protagonistas dessa História. Rodrigo de Miranda Henriques (1652-1653) assumiu o governo de Angola após o retorno de Salvador Correia de Sá para o Rio de Janeiro. Os conflitos com os sobas do sertão continuaram, fazendo com que a Coroa ordenasse uma expedição contra os chefes levantados. Nesse período os prejuízos comerciais eram apontados como os maiores prejuízos causados pela rebeldia dos sobas, principalmente no que dizia respeito à remessa de escravos para os portos do litoral.

Após a morte desse governador assumiu o governador Bartolomeu Vasconcelos da Cunha (1653-1654). Nem Elias Alexandre, nem J. C. Feo fornecem informações sobre esse período. A explicação para tal lacuna vem do próprio Elias Alexandre: “atribuímos a inveja dos seus êmulos a falta de notícias deste tempo, sepultando no esquecimento os seus heroicos feitos”.<sup>191</sup> No “Catálogo dos governadores” encontramos uma informação que relacionava o conceito de bom governador ao bom desempenho do indivíduo nas funções militares, o “bom governo” seria aquele militarmente bem conduzido: “não acho notícia alguma de que possa fazer memória, podendo sem dúvida haver muito que se faça, porque com efeito foi um dos melhores cabos que serviram

---

<sup>190</sup> Carta ao Senado da Câmara de Luanda para o rei de Portugal com queixas sobre procedimentos do rei do Congo, passagem da Sé para Luanda e situação dos moradores. (manuscrito do AHNA) *Arquivos de Angola* vol. VII, nº 27 a nº 30. Luanda, 1950. pp. 37-38.

<sup>191</sup> Corrêa, *História de Angola...*, vol. 3.

nesse reino”.<sup>192</sup> O governador fez guerra aos sobas Golome Acaita e Tango Angonga, que haviam se levantado contra os portugueses. “Achava-se o primeiro recolhido com a sua gente em umas lapas de pedras fechadas de espessíssimos matos, tão trabalhosos de romper, que quatro meses foram precisos para vencer a entrada, e sujeitar o soba. Menos que fazer deu Tango que com pouca resistência se entregou”. O soba Quiloange Acango também foi uma das resistências enfrentadas pelos portugueses nesse período, já que atacou quatro vezes os portugueses, sem que esses conseguissem vencê-lo, somente o expulsaram em direção ao sertão, evitando que permanecesse em seus domínios e que dessa forma bloqueasse os caminhos.

No período em que governou Luiz Martins de Souza Chichorro (1654-1658) o manicongo quebrou o acordo firmado com Salvador Correia de Sá. Como respostas foram enviadas tropas que atravessaram os domínios dos sobas de Quimbay, Ivala e Bembe. Frente a essas ameaças, o manicongo reconsiderou o tratado, evitando assim o confronto militar. Nesse cenário de articulações o soberano do Dongo se aliou ao manicongo, se eximindo de enviar escravos a Luanda como pagamento de um tributo. O conflito militar terminou com a vitória dos portugueses. O Dongo “se viu reduzido a pedir perdão da sua inconstância, e a satisfazer o tributo estipulado”.<sup>193</sup> O fato marcante do governo de Chichorro foi o segundo avassalamento de Nzinga, quando ela se converteu novamente ao Cristianismo. A irmã de Nzinga, batizada como Bárbara, se encontrava desde o governo de Francisco Sottomaior no poder dos portugueses, e sua libertação foi uma das condições para o avassalamento da chefe da Matamba. Mais uma vez Nzinga conseguiu impor exigências junto aos funcionários metropolitanos, o que

---

<sup>192</sup> Cabo é um título militar de comando do exército hoje correspondendo ao de general no sentido de chefe de um exército no campo de batalha. A citação está no “Catálogo dos governadores..”, pp. 381-382.

<sup>193</sup> Corrêa, *História de Angola...*, vol. 03, p. 272.

mostra que as cerimônias de vassalagem eram precedidas por uma temporada de negociação.

Nesse contexto a elite política do Congo representava uma ameaça aos portugueses, já que abrigavam escravos que fugiam do cativeiro dos pumbeiros portugueses que negociavam nos sertões do Ndongo, percorrendo caminhos de sobados que não aceitavam a vassalagem. O plano de uma invasão ao Congo passava a ser considerado como uma alternativa para a manutenção dos negócios e do próprio poder português na África centro ocidental. “O Congo era perigoso não por suas capacidades ofensivas, mas porque constituía um pólo de atração antiescravista, acoitando escravos dos angolistas”.<sup>194</sup> O cenário político se reconfigurava com a oposição portuguesa ao Congo.

João Fernandes Vieira (1658-1661) recebeu o cargo de governador de Angola em recompensa por seus serviços prestados na restauração pernambucana. Enfrentou um conflito com os jesuítas.<sup>195</sup> Enviou o já experiente militar Bartolomeu Vasconcelos da Cunha ao sertão para combater os “inconstantes” sobas “sempre inovadores de diversas sublevações e alianças hostis contra os portugueses, e contra os vassalos negrícios da mesma Coroa”.<sup>196</sup> Um dos sobas mais resistentes foi Gollome Acayta, que contou com o recurso das fortificações naturais de seu sobado para se defender das tropas invasoras. Apesar de dificultar a penetração dos portugueses em seus domínios, a

---

<sup>194</sup> Corrêa, *História de Angola...*, vol. 03, p. 274.

<sup>195</sup> Em uma ocasião o governador proibiu que os porcos andassem soltos nas ruas. Os escravos dos jesuítas deixavam os porcos soltos e por isso foram presos. Contrariados os jesuítas excomungaram o governador. O fato chegou até Lisboa. Segundo Elias Alexandre a resposta informava que as autoridades metropolitanas estranhavam muito “semelhante procedimento, e que lhe advertisse (aos jesuítas) que se outra vez em qualquer parte do seu reino e conquistas cometessem semelhantes excessos os haveria por privados de tudo” Correa, *História de Angola....* vol. 03, p. 274.

<sup>196</sup> Corrêa, *História de Angola...*, vol. 03, p. 275.

natureza e a geografia local, não impediram a vitória dos portugueses. Após o avassalamento desse soba, um de seus aliados o soba Tanto Angonga ofereceu menos resistência, aceitando os termos dos autos. O soba Quiloange Alango optou por uma estratégia diferente daquela adotada pelo soba Gollome Acayta, lutou contra os portugueses em um embate direto, sem recorrer aos refúgios naturais oferecidos pela natureza de seus domínios. Apesar da coragem, terminou fugindo.

O governador ofereceu especial atenção as instruções que visavam dar continuidade aos planos de fortificação das possessões portuguesas. Concluiu a construção da fortaleza de Santo Amaro e reedificou a fortaleza de Benguela, sendo essa uma das medidas responsáveis pelo avassalamento dos sobas de Benguela, que haviam contestado a autoridade da Coroa. Uma das orientações recebidas por João Fernandes Vieira foi a confirmação da existência das minas de ouro do Congo, utilizadas pelo manicongo como vantagem no acordo firmado com o então governador Salvador Correia de Sá. Mesmo tendo se comprometido em permitir o acesso dos portugueses aos seus domínios, o manicongo não cumpriu a cláusula do tratado, o que gerou um conflito na região localizada entre o Dembo Ambuíla e o Congo. Apesar de dificuldades os portugueses saíram vitoriosos, puniram os sobas e dembos que apoiaram o manicongo, entre eles o Dembo Mutemo Aquigoengo e o soba (dembo) Naboangongo, que mais uma vez lutou contra os portugueses. Naboangongo foi forçado a buscar refúgio no Congo.

A questão com o então manicongo, Dom Antônio, se desdobrou no governo de André Vidal de Negreiros (1661-1666). Em 1664 os portugueses avassalaram a então regente do dembo de Ambuíla, batizada Isabel. A análise desse auto<sup>197</sup> apresenta

---

<sup>197</sup> Auto de vassalagem ao rei de Portugal de Dona Isabel, regente de Ambuíla. Banza de São Miguel. 1º de julho de 1664. In Brasio, *Monumenta Missionária Africana* (1656-1665). p. 484.

características relevantes para as relações travadas entre os portugueses e as elites políticas africanas. O termo redigido na primeira pessoa pretendia mostrar que a própria Isabel era a proponente das cláusulas citadas. Os macotas aparecem como personagens de destaque em três momentos: primeiro quando são descritos como indivíduos que também estavam sendo avassalados juntos com a regente de Ambuíla, e segundo no trecho que ratifica a legitimidade do título de dona Isabel, “digo eu Dona Isabel regente do senhorio de Ambuíla, por eleição de seus macotas, e quando eles participavam como testemunhas assinando, com um sinal de cruz, os termos de compromisso” que os colocava formalmente como vassalos do monarca português. De acordo com a fonte o contrato teria sido solicitado pelo capitão mor Luís Lopes de Siqueira, sob a alegação de que a dita regente, assim como seu sobrinho Dom Álvaro Afonso, senhor de Bamba de Ambuíla, estariam recebendo embaixadas dos “macunges de Rei de Congo e Ginga”, o que estaria prejudicando os serviços reais, traduzidos aqui como os negócios dos pumbeiros portugueses. Na prática a queixa dos portugueses evidenciava uma disputa política entre portugueses e governantes do Congo, o que já sinalizava para os antecedentes da Guerra de Ambuíla ocorrida no ano seguinte. O texto cita que o até então vassalo “senhor de Ambuíla, estava sendo visto com desconfiança pelos portugueses”.<sup>198</sup> A vassalagem de Dona Isabel foi uma tentativa de reforçar o compromisso do dito dembo:

“dizendo que nos se conhecíamos a vassalagem deveríamos a sua Majestade que Deus guarde, que não tentássemos mais de admitirmos macunges de Congo e Ginga, nem dar-lhes o nome de senhor que esse só deviam dar e conhecer ao muito alto e poderoso rei de

---

<sup>198</sup> Auto de vassalagem ao rei de Portugal de Dona Isabel, regente de Ambuíla. Banza de São Miguel. 1º de julho de 1664. In Antônio Brásio. *Monumenta Missionária Africana*. África Centro Ocidental, vol. XII. Academia Portuguesa de História. Lisboa: 1981, p. 484.

Portugal, o senhor Dom Afonso, que Deus guarde, que desta sorte seria nossa vassalagem, que sendo contrário nos declararia rebeldes”.<sup>199</sup>

A cerimônia do dito avassalamento seguiu com uma reza professada pelo capitão mor, que assumiu as funções religiosas no auto. A oração era acompanhada pela declaração de Dona Isabel, onde ela, seu sobrinho e seus macotas, todos ajoelhados, confirmavam em voz alta sua vassalagem. O auto diz que os chefes agora vassalados estavam cientes dos castigos e retaliações a que seriam impostos em caso de quebra do contrato.<sup>200</sup> A guerra de Ambuíla foi o principal acontecimento do período, já que teve como consequência o enfraquecimento do Congo, além de ter aberto uma brecha para um longo período de disputas sucessórias que terminaram somente em 1710, quando era manicongo Dom Pedro IV.

Como motivação principal para a guerra pontuamos diferentes aspectos, um deles era a intenção de manter o dembo de Ambuíla (Mbwila) como vassalo português, o que para os portugueses garantiria o acesso às idealizadas minas de ouro (as mesmas citadas no acordo feito entre o manicongo e o governador Salvador Corrêa de Sá),<sup>201</sup> outro motivo citado no “Catálogo dos governadores”<sup>202</sup> era que, o soberano do Congo estaria promovendo guerras contra sobas vassaladas da Coroa, o que exigia que tropas fossem enviadas para prestar auxílio, como constava nas cláusulas dos autos. A batalha

---

<sup>199</sup> Auto de vassalagem ao rei de Portugal de Dona Isabel, regente de Ambuíla. Banza de São Miguel. 1º de julho de 1664. In Brásio. *Monumenta Missionária Africana*. (1656-1665). vol. XII, p. 484.

<sup>200</sup> Auto de vassalagem ao rei de Portugal de Dona Isabel, regente de Ambuíla. Banza de São Miguel. 1º de julho de 1664. In Brásio. *Monumenta Missionária Africana*. (1656-1665). vol. XII, p. 484.

<sup>201</sup> Souza, Marina de Mello e. *Reis negros no Brasil escravista*. BH: Editora UFMG, 2002, p. 80.

<sup>202</sup> “Catálogo dos governadores...” e Torres, Memórias contendo a biografia do vice-almirante Luiz da Mota Feo e Torres...

terminou com a morte do manicongo,<sup>203</sup> pelas mãos do capitão português Luiz Lopes de Siqueira, mas os desdobramentos da guerra foram outros. O documento de Elias Alexandre considera o bloqueio às minas pelo manicongo como fator responsável pelo estopim da guerra:

“Marchava o nosso exército pelas terras do Dembo Ambuíla, já vassalo da Coroa portuguesa, quando Sua Majestade Conga o encontrou, e observando o pequeno número de oposição ordenou aos seus mais forçados guerreiros, colhessem as mãos o Cabo, ou Comandante português, e lho levassem vivo. Este Real mandamento exprimido com soberba, e arrogância foi o exordio da Guerra”.<sup>204</sup>

O dembo Caconda “íntimo parcial de Ambuíla que havendo-o socorrido, e prestado todo o adjutório hostil contra nossas armas, se havia retirado à sua Banza na estação chuvosa, esperando depois dela continuar em iguais irrupções”.<sup>205</sup> Os portugueses com o auxílio da guerra preta atacaram a banza de Caconda, “cortando a cabeça do dito Dembo”. Vale ressaltar que o dito dembo já havia sido anteriormente aliado dos portugueses, e com a dinâmica política e econômica, e os interesses renovados firmou oposição aos funcionários da Coroa. O novo dembo de Caconda logo jurou vassalagem e ofereceu seus exércitos aos portugueses. O dembo de Caconda era a última resistência contra os portugueses em Ambuíla, que foi reduzida após esse embate.

---

<sup>203</sup> “Morreram também o Duque de Bamba, seu general o Duque de Patas, o marquês de Pinda, o Príncipe Dom Álvaro e muitos outros fidalgos e negraria”. Torres, Memórias contendo a biografia do vice-almirante Luiz da Mota Feo e Torres..., p. 195.

<sup>204</sup> Corrêa, *História de Angola...*, vol. 03, p. 281.

<sup>205</sup> Corrêa, *História de Angola...*, vol. 03, p. 281..

Após a vitória portuguesa o governador ordenou que o capitão Antônio da Silva castigasse aliados do manicongo. Foram atacados o Dembo Mutemo-Aquicoengo<sup>206</sup> e o Dembo Naboangongo em batalha que durou cinco meses. A ideia era castigar os dembos aliados do manicongo, e ao mesmo tempo facilitar a entrada dos portugueses impedindo o escoamento de escravos fugitivos. A elite política do Congo se transferiu para as províncias que reconheciam a soberania do manicongo, enfraquecendo o centro de poder. A transferência desses “nobres” fez com que essas regiões que orbitavam até então em torno das determinações vindas de São Salvador, se tornassem mais autônomas. Apesar dessa nova distribuição de poder no Congo, o Ndongo permanecia sendo mais vantajoso, já que a capital era cenário de guerras que dificultavam o negócio negreiro. A morte de Dom Antônio, e de possíveis sucessores ao título, abriu uma brecha para disputas em torno da sucessão que terminaram somente em 1710, quando assumiu como manicongo Dom Pedro IV. A Guerra de Ambuíla foi um dos fatores responsáveis pelo enfraquecimento do Congo, associado principalmente a decadência de seu poder político, até então centralizado em São Salvador. Em nossa interpretação Ambuíla foi mais um dos fatores que contribuíram para esse processo, que também foi provocado por disputas de poder, e pela divergência ente manis de províncias subordinadas e o até então soberano manicongo. É necessário considerar que a abertura do mercado atlântico para os escravos contribui para o aumento de guerras nos sertões, e fomentou as rivalidades entre grupos rivais, o que resultou no enfraquecimento da unidade política do Congo.<sup>207</sup>

---

<sup>206</sup> Este dembo é citado como Mutemo A Quingengo. Torres, Memórias contendo a biografia do vice-almirante Luiz da Mota Feo e Torres..., p. 197.

<sup>207</sup> A pesquisa de Maria de Fátima Gouvêa ratifica essa interpretação em seu artigo “Conexões imperiais: oficiais régios no Brasil e Angola (c. 1680 – 1730). In: Bicalho, Maria Fernanda e Ferlini, Vera Lúcia Amaral (orgs). Modos de governar. Ideias e práticas políticas no Império Português. Séculos XVI a XIX. SP: Alameda Casa Editorial, 2005. considerando que a Batalha

John Thornton não relaciona o enfraquecimento do Congo a fatores externos, descarta o impacto do comércio de escravos nesse processo.<sup>208</sup> O autor considera que as disputas sucessórias pelo título de manicongo que se difundiram ainda mais após a derrota em Ambuíla foram responsáveis pela decadência do poder central, e pelo deslocamento do centro político de São Salvador para chefes provinciais, principalmente o chefe Soyo. O fortalecimento de grupos políticos que até então orbitavam, e que eram “súditos” do manicongo, ganharam mais autonomia, o que teria sido o fato fundamental.

O sucessor no governo de Angola foi Tristão da Cunha (1666-1667) descrito na fonte como um governador odiado pelo povo – consideramos que o “povo” citado na fonte eram os grupos de portugueses e luso-brasileiros estabelecidos nas possessões portuguesas de Angola. De acordo com a documentação produzida por Elias Alexandre, o governador teria sido vítima de uma revolta popular, que fez com que ele terminasse embarcado de volta para Pernambuco.

A administração passou para a responsabilidade da Câmara de Luanda,<sup>209</sup> que governou por três anos. Os responsáveis pelo primeiro dos três mandatos da Câmara reestabeleceram a paz com o então manicongo Dom Álvaro que ratificou seu compromisso em ceder as ditas minas de ouro do Congo. Os portugueses entraram no Congo em 1668, na companhia do manilumbo e foram mais uma vez averiguar a existência dos potenciais auríferos. Após as expedições essa expectativa foi finalmente descartada, com a confirmação que se tratava de um blefe dos soberanos do Congo, que

---

de Ambuíla foi determinante para a eliminação dos focos de resistência aos avanços portugueses no Congo, o que favoreceu para o deslocamento em direção ao Ndongo.

<sup>208</sup> Thornton, John K. *The kingdom of Kongo. Civil War and transition. 1641 – 1718*. Madison: University of Wisconsin, 1983.

<sup>209</sup> A Câmara de Luanda ficou responsável pelo governo de Angola no período de fevereiro de 1667 a agosto de 1669.

sabendo das pretensões metalistas dos portugueses, utilizaram essa ambição para obter vantagens nas negociações.

Quando Francisco da Távora (1669-1676) assumiu o governo de Angola predominava um clima de tensão entre os colonos portugueses após o motim contra o governador Tristão da Cunha. Em 1670, o soberano do Sonho se rebelou contra os portugueses. Os domínios do soberano do Sonho eram localizados na região austral do rio Zaire, e seu soberano era um antigo vassalo do manicongo, chegando a ter se convertido ao Catolicismo por influência do soberano do Congo.<sup>210</sup> Além de bloquear rotas comerciais, destruiu igrejas e apresou embarcações que negociavam em seus portos. Os portugueses investiram contra eles, auxiliados por tropas mercenárias e pela guerra preta.

A guerra preta contra as lideranças políticas do Sonho foi liderada pelo Jaga Calunda e por outros quilambas. Mais uma vez os portugueses contaram com o auxílio dos chamados jagas na defesa de seus interesses frente aos demais potentados, prática adotada desde os primeiros contatos travados com os mbundu. O líder jaga teria advertido o capitão mor João Soares de Almeida sobre a dificuldade de acesso em função da geografia local, mas que tal informação teria sido desprezada pelo militar português que comandava a expedição. Sabendo dos riscos que corria, o Jaga Calunga teria ordenado ao seu filho Ngola Bola que regressasse ao seu grupo e assumisse o poder como chefe. O desfecho do episódio mostra que a informação do Jaga não deveria ter sido desprezada: os portugueses foram derrotados.

---

<sup>210</sup> Apesar da conversão ao Catolicismo, o documento escrito em 1783 por Elias Alexandre confirma a hipótese de que a aceitação da fé cristã era essencialmente um instrumento político, já que a religião estrangeira era praticada por seu povo junto com ritos e superstições típicas da religiosidade africana. Corrêa, *História de Angola...*, vol. 03, p. 290.

A vitória do chefe do Sonho não só enfraqueceu as tropas da Coroa, como também incentivou outras contestações em relação ao domínio português. O soberano do Dongo, batizado como Dom João Hary, ou Dom João I, foi um desses líderes que lutou contra os portugueses na sequência da vitória do mani Sonho. “Sabendo-o rei do Dongo Dom João Hary, a fatalidade sucedida em Sonho, rebelando-se no mesmo instante, e unido com seu irmão Dom Diogo entraram com gente armada na província de Ambaca em que fizeram ímpio estrago”.<sup>211</sup> A resposta veio com ataque liderado pelo capitão mor Luiz Lopes de Siqueira, que seguiu o rio Lunilo localizado na direção do caminho de Pedras – refúgio do soberano do Dongo. “O rei que tinha metido todo o grosso do seu exército na retaguarda do nosso sem ser percebido, tendo frustrada a ideia saiu da emboscada, e veio acometer Luiz Lopes no seu alojamento, mas sendo rechaçado se recolheu as Pedras, deixando no campo excessivo número de mortos”.<sup>212</sup> Em agosto de 1671 o soberano do Dongo atacou novamente os portugueses, e mais uma vez foi derrotado, sendo dessa vez avassalado. Como medida punitiva as tropas metropolitanas atacaram os domínios de Pedras, aprisionando dois irmãos do chefe do Dongo. A vitória foi comunicada ao governador pelo capitão-mor, que aconselhou que Dom João Hary fosse punido por ser um traidor, e que como pena a região do Dongo deveria ser anexada aos domínios da Coroa. Como cita Maria de Fátima Gouvêa: “os anos de 1670 assistiram à fundação de novos presídios com o intuito de viabilizar o estabelecimento de novas rotas de tráfico de africanos sob o controle português”,<sup>213</sup> o que é comprovado com a fundação de Pundoandongo em 1671; e de Caconda em 1682. Esses presídios nem sempre tinham a função de povoar as áreas adjacentes a hinterland

---

<sup>211</sup> Catálogo dos governadores...”, p. 391.

<sup>212</sup> Catálogo dos governadores...”, p. 391.

<sup>213</sup> Gouvêa, “Conexões imperiais...” p. 183.

de Luanda, intenção que aparece nos discursos dos portugueses e que é enfatizado nas reformas propostas por Dom Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho. Em nossa análise a principal função desses presídios era a de servir de base para as rotas de captação de escravos.

Ainda durante o governo de Francisco de Távora, mais uma vez os sobas de Quissama contestaram a vassalagem. O recém-avassalado soberano do Dongo, aliado ao mani Sonho, planejou um ataque à Muxima. Os portugueses frearam a ação, mas não conseguiram conter Gungo, um dos sobas rebeldes de Quissama, que conseguiu de volta os escravos levados pelos portugueses. Nesse governo ocorreu também um embate em Massangano, envolvendo de um lado “brancos” e de outro “mulatos e fuscões”. O conflito teve como desfecho o castigo dos mbundus que tentaram retomar o controle sobre Massangano.

O governo de Pires de Saldanha de Sousa e Menezes (1676-1680) foi marcado pela violência. Os portugueses controlaram uma rebelião dos sobas do Libolo que resultou em muitas mortes e no incêndio do sobado. O sobado de Guzambambe foi saqueado e seu chefe assassinado. Na sequência os portugueses liderados pelo capitão-mor Luiz Lopes de Siqueira lutaram contra o soba Angola Quitumba que resistiu e foi derrotado em um contra-ataque descrito no empolgado relato de Elias Alexandre: “finalmente a vitória é completamente ganhada, e o grande soba prisioneiro, e atado, é o principal ornamento do triunfo”.<sup>214</sup>

Não cessaram as revoltas dos sobas de Quissama, um deles o soba Caboco, construiu armadilhas e emboscadas para dificultar o acesso das tropas rivais em seus territórios. Apesar desses obstáculos, os portugueses reafirmaram seu poder sobre as lideranças políticas de Quissama, mesmo que mais uma vez por um tempo determinado.

---

<sup>214</sup> Corrêa, *História de Angola...*, vol. 3, p. 298.

“Outros sobas quissamas, rodeados de negros aguerridos, valentes e insultantes não cessavam de fazer rápidas incursões, sobre os vassalos portugueses, transitando o Kuanza, e conduzindo as suas hostilidades até os subúrbios da cidade, mas prevenido Saldanha, obstáculos às suas tentativas, mandou armar quilombos à margem do rio, e assim conservou por esta parte algum sossego no seu governo”<sup>215</sup>.

O governador planejou construir uma via terrestre entre Angola e Benguela, mas o clima seco, e a falta de água na província de Quissama, impediram as obras. Aires Saldanha foi mais um dos governadores que se empenharam na execução de um caminho terrestre que ligasse a costa oeste à costa leste africana. Essa era uma antiga ambição portuguesa, mas que tinha como principal obstáculo a resistência de sobas que tinham seus domínios no percurso idealizado pelos portugueses. Aires de Saldanha “encontrou a incrível oposição de alguns sobas mais incultos e bárbaros, que o fizeram retroceder”<sup>216</sup>.

Durante o trigésimo segundo governador português, João da Silva e Sousa, que governou entre 1680 a 1684, faleceu Nzinga, personagem relevante no histórico das relações entre os portugueses e as elites políticas mbundu. O novo soberano de Matamba e do Ndongo, batizado como Dom Francisco Guterres, assumiu uma posição de distanciamento em relação aos portugueses, já que pretendia sustentar sua independência, resistindo ao avassalamento. Entre os feitos do novo Ngola destacamos

---

<sup>215</sup> Corrêa, *História de Angola...*, vol. 3, p. 299-300.

<sup>216</sup> Esse plano foi posteriormente retomado nos governos portugueses da segunda metade do século XVIII, principalmente nas gestões de Dom Álvares da Cunha e Dom Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho.

uma batalha contra o Jaga Cassanje, que após o conflito teve seu quilombo destruído e acabou degolado. Esse feito indica o descontentamento do Ngola em relação ao posicionamento político do Jaga, considerado nesse contexto um aliado dos portugueses.<sup>217</sup> O passo seguinte foi a interferência do Ngola no processo de sucessão do novo soberano de Cassanje, que o reconheceu como soberano e passou a impedir a passagem dos portugueses por seus domínios. Os portugueses recorreram mais uma vez à guerra preta, onde tropas auxiliadas por sobas vassallos se concentraram no presídio de Ambaca, sob a liderança do capitão-mor Luiz Lopes de Siqueira. Francisco Guterres se adiantou ao ataque e em quatro de setembro de 1681 os aliados do Ngola, dentre os quais destacamos a participação do soba Hary, incendiaram os acampamentos portugueses. Mesmo com essa tática os portugueses saíram vitoriosos, sendo o Ngola assassinado e seu corpo exposto como símbolo da vitória e medida exemplar: “os portugueses o acharam confundido e enrolado no sangue próprio, e dos vassallos, de onde o tiraram, e expuseram a vista do exército vitorioso”.<sup>218</sup>

Assumiu como nova soberana a irmã do falecido Ngola, Dona Victória Guterres. Esta comunicou aos portugueses a intenção de conservar a paz, jurada anteriormente por Nzinga, expressou também o interesse em preservar suas parcerias comerciais. A soberana aceitou o avassalamento e se comprometeu em cumprir oito condições impostas pelos portugueses. O então governador João da Silva e Souza (1680-1684) estabeleceu como meta fomentar o comércio de escravos nos sertões de Benguela, seguindo não só as instruções dadas pelo rei, como também a direção tomada pelo ex-governador Manuel Cerveira Pereira. O dembo Caconda foi um aliado importante dos

---

<sup>217</sup> Brasio, *Monumenta Missionária Africana*, vol. XV. Na fonte consultada o Jaga Cassanje é descrito como um antigo confederado dos portugueses.

<sup>218</sup> Corrêa, *História de Angola...*, vol. 3, p. 303.

portugueses no processo de interiorização nos sertões de Benguela. Um dos objetivos da Coroa Portuguesa era fundar um presídio próximo ao sobado de Caconda, o que mostra a importância dessa região no traçado dos caminhos do Ndongo em direção à Benguela. O soba Caconda autorizou a construção de um presídio em seus domínios, mas após a obra concluída se revoltou contra os portugueses, chegando a assaltar o dito presídio. O soba Caconda roubou armas, munições, vasos sagrados, ornamentos litúrgicos e aprisionou soldados. Uma análise dos objetos que interessaram o soba indica que, além das cobiçadas armas de fogo, o soba saqueou objetos religiosos – entre elas a imagem de um Cristo crucificado,<sup>219</sup> apesar de não haver registro sobre sua conversão. Esse fato pode exemplificar a utilização de símbolos do Catolicismo nos cultos africanos, mostrando um hibridismo cultural,<sup>220</sup> ou seguindo outra linha de interpretação, o furto dessas insígnias religiosas pode ter sido vista pelos africanos como um ataque à um símbolo de poder dos portugueses, sem necessariamente ser revestido de uma conotação religiosa.

O então capitão-mor Carlos de Lacerda recuou temendo um ataque do soba Caconda, decisão que desagradou o então governador Luiz Lobo da Silva (1684-1688) que insatisfeito transferiu o comando da batalha para o capitão-mor de Benguela João Braz de Góes que “marchou a avistar-se com o soberbo e vanglorioso jaga, que ostentava de valente, e imóvel, fortificando em um outeiro dentro das suas costumadas linhas, ou estacas de pau a pique”.<sup>221</sup> Mais uma vez o termo jaga é utilizado na documentação portuguesa como sinônimo de rebeldia e insubordinação em relação às determinações da Coroa Portuguesa, sem estar vinculado necessariamente aos

---

<sup>219</sup> Torres, Memórias contendo a biografia do vice-almirante Luiz da Mota Feo e Torres..., p. 210-212.

<sup>220</sup> Canclini, *Culturas híbridas...*

<sup>221</sup> Corrêa, *História de Angola...*, vol. 3, p. 307.

imbangalas. O texto de J. C Feo também chama de “jaga” o chefe Caconda, mas no mesmo documento ele é citado como soba. Essa análise indica um uso alternativo dos termos “jaga” e “soba” nas fontes portuguesas, sem que houvesse um critério distintivo único. O que constatamos é que os chefes descritos como “jagas” com exceção do Jaga de Cassanje, eram todos adversários dos portugueses.<sup>222</sup> Quando o chefe Caconda era aliado dos portugueses seu nome vem acompanhado do termo soba; quando se rebela é chamado de jaga.

As tropas comandadas por João Bráz de Góes enfrentaram um numeroso exército, além das dificuldades de se deslocar no sobado de Caconda, mas apesar dos reveses reagiram e dominaram o soba, que terminou se refugiando nos domínios de seu aliado Golla Gimbo, “implacável adversário da Coroa portuguesa”,<sup>223</sup> que também se opunha à vassalagem. Os dois sobas se uniram contra os portugueses, o que deu origem a uma nova batalha. O capitão-mor enviou um recado à Golla Gimbo solicitando que ele entregasse o “Jaga” Cacondo, e obteve a seguinte resposta: “que aquele jaga o havia ajudado em outro tempo a degolar dois cabos e toda sua gente, e que esperava que ele João Bráz fosse o terceiro, se tivesse o atrevimento de entrar no seu Estado”.<sup>224</sup> Os portugueses classificaram como “arrogante” a atitude do soba, e reagiram com uma nova batalha a caminho da Banza de Golla Gimbo. Os chefes africanos se refugiaram nos matos próximos ao sobado. Os portugueses retornaram a Caconda e tomaram posse de seu território.<sup>225</sup> O dito Jaga foi preso no Forte de Penedo e morto. Esse é mais um

---

<sup>222</sup> Torres, Memórias contendo a biografia do vice-almirante Luiz da Mota Feo e Torres..., p. 211-212.

<sup>223</sup> Corrêa, *História de Angola...*, vol. 3.

<sup>224</sup> Torres, Memórias contendo a biografia do vice-almirante Luiz da Mota Feo e Torres..., p. 213.

<sup>225</sup> Corrêa, *História de Angola...*, vol. 3; Torres, Memórias contendo a biografia do vice-almirante Luiz da Mota Feo e Torres...

episódio que não terminou com o avassalamento do rebelde. O sobado foi tomado, tendo sido duas terras incorporadas às possessões portuguesas.<sup>226</sup>

Ainda durante esse governo os portugueses foram solicitados pelo soba Dom Anastácio Guzambambe, um dos sobas do Libolo, a cumprir um compromisso assumido no auto de vassalagem. O soba alegava ter sido deposto pelo irmão, e que era obrigação dos portugueses socorrê-lo nessa disputa.<sup>227</sup> Mais uma vez os sobas de Quissama estavam envolvidos em batalhas contra os portugueses, lutando contra Dom Anastácio Guzambambe.<sup>228</sup> Os rebeldes além de tirar o governo de Libolo das mãos de um vassalo da Coroa, ocuparam Muxima, importante reduto português. O desfecho foi a vitória dos portugueses “fazendo retirar com mortandade os quissamas que cercavam aquele presídio”.<sup>229</sup>

Durante o governo de João de Lencastre (1688-1691) as fortalezas dos presídios portugueses foram reedificadas. Os sobas de Quissama novamente se rebelaram. O soba Quimone Quiassonga e o soba Muxima estariam dificultando a navegação no rio Kwanza, onde praticavam saques às embarcações e a canoas.<sup>230</sup>

Quando Gonçalo da Costa de Alcaçova Carneiro de Meneses assumiu o governo em 1691 convocou uma Junta de membros patrióticos que foi informada de que:

“o Dembo Ambuíla, Potentado existente de muitos anos em obediente, e leal vassalagem, tendo sempre em seu Estado um Capelão, e um oficial português com o

---

<sup>226</sup> O avassalamento não destituía o soba da posse de seus domínios, determinava que a passagem por esses territórios fosse permitida aos portugueses e aos seus pumbeiros.

<sup>227</sup> Torres, Memórias contendo a biografia do vice-almirante Luiz da Mota Feo e Torres... p. 214.

<sup>228</sup> Vale ressaltar que o termo “quissama” foi também utilizado nas fontes portuguesas como símbolo de rebeldia.

<sup>229</sup> Torres, J. C. Feo. Memórias contendo a biografia do vice-almirante Luiz da Mota Feo e Torres... p. 214.

<sup>230</sup> Corrêa, *História de Angola...*, vol. 3, p. 311.

título de capitão mor, para maior autoridade sua, e respeito dos seus vizinhos, com os quais tratava mui familiarmente, e mandando o dito capitão mor em consequência da boa harmonia, e civilizados costumes com que o tratava, convidá-lo em um domingo para ouvir missa, lhe tornou em resposta que não a queria ouvir, mas sim pretendia que ele capitão mor, e capelão, despejassem logo se não quisessem experimentar o desígnio que formado tinham de lhes mandar cortar as cabeças”.<sup>231</sup>

Na sequência o dito dembo ordenou um assalto seguido por incêndio à igreja e também assaltos aos pumbeiros portugueses que transitavam por suas terras. A Junta ordenou um novo castigo nas terras de Ambuíla sob o comando de João de Figueiredo e Souza. De acordo com o relato de Elias Alexandre muitos brancos teriam morrido nesse embate, já que o dembo contava com dois poderosos exércitos aliados que lutavam ao lado de suas tropas: o exército do Congo e o de Nzinga. Apesar da dificuldade encontrada, os portugueses saíram vitoriosos. O que fica claro com esse episódio é que a celebrada Guerra de Ambuíla de 1665 não representou o fim da resistência do dembo e nem sua vassalagem representou o fim de sua aliança com o Congo e com Nzinga. E os pumbeiros portugueses continuaram enfrentando resistência no seu caminho para Benguela. E não atacavam apenas os caminhos. Ainda segundo Elias Alexandre:

“Unidos quase todos os habitantes da margem austral do rio Kwanza, não só o insultavam, e roubavam, quantos portugueses navegavam no mesmo rio, mas ousando atravessá-lo para a nossa parte, chegaram a

---

<sup>231</sup> Corrêa, *História de Angola...*, vol. 3, p. 323.

destruir, e avançar as lavouras, e arrebanhar os gados e outras criações dos arrimos”.<sup>232</sup>

O então governador ordenou que o capitão-mor Manoel de Magalhães Leitão castigasse novamente os sobas de Quissama, em mais uma das tentativas de facilitar a passagem dos territórios do Ndongo, tanto em direção as minas de sal, quanto em direção a Benguela. Um dos sobas de Quissama era o soba Catala, que fugiu após o ataque dos portugueses, outro chefe da região era Anguela que também foi derrotado no conflito. Os sobas Dambe e o soba Gengo Amucamo resistiram, mas terminaram derrotados. Outro soba de Quissama, o soba Songo, descrito na fonte como “preto audacioso, e de grande crédito, que ficando mais distante, e custoso do nosso alcance, era com tudo: quem mais nos havia ofendido, e inquietado”.<sup>233</sup> Apesar dessa valentia os portugueses o derrotaram.<sup>234</sup>

O governo de Luiz Cezar de Meneses (1697-1701) é descrito como um período mais tranquilo do que o anterior. Apesar do ambiente pacífico um de seus feitos foi a construção de um armazém, dentro da Fortaleza de São Miguel, que deveria servir de depósito para pólvora. O que sinaliza para uma estratégia que poderia oscilar entre a defensiva e a ofensiva junto aos sobas do Ndongo. Após a vitória portuguesa sobre o dembo Caconda, considerado traidor, ainda durante a Guerra de Ambuíla, nenhum outro soberano da região havia contestado a autoridade da Coroa até que o dembo Hiamba, argumentando origens em comum com a linhagem que governava o dembo, se colocou

---

<sup>232</sup> Corrêa, *História de Angola...*, vol. 3, p. 323.

<sup>233</sup> Corrêa, *História de Angola...*, vol. 3, p. 325.

<sup>234</sup> Mesmo na segunda metade do século XVIII, no tempo em que escreve Elias Alexandres, os moradores de Quissama são descritos como uma “nação inconquistável pelo terreno, audaciosos por costumes, e de ladrões por gentio, foi, e será talvez sempre grilhão dessa conquista. [...] cometem latrocínios sem susto, e arrastam perigos com constância”. Corrêa, *História de Angola...*, p. 323.

contrário a interferência dos portugueses em seus domínios. O novo chefe se intitulou “novo e antigo Caconda, senhor de toda Anha”, ilustrando a explicação de Antônio Custódio sobre a recriação das linhagens, tendo como intercessão entre o passado e o presente as ancestralidades em comum. O dembo Hiamba foi derrotado, mesmo contando com o auxílio do soba Xalungando, após uma batalha onde os portugueses contaram com o apoio de soldados de Benguela e de outros sobados avassalados, comandados pelo capitão mor Antônio de Faria. O dembo Hiamba argumentava ser o novo chefe de Caconda e senhor das terras de Anha em função de possuir um vínculo parentesco com o chefe anterior através de sua irmã Nana Ambundo. O desfecho do episódio foi a vitória dos portugueses sobre o dembo Hiamba, Xalungando e Nana Ambundo “escapando a morte por entre intrincadas brenhas, que o seu costume lhes facilitava e impedia os brancos de perseguí-los”. O governo de Luiz Cezar de Meneses foi finalizado com a predominância do poder português junto a região dos Dembos, fato que tinha como consequência a abertura de caminhos rumo à Benguela, que durante o século seguinte XVIII ganhou destaque na pauta dos projetos portugueses.

Analisando a relação dos governadores portugueses do século XVII com os sobas percebemos aspectos até então desconsiderados pela historiografia, tanto aquela dedicada ao comércio de escravos, quanto aquela dedicada a compreensão do modelo de ocupação adotado pelos portugueses em Angola. Durante o século XVII os portugueses enfrentaram sucessivos ataques dos sobas, o que representa a existência de uma resistência capaz de alterar a trajetória que definia e redefinia os contornos da ocupação portuguesa. Mais uma vez queremos destacar o papel pouco relevante dos Ngola e a importância dos sobas nas negociações com os portugueses. Apesar de supostamente subordinados ao Ngola eles agiam com grande liberdade e foram os verdadeiros

interlocutores dos oficiais portugueses e seus representantes. Concluimos que o Ngola era, na prática, mais um soba que exercia sua autoridade em um espaço geográfico restrito e não sobre o território dominado pelos sobas e que seu poder era legitimado por seu papel de intermediário com a natureza e o sobrenatural, e não por seu poder político ou militar.<sup>235</sup>

Lendo criticamente as fontes reavaliamos o conceito de “vitória” utilizado na documentação trabalhada. As vitórias eram pontuais e não representavam garantias estáveis de poder sobre os sobados ou dembos. Eram etapas necessárias para o estabelecimento de acordos datados ou tréguas temporárias, e não reduções definitivas. Constatamos que era um feito comum entre os sobados avassalados a contestação da soberania da Coroa portuguesa, o que dava origem a novos embates. A instabilidade marcou a relação entre os funcionários metropolitanos e as elites políticas africanas, inseridas em uma dinâmica onde alianças eram determinadas por interesses datados, e onde a possibilidade de acordos mais vantajosos reconfigurava constantemente as redes de poder.

Através do desenho do percurso dos avassalamentos podemos traçar as rotas que definiram o processo de avanço dos portugueses sobre os sertões de Angola e Benguela. Do estabelecimento das feitorias, passando pela adoção do sistema de capitânicas hereditárias efetivado por Paulo Dias Novais, até os investimentos militares e políticos que objetivaram a subordinação do Ngola, os portugueses experimentaram diferentes modalidades de governo, na tentativa de configurar Angola como uma peça funcional de seu sistema colonial. Analisando a política portuguesa seiscentista, consideramos elementos que embasam nosso argumento de que as experiências da administração

---

<sup>235</sup> Interessante ser justamente esse aspecto o que vai se destacado na questão da cultura bantu no Brasil, como mostra o trabalho de Robert Slenes. Ver Slenes, Robert W. *Malungo N'Goma vem! África encoberta e descoberta no Brasil*. Luanda: Ministério da Cultura, 1995.

portuguesa do século XVII foram essenciais para a elaboração das reformas propostas por Dom Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho na segunda metade do século XVIII, e que as ideias centrais do projeto político do dito governador foram esboçadas não apenas a partir de ideias ilustradas trazidas de Portugal, mas também das ações governativas dos funcionários portugueses responsáveis pelo governo das possessões portuguesas na África centro ocidental no século XVII.

## Capítulo 3:

### As experiências dos governos ilustrados, século XVIII

### *3.1. A continuidade da política do avassalamento e seus impasses*

Neste capítulo analisamos os principais feitos dos governadores encarregados pela Coroa da administração do que chamamos Angola portuguesa, mais precisamente a região costeira, correspondente aos territórios de Luanda e Benguela e seus entornos. Na sequência dos séculos anteriores esses governadores foram responsáveis pelo avanço dos portugueses em direção aos chamados “sertões” que correspondem a territórios que fogem ao controle português, e estão sob o domínio efetivo dos sobas e outras chefias locais, como visto no capítulo anterior. Essa delimitação espacial se justifica pela dificuldade conceitual de, ainda no século XVIII, definir Angola os limites do território da colônia portuguesa em função da dificuldade dos portugueses de administrarem o vasto território habitado pelos mbundu do qual pretendiam o domínio.

Neste capítulo identificamos feitos dos administradores portugueses, enfatizando suas relações com os sobas, em particular os avassalamentos, para entender a construção de um projeto de ocupação baseado em uma noção que conjugava nitidamente interesses mercantis, traduzidos na aquisição de escravos destinados ao mercado atlântico, e a inserção de traços e hábitos que os portugueses consideravam como “civilização”, destacando-se aí os princípios cristãos e a noção de monarquia centralizada, ambos presentes nas cláusulas dos autos de vassalagem.

Bernardino de Távora de Sousa Tavares assumiu o governo em 1701, em idade avançada. Não se tem notícia de que tenha enfrentado revoltas de sobas. De acordo

com os relatos de Elias Alexandre, o governador temia ser envenenado, “se consumia na imaginação do ódio geral, do perigo que corria, e na fleuma com que pretendia superar um dano de que ele mesmo era causa”.<sup>236</sup> Aliado dos jesuítas, como de costume entre os governadores até as reformas pombalinas, terminou sua vida doente recolhido no Colégio dos Jesuítas, onde faleceu em 1702, deixando o governo nas mãos do Senado da Câmara. O fato de maior destaque de seu governo foi o ataque de piratas franceses ao presídio de Benguela: “uma catástrofe que reduziu o presídio de Benguela a estado lastimoso”.<sup>237</sup>

“os franceses percorrendo em sossego as habitações, roubaram quanto nelas havia do seu contento, e entregando-as ultimamente em chamas se consumiram em um incêndio universal. [...] Tal foi o sucesso que reduziu aquele povo a miséria, levou a inquietação a Angola, e talvez que com a regência se propusessem ao muito insulto naquela capital”.<sup>238</sup>

Os portugueses moradores de Benguela abandonaram suas residências, facilitando a ação dos franceses que “percorrendo em sossego as habitações roubaram o quanto nelas havia do seu contento, e entregando-as ultimamente as chamas em um incêndio universal”.<sup>239</sup> Esse acontecimento mostra a importância da crescente aproximação entre Angola (aí incluído o antigo Ndongo derrotado) e Benguela já nos primeiros anos do século XVIII, depois de garantida a abertura do caminho de Luanda a Benguela através do território dos dembo com a vitória portuguesa sobre o dembo Caconda. Tal ligação tem origem no estabelecimento de uma cadeia administrativa

---

<sup>236</sup> Corrêa, *História de Angola*. vol 03 p. 331.

<sup>237</sup> Corrêa, *História de Angola*. vol 03 p. 332.

<sup>238</sup> Corrêa, *História de Angola*. vol 03 p. 332.

<sup>239</sup> Corrêa, *História de Angola*. vol 03 p. 332.

portuguesa que foi construída através de uma sequência de avassalamentos e construções de presídios e fortificações. Apesar do crescente investimento dos portugueses nas conexões com Benguela, no início do XVIII, os reinóis que lá viviam ainda sofriam as dificuldades de uma comunicação e uma frágil um pouco eficaz suporte do governo de Luanda.<sup>240</sup>

Nas fontes consultadas tampouco constam informações sobre revoltas e levantes de sobas avassalados durante o governo de dom Lourenço d'Almada (1705-1709). Nos chama atenção essa lacuna na documentação, já que os catálogos e as memórias sugerem que por quatro anos a Coroa portuguesa vivenciou um período de estabilidade junto aos sobas do sertão e Estados adjacentes, “por não haver memória de movimento extraordinário”.<sup>241</sup> Esta declaração indica que nenhum episódio foi destacado sugerindo que foi mantida a rotina dos portugueses nos sertões, e o livre trânsito das caravanas.<sup>242</sup>

Durante o governo de Antônio de Saldanha de Albuquerque Castro e Ribafria (1609-1613), a então rainha Nginga contestou a soberania da Coroa portuguesa ao desafiar o soba Cahenda, vassalo português. “A vassalagem portuguesa, se bem, que não podia isentar a inopinada fúria de uma soberana soberba, e poderosa devia ao menos proteger o seu partido: obstar aos portugueses da ruína, e destruir forças

---

<sup>240</sup> A ação dos franceses repercutiu em Angola, gerando um receio dos portugueses que, temendo investida semelhante levaram à Câmara a proposta de construção de um forte nomeado, sintomaticamente, como Forte das Necessidades, para proteção do litoral desde o morro da Cassandama até a Fortaleza de Penedo. A presença dos franceses indica não só a fragilidade de Benguela neste período, como também a ausência de um dispositivo de governo que garantisse efetivamente os elos com a sede portuguesa em Luanda, questão que foi uma das pautas das reformas propostas em 1764 na gestão de Dom Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho.

<sup>241</sup> Corrêa, *História de Angola*. vol 03, p. 333.

<sup>242</sup> Além das dificuldades trazidas pelas constantes guerras as caravanas enfrentavam ainda o ataque de salteadores, comuns na região de Calumbo, causando prejuízo aos habitantes de Luanda e de seus presídios. Ver descrição das caravanas em Candido. *Fronteras de esclavización...* pp. 66-72.

ofensivas”.<sup>243</sup> A soberana de Matamba, descrita como “vaidosa por herança e turbulenta por costume” ameaçava a autoridade portuguesa.<sup>244</sup> Como resposta aos embates contra o soba Cahenda o governador ordenou um ataque à Nzinga. Entre as exigências dos portugueses estava a devolução de reféns que Nzinga havia capturado, entre eles um dos principais macotas do sobado de Cahenda.<sup>245</sup> Nzinga recuou e devolveu os prisioneiros, entre eles o principal macota do sobado. Esse episódio aponta o compromisso firmado pelos portugueses nos autos de vassalagem onde se comprometiam a dar proteção aos sobas avassalados contra seus inimigos. Essa era uma promessa regularmente cumprida não apenas por fidelidade, honra e compromisso, mas também pela vantagem obtida na manutenção das alianças firmadas em cadeia com os sobados avassalados nos sertões. Cumprir esta cláusula do avassalamento garantia a unidade entre os sobas vassalos, manutenção de áreas transitáveis e caminhos que tinham como destino as feiras do interior.

Tanto Elias Alexandre quanto o “Catálogo dos governadores...” constroem um discurso que defende a vocação portuguesa para subjugar aqueles que eram considerados seus súditos nativos, pensamento norteado por experiências colonizadoras em outras possessões ultramarinas portuguesas, e por um pragmatismo de suas ações políticas que conjugavam ideais missionários às reais de uma política mercantilista.<sup>246</sup> Em síntese, o discurso religioso somado à dinâmica comercial convergiam e forneciam simultaneamente, com pesos distintos, a criação e aplicação de uma metodologia de avanço dos portugueses nos sertões. Ainda que possamos considerar precoce definir

---

<sup>243</sup> Corrêa, *História de Angola*. vol 03, p. 335.

<sup>244</sup> Corrêa, *História de Angola*. vol 03, p. 333.

<sup>245</sup> “Catálogo dos governadores...”, p. 406.

<sup>246</sup> “E ainda que os sobas vassalos da nossa Coroa devessem ser incluídos na observância da mesma paz, não sofria a sua altivez, que gozassem deste indulto os que haviam nascido para serem súditos seus” Corrêa, *História de Angola*. vol 03, p. 335.

Angola como “colônia portuguesa”, em função da ausência de dispositivos efetivos de governos que abrangessem de forma efetiva seus territórios, consideramos os territórios de Luanda como um espaço colonial dos portugueses, já que identificamos no local um corpo burocrático vinculado à Coroa portuguesa, a aparelhagem de um corpo militar e um centro político que distribuía instruções para os procedimentos que deveriam ser adotados tanto em seus sertões quanto em Benguela.

Os sobas de Quissama permaneciam como um foco de resistência, mas durante o governo de Antônio de Saldanha de Albuquerque Castro e Ribafria enfrentaram um conflito interno, e pela primeira se dividiram entre rebeldes e aliados da Coroa portuguesa. Os portugueses prestaram auxílio a seus aliados com tropas vindas de Muxima, Massangano, e alguns reforços do distrito de Calumbo, além daquelas vindas de Luanda. Os próprios sobas aliados de Quissama lutaram contra os levantados: incendiaram as povoações e obrigaram os rebeldes a abandonar seus domínios. Os portugueses interferiram na guerra enviando a Quissama tropas de Muxima, Massangano, soldados Luanda. Também receberam auxílio de tropas de Calumbo. A intromissão dos estrangeiros fomentou o conflito, aumentando a violência e provocando, como de costume, incêndios nos sobados. A divisão entre os quissamas favoreceu o avanço dos portugueses em direção à Benguela, já favorecida pela reconstrução da Fortaleza de Benguela, que havia sido destruída pelos franceses.

Em 1713 assumiu o governo de Angola dom João Manuel de Noronha (1713-1717) que enfrentou uma revolta promovida pelo soba Gando Hiaquitata, que fazia parte da jurisdição do presídio de Caconda. O dito soba aparece em Elias Alexandre como “ambicioso e truculento”; e “Catálogo dos governadores...” como protagonista de saques e perseguições contra pumbeiros portugueses. A justificativa para a guerra contra Gando Hiaquiata e seus aliados não fugiu à regra. Os portugueses alegavam que esses

sobados “salteavam as estradas, roubavam os bens dos transitantes, e tiravam a vida dos mais acreditados e poderosos pumbeiros, que em benefício recíproco, conduziam os efeitos dos negócios contra aqueles sertões”.<sup>247</sup>

As tropas portuguesas atacaram as terras de Gando Hiaquitata, passando pelo rio Cunene, percurso de fuga do soba.<sup>248</sup> Nesse caminho se depararam com a oposição do soba Canhacuto que bloqueou o rio Cunene e aprisionaram o chefe de Canhacuto e sua primeira esposa. Simultaneamente os sobas de Quissama atacaram a base militar portuguesa de Muxima expulsando o capitão-mor e seus subordinados, “aproveitando-se da desordem intentassem entrar o presídio, mas sendo logo socorrido por Pedro Moreira de Carvalho, depois de sossegar a guarnição, oprimiu de forma os quissamas, que ficaram muitos sobas tributários”.<sup>249</sup> As tropas portuguesas não só reduziram Gando Hiaquitata como o castigaram exemplarmente.

O capitão Joaquim Peres de Melo aprisionou a primeira esposa do soba e seu aliado o soba Canhacuto, além de conseguir escravos. Essa aquisição sinaliza outra função das guerras, das vantagens obtida pelos portugueses com a instabilidade de alguns sobados: a rebeldia justificava a guerra, que por sua vez gerava prisioneiros que se tornavam escravos. O governador precisou ainda prestar auxílio à base portuguesa de Muxima que passou a ser alvo de ataque dos sobas de Quissama que se aproveitaram de um desentendimento entre o capitão mor do presídio e seus subordinados. Mesmo assim os quissamas foram derrotados, sendo novamente avassalados e obrigados a pagar tributos à Fazenda Real.

---

<sup>247</sup> Corrêa, *História de Angola*. vol 03, pp. 338, 407

<sup>248</sup> Corrêa, *História de Angola*. vol 03, p. 338.

<sup>249</sup> “Catálogo dos governadores...”, p. 407.

Nesse período ficaram ainda mais evidentes as diferenças e rivalidades existentes entre os jesuítas e os contratadores de escravos que não seguiam suas instruções. Não era um conflito a favor e contra a escravidão e sim no modo de proceder à escravização. O conflito orbitou entre contratadores de escravos protegidos dos jesuítas e aqueles que não seguiam as normas impostas pelos religiosos da Companhia de Jesus. Os próprios administradores davam grande importância à aliança com a Companhia de Jesus respeitavam sua grande força política não só em Angola, mas em Portugal. Mesmo ciente desta influência dos padres, dom João Manoel optou por reduzir a participação dos jesuítas no comércio de escravos, tomando partido dos contratadores: “tomando por capricho o governar e não ser por outrem governado, se opôs, sem julgar opor-se ao imeltrado sistema jesuítico”.<sup>250</sup>

Em junho de 1717 assumiu o governo de Angola Henrique de Figueiredo de Alarcão (1717-1722) que enfrentou resistências dos colonos portugueses. Elias Alexandre definiu o episódio como uma das mais temíveis confederações que ameaçaram a soberania de Portugal.

A documentação consultada desqualifica o gentio, no que pode se considerar um esboço de um discurso colonizador, onde a ideia de civilização, combinada com os interesses mercantis validavam e ratificavam a violência junto aos sobas e seus súditos. Esse quadro mental, paradoxalmente, sustentou a presença portuguesa em Angola mesmo após o movimento das reformas pombalinas, que tinham como norteadores princípios ilustrados que defendiam em tese a modernização de Portugal, e a remoção do que o historiador português Silva Dias chamou de “obstáculo epistemológico”, o que na prática significaria deslocar Portugal de um status de atraso frente a outras monarquias europeias.

---

<sup>250</sup> Corrêa, *História de Angola*. vol 03, p. 339.

Esse é um dos principais paradoxos do reformismo ilustrado português, que não só manteve, como também fomentou a escravidão em suas possessões atlânticas, ao mesmo tempo em que reformava sua legislação e promovia entre seus núcleos acadêmicos pensamentos voltados para os princípios de liberdade.

Os mbundus são descritos como:

“gentio, principalmente o dos sertões, mais ciosos de sua liberdade, da antiga posse de seus domínios, e da ganância, que as suas particulares erupções, e roubos lhes atraía, jamais poderão conciliar-se com o jugo e vexame que a jurisdição dos brancos os oprime [...] Encontrando-se com o seu gênio, e costumes, o peso desta sujeição: a perda dos seus Estados, caídos debaixo do nosso domínio, e o ônus de vários tributos com que outros mais venturosos existem subordinados à Coroa portuguesa não podem congratular-se de uma subsistência atenuada, por mais que se lhes faça ver as vantagens que lhes resulta, assim no político interno de suas corporações, como na extrema ganância que a sua vassalagem lhes promove nas conjunções opressivas aos seus contrários”.<sup>251</sup>

A análise de Elias Alexandre pontua causas naturais e comportamentais dos mbundus responsáveis pela resistência à vassalagem portuguesa, o que contribui para a construção de uma ideia de superioridade portuguesa implícita no texto. Outro aspecto relevante é a afirmação das vantagens que estariam sendo oferecidas aos sobas vassalos, o que remete à nossa análise baseada em Marcel Mauss sobre a dádiva. O autor da fonte, neste mesmo trecho, diferencia os “gentios dos sertões”, insinuando que o contato com os portugueses ao longo do tempo havia funcionado como um elemento que favoreceu a relação com a população local, deixando-os mais receptivos as intenções

---

<sup>251</sup> Corrêa, *História de Angola*. vol 03, pp. 347-348.

estrangeiras e menos hostis. Indica que a rebeldia era encarada como algo além da insubordinação, mas como indicativo da ausência de traços que seriam características do que deveria ser uma civilização.

Ainda nesse episódio outros sobas de Benguela se uniram aos sobas de Caconda e a um grupo de jagas, que elegeram como líder o Jaga Quiambéia, herdeiro do antigo sobado de Gando, que já havia contestado a vassalagem portuguesa. Percebemos nesse exemplo que o uso do título de “jaga”, nesse recorte cronológico, ainda não se restringia aos soberanos no reino de Cassanje, sendo ainda utilizado para caracterizar estilo de vida nômade e guerreiro destemido: “Os aliados concorreram com tributos, armas, provimentos e gente guerreira com tanta fadiga, vontade e zelo, que em breve tempo se viu o monarca obedecido de sete províncias inteiras, dominando um formidável exército, à testa do qual marchou a sitiar o presídio de Caconda, e ameaçar Benguela”.<sup>252</sup> Os portugueses foram pegos desprevenidos, sem mantimentos, mas seguiram liderados por João Pilarte da Silva, que em seu percurso atacou a Banza do régulo Lungariahibo, onde seu soba ficou “ensopado no seu sangue, prisionada sua mulher e derrotados quantos se encontraram”.<sup>253</sup> Considerando a exaltação dos feitos militares dos portugueses descritas por Elias Alexandre, é preciso uma análise crítica da fonte, onde apesar de validarmos a violência dos ataques portugueses, precisamos também reconhecer a persistente da resistência dos sobas mbundu, mesmo após sucessivas derrotas.

O capitão mor de Benguela, ciente das dificuldades em Caconda, comunicou o fato ao governador. Isso fez com que a aliança dos sobas se deslocasse para a província

---

<sup>252</sup> Corrêa, *História de Angola*. vol 03, p. 348.

<sup>253</sup> Interessante notar a recorrência da menção ao aprisionamento de esposas de sobas durante os conflitos. Corrêa, *História de Angola*. vol 03, p. 349

de Quilengues. Os portugueses assassinaram o régulo Z(L)ungariahebo, junto com outros de seus aliados. As tropas da Coroa destruíram ainda os sobados de Quiendangongo, Janjara e Mucuinabas. Os sobas Janjara e Mucuinabas conseguiram fugir, mas Quiendangongo terminou assassinado. Os sobas tinham como vantagem o conhecimento da geografia local, o que facilitava no deslocamento e nas fugas, mas com o passar do tempo portugueses, contanto com informantes locais, também passaram a compreender e traçar melhores caminhos. O soba Mulundo, que tinha seu sobado localizado nas vizinhanças de Benguela, percebendo a fragilidade de seus domínios, aproveitou o deslocamento das tropas que rumaram para Caconda, e organizou um plano para conquistar Benguela, expulsando os portugueses. O fim do episódio foi a fuga de Mulundo para a província de Sembas, ultrapassando o rio Catumbela.

O novo governador Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho (1722-1725) enfrentou a mesma aliança, o que mostra que os sobas rebeldes não se renderam e nos permite confrontar o relato de Elias Alexandre. Os sobas não só negaram a vassalagem, como se rearticularam e estabeleceram base na província de Quilengues. Assumiu a liderança o soba Quiambella, um dos que se tornou emblemático na primeira metade do século XVIII por sua resistência aos portugueses nos sertões do Ndongo e de Benguela. Nas fontes portuguesas algumas vezes é chamado “príncipe”. Um aspecto típico da documentação consultada é a tentativa dos portugueses de traçar paralelos entre sua forma de organização política e os seus títulos monárquicos e as hierarquias mbundu.

A vassalagem de Quiambella foi comemorada pelos portugueses como um grande feito. Elias Alexandre diz: “vassalagem que fica servindo de imortal padrão à glória

portuguesa”.<sup>254</sup> Os sobas continuaram sendo descritos como soberbos, o que indica elementos de um discurso civilizatório contestava a legitimidade da luta dos poderes locais contra a interferência dos agentes da Coroa Portuguesa em seus territórios. Na prática era o mesmo que interferência em suas relações de poder com a imposição da vassalagem, em aspectos culturais com a introdução imposta do Catolicismo, e em seus negócios através das obrigatoriedades impostas nas cláusulas dos avassalamentos como o pagamento de dízimos à Coroa e a obrigação da abertura de caminhos.

Durante o período de governo de Antônio de Albuquerque Coelho a Coroa Portuguesa dedicou esforços à regularização das atividades dos militares responsáveis pela manutenção de seus interesses em Luanda e nos sertões. Entre essas medidas destacamos a proibição dos soldados de se dedicarem a qualquer outra atividade que não fosse o exercício da defesa e das investidas de conquistas da Coroa portuguesa, o que era até então permitido. Era entre outros razões um tentativa de evitar que soldados negociassem escravos, prejudicando a Fazenda Real, já que esta atividade era muitas vezes sinônimo de “reviro”, o desvio de encomendas de escravos. Além de romper os acordos entre os pumbeiros e comerciantes, o reviro estava associado aos embarques clandestinos e implicava no não pagamento das taxas devidas.

Assumiu o governo José Carvalho da Costa (1725-1726), período em que não constam nas fontes consultadas revoltas de sobas contra a autoridade portuguesa. Na sequência governou Paulo Caetano d’Albuquerque (1726-1732). Seu governo também é descrito nas fontes como de estabilidade. Após a morte deste governador a Câmara de Luanda se encarregou, de acordo com as determinações da Coroa, da administração dos interesses portugueses até a nomeação seguinte que ocorreu em 1733, ano em que tomou posse Rodrigo Cesar de Meneses (1732-1738). Durante este período os sobas de

---

<sup>254</sup> Corrêa, *História de Angola*. vol 03, p. 356.

Quissama se revoltaram “experimentando a navegação do rio Kwanza”.<sup>255</sup> As tropas portuguesas se deslocaram para Muxima, seguindo com “100 homens d’arma de fogo, e 1000 pretos d’arco”,<sup>256</sup> e mais uma vez conseguiram temporariamente dominar a região de Quissama.

Em 1738, João Jacques de Magalhães (1738-1748) enfrentou a oposição da soberana de Matamba intitulada Nzinga, como de costume. De acordo com Elias Alexandre um comerciante “branco” teria sido morto nos domínios de Nzinga, tendo sido também roubadas suas mercadorias e as mercadorias dos “pumbeiros pretos”<sup>257</sup> que o acompanhavam. O fato representou a quebra do contrato de vassalagem e consequente a resposta bélica dos portugueses que impuseram mais uma vez sua força através da guerra. A vitória gerou o que pode ser lido como uma releitura do auto de vassalagem de Nzinga, que passou a contar com mais uma cláusula: o domínio português sobre as ilhas próximas ao presídio das Pedras. De acordo com a *História de Angola* de Elias Alexandre, Nzinga “recorreu a piedade dos portugueses, bem persuadida de que assim como seus perigosos estímulos ministram pronto castigo aos insultos, assim também expedem benefícios aos que imploram clemência”<sup>258</sup>, o relato coloca a chefe em uma posição de submissão e resignação frente aos portugueses, “desculpando-se não ser agressora dos manifestos motivos da guerra, perpetrados por vassalos traidores da sua pacificação”<sup>259</sup>, induzindo o desejo de Nzinga de reafirmar sua vassalagem aos portugueses.

---

<sup>255</sup> Corrêa, *História de Angola*. vol 02, p. 138.

<sup>256</sup> Armados com arcos e flechas. Corrêa, *História de Angola*. vol 02, p. 138.

<sup>257</sup> Corrêa, *História de Angola*. vol 03, p. 363.

<sup>258</sup> Corrêa, *História de Angola*. vol 02, p. 138.

<sup>259</sup> Corrêa, *História de Angola*. vol 02, p. 138.

O mesmo governador enfrentou os sobas de Quissama, sendo que neste episódio o soba Quizua se destacou como principal liderança de oposição junto às tropas portuguesas. Mais uma vez a resposta foi traduzida em batalhas, sendo que esta foi responsável pelo domínio de uma lagoa, até então dominada por Quizua, que passou a ser explorada pela Coroa, rendendo um dízimo anual de 500 mil réis através da pescaria.

Após a morte do governador assumiu a administração de Luanda um triunvirato formado por um bispo, um ouvidor e um sargento-mor de infantaria. Sucessão marcada por desavenças e contestações que envolviam o raio de ação do poder metropolitano, localizado em Lisboa e o poder de membros da Câmara de Luanda. Após essa fase turbulenta tomou posse Dom Antônio de Almeida Soares Portugal e Alarcão, conde de Lavradio (1749-1753). A resistência dos sobas de Quissama ainda era uma questão que dificultava o trânsito dos portugueses aos sertões, principalmente no que dizia respeito a ligação terrestre entre a sede do governo português em Luanda e Benguela. As chefias de Quissama são citadas novamente como cúmplices de escravos fugitivos, e baseados nessa justificativa as tropas portuguesas atacaram mais uma vez a região. Os sobas de Quissama eram também acusados de incitar os escravos ao roubo.

Durante o governo do conde de Lavradio as Reformas elaboradas pelo ministro Sebastião José de Carvalho e Melo (futuro marquês de Pombal), iam ganhando espaço e repercussão entre as pautas do governo português, e em seus desdobramentos através da política ultramarina. O conde do Lavradio foi o primeiro dos governadores a receber essas instruções. As ditas reformas não haviam sido planejadas nem pensadas para Angola. As fontes descrevem esse período como uma fase difícil para a população de portugueses e colonos. A situação da Igreja como instituição, se mostrava precária, quando comparada com as parcerias estabelecidas com os governadores durante o século XVII e parte do século XVIII. Elias Alexandre descreve o mau estado de

conservação da Catedral de Luanda “persistindo este templo em um estado descuidado, que a pobreza da Mitra originava, e a indiferença dos governadores permitia” [...] “passava da indeiscência ao pouco asseio”.<sup>260</sup> Nosso informante, testemunha desses tempo associa a pouca devoção dos governadores ao mau estado de conservação da Catedral.

Em relação aos sobas o principal foco de resistência foi mais uma vez a região de Quissama, fato recorrente que perdurou pelo século XVIII. As vassalagens não eram sustentadas sem que fossem necessários ataques bélicos. Os sobas de Quissama, acusados de abrigar escravos fugitivos de Benguela, construíram uma barreira à penetração dos portugueses nos territórios sertanejos que ligavam Angola à Benguela. Analisando a trajetória dos avassalamentos é possível concluir que essa região nunca se sujeitou de fato aos portugueses, nem compactuou com seus interesses comerciais dos pumbeiros, nem com o franqueamento dos caminhos para o trânsito de mercadorias e escravos.

Além de abrigar escravos fugitivos Quissama era uma área estratégica para as pretensões portuguesas de expansão territorial. Os sobas eram acusados também de incitar furtos nos caminhos. A reação era desqualificar e perseguir os tais assaltantes de estrada: “desinfestar uma numerosa quadrilha de Benguelas fugidos, que com incessantes roubos oprimiam o povo, e causavam bem sensíveis prejuízos aqueles a quem dirigiam os seus insultos, principalmente nas estradas, que em atraso do comércio se conservavam incultas”.<sup>261</sup> Penetrar nos sertões exigia dos portugueses mais do que a superioridade bélica, exigia um conjunto de estratégias que envolvia alianças, conflitos e avassalamentos em sequência – algumas vezes junto aos mesmos sobas, como no caso

---

<sup>260</sup> Corrêa, *História de Angola...* vol. 03, p. 8.

<sup>261</sup> Corrêa, *História de Angola...* vol 03, p. 8.

os sobas de Quissama. O conde do Lavradio ordenou o ataque a Quissama “mandou castigar com tanta severidade que experimentando um cruel açoite nas suas terras, se suspenderam os contínuos insultos dos tais benguelas, ficando as estradas livres dos latrocínios”.<sup>262</sup> O almirante Feo diz que os portugueses frente ao grupo de benguelas “conseguiu limpar o mato desta infernal peste, sem se atreverem a passar o rio para nossa parte”.<sup>263</sup> Esta declaração mostra a preocupação em estabelecer limites a partir da geografia local, onde os rios tem papel de destaque. Além disso o controle do tráfego dos rios também se configurava em uma estratégia de controle, considerando que as cláusulas de avassalamento incluía uma relativa aos “caminhos”, aí incluídas as vias fluviais

As fontes portuguesas exaltam a administração do sucessor do Conde do Lavradio, dom Antônio Álvares da Cunha, citado como um administrador incansável, responsável por organizar a cavalaria, a infantaria, o que sinaliza o militarismo e a defesa das possessões portuguesas como sua principal característica.<sup>264</sup> Se preocupou também com questões relacionadas ao abastecimento de água, examinando os potenciais dos rios Kwanza<sup>265</sup> e Bengo, já que a demanda por água potável crescia proporcionalmente ao crescimento de Luanda.

Elias Alexandre, em seu texto característico e áspero em relação aos africanos, fala dos sobas de Benguela como “possuídos de ambição, e de espírito perverso” e diz que “animaram muitos dos seus facinorosos súditos a cometer homicídios e roubos nas

---

<sup>262</sup> “Catálogo dos governadores...” pp. 413-414.

<sup>263</sup> Torres, Memórias contendo a biografia do vice-almirante Luiz da Mota Feo e Torres..., p. 255.

<sup>264</sup> Edificou um quartel de infantaria, um de cavalaria e a fortaleza do morro de Cassandama. Torres, Memórias contendo a biografia do vice-almirante Luiz da Mota Feo e Torres..., p. 256.

<sup>265</sup> Os sobas que exerciam autoridade nas regiões próximas ao rio Kwanza em meados do século XVIII eram descendentes da aristocracia do extinto reino do Ndongo, e que tinham sido progressivamente avassalados pelos portugueses. Sousa, Ana Madalena Rosa Trigo de. *D. Francisco...*, p. 56.

estradas sobre os pumbeiros portugueses”, e “crimes, que além de descritos como horrorosos e prejudiciais aos cabedais particulares eram nocivos à conservação pacífica do Estado”.<sup>266</sup>

A questão dos sobas de Quissama e de sua aliança com os sobas de Benguela evidencia um outro aspecto da tentativa portuguesa de ocupação dos sertões de Angola que se desvia da prática dos avassalamentos: a consciência de que as guerras eram um componente permanente, o que demonstra a ausência de um controle efetivo e estável. As fontes consultadas indicam que durante os dois primeiros governos portugueses em Luanda da segunda metade do século XVIII não há notícias de novos avassalamentos, o que é um dado relevante em nossa pesquisa, se considerarmos que os avassalamentos representavam entre outros aspectos aberturas de caminhos, de passagens e de uma ilusão portuguesa de domínio. O que temos como relato, nas três diferentes fontes consultadas são registros de batalhas contra os sobas de Quissama, mas sem as reiteradas tentativas de avassalamento.<sup>267</sup>

A relação do conde da Cunha (1753-1758) com os sobados foi marcada pelos conflitos com as lideranças de Benguela, acusadas de saquear e assassinar pumbeiros que trabalhavam para os interesses da Coroa portuguesa. O capitão Domingos de Fonseca Negrão formou uma tropa composta por habitantes do presídio de Benguela, comerciantes brancos e membros de sobados avassalados para atacar seu adversários. Os conflitos duraram oito meses e resultaram na apreensão de escravos e de gado e levaram à derrota os sobas de Muxinda, Zamba Calumbo e Cabundaz.

---

<sup>266</sup> Corrêa, *História de Angola...* vol. 03, p. 11.

<sup>267</sup> Torres, Memórias contendo a biografia do vice-almirante Luiz da Mota Feo e Torres..., Corrêa, *História de Angola...* vol 03, “Catálogo dos governadores...”

Durante esse período veio à tona um antigo desejo dos portugueses de abrir um caminho terrestre que ligasse a costa ocidental à costa oriental africana. Essa ambição, datada ainda dos tempos da chegada dos primeiros portugueses à região tinha como meta, não só uma maior facilidade no trânsito pelos sertões, mas também a abertura de uma via de comunicação entre as possessões portuguesas da costa leste. Esse ambicioso caminho representava a possibilidade de chegar ao lucrativo mercado oriental, principalmente indiano. Para que a meta fosse cumprida era imprescindível o avassalamento do jaga de Cassanje, que tinha seus domínios na rota pretendida.

Os jagas eram grupos nômades formados por violentos guerreiros, que povoaram a imaginação dos estrangeiros, e mesmo de grupos rivais de africanos. De origens étnicas variadas, muitas vezes aparecem na historiografia africanista como sinônimo de imbangalas. Adotamos o termo jaga como uma definição genérica para grupos que tinham hábitos em comum, como o uso da violência e o recrutamento de jovens guerreiros com o objetivo de fortalecer o grupo. Os imbangalas eram um desses grupos de jagas, mas nem todos os jagas tinham origem imbangala. Os jagas atuaram como importantes personagens na trama que determinou a “determinação” da presença portuguesa nos sertões da África Centro Ocidental.

Durante o governo do conde da Cunha, o então jaga de Cassanje tentou impedir a travessia dos portugueses em direção à costa oriental, impedindo o contato dos portugueses com povos que habitavam os limites além do rio Kwango, importante região fornecedora de escravos. O líder Cassanje intermediava esse negócio, lucrando com o fornecimento de escravos para os portugueses. Aceitar a vassalagem portuguesa significava para o jaga Cassanje permitir o acesso dos pumbeiros portugueses à esses povoados, que ele até então controlava.

Em 1755 o então governador enviou Manoel Correia Leitão ao interior rumo ao reino de Cassange. Entre as metas da viagem estavam instruções para que fossem estabelecidos contatos com os poderes locais que poderiam viabilizar o caminho rumo ao Índico.<sup>268</sup> O relato de viagem escrito pelo sargento mor Manoel Correia Leitão, descreve três paradas da expedição em sobados aliados dos portugueses: a primeira nas terras do soba Campembe, a segunda nas terras do soba Quibequeta, e a última nos domínios do soba Zundo Aquembi. Todos esses sobados faziam parte da jurisdição do presídio de Ambaca. A presença portuguesa na região foi garantida pela ameaça militar portuguesa ao soberano de Ambaca. De acordo com as estratégias administrativas portuguesas, os sobados eram distribuídos pelas jurisdições dos presídios. Cada sobado era vinculado à um presídio que, por sua vez, era administrado por um capitão mor.

A medida que a expedição portuguesa avança rumo ao reino de Cassanje, uma cadeia de informantes passou a funcionar. O primeiro a manter contato com o líder jaga foi o muene Bondo, soberano das terras de Bondo e “vassalo” de Cassanje, que assim que soube das incursões portuguesas, avisou os jagas sobre as embaixadas portuguesas. Os domínios de muene Bondo são descritos no relato de Manuel Correia Leitão como uma área de “matas soturnas e serradiças [...] que forma curvas e covas em que moram negros bravos”,<sup>269</sup> localizado a meia jornada de Cassanje. Se a vassalagem do jaga fosse alcançada seus vassalos também deveriam prestar obediência à Coroa, facilitando os caminhos em direção ao oriente africano. Apesar das tentativas da Coroa o plano não foi adiante.

---

<sup>268</sup> *Viagem que eu, sargento mor dos distritos de Dande fiz às remotas partes de Cassaje e Olos, no ano de 1755 até ao seguinte de 1756. Por Manoel Correia Leitão, seguindo instruções do governador Dom Antônio Álvares da Cunha.* Arquivos de Angola. Luanda: Museu de Angola, 1950, p. 153.

<sup>269</sup> *Viagem que eu, sargento mor dos distritos de Dande...* p. 153.

### 3.2. Os governos ilustrados

Utilizamos em nossa pesquisa o conceito de Ilustração definido por Francisco Falcon como “um vasto movimento de ideias marcadas pela secularização e pelo racionalismo, concretizando-se sob formas variadas, de cultura para cultura, segundo dois princípios genéricos: o pragmatismo e o enciclopedismo”.<sup>270</sup> O autor mostra ainda que essas diretrizes influenciaram a elaboração das políticas que deveriam conduzir a administração das colônias do ultramar, o chamado Reformismo Ilustrado português.<sup>271</sup> Segundo ele, a “governança pombalina” associou “ideias e práticas político-econômicas mercantilistas e ideias práticas político-ideológicas, ao menos aparentemente de cunho ilustrado. Buscou-se a modernização do aparelho do Estado com vistas à sua eficácia fiscal, administrativa e repressiva”.<sup>272</sup> Esta era a meta a ser cumprida pelos governos ilustrados em Angola.

---

<sup>270</sup> Optamos metodologicamente pela utilização do conceito de Ilustração ao invés do de Iluminismo, também em função dos esclarecimentos extraídos do trabalho de Francisco Falcon: “No entanto, se Ilustração parece mais adequada para indicar um movimento ou processo histórico datado. Iluminismo identifica-se bem mais com uma “tendência intelectual, não intelectual, não limitada a qualquer época específica, que combate o mito e o poder, a partir da razão”. Falcon, Francisco José Calazans. “Da Ilustração à Revolução – percursos ao longo do século – tempo setecentista”. *Acervo*, vol. 4, nº 1, 1989. p. 54.

<sup>271</sup> Falcon, Francisco José Calazans. “As práticas do Reformismo Ilustrado Pombalino no campo jurídico” *Revista Biblos*. nº 8. Lisboa, 1996.

<sup>272</sup> Falcon, “Da Ilustração à Revolução...”, p. 57.

Em 1758 assumiu como governador de Angola dom Antônio de Vasconcelos (1758-1764). Esse governador teria sido responsável pela divulgação das notícias da esterilidade do solo de Angola. Tal suspeita explica a ênfase dada por seu sucessor dom Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho nos potenciais agrícolas da colônia, e os investimentos no fomento da agricultura. Esse tópico é recorrente nas Memórias e correspondências do governador, e compatível com os discursos reformistas ditados pelo pela Ilustração. Apesar da realidade climática de Angola ser um empecilho, dom Antônio de Vasconcelos, já inspirado pelo espírito das Luzes, estava determinado a implementar as reformas em Angola para modernização de Luanda e seus arredores e a agricultura: “Do fomento à agricultura deriva a necessidade de mão-de-obra”, já que era a agricultura “o primeiro móvel da riqueza e felicidade dos habitantes”.<sup>273</sup> O texto vincula o desenvolvimento da agricultura ao abastecimento de Luanda, e levantar a questão da necessidade de trabalhadores: escravos ou livres. O abastecimento de água e de alimentos eram problemas crônicos para o governo e os moradores. Foram muitas as tentativas para canalizar as águas dos principais rios de Luanda e de construir canais de irrigação, chamados “bonges” pelos mbundu.

A questão do abastecimento extrapolava as questões geográficas. Uma sagaz análise de Elias Alexandre ilustra a realidade vivida por seus contemporâneos. O autor aponta as vantagens da manutenção das guerras contra os sobados para o comércio português, mostrando a discórdia entre os sobados como uma vantagem para a aquisição de mercadorias e de escravos:

“dependendo o comércio de Angola das irrupções dos negros, ou seja com patrióticas, ou estrangeiras, não lhe produz a quietação das armas auxílio favorável” [...]

---

<sup>273</sup> Corrêa, *História de Angola*. vol. 3. p. 13.

“não consta que algum governador tenha assentido a proposições tão injustas, mas dela se colige que o mais fino do comércio atinge a inquietação das armas, e por consequência não é de se admirar que trabalhe o discurso para fomentar , e produzir os meios”.<sup>274</sup>

A violência então manipulada pelos portugueses como um recurso para o desenvolvimento de seus interesses comerciais e como um meio para a expansão de seus domínios territoriais aparece como uma ferramenta de governo. Discursos se contradizem com as práticas, em outros momentos se complementam: a violência foi um componente essencial da ocupação portuguesa em Angola, tanto nas guerras contra sobas que recusavam o avassalamento, quanto para hostilizar sobas rivais e se posicionar estrategicamente nos conflitos com interesses claros de firmar alianças, e atingir o propósito do abastecimento, fosse de alimentos, outras mercadorias ou escravos. Os mesmos argumentos utilizados desde os primórdios são usados para justificar e legitimar a ocupação e dominação de territórios africanos. A expansão da fé cristã e a salvação das almas pagãs, encontram no utilitarismo da violência com interesses comerciais um fator que induz à releitura do uso da força no processo de mercantilização, mesmo em um contexto de reformas.

O governador deixou claro suas intenções mercantis pontuando o problema da presença de comerciantes estrangeiros nos portos de Loango, Molembo e Cabinda. Problema crônico enfrentado pelos governadores dos séculos XVII e XVIII. O comércio realizado nos portos que fugiam ao controle da Coroa Portuguesa era realizado com a cooperação de povos africanos, “feitorias nos portos de Loango, Molembo e Cabinda espalhavam suas fazendas até o centro daquela mesma capital de Angola, e com efeito

---

<sup>274</sup> Corrêa, *História de Angola*. vol. 03, p. 15.

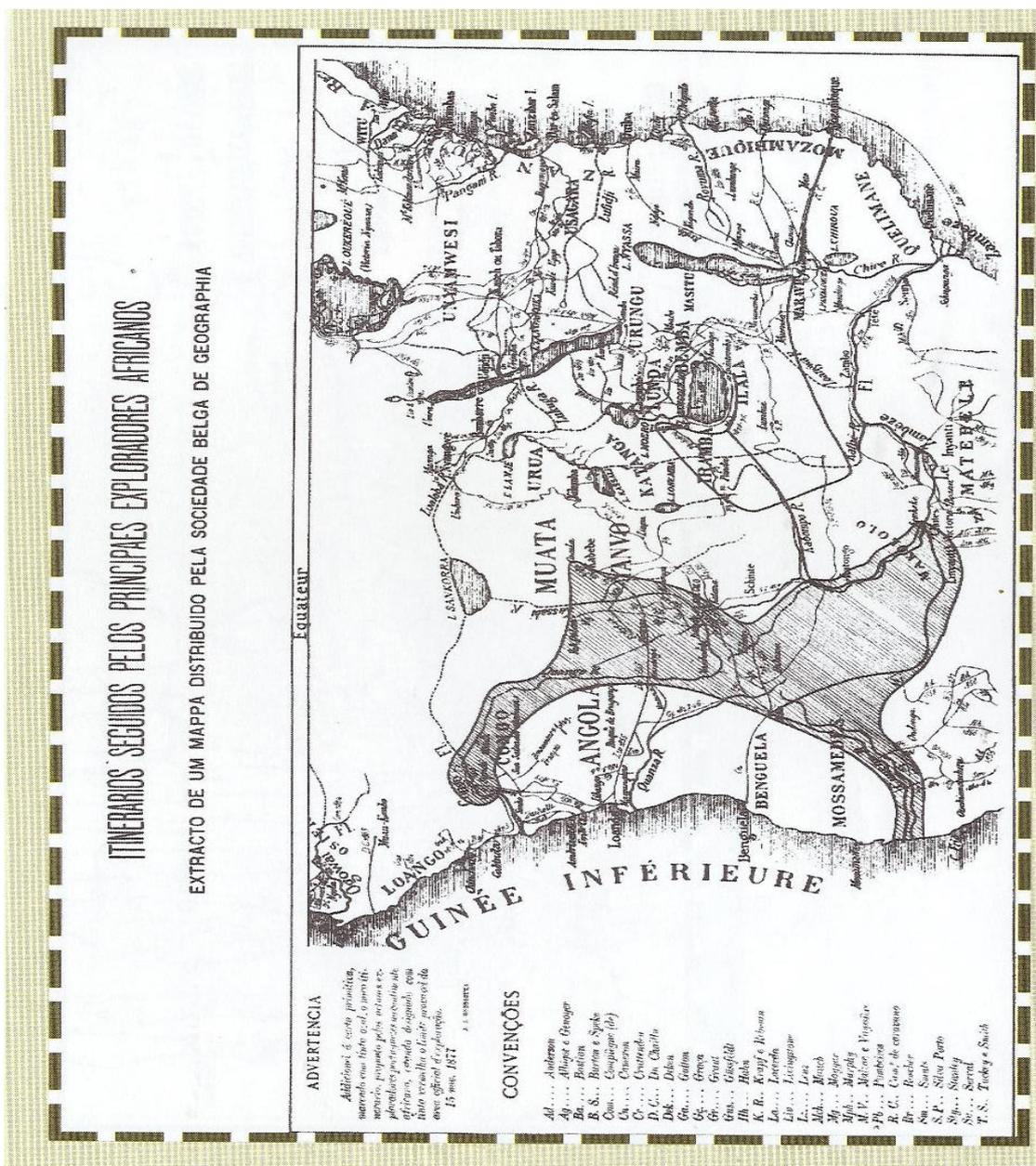
passando-as os negros de mão em mão pelo reino do Congo, principado do Sonho, marquesado de Mossul e outros mais pequenos domínios”.<sup>275</sup> Elias Alexandre aponta áreas que resistiam às tentativas de avassalamento e domínio da Coroa Portuguesa que firmavam suas bases nos portos ao norte de Luanda. Além da facilidade da entrada nos ditos portos, os preços das mercadorias também eram vantajosos para os mercadores e para os próprios consumidores. A questão do comércio estrangeiro ultrapassava as fronteiras africanas, já que o próprio Conselho Ultramarino considerava que para sanar a questão seria necessário se indispor com outras nações, “adquirir hostilidades de potências que se arrogavam o direito de negociar livremente sem excluir alguma outra”.<sup>276</sup>

---

<sup>275</sup> Corrêa, *História de Angola*. vol 3 p. 15.

<sup>276</sup> Corrêa, *História de Angola*. vol 3, p. 16.

## Itinerário dos principais exploradores, pela Sociedade Belga de Geografia



Fonte: AHNA. Códice : H – 03 – 21. Rodrigues, J. J. Itinerário de explorações europeias e, África. Itinerários seguidos pelos principais exploradores africanos. Extrato de um mapa distribuído pela Sociedade Belga de Geografia. 1877. *Catálogo da Exposição: A Evolução das Fronteiras de Angola*. Luanda: Arquivo Histórico Nacional / Ministério da Cultura, 1997, p. 41.

O que acontecia na África centro ocidental repercutia no cenário europeu, onde alianças e conflitos eram por vezes produtos de disputas e embates travados em domínios coloniais, e nesse cenário a realidade africana em função do fornecimento de mão-de-obra para o mercado atlântico era um foco de atenção. A alternativa encontrada pelos agentes da Coroa Portuguesa foi a dominar a região da Pedra de Encoge. A Pedra de Encoge onde Antonio de Vasconcellos construiu o Presídio de São José de Encoge em 1758 fica entre o domínio dos Dembos Ambuila e Amboela. Sua finalidade era criar uma barreira para a introdução de mercadorias estrangeiras vindas de Loango e Cabinda para os sertões de Angola.<sup>277</sup> A questão era que para estabelecer um controle sobre as terras de Encoge eram necessários os avassalamentos dos dembos (ou ndembus) que habitavam uma região localizada na fronteira do Congo com o Ndongo.

O comércio não-português fez com que a região dos dembos ganhasse destaque uma função estratégica na geografia dos domínios da Coroa, “servindo de freio aos potentados vizinhos”.<sup>278</sup> Os dembos Ambuíla e Ambuela eram vassallos do manicongo, e por serem exímios guerreiros gozavam de uma relativa autonomia. A geografia da região dos dembos também era um fator que dificultava a penetração de estrangeiros, “a fama deste formidável reduto, das forças que o defendiam, da valente intrepidez e coragem de quem as comandava havia atraído as sérias disposições de Vasconcelos”.<sup>279</sup> A batalha contra dos dembos foi liderada pelo tenente Francisco Manoel Lira, que conduziu as tropas portuguesas à conquista de Encoge. Ambos os dembos se tornaram vassallos do rei de Portugal. Por terem se desentendido entre si facilitaram a dominação

---

<sup>277</sup> *Annaes do Conselho Ultramarino*, parte não oficial, serie II, Lisboa, Imprensa Nacional, 1867. p. 90

<sup>278</sup> Corrêa, *História de Angola*. vol. 03, p. 16.

<sup>279</sup> Corrêa, *História de Angola*. vol. 3, p. 17.

portuguesa.<sup>280</sup> Com isso, seguindo a prática dos rituais de avassalamento “e prestando os juramentos do costume, entram pacificamente na posse permitida aos sobas vassalos da Coroa Portuguesa”.<sup>281</sup> Elias Alexandre afirma que que os dembos se tornaram vassalos de forma pacífica, o que é antagônico ao processo violento de conquista do presídio da Pedra de Encoge. Nesse contexto entra em cena um relevante personagem, o soba Quitexy, que tinha seus domínios situados nas vizinhanças dos dembos. Como os dembos já haviam aceitado os termos de vassalagem, as tropas portuguesas se uniram a eles para derrotar o soba Quitexy, que sem possibilidade de resistência se sujeitou à vassalagem portuguesa. A campanha em Pedra de Encoge teve consequências importantes para o estabelecimento dos portugueses na região. A vassalagem dos dembos de Ambuíla e Ambuela e do soba Quitexy além de dificultar a entrada de produtos que não eram negociados pelos portugueses, abriu caminhos entre os sertões de Angola e do Congo.

Apesar de todo esforço da Coroa, o comércio ao norte não foi definitivamente interrompido. O alto preço dos escravos levou à ampliação dos termos da chamada “Lei bárbara de Quituxes”, uma lei mbundu que tinha o poder de condenar os próprios africanos à escravidão. A lei de Quituxe passou a condenar à escravidão membros de sobados e potentados por crimes banais, já que o preço elevado passou a atizar a ganância de rivais, além de fomentar as guerras. Antônio Gil escrevendo uma Memória sobre os costumes dos mbundus para a Academia Real das Ciências de Lisboa também associa o termo quituxe a crime, citando um exemplo desse tipo de condenação:

---

<sup>280</sup> Elias Alexandre aponta esse fato como favorável aos portugueses “em vez de se reunirem para a defesa comum, e obtenção de seus direitos, estimam o estranho jugo de outra potência” Corrêa, *História de Angola*. vol. 3, p. 19.

<sup>281</sup> Corrêa, *História de Angola*. vol. 3, p. 18.

“Lembrarei aqui de passagem que é um grande crime entre o gentio, e que tem pena de escravidão dizer que o soba morreu antes de se publicar oficialmente sua morte”.<sup>282</sup>

Esse fato desconstrói a hipótese defendida por John Thornton que minimiza a influência do comércio de escravos nas regiões, e principalmente nas práticas culturais dos africanos.<sup>283</sup> Elias Alexandre cita alguns exemplos da aplicação da dita Lei: “pisar por descuido na cauda do vestido do maioral, cuspir de sorte que o respingo vá ter em seu rosto, um encontro com o corpo, quebrar um cão deste, o prato daquele, lambe um gato a panela d’outrem”.<sup>284</sup> O documento afirma a tese de que a presença estrangeira influenciou de modo significativo as relações entre os grupos de africanos ligados direta ou indiretamente ao comércio atlântico de escravos. De forma direta quando parte dos grupos de africanos negociava diretamente com os pumbeiros e mercadores que compravam escravos fora do controle da Fazenda Real, e de forma indireta porque muitos grupos foram escravizados por rivais africanos para atender a demanda por mão-de-obra escrava, que estava sendo melhor remunerada no período. A ampliação dos critérios da Lei de Quituxe representou um maior número de atos e comportamentos corriqueiros que poderiam ser considerados crimes entre os mbundu, e na prática implicavam na perda da liberdade. O termo “quituxe” de origem luso-africana significa crime, resultado de uma sentença, uma multa paga geralmente em mercadorias de um julgamento contra os brancos.<sup>285</sup>

---

<sup>282</sup> Gil, Antônio. *Sobre alguns pontos mais importantes da moral religiosa e sistema de jurisprudência dos pretos do continente da África Ocidental e Portuguesa além do Equador, tendentes a dar alguma ideia do caráter peculiar das suas instituições primitivas*. In: Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa. Classe de Ciências Moraes, Políticas e Bellas Letras. Nova Série – Tomo I. Parte I. Lisboa: Typographia da Academia, 1854, p. 15.

<sup>283</sup> Thornton, John K. *A África e os africanos...*

<sup>284</sup> Corrêa, *História de Angola...* vol 3, p. 19.

<sup>285</sup> *Enciclopédia Brasileira Mérito*. vol. 16. Ed. Mérito S.A, 1967, p. 449.

Até o momento a estratégia portuguesa para o domínio territorial e para a abertura de rotas comerciais em direção ao interior teve como referência acidentes geográficos, nas passagens e nos caminhos que cortavam os sobados avassalados. Isso significa para a Coroa o investimento na construção de fortalezas e de presídios que representavam suas bases militares e de grupamentos de população civil em parcas regiões interioranas. Em síntese o presídio de Encoge, produto das batalhas e do avassalamento dos dembos e do soba Quitexy não foi suficiente para impedir as atividades comerciais dos portos do norte. Durante o governo de dom Antônio de Vasconcelos foram avassalados, além dos dembos de Ambuíla e de Ambuela e do soba Quituxe, os sobas Caxa (ou Caxy) Pomba e o soba Gambos (ou Gamo).

Grupos que formavam uma sociedade cada vez mais heterogênea, formada por funcionários régios, colonos de origem portuguesa, mas com interesses enraizados e desvinculados das políticas fiscais da Coroa, de membros da Câmara de Luanda (que constantemente protagonizavam embates com os governadores enviados pelo governo metropolitano), religiosos e com a população mbundu que se dividia entre os grupos avassalados e os que não aceitava a autoridade da Coroa. O fato é que mesmo com o passar de séculos e de experiências múltiplas o sertão angolano continuava a ser um desafio e um obstáculo para o avanço dos portugueses.

O conceito de “descobrimento multissecular” de Luiz Felipe Barreto se adequa ao caso dos portugueses em Angola em meados do XVIII. Ainda nessa época os jesuítas resistiam as intenções pombalinas de anular suas influências em suas possessões ultramarinas. Ainda no governo de dom Antônio de Vasconcelos a ordem chegou da Corte, e foi executada, sendo um divisor de águas na administração portuguesa em Angola e na lógica que prevalecia na relação entre os então governadores e os padres da Companhia de Jesus. Uma parceria que durou anos, que conjugava a ideia de resgate a

um forte controle da população local passou gradativamente a ceder lugar à um discurso anti-jesuítico que marcou os governos seguintes.

Elias Alexandre, um opositor da Companhia de Jesus descreve a expulsão: “O Colégio é repentinamente bloqueado: os padres surpreendidos, os seus bens, papéis e pessoas capturados sem que seus astuciosos recursos tivessem tempo de obrar, nem perverter a bem disposta ordem de execução”.<sup>286</sup> Os jesuítas interferiram de forma significativa nas esferas econômicas e políticas de Luanda. O apoio destes religiosos era um fator determinante, já que vários governadores que contrariaram suas determinações, tiveram problemas na condução de seus mandatos. O fato é que a Ordem mantinha redes de influências junto a grandes nomes do governo lisboeta, e transitava com facilidade nas esferas administrativas do Ultramar Português. Essa influência, combatida pelo ministro do rei, foi revertida na tentativa de uma secularização das esferas de poder responsáveis pela gestão do governo, um dos pontos básicos das chamadas Reformas Pombalinas.<sup>287</sup> Apesar das tentativas reformistas de secularização, com exceção à expulsão dos jesuítas, Governo e Igreja não se distanciaram. Fato que é comprovado com a manutenção dos projetos de evangelização no ultramar.

Dom Antônio Vasconcelos é descrito nas fontes como um homem severo, que prezava por castigos e que usava a violência como instrumento de governo, “por efeito do temor conseguiu no seu tempo espalhar uma densa névoa de probidade sobre os

---

<sup>286</sup> Corrêa, *História de Angola*. vol. 3, p. 22.

<sup>287</sup> Segundo Luciano Figueiredo: “O contexto intelectual europeu do século XVIII aprofundou as reflexões sobre a condição do homem e da sociedade, que já vinham se manifestando desde o Renascimento e a Reforma. Os horizontes culturais, assim como a crítica à tirania e à Igreja ampliaram-se com a chegada das Luzes. Assumem grande importância os temas inaugurados pelos iluministas, ou reinterpretados à luz da experimentação e das sensações, como o da desigualdade / igualdade, despotismo / liberdade e da natureza / ciência”. Figueiredo, Luciano Raposo de Almeida e Munteal Filho, Oswaldo. Prefácio do livro. *A Revolução na América*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1993. p. 9.

ânimos malfazejos, e respirar a população um ar de sossego e de desafogo”.<sup>288</sup> O governador sofreu um golpe, descrito por Elias Alexandre como uma “conspiração”. O objetivo era seu assassinato e de seus oficiais maiores, ministros e personagens da terra, além de saquear residências e mandar o obtido para o Brasil. Entre os alvos dos roubos estavam a prata dos jesuítas, guardada até então no Hospício de Santo Antônio. Parte da guarda do próprio governador foi acusada de participar da emboscada. O plano foi mal sucedido e todos os envolvidos foram punidos. Analisando o episódio, e tendo em mente a exaltação de seu sucessor, dom Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho os três principais relatos aqui analisados (Elias Alexandre, as Memórias do Almirante Feo e o “Catálogo dos Governadores”) tendem a supervalorizar os maus feitos de d. Antônio, em benefício de dom Francisco. Nesse jogo d. Francisco termina por se destacar como governador e administrador responsável pelo apogeu da administração portuguesa em Angola.

Os portugueses estavam até o momento sitiados em Luanda, com incursões aleatórias aos sertões, dependentes de avassalamentos e de agente locais que facilitavam esse trânsito. Ora por força das armas, ora para apoiar desavenças entre sobados rivais, a presença de agentes da Coroa portuguesa esteve sempre condicionada à um fator que não dependia unicamente da disposição e motivação para obter escravos no interior.

A partir de 1750, no intervalo que corresponde ao período de governo do rei dom José I (1750-1777), a Coroa portuguesa passou a se preocupar com a contagem da população de Angola, o que indica uma das tentativas de efetivar um maior controle e um maior vínculo entre colônias e metrópoles. Na prática isso exigiu dos governadores, e na sequência de atribuições aos capitães mores e outros funcionários da cadeia administrativa portuguesa a realização de mapeamentos dos povoados.

---

<sup>288</sup> Corrêa, *História de Angola*. vol 3, p. 25.

O trabalho de Roberto Guedes<sup>289</sup> esclarece uma intenção velada na realização dos censos, a classificação e o uso de uma nomenclatura variada para diferenciar os grupos que compunham a heterogênea sociedade de Luanda em meados do século XVIII. Baseado em fontes do Arquivo Histórico Ultramarino, Roberto Guedes indica a malícia dos responsáveis pela listagem da população e a manipulação dos termos que faziam com que a cotação dos preços dos escravos variasse. Os termos eram na maioria das vezes “moleque”, o que fazia com que os comerciantes que intermediavam o embarque dos escravos pagassem menos impostos. Para normatizar essa questão que vinculava classificação e tributação e que dava margens para desvios de impostos, d. José expediu uma lei com a intenção de solucionar esse problema.

“E para desterrar da mesma sorte esta inquietude tão nociva ao bem comum do comércio estabeleceu El Rei Nosso Senhor a lei de que se trata, abolindo por ela as sobreditas denominações e qualificações. E mandando que cada escravo, ou fosse varão, ou fosse fêmea, se pagasse oito mil e setecentos reis, por cada cria de pé quatro palmos para baixo quatro mil e trezentos e cinquenta reis e nada pelas crias de peito”<sup>290</sup>

Os grupos que controlavam a política em Luanda e principalmente os contatos com os negociantes de escravos já não eram bem diferentes daqueles do século anterior. O relevante desse processo é o fim de uma dicotomia entre interesses portugueses e interesses mbundus, tornando o cenário muito mais complexo. Existiam portugueses que representavam os interesses da Coroa, descendentes desses homens que haviam

---

<sup>289</sup> Guedes, Roberto. *Notícias de Benguela de 1798: habitações, escravos, senhores, donas, cores*. Texto inédito, 2012.

<sup>290</sup> Alvará de 25/01/1758 – regulando os direitos dos escravos, e do marfim que vem de Angola. Ribeiro, João Pedro. *Índice cronológico remissivo da legislação portuguesa posterior a publicação do Código Filipino*. Lisboa, 1805.

recebido privilégios e cargos na administração de Luanda, colonos portugueses desvinculados de uma “fidelidade à monarquia lusitana”, sobas vassallos que obtinham vantagens em aceitar os autos de vassalagem impostos pelos portugueses, sobas que resistiam e dificultavam o trânsito nos sertões, e outros que alternavam suas posições em função de seus interesses e dos contextos estabelecidos, ora se aliando ora se rebelando.

Já na segunda metade do século XVIII a situação dos portugueses junto aos sobas do sertão ainda era instável e influenciada por diferentes fatores, onde destacamos o jogo de interesse e disputas políticas entre os próprios africanos. Nesse aspecto nossa análise se apropria da interpretação de John Thornton, no que diz respeito à relevância dos fatores internos africanos na construção das relações entre africanos e europeus.<sup>291</sup> De fato os sobas conseguiram negociar com os portugueses e, dentro de seus limites, impor sua resistência em relação ao avanço português sobre o território dos sertões. O fator bélico, determinante para os portugueses, foi o elemento que mais desequilibrou esse jogo. Daí a validade do argumento de Thornton que considera a ação dos africanos tanto no cenário comercial propriamente africano, quanto na articulação política com os estrangeiros interessados no fornecimento de escravos para o mercado atlântico. Por outro lado discordamos do autor no momento em que ele desconsidera o impacto da presença europeia nas transformações e nos prejuízos gerados para os africanos com a introdução de uma nova lógica predominantemente mercantil, onde o comércio de escravos determinava a condução dos projetos políticos da Coroa.<sup>292</sup> No cenário das

---

<sup>291</sup> Thornton, John. *A África e os africanos ...*, p. 99 Além dessa afirmação o autor desconsidera a presença dos comerciantes europeus como um ônus para a organização econômica endógena africana: “conclui-se então que o comércio da África não pode ser visto como algo destrutivo, pois ele não espoliou nenhuma linha de produção africana nem impediu o desenvolvimento fornecendo produtos que poderiam ter sido manufaturados na África.

<sup>292</sup> Para o debate sobre o impacto do comércio de escravos ver o clássico texto de Paul Lovejoy

Reformas Pombalinas a questão da escravidão é vista como um mal necessário que deveria ser abolido com o tempo. Tal meta nunca foi atingida pelos governos ilustrados e a escravidão permaneceu como uma questão prioritária, mas não resolvida. Durante a segunda metade do século XVIII, apesar das tentativas de modernização, ou como denominou Catarina Madeira dos Santos, de “reconfiguração”, os avassalamentos das sobas continuaram a ser a via de acesso dos portugueses aos sertões. Nos relatos de Elias Alexandre e do “Catálogo dos governadores...”, é notável a mesma instabilidade dos acordos, sustentados essencialmente pela superioridade bélica portuguesa. E o pano de fundo de toda essa política continuava sendo o fornecimento de escravos para o mercado atlântico.

#### Número de escravos embarcados para o mercado atlântico – século XVIII

	West Central Africa and St. Helena	Totals
1700	18,146	<b>53,578</b>
1701-1725	331,183	<b>1,088,909</b>
1726-1750	556,981	<b>1,471,725</b>
1751-1775	654,984	<b>1,925,314</b>
1776-1800	822,056	<b>2,008,670</b>
Totals	<b>2,383,350</b>	<b>6,548,197</b>

Fonte: <http://www.slavevoyages.org/tast/assessment/estimates.faces><sup>293</sup>

Os governos que antecederam dom Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho são descritos como períodos difíceis, marcado por conflitos entre membros da Câmara de

---

para o conjunto da África ocidental; e a tese de Mariana Candido para Angola, mais especificamente o comércio de escravos no entorno de Benguela. Lovejoy, Paul E. “The impact of the Atlantic Slave Trade on Africa: A Review of the Literature”. *The Journal of African History*, vol. 30, issue 3, nov 1989, pp. 365-394. Mariana Pinho Candido. *Enslaving Frontiers: slavery, trade and identity in Benguela, 1780-1850*. Toronto, York University, 2006.

<sup>293</sup> A tabela mostra o aumento no número de escravos embarcados na segunda metade do século XVIII.

Luanda e os funcionários que representavam os interesses da Coroa Portuguesa em Angola. É recorrente nas fontes o relato de tentativas de tomada de poder por parte dos colonos, membros das Câmaras, com interesses distintos dos administradores régios, de tentar assumir o poder, o que na prática ocorria nos intervalos entre a saída e a nomeação / chegada de um novo governador. Uma dessas tentativas ocorreu durante o governo de dom Antônio Vasconcelos, que sofreu oposição de parte dos colonos portugueses de Luanda, justificada nas fontes pelo seu rigor imposto nas punições.

Devemos considerar que a política de exaltação dos feitos de dom Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, que sucederam o dito governador, se beneficia da descrição pejorativa das administrações que o antecederam. O mesmo ocorre com seus sucessores, descritos como os responsáveis pela ruptura da política reformista e modernizadora do governador ilustrado. Intenção bem sucedida, já que a memória de dom Francisco como o “Pombal de Angola”, e como o grande reformador de Luanda, permaneceu na historiografia até tempos recentes, como podemos constatar nas obras de Ralph Delgado e de Gastão de Sousa Dias, mais recentemente na tese de Catarina Madeira dos Santos.

### *3.2. Dom Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho: o “Pombal de Angola”?*

Angola passou a ocupar um novo lugar no rol das preocupações dos burocratas e teóricos do Império ultramarino português. Com o intuito de conferir uma marca ilustrada e uma administração alinhada às novas tendências intelectuais da época o ministro um seu seguidor para o governo de Angola, dom Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, um nobre ilustrado que gozava de sua plena confiança. Sua administração foi marcada por inovações e pelas tentativas de modernizar a região, se tornando uma

referência para os posteriores governadores que foram incumbidos de dar continuidade à sua atuação. Dom Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho foi nomeado governador e capitão general de Angola em 17 de agosto de 1763, com patente passada em 6 de setembro de 1763. Em 9 de setembro do mesmo ano, 1763 recebeu o título de “Membro do Conselho de Sua Majestade”. Chegou em Luanda no dia 31 de maio de 1764, tomou posse no dia 6 de junho do mesmo ano. Governou por oito anos, tendo permanecido no cargo até 1772.<sup>294</sup> Depois de seus feitos em Angola foi nomeado embaixador português em Madrid, onde faleceu em 1791.<sup>295</sup>

Desde o século XVII as orientações da Coroa portuguesa mantiveram tanto a busca por metais preciosos (ouro e prata) ou valiosos (cobre e ferro), a insistência no avanço em direção aos sertões e a prática do avassalamento dos sobas. O novo governador foi incumbido de reformar as bases da administração que predominou nos séculos anteriores e trazer novas idéias. A ideia de civilizar Angola aparece na literatura como uma diretriz da política de dom Francisco que deveria usar de uma orientação reformista e de uma política pragmática, vista como sinônimo de eficiência. Marcel Mauss define civilização o resultado da convivência de povos distintos:

“Podem chamar-se de civilização os resultados destes comércios de todos os tipos que se estabelecem pela vizinhança pela filiação entre sociedades que podem ser classificadas com relação a eles. Com efeito podemos distinguir famílias de povos, áreas de civilização, estabelecendo relações de identidade entre as sociedades associadas pela língua, pelas artes, unidas pelas descendências, misturadas pelas guerras e conquistas

---

<sup>294</sup> Antônio Sérgio. ET al. “Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho”. In: *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Lisboa / Rio de Janeiro: Ed. Enciclopédia, s/d, p. 855-856.

<sup>295</sup> Sousa, Ana Madalena Rosa Barros Trigo de. D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho..., p. 40.

anastomosadas pelos comércios internacionais por todos os empréstimos que eles supõem, tudo isto constituindo as civilizações”.<sup>296</sup>

O propósito de civilização de dom Francisco Inocêncio era bem distinto da definição de Marcel Mauss: queria “embranquecer” Angola.

As reformas políticas elaboradas por Sebastião José de Carvalho e Melo repercutiram diretamente nos projetos traçados para a colonização dos domínios portugueses na África.<sup>297</sup> A principal delas era dinamizar as economias coloniais, conciliando os principais potenciais econômicos das diferentes regiões do vasto Império ultramarino português. Essa meta sinalizava para a convergência entre a necessidade de trabalhadores para o Brasil e a oferta de mão de obra africana. O primeiro embate foi a expulsão dos jesuítas. Entre as metas ilustradas previstas pelo ministro, já no governo de dom Antônio de Vasconcelos estava a completa expulsão dos jesuítas das possessões coloniais portuguesas. A questão da arrecadação de seus bens fica evidente nas fontes que buscam informações sobre o destino das fazendas e demais rendas dos membros da Companhia de Jesus. Em julho de 1767 dom Francisco escreve diretamente ao ministro apresentando as contas da Fazenda Real, referentes ao ano de 1766, aí incluída a descrição dos bens dos jesuítas. Os bens da Companhia foram enviados para o Rio de Janeiro.<sup>298</sup>

---

<sup>296</sup> Mauss, Marcel. *Ensaio de sociologia*. São Paulo, Editora Perspectiva, 1999. p. 128.

<sup>297</sup> Falcon, Francisco José Calazans. *A Época Pombalina*. São Paulo, Ed. Ática, 1982.

<sup>298</sup> IEB – Códice - AL-082. Doc. 337 - Ofício de DFISC para Sebastião José de Carvalho e Melo, conde de Oeiras, apresentando as contas da Fazenda Real correspondentes a 1766; a relação de bens dos jesuítas, comunicando encontrarem-se no Rio de Janeiro, há mais de um ano, contos da Administração dos Contratos, aguardando embarque na nau dos quintos que, até então, não havia chegado naquele porto. Luanda. 31/07/1767

O caso específico da administração angolana sinaliza para um impasse entre os valores propagados pelos princípios ilustrados e a própria manutenção da escravidão.

Novamente citando Francisco Falcon:

“A escravidão foi objetivo de condenações quase unânimes. No processo da escravidão pelo Iluminismo, foram criticados o sistema colonial – por ser uma forma impiedosa do homem pelo próprio homem, o tráfico e o trabalho escravo. Esses últimos porque destruíram milhões de homens e de sua humanidade e são um exemplo lamentável de patologia social compreendendo o gênero humano como um todo”.<sup>299</sup>

A utilização da mão de obra escrava passava a ser avaliada como um obstáculo à modernização do Estado português, além de ser caracterizada como um entrave sócio econômico para as novas tendências econômicas que ganhavam destaque nesse contexto. Mesmo em um ambiente de discursos contrários ao cativo, onde cada vez mais a liberdade era definida como um valor e um direito, práticas políticas necessárias para a intensificação dos negócios do tráfico foram colocadas em pauta e em prática pelos governadores portugueses. Em nome de interesses mercantis a captação e o transporte de escravos se intensificavam e o fornecimento de africanos funcionava como um destacado veículo para a acumulação de capitais nos três vértices que contornavam o circuito atlântico do Império português.<sup>300</sup>

De acordo com as novas visões dos administradores ilustrados, outros recursos, além dos escravos e não no lugar deles, deveriam ser aproveitados. A dissertação de mestrado de Ana Madalena Rosa Barros Trigo de Sousa intitulada D. Francisco de

---

<sup>299</sup> Falcon, Francisco Calazans. *Iluminismo*. SP: Ed. Ática, 1994, p. 20

<sup>300</sup> Florentino, Manolo e João Luís Fragoso. *O arcaísmo como projeto – mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Sette Letras, 1998.

Sousa Coutinho: reinterpretação de um governo, questiona se os projetos do governador já estariam à princípio condenados ao fracasso. Esse questionamento foi citado em nossa dissertação de mestrado,<sup>301</sup> onde apontamos as contradições entre os princípios de uma Reforma política baseada em ideias extraídas do movimento da Ilustração e o próprio conceito e a manutenção do cativo. No Império Português da segunda metade do século XVIII a liberdade (como um valor) passou a conviver com a escravidão (como uma prática social e econômica). A violência que permeava todas as etapas que garantiam o trabalho escravo na América Portuguesa permanecia legítima aos olhos da Coroa, o que nos faz perceber o lugar ocupado por Angola no contexto da política ultramarina portuguesa.

Em meio ao debate intelectual da época, manter o tráfico de africanos como o principal foco de investimentos da Coroa portuguesa na África era um dos desafios a serem ultrapassados para a manutenção do alinhamento entre as economias atlânticas do oceano português. Críticas e contradições marcavam a situação de encontro entre valores ilustrados e a realidade das sociedades escravistas do império ultramarino. Pareceres que condenavam os maus tratos e a negação da liberdade passaram a fazer parte do rol de paradoxos que compunham o cenário do reformismo ilustrado luso brasileiro. Ao mesmo tempo em que se formulavam críticas sobre o cativo africano, foram traçados esquemas para a colonização africana que pretendiam facilitar o trânsito dos escravos aprisionados que deixavam os sertões e a costa africana.

Planejamentos e estratégias políticas buscavam definir quais seriam as melhores opções para a captação, transporte e venda dos escravos nos mercados americanos. Os administradores portugueses traziam consigo a marca das reformas ilustradas e a

---

<sup>301</sup> Carvalho, Flávia M<sup>a</sup> de. Violência e corpo escravos: impasses nas experiências coloniais ilustradas – Rio de Janeiro e Angola na segunda metade do século XVIII. Niterói: Programa de Pós Graduação em História – UFF, 2002.

pretensão de rever os procedimentos comerciais. Governadores como Álvares da Cunha, Antônio Vasconcelos e Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, não só criticam seus antecessores como também legislam em prol desse revisionismo do pragmatismo colonial. Essa nova orientação política tinha como meta estabelecer um maior controle sobre a movimentação das mercadorias em seu circuito mercantil, aproximando as funções administrativas dos governos africanos da proposta pombalina de centralizar nos aparelhos da Coroa portuguesa a fiscalização dos negócios, e conseqüentemente a arrecadação das rendas e tributos. Mas nada foi tão simples.

A regulamentação dessa cobrança de direitos sobre o transporte dos escravos foi regulamentada em várias etapas, nas primeiras décadas do século XVIII. A Coroa recebia os chamados “direitos”, controla os embarques e desembarques e com isso tentava minimizar suas perdas com os chamados “descaminhos”. Analisando a questão das formas de pagamento dos direitos dos escravos, Mariza Soares explica tal procedimento:

“Os condutores ou os próprios mestres das embarcações dele encarregados, devem requerer à Secretaria o seu passaporte onde consta a autorização para o transporte de determinado número de escravos. Esse passaporte deve ser apresentado aos oficiais da Fazenda Real a qualquer momento da viagem e no ato da venda dos referidos escravos. O transporte de escravos sem a autorização acarreta em prisão por descaminho e venda dos bens apreendidos em praça pública”.<sup>302</sup>

As Mesas de Inspeção, órgãos subordinados à Fazenda Real portuguesa, também deveriam estar voltados para o controle do tráfico ilegal de africanos. Elas deveriam emitir e controlar as licenças para o embarque de um número limitado de escravos,

---

<sup>302</sup> Soares, Mariza Carvalho. *Naus do Purgatório a caminho das minas*. Texto inédito, 2001.

sendo também incumbidas punir os infratores e sequestrar seus bens. Essa regulamentação através de contratos de longa ou curta duração vem dos primórdios do tráfico atlântico mas foi renovada na segunda metade do século XVIII. Em 1784 o escrivão da Mesa de Inspeção de Angola anotava:

“Com a condição que achando-se os navios que saírem dos portos de Angola e Benguela levam maior número de escravos do que deram despacho na sua saída, por esse mesmo fato da entrada perderá o capitão do navio. O valor dos escravos se tiver desencaminhado dos direitos em três dobros para o contrato, e se procederá contra ele executivamente o sequestro e a arrematação de seus bens, na forma do regimento da Fazenda como desencaminhador dos direitos reais”.<sup>303</sup>

Mostrar que Angola era mais que apenas uma área de fornecimento de mão de obra escrava foi um dos desafios de dom Francisco, o que em parte o levou ao esforço de descrever as possessões portuguesas de forma atípica, quando o comparamos com outros governadores. Vem daí seu diferencial. Ele mostra Angola do ponto de vista de seu potencial agrícola, com o otimismo do fomento científico e agrícola típico do Reformismo Ilustrado. As Ciências Naturais fomentaram também os interesses de militares que enxergaram nas explorações uma fonte de lucro. Nesse contexto onde uma fauna exótica despertava o interesse dos portugueses, militares situados no sertão enviaram para o então rei dom José treze zebras! Esse presente trouxe como recompensa a nomeação dos mesmos militares para novos postos, que traziam agregado a eles vantagens econômicas.<sup>304</sup>

A Ilustração é contemporânea do apogeu do comércio atlântico de escravos entre Angola e Brasil. De acordo com as pesquisas expostas no site

---

<sup>303</sup> AN - RJ. Caixa 388, pacote 2 – Fundo: Junta do Comércio. Negociantes e diversos.

<sup>304</sup> IEB – código AL-083.

<http://www.slavevoyages.org>, entre os anos de 1750 e 1800, aproximadamente 1487, 04 escravos foram embarcados para o mercado atlântico.

Os textos de dom Francisco situam a mercantilização dos corpos como uma atividade menos relevante do que seus antecessores, com a intenção de deslocar o comércio de escravos do centro dos investimentos da Coroa. Suas Memórias discorrem sobre Ciências, investimentos em obras, políticas de imigração, a preocupação com o governo de Benguela, deixando o comércio de escravos como um assunto coadjuvante na pauta da administração de Angola. Elias Alexandre, um entusiasta da Ilustração e do governador afirmava: “Jamais se havia ouvido em Angola o nome de Geometria. Em Gramática se ignorava o que era verbo, e a diferença que ia ao nome: salvo algum clérigo, se, com efeito, senão houvesse esquecido das primeiras rudimentas”.<sup>305</sup> Elias Alexandre evidencia o processo de secularização do pensamento pretendido pelas Reformas. A figura de dom Francisco, seu potencial intelectual, a imagem construída em torno de sua administração fazem parte da construção de um cenário político que visa reposicionar Portugal tanto frente às demais potências europeias, quanto frente às suas possessões ultramarinas, e vice-versa.

A preocupação com a ordem na burocracia típica do seu governo tem na organização dos arquivos de Luanda um de seus exemplos. Esta foi uma ferramenta da política colonial portuguesa que pretendeu, ao mesmo tempo, valorizar seus feitos em Angola e construir uma nova imagem da África Portuguesa. O projeto foi muito bem sucedido, visto os trabalhos historiográficos que ratificam essa imagem do governador.

O governo de dom Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho foi bem sucedido no que diz respeito à organização e regulamentação do comércio de escravos. A lei contra a prática do “reviro” foi uma dessas medidas, evitando os abusos dos atravessadores que

---

<sup>305</sup> Corrêa, *História de Angola*. vol. 3, p. 33.

negociavam escravos com os sobas dos sertões e com os mercadores situados em Luanda. Outro feito do governador foi a construção do Terreiro Público, obra que visava sanar o problema do abastecimento de alimentos em Luanda, e que tinha também como proposta concentrar em um só lugar os gêneros agrícolas, evitando o abuso dos preços. O terreiro foi previsto na lei de 13 de novembro de 1761, projeto de seu antecessor dom Antônio de Vasconcelos. Mas foi durante sua gestão que a Coroa investiu no empreendimento da obra. O caso do Terreiro exemplifica nosso argumento de que o governo de dom Francisco não foi marcado pelo ineditismo, por novas ideias, mas pela implementação, com apoio da Coroa, de projetos antigos que nunca tinham sido levados adiante. O Terreiro, visto como inovador no setor de abastecimento atendia aos moradores da cidade mas deveria também armazenar comida para os escravos a serem embarcados em Luanda. Elias Alexandre exalta o empreendimento e destaca sua importância para o sucesso do comércio de escravos com o Brasil:

“Até então se havia desprezado o cálculo de mantimentos que o país poderia fornecer a escravatura, assim existente como exportante. Em consequência desta ignorância, e falta de bom regimento, os carregadores do Brasil enviavam para Angola os mantimentos precisos para sustentar as suas arqueações de Angola para o Brasil”<sup>306</sup>.

Mas os planos de transformar Angola em uma colônia agrícola nunca foram adiante, nem no tempo de d. Francisco, nem depois dele. O próprio dom Francisco em uma de suas Memórias confirma esse fracasso:

“Experiência fortificada por uma séria meditação de cinco anos mostrando que este reino se arruína muito mais pelos defeitos de sua constituição econômica, do que pela rígida

---

<sup>306</sup> Corrêa, *História de Angola*. vol. 3, p. 31.

intempérie de seu clima, e que a primeira é tão repugnante...”<sup>307</sup>.

Dom Francisco responsabiliza a cultura e os hábitos da população mbundu como um dos fatores que impediram o desenvolvimento da região e a implementação das Reformas propostas, o que legitima seu desejo de povoar os sertões com casais brancos. Em sua Memória critica o comportamento das famílias nativas:

“vendo-se casas inteiras de numerosas famílias, sem algum emprego nas mãos e unicamente recostadas no estrado ou na cama assim se criam [...] e em toda Terra não há quem sirva os europeus engomando, lavando, ou cozendo, pelo que só da necessidade do cotidiano alimento se empregam umas no ofício de atravessadoras, mandando as negras vulgarmente chamadas quitandeiras atravessar quinquilharias aos navios, frutas, mantimentos às estradas para revender”<sup>308</sup>.

O documento deixa claro que na visão do governador os mbundus não tinham desejo de se dedicar ao cultivo da terra, o que impedia seu projeto de fomentar a agricultura local e com isso minimizar o problema do abastecimento. Além da religiosidade mbundu, dom Francisco considera como obstáculo para seus projetos “tudo o que denotasse a presença da cultura africana”<sup>309</sup>. O governador via Angola como uma região que poderia sem dúvida fornecer mais do que escravos, mas em nenhum momento cogitou o

---

<sup>307</sup> ANTT. Memórias do reino de Angola e suas conquistas escritas por Dom Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, governador e capitão general do mesmo reino. 1773-1775. PT-TT-CLNH-F-3-191.

<sup>308</sup> ANTT. Memórias do reino de Angola e suas conquistas escritas por Dom Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, governador e capitão general do mesmo reino. 1773-1775. PT-TT-CLNH-F-3-191.

<sup>309</sup> Sousa, Ana Madalena Rosa Barros Trigo de. *D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho em Angola: reinterpretação de um Governo*. Dissertação de Mestrado defendida na Universidade Nova de Lisboa: Funchal/Lisboa, 1996, p. 55.

fim da mais rentável das atividades econômicas responsável pelo fomento econômico de diferentes setores do Ultramar Português.

Inspirado pelas Luzes e percebendo brechas para a inserção de novas atividades econômicas, o governador conduziu projetos ambiciosos e empreendedores. Pretendeu reformar o clero de Angola, ratificando a legislação que ditava que todas as ordens religiosas deveriam pagar dízimos, além de defender a moralização de setores avaliados negativamente em seus relatórios. Gastão Sousa Dias em sua análise sobre o governo de dom Francisco comenta a participação irregular do clero nos negócios do tráfico, explicitando a intenção do governador em minimizar a interferência do clero na condução da administração dos negócios portugueses na região. Gastão Dias exalta os feitos de dom Francisco descrevendo-o como um “memorável” governador, responsável pelo incentivo do povoamento da região com casais brancos, pela redefinição das funções dos funcionários régios, pelas tentativas de controlar o contrabando, pelo estímulo a extração e aos estudos no campo da mineralogia, e pela preocupação em redigir e organizar memórias e instruções para seus subordinados e sucessores, informado e aconselhando sobre os melhores métodos para se governar as colônias africanas.<sup>310</sup> Gastão de Sousa Dias, assim como Ralph Delgado, Alfredo de Albuquerque Felner e recentemente Catarina Madeira dos Santos, realizaram grandes pesquisas em relação aos feitos de dom Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho. Os textos de Gastão de Sousa Dias e de Ralph Delgado são semelhantes tanto no formato narrativo, quanto na eleição dos feitos a serem exaltados. Já a extensa e valiosa pesquisa

---

<sup>310</sup> Coutinho, Dom Francisco de Sousa.. Memórias do reino de Angola. In: Textos para a História da África Austral (século XVIII). Lisboa: Publicações Alfa, s/d.; Dias, Gastão Sousa. *Dom Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho: administração pombalina em Angola*. Lisboa: Ed. Cosmos, 1936.

documental de Catarina Madeira Santos analisa não só o ambiente intelectual da segunda metade do século XVIII, como analisa os projetos do governador.<sup>311</sup>

Apesar de toda exaltação e glorificação dos feitos do governador ilustrado, problemas crônicos da administração de Luanda e dos sertões não desapareceram dos relatos e memórias sobre seu governo (1764 e 1772). A Feira de Encoge, onde sobados dos Dembos de Ambuíla e Ambuela foram avassalados, ainda se apresentava como uma área vulnerável aos ataques e sublevações que dificultavam ou mesmo impediam o trânsito dos portugueses em seus domínios. O problema dos caminhos de Encoge foi explicado por Elias Alexandre como uma pendência antiga, o que supostamente isentava dom Francisco desta responsabilidade, preservando sua imagem de exímio administrador: “Esta província mal segura ainda pela sua infância”,<sup>312</sup> já que seu domínio esteve sempre vinculado à obediência das chefias dos Dembos. Elias Alexandre, defensor e admirador declarado de dom Francisco responsabilizava a dificuldade do comércio em Encoge à instabilidade da política falando na “Liga de Negros Sublevados”.

A situação em Benguela também fugia ao controle dos interesses da Coroa “excedendo aos de Encoge em atrocidades”.<sup>313</sup> Daí a grande preocupação de dom Francisco em instruir o novo responsável pela administração da região habitada pelos ovimbundus. A rebelião em Benguela foi reprimida com requintes de crueldade e as cabeças dos derrotados espetadas nos postes. Um tipo de violência já questionada pelos

---

<sup>311</sup> Ver Dias, *Dom Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho...*; Delgado, *História de Angola...* Felner, *Apontamentos sobre a colonização...* e Santos, Um governo “polido” para Angola....

<sup>312</sup> Corrêa, *História de Angola*. vol 3, p. 34.

<sup>313</sup> Corrêa, *História de Angola*. vol 3, p. 35.

pensadores ilustrados que viam maior eficiência em outras formas de penalidade.<sup>314</sup> Em *Vigiar e Punir* Michel Foucault mostra que no século XVIII a dor física como modalidade de castigo começa a ser substituída pelas restrições e privações impostas aos corpos.<sup>315</sup> Roy Porter também comenta a questão das reformas nas práticas punitivas, associando as ideias ilustradas a uma realidade distante daquela vivida pelos habitantes dos sertões africanos:

“Durante os últimos séculos, ela foi dirigida principalmente contra o corpo, através da punição corporal ou capital. Mais uma vez, no entanto, mudaram os sistemas de valor intervenientes, especialmente a partir do final do século XVIII, os reformadores penais declararam que era “mais nobre” ou mais “humano” não punir o corpo, mas corrigir ou reformar a mente”.<sup>316</sup>

Grande distância entre os discursos dos reformadores e o olhar do dominador sobre os africanos, onde o corpo era alvo e a dor instrumento de disciplina. As análises acima evidenciam a distância entre o que se pensava no movimento da Ilustração, os valores propagados (liberdade e a substituição dos castigos físicos, por exemplo) e a realidade de Angola (escravidão, dor física,). Antola era o paradoxo da civilização que conjugava na mesma equação o que os teóricos queriam negar.

Em relação à situação de Benguela ficou claro para a Coroa que somente um governador não daria conta de manter a ordem, daí a nomeação de um funcionário, vinculado à administração de Luanda, para defender os interesses portugueses em

---

<sup>314</sup> Foucault, Michel. *Vigiar e punir. História da violência nas prisões*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1999, p. 14.

<sup>315</sup> Segundo o autor: “O sofrimento físico, a dor do corpo não são mais os elementos constitutivos da pena. O castigo passou de uma arte de sensações insuportáveis a uma economia dos direitos suspensos” Foucault, *Vigiar e punir...* p. 14.

<sup>316</sup> Porter, Roy. “História do corpo”. In: Burke, Peter. *A Escrita da História*. SP: Ed. Unesp, 1992, p. 308.

Benguela. Benguela foi ganhando atenção. Foi construída uma Fortaleza, José Vieira de Araújo foi nomeado capitão mor, e fomentada a religião católica. A construção de um hospital mostra a ampliação do que podemos definir como espaço colonial português. Benguela se distinguiu dos sertões.

A questão da manutenção dos avassalamentos dependia diretamente da disciplina e do cumprimento das ordens por parte dos capitães mores, responsáveis pela administração dos presídios, que por sua vez, gerenciavam os sobados. Em correspondência encaminhada aos capitães mores dom Francisco instruíra:

“Logo que VM receber esta, mandará passar por certidão do escrivão que juntará a esta mesma carta os termos e autos de undamento, que deram fundamento ao serviço que fazem os sovas atuais desse presídio, e sua jurisdição, e todas as mais obrigações assim de darem trabalhadores para o Real Serviço, conserto de igrejas, entregas de cartas, azeite para os corpos de guarda, e o mais que constar verdadeiramente dos livros de registros a este respeito, revendo-se e examinando os mesmos com maior cuidado, e remetendo me VM tudo em carta fechada com brevidade possível, declarando-se expressamente as condições originais daqueles que deram princípios a obrigações particulares como as referidas, o que hei a VM por muito recomendado. Deus guarde VM. São Paulo de Assunção de Luanda, 3 de outubro de 1770”.<sup>317</sup>

O documento informa sobre a burocracia que envolvia tanto o abastecimento dos presídios, e quanto a necessidade de comunicação entre os capitães mores e o governo centrado em Luanda. O envio dos termos de avassalamento citado, evidencia o peso

---

<sup>317</sup> “Carta que Sua Excelência escreveu aos capitães mores de todos os presídios, e distritos sobre o undamento dos sovas, quilambas e mais potentados”. *Arquivos de Angola*. vol. I, nº 2, dezembro de 1933.

desse documento para os funcionários metropolitanos, e a tentativa típica da administração de dom Francisco de organizar esses papéis.

Outra questão que esteve em pauta foi a negociação de escravos que os sobas locais realizavam com estrangeiros não portugueses na região localizada entre Benguela Nova e Benguela Velha, tentativa que convergia com a tendência de “controle” sobre um território de livre comércio. Buscando a solução o governador ordenou a construção do presídio de Novo Redondo, que ganhou importância com o passar do tempo, e com o enraizamento do governo português em Benguela. Situado entre as duas Benguelas (a velha e a nova) o presídio de Novo Redondo, além de controlar os negócios dos sobas era uma ferramenta para a tentativa de colonizar efetivamente Benguela. Em carta para o capitão mor José Viera de Araújo o governador volta a citar a importância do povoamento dos sertões, a insistência nas possibilidades agrícolas, pautas que se repetiram em toda sua correspondência:

“... e porque no Destacamento que daqui foi acharam talvez alguns soldados com espírito de lavoura e indústria, de quem em Caconda se necessita muito, vm poderá mandar parecendo-lhe dez ou doze praças, e no Novo Redondo há agora muita necessidade de mulheres brancas, vm repartirá entre eles ambos todas as mulheres degredadas que passarem por esse presídio sejam moças, sejam velhas, porque tudo lá serve, entende-se que os soldados que forem para Caconda hão de ser europeus e do mesmo modo alguns lavradores, que passem por aí degredados”<sup>318</sup>.

---

<sup>318</sup> Carta de 12 de outubro de 1769 para José Viera de Araújo, capitão-mor de Benguela. Escrita por Dom Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho. Documento transcrito na obra de Felner, Alfredo. Felner, Alfredo de Albuquerque. *Angola...*, p. 170.

As regiões de Caconda e Novo Redondo passaram a ser alvo de investimentos nos projetos de estabelecer uma ligação entre Luanda e Benguela, desviando da instável região de Quissama. Uma frase do documento que merece análise: é a instrução de que os militares enviados fossem portugueses natos, e não filhos de portugueses, que, na visão do governador, poderiam divergir dos interesses da Coroa.

Ainda na mesma correspondência o governador elogia a eficiência do capitão mor de Benguela e compara os potenciais das possessões portuguesas em Angola com o Brasil:

“Não posso explicar à VM a alegria que me causa a rápida construção e verdadeira regulação das povoações desses sertões, porque agora é que seguram as utilidades que prometem, quando antes se podiam só contar como covil de vagabundos, e tratando sem préstimo: agora verá vm aparecerem muitos ramos de comércio, e se virem os casais que tenho pedido, verá cidades muito mais populosas, e úteis que a do Brasil, e quando não venham os mesmos que há, se aproveitarão, e abençoando a Divina Providência a Paz, a Justiça, e a Religião, que lhe introduzo, fará que cada um desses homens valha por muitos, e espero que vm trabalhe continua e sucessivamente até completar esse grande negócio, a ver se chegamos ao fim de aproveitar todos os vagabundos, e desertores, livrando o país das suas estorções, e violências...”<sup>319</sup>

A evangelização, ou conversão, surgem no texto como uma das ferramentas utilizadas para uma política expansionista. Mesmo em um contexto que convergia para

---

<sup>319</sup> Carta de 12 de outubro de 1769 para José Viera de Araújo, capitão-mor de Benguela. Escrita por Dom Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho. Documento transcrito na obra de Felner, Alfredo. Felner, Alfredo de Albuquerque. *Angola....*, p. 170.

a secularização das esferas de poder, a Igreja Católica se mantém como um dos pilares do Império português. (“Divina Providência a Paz, a Justiça, e a Religião”).<sup>320</sup> Assim, a política de d. Francisco foi anti-jesuítica mas não descartou os “resgates”, a salvação e regeneração dos africanos através da fé e do trabalho.

A mineralogia associada ao cientificismo típico da Ilustração foi utilizada como uma ferramenta na tentativa de reposicionar Angola na configuração da política ultramarina portuguesa, foco do governo de Dom Francisco que soube manipular as orientações reformistas da Coroa para esse objetivo. Isso porque o comércio de escravos deveria deixar de ser a única atividade lucrativa. A metalurgia idealizada por dom Francisco, focada na exploração do ferro, se pareceu com a idealização seiscentista das minas de prata da região de Cambambe. Sendo que o discurso do ilustrado governador tinha um embasamento teórico muito maior e muito mais convincente, pautado na *Encyclopédie*.<sup>321</sup> A teoria convertida em pragmatismo passou a extrapolar o panorama das Ciências e gradativamente fornecer elementos para embasar crítica à própria escravidão como instituição legítima.

O princípio de valorizar, conhecer e explorar foi traduzido no empenho de dom Francisco de explorar a natureza como um todo na região. Além da expectativa do desenvolvimento de lavouras, a mineralogia, principalmente a exploração do ferro, foi cogitada como uma possibilidade real. A construção da Fábrica Nova Oeiras foi o exemplo dessa proposta. Desiludidos com o ouro de Preste João e a prata de

---

<sup>320</sup> Carta de 12 de outubro de 1769 para José Viera de Araújo, capitão-mor de Benguela. Escrita por Dom Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho. Documento transcrito na obra de Felner, Alfredo. Felner, Alfredo de Albuquerque. *Angola.....*, p. 170.

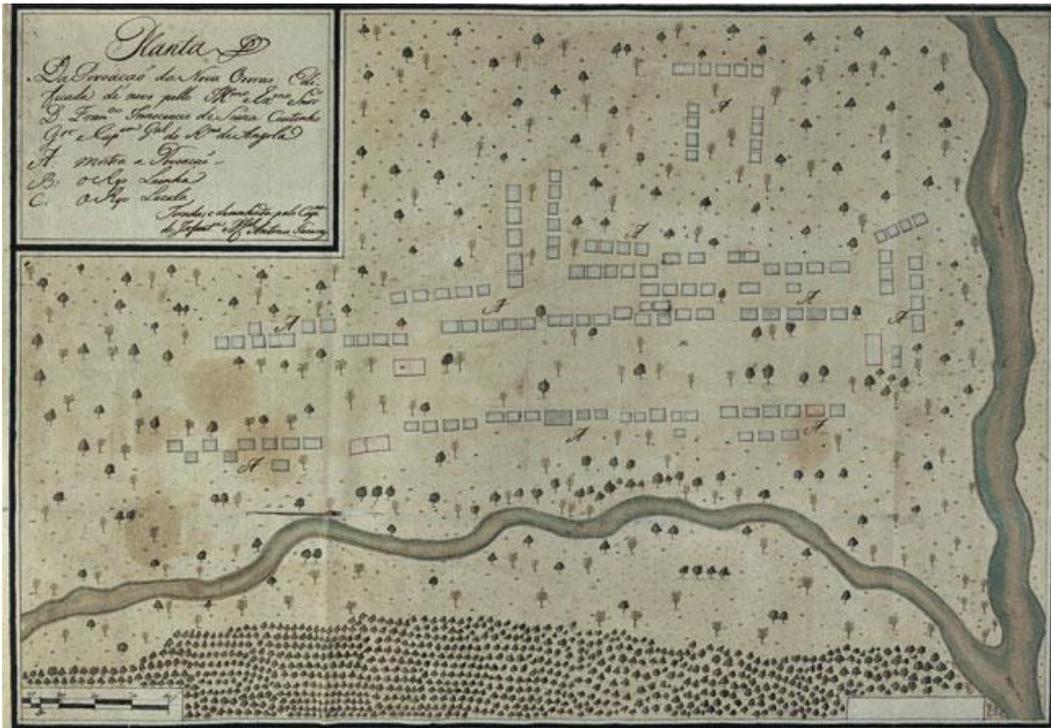
<sup>321</sup> Carta de 12 de outubro de 1769 para José Viera de Araújo, capitão-mor de Benguela. Escrita por Dom Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho. Documento transcrito na obra de Felner, Alfredo. Felner, Alfredo de Albuquerque. *Angola.....*, p. 170.

Cambambe, o ferro que ganhou destaque na Angola ilustrada. O ferro cercado de simbolismos na tradição mbundu passava a ser cobiçado como mercadoria, útil ao fomento à indústria. Para isso era útil “a experiência de alguns negros daquele Sertão com vários úteis fabricados deste metal, ainda que toscamente dava lugar a acreditarlas”.<sup>322</sup>

Real Fábrica de Ferro de Nova Oeiras

---

<sup>322</sup> Corrêa, *História de Angola...* vol 03, p. 37.



Fonte: BNL. *Mapa da Real Fábrica de Ferro de Nova Oeiras (Angola)*. 1776. Autor Manuel Antônio Tavares, capitão de infantaria do Corpo de engenheiros que foi para Angola no ano de 1764.

No planejamento de dom Francisco, o rio Lucala que banhava a região onde se localizava a fábrica deveria servir como via de escoamento do ferro ali produzido. Do Lucala ao Kwanza o ferro chegava ao litoral. Os primeiros fundidores enviados da metrópole à região de Oeiras com o objetivo de avaliar o potencial morreram antes de qualquer resultado. Os esforços continuaram em uma segunda expedição. Uma das dificuldades no empreendimento da fábrica era a ausência de profissionais especializados dispostos a se deslocar para o sertão. “O Ministro de Estado, propondo-se a mandar outros biscainhos, não achou algum que quisesse seguir as pisadas dos seus patrícios por mais vantajosos salários que lhe prometeram”.<sup>323</sup>

Na ausência de fundidores portugueses a opção foi recorrer aos conhecimentos da população local: “Fundadas e construídas as oficinas próprias dos seus oficiais

<sup>323</sup> Corrêa, *História de Angola...* vol 03, p. 39.

pretendeu Dom Francisco depositar as mesmas artes nas mãos de alguns hábeis nacionais, que na falta dos mestres pudessem secundar o seu projeto resistindo a malignidade do clima”.<sup>324</sup> Apesar de todo empenho, o sucesso da fábrica de ferro é questionável. Em 1770, a metrópole enviou uma expedição ao Congo para a exploração de metais. A expectativa estava concentrada nos potenciais minerais das montanhas de Bende. As tropas portuguesas lideradas por Antônio Ancelmo Duarte de Siqueira, encontram resistências junto às chefias do Congo, que impediram a passagem dos portugueses. A derrota portuguesa é descrita por Elias Alexandre:

“Siqueira, empenhado nos ensaios minerais a que se dirigia, em vez da prata que se propunha descobrir divisou multidão de inimigos que o cercavam. Pôs-se em ofensa, e os conteve, mais pelo temor, que os amedrontava que pelos estragos que sentiam, e aproveitando-se da inação que lhe prestava a fraqueza de tais opositores, providenciou a retirada de sorte que a pólvora não influísse nos negros inimigos a ousadia de sustar a marcha do exército, e assim recolhendo-se a salvo para Angola”<sup>325</sup>.

As metáforas de Elias Alexandre referentes à dom Francisco merecem destaque. Apesar da realidade dos sertões, o governador é descrito como um administrador exemplar:

“métodos suaves para mudar os costumes: o agrado com que acolhia os súditos: a docilidade com que compunha os pleiteantes: a liberdade com que distribuía os benefícios: a condescendência com que satisfazia os lícitos desejos dos pretendentes e a justiça

---

<sup>324</sup> Corrêa, *História de Angola...* vol 03, p. 40.

<sup>325</sup> Corrêa, *História de Angola...* vol 03, p. 43.

que espalhava sobre todas as coisas que a exigiam ainda hoje, com indelével atributos, vivem na lembrança do povo, que não cessa de honrar a sua grata memória: assim como os incultos gentios respeitam seu nome e consagram reverências as tradições, que utilizam seu feliz governo. A sucessão do governador ocorreu em 1772, quando assumiu o governo de Dom Antônio Lencastre. A despedida, finalmente o seu doce natural unido ao seu benefício e prudente caráter roubou os soluços e lágrimas e lisonjeiros habitantes de Angola na sua saudosa e sensível despedida”.<sup>326</sup>

Um dos diferenciais do perfil do governador apontados foi sua fidelidade à Coroa Portuguesa: buscou controlar a prática do “reviro”; deu Regimento aos escrivães das feiras; fez a revisão do Regimento dos capitães mores para “coibir as violências que se praticavam nos sertões pelos negociantes portugueses”.<sup>327</sup> O citado documento, Regimento dos escrivães das feiras, datado de setembro de 1764 procurou definir a jurisdição destes funcionários, representantes do poder de Luanda no interior. Considerados personagens relevantes no processo de penetração dos portugueses nos sertões, os escrivães juntamente com os capitães mores, passaram a ser alvo de um maior controle, isso porque sua função era “essencial no conjunto de funções advogadas ao escrivão da feira era a promoção do bom relacionamento com sobados e potentados vizinhos”.<sup>328</sup> Em 24 de fevereiro de 1765 foi promulgado uma versão do Regimento dos capitães mores. A reforma do regimento não foi idealizada por dom Francisco, mas foi por ele implementada: “todas as decisões sobre a política a adotar em relação aos

---

<sup>326</sup> Corrêa, *História de Angola...* vol 3, p. 44.

<sup>327</sup> Torres, *Memórias contendo a biografia do vice-almirante Luiz da Mota Feo e Torres...*, p. 262.

<sup>328</sup> Sousa, *D. Francisco...*, p. 46.

sobados e aos potentados deviam ser presentes, em primeira instância, ao governador”,<sup>329</sup> evitando dessa forma os abusos e os desmandos praticados pelos capitães mores.

Feo segue a exaltação típica dos demais autores que relatam o governo de dom Francisco. Os atos violentos eram justificados como necessário à manutenção da autoridade portuguesa no sertão, controlados e não mais arbitrários como ocorria em gestões anteriores. No texto de Elias Alexandre dom Francisco defende o avassalamento “por meios brandos, suaves e sem rigor”. A justificativa de ordenar e civilizar os sertões surge no relato sobre o presídio de Encoge, onde a proteção dos habitantes de Encoge e de Ambaca era enfatizada como o principal objetivo da obra: “e assim deixaram repousar seguros os habitantes”.<sup>330</sup>

A região dos Dembos, que já fazia parte dos chamados “domínios portugueses”, foi pauta de um novo auto de vassalagem no ano de 1771. O chefe da região, renomeado como dom Manoel Affonso da Silva, representado por seus embaixadores dom Francisco Cazumbu e dom Pedro Manibundagunega, ratificou o reconhecimento ao governo português através do documento intitulado “Acto de sujeição de vassalagem que promete Dom Manoel Affonso da Silva por mão dos seus embaixadores...”.<sup>331</sup> No termos ficam claros os interesses portugueses:

(o soberano do Dembo) “promete uma inteira obediência e vassalagem fiel a Sua Majestade cumprindo para este efeito todas as suas ordens que lhe forem por escrito, e da palavra dos Excelentíssimos governadores deste Reino e do Capitão Mor de Encoje, assistindo assim na guerra,

---

<sup>329</sup> Sousa, *D. Francisco....*, p. 57.

<sup>330</sup> Torres, *Memórias contendo a biografia do vice-almirante Luiz da Mota Feo e Torres....*, p. 262.

<sup>331</sup> “Acto de sujeição de vassalagem que promete Dom Manoel Affonso da Silva por mão dos seus embaixadores”. In: *Arquivos de Angola*, vol. III, novembro de 1937, p. 29.

como na paz, com todas as gentes para tudo o que lhe for mandado, em cuja demonstração irá logo pessoalmente ao dito presídio de Encoje jurar a sua obediência, e vassalagem nas mãos do capitão mor”.<sup>332</sup>

No mesmo auto também aparece a proposta de evangelização, como uma das obrigações firmadas entre as partes:

“que ele e todos, os seus povos servirão completamente a missão que está nas suas terras, respeitando, e obedecendo os missionários do mesmo hospício, e todos os que pelas suas terras passarem, em tudo o que pertencer as funções do seu Sagrado Magistério, como devem, e são obrigados, fornecendo-lhe carregadores gratuitos, e tudo o que for necessário para a sua assistência”<sup>333</sup>.

O missionarismo e o batismo acompanhavam o direito da cobrança de dízimos, também citada em uma das cláusulas do auto. Outros pontos do termo firmado repetem os demais, o que prova que existia um padrão nesses acordos impostos que manteve o modelo usado nos séculos XVII e XVIII como a obrigação de cumprir os acordos comerciais e impedir o comércio não-português em suas terras:

“que não farão guerra a pessoa alguma sem licença expressa do Excelentíssimo governador deste Estado [...] que de nenhuma forma, em nenhum tempo, e por nenhum caso farão comércio com os povos do norte, que comerciam com os estrangeiros em Loango, Cabinda em Molembo; e nem deixarão passar fazendas, ou escravos serão presos, e remetidos via reta ao capitão mor de

---

<sup>332</sup> “Acto de sujeição de vassalagem que promete Dom Manoel Affonso da Silva por mão dos seus embaixadores”. In: Arquivos de Angola, vol. III, novembro de 1937, p. 29.

<sup>333</sup> “Acto de sujeição de vassalagem que promete Dom Manoel Affonso da Silva por mão dos seus embaixadores”. In: Arquivos de Angola, vol. III, novembro de 1937, p. 29.

Encoje para proceder na forma das ordens de Sua Majestade, e assim mesmo todas as fazendas, e escravos que passarem [...] que assim nas suas feiras chamadas sonas, como em qualquer outro lugar de seus Estados, não poderá ele Dembo consentir a nenhum dos ditos povos comerciantes, nem também poderá impor tributo de qualidade alguma aos povos vassallos de Sua Majestade, sejam negociantes, sejam pumbeiros seus, ou escravos dos mesmos comerciantes, e pumbeiros, porque estes tributos só se entenderam com aqueles povos que não sendo vassallos do mesmo senhor vivem debaixo de outras leis e costumes”.<sup>334</sup>

O auto de vassalagem termina com a ratificação formal do compromisso:

“Na forma destes sete artigos se obrigarão eles ditos embaixadores do Dembo Dom Manoel Affonso da Silva, a cumprir, a guardar, e a que no preciso espaço de dois meses irá pessoalmente o dito Dembo presenteá-lo ao capitão mor de Encoje ratificando por si, e pelos seus macotas, pena de que não fazendo assim, não será reconhecido por Dembo, e será tratado como rebelde. Em firmeza do que se extraiu um exemplar dos livros da Secretaria que fica em Lansado, o qual vai selado com o selo das grandes Armas de S. Excelentíssima, e assinado pelos ditos embaixadores na presença do Secretário de Estado do Governo deste Reino Antônio Lobo da Costa Gama, e do capitão Tendala Nicolau de Nazaré, o qual explicou em língua do país tudo o que contém os ditos sete artigos”.<sup>335</sup>

---

<sup>334</sup> Acto de sujeição de vassalagem que promete Dom Manoel Affonso da Silva por mão dos seus embaixadores”. In: Arquivos de Angola, vol. III, novembro de 1937, p. 29.

<sup>335</sup> Acto de sujeição de vassalagem que promete Dom Manoel Affonso da Silva por mão dos seus embaixadores”. In: Arquivos de Angola, vol. III, novembro de 1937, p. 29.

A fonte mostra a importância dos macotas, secretários dos sobas e dos dembos, que o representavam e exerciam autoridade sobre a população de seus domínios e junto aos funcionários da metrópole. O documento também cita o tendala (ou tandala), como autoridade militar e também a função de intérprete. A tradução das cláusulas, assim como a sua concordância são interpretados em nossa pesquisa como produto de imposições bélicas e não como acordos consensuais. Seguindo a mesma linha de análise consideramos o processo de evangelização como uma ferramenta política, tanto que o auto também é assinado por um frei, Miguel Francisco de Meneses, revestida de interesses econômicos, traduzidos na cobrança de dízimos.

Durante o governo de Dom Francisco os exércitos portugueses derrotaram a resistência local da região do potentado Holo Marimba Goge, o que indica que a situação dos portugueses nos sertões não estava tranquila, e sim turbulenta em vista a quantidade de incursões aos potentados, sobados e dembos. Esse avassalamento envolvia o controle português sobre as terras da rainha Ginga, como ainda eram chamados os territórios que estiveram sob domínio da poderosa líder guerreira do século XVII. Entre as cláusulas desse avassalamento estava citada a proteção aos soberanos de Ginga:

“que enquanto a rainha Ginga cumprir de boa fé a livre e segura passagem pelas suas terras, de todos os negociantes e pumbeiros, não poderá ele dito potentado fazer-lhe guerra, nem ainda debaixo do pretexto de sobrinho da mesma rainha, que se acha nas terras dele potentado; porém que se ela embaraçar o comércio, ou vedar os caminhos e negar os carregadores, poderão eles livremente fazer-lhe a guerra, até conseguir que o caminho esteja

franco e seguro para a devida execução das ordens deste governo, na forma que ambos tem ajustado”.<sup>336</sup>

Os autos de vassalagem interferiam também nas relações entre as autoridades africanas, situando a guerra como a solução para qualquer desavença tanto entre os mbundu, quanto entre os mbundu e portugueses. A quebra de qualquer uma das cláusulas justificaria o ataque bélico, o que possibilitou a manipulação da situação por lideranças africanas, que também se beneficiando do comércio e da abertura e passagem de pumbeiros autorizados pelo governo português em seus domínios, usavam a vassalagem para se proteger e enfrentar demais sobados ou potentados rivais.

Outro ponto abordado era o controle exercido pelos sobas sobre o comércio em seus domínios: “que o dito potentado Marimba Goge não permitirá que nenhuma outra nação, pelos mobires,<sup>337</sup> ou outros povos, faça comércio ou resgate de escravos nas suas terras, e que passando alguns pumbeiros com fazendas, para este fim os entregará presos ao escrivão para proceder na forma que lhe será ordenado”.<sup>338</sup>

O já citado papel dos escrivães merece especial atenção. Tinham entre outras funções a responsabilidade de manter o controle sobre as feiras: “com todos os mais negociantes, fazendo-os juntar todos no mesmo lugar para que não possam fazer nem o comércio, nem desordens estando dispersos, e que ajustará com o mesmo escrivão preços certos e inalteráveis por que ajam de vender-lhe os escravos e o cobre, os quais

---

<sup>336</sup> *Annaes do Conselho Ultramarino*. Parte não oficial, 1836.

<sup>337</sup> Mobires é um termo genérico usado para os mercadores de longa distância sediados na Costa do Loango. O povo do Loango é denominado vili, de onde vem o termo mobire. Sobre os vili do Loango e seu comércio ver Martin, Phyllis. *The External Trade of the Loango Coast, 1576-1870. The effect of Changing Commercial Relations on the Vili Kingdom of Loango*. Oxford. The Clarendon Press. 1972.

<sup>338</sup> *Annaes do Conselho Ultramarino*. Parte não oficial, 1836, pp. 524-525.

nunca poderão alterar”.<sup>339</sup> A figura do escrivão surge como um funcionário encarregado de estabelecer e normatizar preços, com funções voltadas para atividades comerciais, com poderes legítimos que não poderiam ser contestados:

“que ele dito potentado e seus filhos não poderão nunca embarçar-lhe as leis e ordens porque o escrivão, e os mais negociante se hão de governar no dito lugar separado da feira, nem apreender-lhe por nenhum caso, nem por nenhum crime debaixo dos pretextos dos seus Quituxes, as fazendas do seu comércio, porém, que no caso de cometerem dos ditos brancos algum delito contrário as suas leis, e à boa fé e verdade do negócio, requererão ao escrivão para que imediatamente o castigue, e sendo caso maior, o remeterão preso a esta capital para ser castigado como merecer, ficando então depositadas as fazendas em mãos seguras, ´por ordem do escrivão, até serem entregues a quem pertencer”.<sup>340</sup>

O trecho do auto mostra que o escrivão também exercia funções associadas à manutenção da justiça e da ordem. Cita a proibição dos quituxes, e sua violação como motivo para apreensão de mercadorias. A autoridade do escrivão é consagrada nos termos dos autos:

“que sucedendo proceder mal o mesmo escrivão dará logo parte para ser expulso e castigado como merecer. E de como assim se obrigaram ao conteúdo em todos os sete capítulos deste acto de obediência e vassalagem, se assinaram os ditos embaixadores em nome do referido potentado Holo Marimba Goge pelos poderes que para isso tem, depois de o haver feito o Ilustríssimo e

---

<sup>339</sup> *Annaes do Conselho Ultramarino*. Parte não oficial, 1836, pp. 524-525.

<sup>340</sup> *Annaes do Conselho Ultramarino*. Parte não oficial, 1836, pp. 524-525.

Excelentíssimo Governador e Capitão General destes reinos; os quais embaixadores se obrigaram a apresentar no tempo de seis meses, ratificado e assinado pelo dito seu potentado este mesmo acto, de que lhe entregará uma cópia autêntica assinada e selada com o selo das Grandes Armas de que usa o mesmo senhor. São Paulo de Assunção a 8 de julho de 1765. Antônio de Campos Rego, secretário de estado deste reino, o subscrevi. Dom Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho. Sinal de Dom Thomás X Planga-a-Temo. Sinal de Holo X Riaquibalacace. Sinal de X Quienda. Sinal + do potentado Marimba Goge Quimena Binga, senhor d'esta província. Sinal + de Marimba Hollo, segunda pessoa do potentado. E eu que fiz sinais a rogo deles, por não saberem ler nem escrever”.<sup>341</sup>

O uso de sinais derivava do desconhecimento da língua portuguesa, e representava uma concordância em relação aquilo que havia sido traduzido e falado aos chefes locais pelo tandala. Essa etapa de tradução possibilita a distorção dos termos, e possíveis mal entendido.

Nossa abordagem diverge dessas pesquisas anteriores por buscar analisar o tratamento dado por d. Francisco aos sobas no que se refere ao controle político dos reinos e autoridades africanas. Mesmo diante das transformações provocadas pela presença de uma nova orientação política, o governo de dom Francisco continuou impondo sua autoridade aos sobas através dos autos de vassalagem.

Uma das principais preocupações da Coroa portuguesa em relação a Angola era a necessidade de se afirmar a segurança do comércio, impedindo a presença de estrangeiros clandestinos em suas transações. Esse ponto fica exposto na documentação

---

<sup>341</sup> *Annaes do Conselho Ultramarino*. Parte não oficial, 1836, pp. 524-525.

consultado do Arquivo Histórico Nacional de Angola, onde a presença de estrangeiros é citada com frequência como uma ameaça à conquista do que chamamos em nosso trabalho de Angola Portuguesa. A intenção de controle esteve presente durante todo o governo de dom Francisco, fato que fica claro a partir da análise do volume de correspondência expedida aos funcionários da Corte, em especial ao secretário do Conselho Ultramarino Francisco Xavier de Mendonça Furtado.<sup>342</sup>

Mais uma evidência das tentativas de controle de Dom Francisco foram as medidas tomadas em relação aos abusos cometidos pelos capitães-mores. Ele já havia conseguido junto à Coroa o direito de nomear os ditos funcionários, atribuição até então dos reis portugueses.<sup>343</sup> Além disso, foi o autor de um Regimento que reduzia a autonomia dos funcionários que lidavam diretamente com os sobas e que muitas vezes conduziam os avassalamentos à sua vontade, agindo como porta-vozes do poder real.

Entre as ambições de dom Francisco estava o grande projeto de traçar um caminho terrestre entre as possessões portuguesa na África Ocidental e as colônias orientais africanas. Ambição antiga dos portugueses de ligas as costas, mas que com o passar do tempo e com a redefinição das principais metas da colonização foi tendo o seu sentido original transformado. Inicialmente o foco era a comunicação com a Índia, visto o valor das famosas e cobiçadas especiarias entre os séculos XVI e XVII, já no século XVIII com a desvalorização destes produtos o desejo era o de abrir caminhos terrestres entre os domínios portugueses no Oriente e garantir uma hegemonia na região intermediária entre suas conquistas, o que na prática significava a expulsão ou submissão de grupos de africanos opositores a presença dos portugueses e a

---

<sup>342</sup> IEB. Coleção Lamego. Códices AL-082 e AL-083. Os códices são integralmente compostos por correspondências escritas por Dom Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, durante sua gestão em Angola, sobre assuntos diversos relacionados à sua administração.

<sup>343</sup> Corrêa, *História da Angola*, vol 03, p. 34.

possibilidade de deslocamento de escravos com maior facilidade. Em síntese o objetivo desse projeto era conciliar o desenvolvimento de novas redes comerciais, com o fomento de uma agricultura local, e de incentivos ao povoamento do interior, conjugado com o deslocamento de escravos para o mercado atlântico. Esse ousado projeto de uma interiorização da África pretendia não só acelerar as etapas que garantiam o fornecimento dos escravos para o mercado atlântico, como também mudar a linha política do governo de Angola.

Dom Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho ousava comparar os potenciais agrícolas de Angola e de Benguela com o de outras regiões do Império ultramarino português. Defendia o cultivo de vários gêneros agrícolas, entre eles o milho:

“Dom Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, que dedicou à expansão de nossa influência para o sul de Benguela os maiores cuidados e esforços, pois já no seu tempo os sertões de Benguela e Huíla eram conhecidos dos negociantes, e pediu para a metrópole que lhe enviassem muitos casais europeus e sobretudo mulheres para colonizarem os territórios do sul, a respeito dos quais informava: quase todas as províncias são tão sadias como as da Europa”.<sup>344</sup>

Essa preocupação com o fomento descrita e comentada como uma das metas do Reformismo Luso evidencia mais um dos princípios ilustrados presentes no texto de dom Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho que transparece na repetição de termos na associação as “Luzes” e a “superação de obstáculos”.<sup>345</sup> Segundo o secretário e ministro

---

<sup>344</sup> Felner, Alfredo de Albuquerque. *Angola...*, p. 6.

<sup>345</sup> Segundo Fernando Novais: “Na medida em que o “atraso” era visto em relação à Europa de além-Pirineus, é claro que se entendia que para explicá-lo, impunha-se a mobilização de uma nova filosofia dos países adiantados – daí o caráter de importação das ideias, de atualização; e por outro lado, as reformas eram vistas não apenas como a promoção das Luzes, mas também como uma maneira de superar o atraso, tirar diferenças...” Novais, Fernando Antônio. “O

de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos dom Rodrigo de Sousa Coutinho “se espera que empregando todas as suas Luzes sacrifique todas as suas forças para o bem dos povos”.<sup>346</sup> As Luzes surgem como um conjunto de ferramentas instrumentais que úteis para remover o que o historiador J. Silva Dias definiu como “obstáculo epistemológico português”.<sup>347</sup> Partindo da comparação entre a realidade portuguesa e a de outros países europeus, a importação de ideias passou a ser um ponto a ser questionado pelos reformadores portugueses.<sup>348</sup> Vale ressaltar que a aplicação e o pragmatismo destas reformas variavam de acordo com a realidade de cada uma dos domínios portugueses, mas intuito que norteava e unificava nas ações e nos discursos dos diferentes burocratas encarregados da administração era a manutenção dos dispositivos de domínio entre a Coroa e suas possessões, e o aumento da lucratividade via exploração de seus potenciais econômicos específicos.

Dom Francisco também cita a felicidade como uma virtude, e como um bem coletivo acessível a todos os povos. Ele via no avassalamento dos sobas não um indício

---

Reformismo Ilustrado Luso-Brasileiro: alguns aspectos”. *Revista Brasileira de História*, nº7. SP: Edusp, 1984, p. 106.

<sup>346</sup> Instrução porque se há de governar o capitão mor de Caconda João Baptista da Silva e da qual não se afastará nenhum ponto. Luanda 15 de dezembro de 1769. Transcrito na íntegra por Alfredo Felner. Felner, Alfredo de Albuquerque. *Angola...*, p. 258.

<sup>347</sup> De acordo com o historiador “Não se verificou no nosso país, [...] a mutação de inteligência ocorrida na Europa do século XVII, sob o impacto da Revolução Científica. E não tendo verificado essa mutação no ou do intelecto, os novos conhecimentos não se tornaram activamente ensináveis nem passivamente ensináveis”. Dias, J. Silva. “Cultura e Obstáculo Epistemológico do Renascimento ao Iluminismo em Portugal”. In: *A abertura do mundo. Estudo da História dos Descobrimentos em homenagem a Luis Albuquerque*. Lisboa: Ed. Presença, vol. 01, 1986, p. 48.

<sup>348</sup> Segundo Fernando Novais: “Na medida em que o “atraso” era visto em relação à Europa de além-Pirineus, é claro que se entendia que, para explica-lo impunha-se a mobilização de uma nova filosofia, dos países adiantados – daí o carácter de importação das ideias, de atualização; e por outro lado, as reformas eram vistas não apenas como a “promoção das Luzes”, mas também como uma maneira de superar o atraso, tirar a diferença, e portanto mais urgentes, donde a precocidade com que são atacadas”. Novais, “O Reformismo Ilustrado Luso-Brasileiro:...” , p. 106.

de violência mas o acesso à fé cristã e à proteção contra outros sobas.<sup>349</sup> Ainda segundo dom Francisco, deveriam ser abolidas as guerras e promovida a convivência entre todos os habitantes da colônia: “ânimo à indústria e o comércio útil para conciliar as diferenças entre brancos e pretos”, “abolir as guerras injustas, povoar as terras através do casamento e não da dissolução pública dos costumes”.<sup>350</sup> Os conteúdos dos autos de vassalagem propõem literalmente o abandono de práticas culturais típicas mbundus, frente ao discurso de civilização português conjugado e ratificado pelo missionarismo católico, mesmo em um contexto pombalino onde convergiam intenções de secularizar determinadas práticas de governo. Isso evidencia um caráter seletivo típico do Reformismo Luso, eleger determinados aspectos úteis para a condução de sua política ultramarina e desprezar ideais e pressupostos que contrariavam seu pragmatismo político em suas possessões ultramarinas.

Essa relação pode ser vista no documento intitulado “Acto de sujeição, obediência e vassalagem que faz a sua Majestade Fidelíssima Dom Calluete Rei Ginga de Dongo e Matamba nas mãos do Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Dom Francisco Inocência de Sousa Coutinho, governador e capitão general destes reinos e suas conquistas, pelos seus embaixadores Quimbamba Quiangonga e Matumbi Aquilunga”.<sup>351</sup> O termo de avassalamento do soberano dos domínios que um dia foram

---

<sup>349</sup> Neste ponto utilizamos o conceito de dádiva trabalhado por Marcel Mauss, onde explicita que mesmo em situações onde o poder e a força são desiguais o dominador utiliza argumentos para convencer o dominado das vantagens de se submeter às suas determinações. Os autos de avassalamento exemplificam esse discurso que conjugava civilização com proteção, vistos aqui na ótica portuguesa como dádivas oferecidas aos mbundus. Mauss. *Ensaio de sociologia...*

<sup>350</sup> “Instrução porque se há de governar o capitão mor de Caconda João Baptista da Silva e da qual não se afastará um só ponto”. In: Felner, *Angola...*, p. 258.

<sup>351</sup> “Acto de sujeição, obediência e vassalagem que faz a sua majestade fidelíssima Dom Callute rei de Ginga e do Dongo e Matamba nas mãos do Ilustríssimo e Excelentíssimo senhor Dom Francisco Inocência de Sousa Coutinho, governador e capitão general destes reinos e suas conquistas pelos seus embaixadores Quimbamba quiangonga e Matumbi aquilunga. 25 de

governados pela famosa rainha Nzinga, indica o mecanismo de sucessão que vigorava entre os sobas. Sendo o poder hereditário, após a morte do chefe o conselho de macotas elegia o novo soberano do sobado. No caso da morte de Dona Anna Guterres os macotas foram unânimes na escolha de seu sobrinho como novo soba. O auto ratifica a os avassalamentos anteriores, já que a cada sucessão se renovavam os votos de fidelidade junto à Coroa Portuguesa:

“Havendo sucedido no reino de Ginga do Dongo e Matamba, Dom Callute Cambande, por morte de sua tia Dona Anna Guterres e por unânime eleição de seus macotas dos povos de seu Estado, reconhece por seu legítimo soberano verdadeiro e natural Senhor de agora e para todo sempre ao Muito Alto e Poderoso Senhor Rei de Portugal, e dos Algarves Dom José o 1º Nosso Senhor, e a todos os seus reais sucessores; para cujo efeito presta obediência vassalagem e sujeição nas mãos do Ilustríssimo Excelentíssimo Dom Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, prometendo cumprir e executar todas as ordens, que por este governo lhe forem expedidas, sem dúvida, embaraço ou réplica”.<sup>352</sup>

O conteúdo do auto exige do soba fidelidade cristã quando aceita

“admitir nos seus estados a religião cristã dando para este efeito todo o auxílio, e favor que lhe pedirem os missionários, ou seja transitando pelas suas terras, ou fundando hospícios e igrejas, porque para tudo o

---

fevereiro de 1768”. *Arquivos de Angola*, vol. I, nº 2. Lunda: Publicação Oficial. Editada pela Repartição Central de Estatística Geral dezembro de 1933.

<sup>352</sup> “Acto de sujeição, obediência e vassalagem que faz a sua majestade fidelíssima Dom Callute rei de Ginga...”. *Arquivos de Angola*, vol. I, nº 2. Lunda: Publicação Oficial. Editada pela Repartição Central de Estatística Geral dezembro de 1933.

necessário bem da cristandade promete concorrer com todo seu poder, e com todas suas forças”.<sup>353</sup>

O mesmo soba se compromete a abrir os caminhos aos negociantes e pumbeiros portugueses e as facilidade para o estabelecimento das feiras, e ainda solicita que seja nomeado um escrivão “o qual promova a execução das ordens de sua majestade, e facilite os prontos despachos dos negociantes e pumbeiros”.<sup>354</sup> Uma das cláusulas do mesmo documento:

“o dito Ilustríssimo governador e capitão general Dom Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho declarou no mesmo ato, que só cumprindo o referido Dom Callute Cambande as sobreditas condições o reconhece sucessor de sua tia, no mesmo reino de Dongo e Matamba, e que faltando a alguma delas o haverá como rebelde e o castigará severamente”.<sup>355</sup>

O trecho mostra a sobreposição das autoridades, mbundu e portuguesa, junto aos sobados. Ao mesmo tempo em que o governador, representante do poder metropolitano reconhecia o novo sucessor, preservando o prestígio da citada rainha Nzinga, e ameaça com castigos em caso de contrariedade às cláusulas do auto. Finalizando o auto, como de costume, segue o termo onde se endossam as obrigações por parte dos embaixadores de cumprirem as cláusulas:

---

<sup>353</sup> “Acto de sujeição, obediência e vassalagem que faz a sua majestade fidelíssima Dom Callute rei de Ginga...”. *Arquivos de Angola*, vol. I, nº 2. Lunda: Publicação Oficial. Editada pela Repartição Central de Estatística Geral dezembro de 1933.

<sup>354</sup> “Acto de sujeição, obediência e vassalagem que faz a sua majestade fidelíssima Dom Callute rei de Ginga...”. *Arquivos de Angola*, vol. I, nº 2. Lunda: Publicação Oficial. Editada pela Repartição Central de Estatística Geral dezembro de 1933.

<sup>355</sup> “Acto de sujeição, obediência e vassalagem que faz a sua majestade fidelíssima Dom Callute rei de Ginga...”. *Arquivos de Angola*, vol. I, nº 2. Lunda: Publicação Oficial. Editada pela Repartição Central de Estatística Geral dezembro de 1933.

“os ditos embaixadores Quimbanda quiangonga, e Matumbi aquilunga a cumprir os sobreditos seus artigos e a entregar uma cópia deles ratificada no termo de cinco meses ao capitão mor de Ambaca, a qual se lhe entrega assinada pelos mesmos depois da original que fica nos livros da Secretaria, sendo-lhe lida e explicada pelo capitão tenente Nicolau de Nazaré que eles muito bem entenderam, a qual vai assinada pelos mesmos embaixadores, e selado com o sinete grande das armas do Ilustríssimo e Excelentíssimo Dom Francisco Inocência de Sousa Coutinho”.<sup>356</sup>

Neste auto também é descrita a tradução dos termos para o quimbundu, e é enfatizada a compreensão por parte dos macotas de todas as obrigações que passavam a assumir a partir do momento que reconheciam a vassalagem portuguesa.<sup>357</sup> Consideramos que essa prática era compreendida de forma distinta por portugueses e por africanos, e que representou pragmaticamente um mecanismo de entrada dos portugueses nos sertões. Em vários relatórios essas regiões foram descritas como locais problemáticos para a execução das ordens régias. A relação com os vários grupos de poder local nem sempre foi pacífica, e muitas vezes os portugueses encontraram dificuldades para efetivar seus projetos e para disciplinar o comércio na região.<sup>358</sup>

---

<sup>356</sup> “Acto de sujeição, obediência e vassalagem que faz a sua majestade fidelíssima Dom Callute rei de Ginga...”. *Arquivos de Angola*, vol. I, nº 2. Lunda: Publicação Oficial. Editada pela Repartição Central de Estatística Geral dezembro de 1933.

<sup>357</sup> Os embaixadores – macotas, mbundus, tem suas assinaturas representadas por sinais nos autos de vassalagem consultados em nossa pesquisa. O sinal encontrado é uma cruz que acompanha o nome por extenso dos políticos mbundus. No auto citado segue descrito “Sinal do embaixador + Quimbamba quiangonga” “Sinal do Embaixador + Matumbi aquilunga”. Abaixo da assinatura do escrivão responsável pela redação do auto.

<sup>358</sup> Segundo Manolo Florentino, a Coroa portuguesa, por várias vezes, criticou o uso excessivo de violência por parte dos governadores portugueses encarregados de administrar Angola, baseada na convicção de que “seria impossível a Portugal manter uma oferta crescente sem a cooperação de parceiros nativos”. Manolo Florentino. *Em costas negras. Uma História do*

Durante o governo de dom Francisco Inocência de Sousa Coutinho o relacionamento dos agentes da Coroa com os sobas pode ser analisado através das correspondências produzidas pelo governador para diferentes autoridades metropolitanas e para os próprios militares portugueses que formavam o efetivo em Angola. Em 12 de outubro de 1769 o governador escreveu a José Vieira d'Araújo, capitão mor de Benguela. O tema era o soba de Bailundo<sup>359</sup> e sua resistência aos interesses portugueses:

“Quanto ao soba do Bailundo... Sobre todas as razões há outras, pelas quais a sã política faz intempestiva, e ridícula a guerra na conjuntura em que faço aquietar, e firmar esses povos, chama-los novamente para uma guerra, de que para sempre os procuro separar. Depois disto fica claro, era arruinar a obra pelos mesmos princípios, que discernimento rebuscava-mos para sua segurança” [...] O castigo de um soba ainda que atrevido e poderoso é uma bagatela, que com tempo, e lugar satisfaz, e que pode bem ser, que o mesmo faça desnecessária primeiro porque povoações pondo em regularidade os brancos, fará mais moderados, e menos temíveis os negros: depois porque sendo ele um velho animado dos roubos que tem feito, é bem natural que na sua morte, ou na velhice, cada um tire o que lhe pertence.<sup>360</sup>

O texto deixa claro que a intenção de pacificar os sertões, evitando as guerras contra os sobas, era povoar os sertões com brancos, plano que não foi bem sucedido. A

---

*tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. RJ: Arquivo Nacional, 1993, p. 101.

<sup>359</sup> Adotamos essa grafia pois é a forma como aparece nas fontes portuguesas.

<sup>360</sup> “Carta de 12/10/1769 de Dom Francisco Inocência de Sousa Coutinho para o capitão mor de Benguela José Vieira d'Araújo. Transcrito na íntegra na obra de Alfredo Felner. Felner, Alfredo de Albuquerque”. In *Angola. Apontamentos sobre a colonização dos planaltos e litoral do sul de Angola*.

violência era reavaliada, mas não descartada já que os avassalamentos persistem neste período e a submissão dos sobas ainda era obtida após derrotas militares. O discurso ilustrado difundido nos textos de dom Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho deve ser comparado a outras evidências que marcam a persistência das guerras nos sertões do antigo Ndongo e de Benguela, como o caso do citado soba Bailundo e os “rebeldes” de Quissama que controlavam importantes rotas comerciais. Ainda nas palavras de Dom Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho:

“Finalmente não quero que esses povos sejam guerreiros e conquistadores, quero afastar-lhos todo este espírito do seu coração, substituindo-lhe com o da agricultura e da indústria, quando se julgar necessária se mandará fazer por tropas e por empacaceiros”.<sup>361</sup>

Os portugueses se beneficiaram das rixas e rivalidades pré-existentes entre determinados sobas, além de outras que foram fomentadas pela obrigatoriedade de enviar soldados para batalhas que favoreciam os interesses metropolitanos. Um exemplo dessa situação envolveu o soba Albano que lutou contra o soba de Bailundo sob a liderança do soba Mantende, soberano da região do Ambo. Albano era um inimigo declarado do soba Bailundo (que representava um obstáculo para os projetos de colonização de Benguela). Elias Alexandres descreve Albano como “um valente soba, único que arrostava a ousadia de Bailundo”.<sup>362</sup> As várias inimizades do soba Bailundo favoreceram a sua derrota e na sequência seu avassalamento. Um fonte anônima descreve as cláusulas impostas ao soba:

---

<sup>361</sup> “Carta de 12/10/1769 de Dom Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho para o capitão mor de Benguela José Vieira d’Araújo. Transcrito na íntegra na obra de Alfredo Felner. Felner, Alfredo de Albuquerque”. In *Angola. Apontamentos sobre a colonização dos planaltos e litoral do sul de Angola*.

<sup>362</sup> Corrêa, *História de Angola*, vol 03, p. 62.

“Que deixareis assentar nas suas terras as povoações que se julgarem convenientes ao comércio e a agricultura, em lugares férteis, sadios e separados de vossos filhos, capacitando-vos de que esta e as mais povoações são feitas em vosso favor e dos mais sovas, para evitar que brancos dispersos e vagabundos os vexem, oprimam ou roubem, para fazer que o comércio se pratique de boa fé com verdade e com medidas certas, que se acrescentem novos ramos ao comércio, à indústria e agricultura, para facilitar os meios de haver, em qualquer terra um juiz competente com autoridade de reprimir os vícios, castigar os roubos e preservar os pretos de qualquer injúria dos brancos”.<sup>363</sup>

O termo de avassalamento do soba Bailundo é marcado por itens considerados relevantes na política de dom Francisco, e conseqüentemente das reformas ilustradas: o fomento agrícola e o incentivo a uma idealizada industrialização. Também apresenta uma justificativa elaborada pelo governador e seus funcionários para fixar ordens nos sobados, e uma tentativa de sedentarizar a população que vivia nesses domínios, com o intuito claro de controlar as rotas comerciais. As palavras “ordem” e proteção são empregadas no termo como vantagens para os sobas e para a população que vivia sob a autoridade de Bailundo, também como tentativa de convencer os sobas a fixarem fronteiras e manter seus domicílios nessas áreas definidas. Manobra essa que facilitaria o trânsito dos pumbeiros que agiam de acordo com os interesses da Coroa. Porém essa noção era contrária à própria cultura mbundu, onde não havia relação entre poder e domínio de um território. Em um de seus relatos o governador comenta a tentativa do soba de Bailundo de retomar a liberdade de seu grupo. Segundo o ilustrado governador de Angola a violência foi usada de acordo com a necessidade para evitar a desordem e a

---

<sup>363</sup> BNL. Códice 8473, fl. 40 v.

desobediência à vontade real “para dar paz destes povos, para lhe radicar os princípios da religião, de humanidade e de boa ordem, que lhes são tão necessários, e para reduzir a inteira segurança e privação de contrabandos o porto, e cidade, e as províncias dependentes”.<sup>364</sup>

O trabalho surge como um valor e como uma alternativa pedagógica para reeduca, e transformar o comportamento dos sobas. Tal teoria contrariava dois séculos de intervenções bélicas e de avassalamentos impostos pelas armas. Outro obstáculo era o otimismo do governador sobre o potencial agrícola e industrial. O tom grandiloquente do governador sobre o potencial econômico de Angola não pode ser entendido como sua capacidade efetiva de promover o engrandecimento de Angola. Suas ideias ambiciosas visam situar Angola como uma possessão importante. A habilidade percebida nos discursos de d. Francisco tem intenções que extrapolam a pretensão de modernizar Angola e que tangencia os laços que atrelavam Portugal a suas possessões.

As principais linhas da colonização inspirada pelas Luzes seriam o fomento econômico e uma “civilidade” dos povos que não eliminavam de seus procedimentos a escravidão dos povos africanos. Outro obstáculo encontrado pelos colonizadores portugueses foi a necessidade de viabilizar estratégias adequadas para cada centro político da região. Essas estratégias deveriam ser pensadas de forma singular, considerando a especificidade tanto geográfica quanto política de cada um dos sobados. Na Instrução porque se há de governar o capitão mor de Caconda João Baptista da Silva e da qual não se afastará um só ponto, escrita por Dom Francisco em Luanda na data de 15 de dezembro de 1769,<sup>365</sup> podemos identificar a resistência dos militares encarregados

---

<sup>364</sup> Dom Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho. *Instruções para o governador de Benguela*. In: *Textos para a História da África Austral (século XVIII)*. Lisboa: Publicações Alfa, 1989, p. 38.

<sup>365</sup> “Instrução porque se há de governar o capitão mor de Caconda João Baptista da Silva e da qual não se afastará um só ponto”. In: Felner, *Angola...*, p. 258.

de disciplinar os sertões em seguir os comandos de ações ditados pelos administradores portugueses. A Instrução deixa clara a preocupação com a ordem e com a disciplina, ferramentas e práticas que durante a segunda metade do século XVIII se somaram ao texto dos avassalamentos. Os avassalamentos deveriam ser complementados por uma disciplina, o que remete à discussão sobre o estabelecimento de uma violência legítima que garanta a autoridade portuguesa nos sertões.

Na Instrução o governador se mostra ainda preocupado com “vagabundos”, “réus de justiça” e “desertores das tropas”, que segundo ele eram motivados pelo “espírito do roubo e da violência”. A ameaça estava além dos sobas, era necessário disciplinar e ordenar também os portugueses e aqueles que estavam a seu serviço e que, desviados das instruções, negociavam e agiam à margem do controle das instituições da Coroa. O que também amedrontava os burocratas portugueses era a possibilidade desses mesmos funcionários se identificarem com uma nova forma de vida, que pode ser definida como nativa, e abandonar o que eles consideravam dentro de uma perspectiva europeia de civilização. Era o perigo de que portugueses enviados aos sertões pudessem se “barbarizar”, vindo a se tornar outro obstáculo aos projetos políticos da metrópole. O governador investiu no controle da região de Caconda, defendendo o projeto da reedificação de uma antiga fortaleza e da construção de um novo presídio. Criticando os governos anteriores, dom Francisco narra em sua correspondência que a população do local vivia em habitações de “paus a pique, já três vezes mudado e reduzido pela sua infeliz situação à um só morador paisano” e aconselhava que se “escolhesse nas terras vizinhas, sadias, férteis um melhor terreno, em que vivessem os soldados, pudessem casar e adiantar a população”.<sup>366</sup> Incentivando o povoamento da região de Caconda o

---

<sup>366</sup> Carta de Dom Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho para Francisco Xavier de Mendonça Furtado, de 24 de novembro de 1768. Transcrita na obra de Felner, Alfredo. *Angola...*

governador acreditava estar aproximando Angola e Benguela e ampliando os domínios portugueses. Combinado ao povoamento de toda essa extensão, ratificava sua crença na imigração branca para promover o desenvolvimento agrícola, diretriz que regia as intenções portuguesas.

Em outra carta, o governador volta a afirmar a utilidade do povoamento dos sertões de Caconda e de Benguela. Utilizando o argumento de que essas regiões eram carentes de um governo que pudesse levar à ordem, descreve “o miserável estado daquele país, a desordem dos seus habitantes, a falta da sua população, as diversas e inúteis castas de indivíduos que as diferentes misturas de sangue produziam e que no berço se confundiam entranhando-se no sertão a tempo da morte dos pais”.<sup>367</sup> O avanço rumo aos sertões era não mais associado ao discurso missionário, e sim a um discurso civilizador que conjugava em sua essência a ideia de uma salvação cristã.

“É certo que se a ordem e a sociedade entrassem naqueles vastíssimos terrenos com os primeiros indivíduos, que os foram descobrir e habitar, bastaria um muito menor número para povoar e encher de boa gente, principalmente se considerar que eles são tão férteis como sadios, e que tem bastante analogia com os climas da Europa”.<sup>368</sup>

O povoamento dos sertões com casais brancos estava associado ao combate do atraso. Valorizando as terras sertanejas dom Francisco dizia na mesma carta que “no largo espaço de dois séculos à proporção que as luzes da instrução foram dissipando as trevas da ignorância, ver se ia que aquelas províncias encerrando as riquezas que produzem as

---

<sup>367</sup> Carta de Dom Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho enviada a Francisco Xavier de Mendonça Furtado de 18 de outubro de 1769. Transcrita por Felner, Alfredo. *Angola...*

<sup>368</sup> Carta de Dom Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho enviada a Francisco Xavier de Mendonça Furtado de 18 de outubro de 1769. Transcrita por Felner, Alfredo. *Angola...*

que estão debaixo do sol eram capazes de toda a produção da Europa”.<sup>369</sup> Propaganda típica do discurso do governador, e que contribuiu para a construção de sua imagem como o grande reformista de Angola, apesar da distância entre discurso e pragmatismo que identificamos em nossa pesquisa.

As práticas oriundas do comportamento dos antigos governadores e capitães mores, mesmo de seu tempo, também preocupavam d. Francisco. Nas palavras de Ralph Delgado “a avidez especuladora das esferas oficiais criou o hábito, após a Restauração, de os sobas avassalados brindarem os governadores, à sua chegada, com presentes generosos, que eram retribuídos, pelos beneficiários, com lembranças sem valor. [...] O fato era prejudicial e reprovável, porque representava, no âmago uma violência diplomática”.<sup>370</sup> A distância entre Luanda e os sertões dificultava a fiscalização dos capitães mores e de seus subordinados encarregados da administração dos presídios fundados no interior. Em 3 de outubro de 1770, dom Francisco escreve uma correspondência destinada aos capitães mores de todos os presídios e distritos portugueses, tendo como principal assunto o undamento dos sobas, dos quilambas e outras autoridades locais. O governador ordena que a burocracia instruída pela Coroa seja executada, de forma a garantir os registros dos autos de vassalagem e consequentemente dos compromissos firmados entre as duas partes da negociação:

“Logo que receber esta, mandará passar por certidão do escrivão, que juntará a esta mesma carta os Termos, e Autos do Undamento, que deram fundamento ao serviço que fazem os sobas atuais desse presídio, e sua jurisdição, e todas as mais obrigações assim de darem trabalhadores para o Real Serviço, concerto de Igrejas, entrega de cartas,

---

<sup>369</sup> Carta de Dom Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho enviada a Francisco Xavier de Mendonça Furtado de 18 de outubro de 1769. Transcrita por Felner, Alfredo. *Angola...*

<sup>370</sup> Delgado, *História de Angola...*

azeite para os corpos das guardas, e o que mais que constar verdadeiramente dos livros de registros e este respeito”.<sup>371</sup>

A preocupação com uma nova lógica pedagógica de penetração nos sertões foi aos poucos alterando alguns itens dos termos de vassalagem. Como sinalizou Beatrix Heintze, uma das diferenças notadas entre os termos de vassalagem antigos e os da segunda metade do século dezoito e os posteriores, é que, a partir de meados dos setecentos, o termo “sujeição” passa a fazer parte das cláusulas do contrato.<sup>372</sup> É o caso do auto cujo título é transcrito abaixo onde se lê ato de “obediência”, “sujeição” e “vassalagem”, e não mais apenas “Acto de vassalagem”:

“Acto de obediência, sujeição e vassalagem que ao muito alto e poderoso rei fidelíssimo Dom José, o 1º, nosso senhor e seus reais sucessores faz nas mãos do Ilustríssimo senhor Dom Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, governador e capitão general destes reinos e suas conquistas, o potentado Holo-Marimba Goge por seus embaixadores Dom Thomás Planga-e-Temo, Holo-Rja\_Quibalacace e Quienda”<sup>373</sup>

Os novos termos comportam fidelidade, acesso aos missionários, construção de hospícios, exercício público do Culto Divino “sem moléstia ou embaraço”, fornecimento de carregadores que facilitem o transporte de mercadorias, o livre trânsito, a proibição de estrangeiros. Pede ainda garantia que seus filhos, no caso lido aqui como sucessores, “não poderão nunca embaraçar-lhe as leis e ordens porque o escrivão, e os

---

<sup>371</sup> “Carta que Sua Excelência escreveu aos capitães mores de todos os presídios, e distritos sobre o undamento dos sobas, quilambas e mais potentados. Luanda 3 de outubro de 1770”. *Arquivos de Angola*, vol. I, nº2, dezembro de 1933.

<sup>372</sup> Heintze, *Angola nos séculos XVI e XVII...*

<sup>373</sup> *Annaes do Conselho Ultramarino*. Parte não oficial. 1836, pp. 524-525.

mais negociantes se hão de governar no dito lugar”. A figura do escrivão é formalizada como ator de destaque na aplicação da lei e como um instrumento de controle aos possíveis desmandos dos capitães mores encarregados da administração dos presídios. A quinta cláusula do auto de vassalagem impõe a presença do escrivão no sobado:

“Que ele terá escrivão nas suas terras, ao qual dará terreno em que possa formar feira, com todos os mais negociantes, fazendo-os juntar todos no mesmo lugar para que não possam fazer nem o comércio, nem desordens estando dispersos; e que se ajustará com o mesmo escrivão preços certos e inalteráveis por que ajam de vender-lhe os escravos e o cobre, os quais nunca poderão alterar”.<sup>374</sup>

Outra preocupação do governo de dom Francisco é o mineralismo. Após experiências fracassadas nos séculos anteriores, e de expectativas frustradas de encontrar riquezas minerais em Angola, dom Francisco concentra seus esforços na extração do cobre e do ferro, fazendo disso um novo item na construção de uma propaganda de Angola junto à Coroa portuguesa. Mas esse propósito renovado e inspirado pelas novas formas de se pensar não só a riqueza, mas também a Ciência, típicas da segunda metade do século XVIII, dependiam em Angola da cooperação e, ou, do avassalamento dos sobas, já que a abertura dos trajetos e a localização das jazidas desses minérios era de conhecimento das chefias locais. Novamente nossos protagonistas encontravam brechas para se reposicionar frente às pressões portuguesas, mesmo que em posições de desvantagens bélicas, e em um cenário onde o comércio ilegal de pólvora crescia e sinalizava para uma redistribuição das forças nos sertões.

O domínio dos sertões de Angola e de Benguela deveria equacionar a questão da violência e seu uso quando necessária; o povoamento através de casais brancos; o

---

<sup>374</sup> *Annaes do Conselho Ultramarino*. Parte não oficial. 1836, pp. 524-525.

incentivo a agricultura; e a própria “sedentarização dos sobas”. Em uma das cláusulas do avassalamento do soba de Bailundo, ocorrido durante o governo de dom Francisco essa meta fica registrada. Manter os sobas em locais fixos significava para as tropas portuguesas um controle mais eficiente. No texto fica claro que tanto os brancos estabelecidos nos sertões, quanto a população dos sobados deveria se manter em locais fixos. Assim, dom Francisco exigia ao soba de Bailundo sua fixação:

“Que deixareis assentar nas vossas terras as povoações que se julgarem convenientes ao comércio e a agricultura, em lugares férteis, sadios e separados dos vossos filhos, capacitando-vos de que esta e mais povoações são feitas em vosso favor e dos demais sobas, para evitar que brancos dispersos e vagabundos os vexem, oprimam, ou roubem, para fazer que o comércio se pratique de boa fé com verdade e por medidas certas, que se acrescentem novos ramos ao comércio a indústria e à agricultura, para facilitar os meios de haver, em qualquer terra um juiz competente com autoridade de reprimir os vícios, castigar os roubos e preservar os pretos de qualquer injúria dos brancos”.<sup>375</sup>

A ordem e a proteção são utilizadas no discurso do governador como “dádivas” concedidas aos sobas, na tentativa de convencê-los a se fixarem nas fronteiras já conhecidas e exploradas pelos portugueses. Essa exigência, contudo contrariava elementos da própria cultura mbundu, onde determinados ritos estavam associados a locais específicos, não necessariamente dentro de seus sobados. A forma de perceber a terra, como território, era muito diferente para portugueses e para mbundu que conferiam ao solo e a determinados elementos da natureza significados relacionados ao

---

<sup>375</sup> Cláusulas do avassalamento do potentado de Bailundo realizado no governo de Dom Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho. Biblioteca Nacional de Lisboa, códice 8473, fl. 40v.

sagrado, o que dificultava a transformação de práticas nômades ou seminômades em vida sedentária.<sup>376</sup>

Retomando o discurso de Manuel Cerveira Pereira, um dos governadores que o antecedeu, dom Francisco vê Benguela como uma região crucial para a manutenção dos domínios portugueses na África centro ocidental. Nessa pauta estavam incluídos planos de reedificar fortalezas, mas principalmente de avassalar sobas que se localizavam em posições estratégicas entre Angola e Benguela, zonas vulneráveis a penetração de estrangeiros. Esse ponto fica evidente em uma correspondência escrita em 28 de abril de 1770 pelo governador ao capitão mor de Benguela, José Vieira d'Araújo.<sup>377</sup> O documento cita a presença de uma embarcação inglesa na região de Cabo Negro, que conseguira embarcar escravos naquela enseada. O governador fala da importância das fortificações como antídoto para a pirataria e para “conservar ilesos os domínios de Vossa Majestade” e “dilatar a navegação de seus vassalos”. Note-se aí importância do avassalamento dos sobas que habitavam a região de Cabo Negro.

A região de Cabo Negro volta a ser assunto na coleção de documentos do período de governo de dom Francisco por ser ponto estratégico da ocupação portuguesa. A Relação que deu João Pilarte da Silva hoje falecido ao capitão mor José d'Araújo Vieira da viagem que fez ao Cabo Negro por terra no ano de 1770 em competência de José dos Santos hoje capitão mor de Caconda<sup>378</sup> mostra a importância da região e do

---

<sup>376</sup> Miller, *Poder político e parentesco...*

<sup>377</sup> Carta para José Vieira d'Araújo, capitão mor de Benguela. Escrita pelo governador de Angola Dom Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho. 28 de abril de 1770. Fonte transcrita na íntegra na obra de Felner. Felner, Alfredo de Albuquerque. *Angola...* O mesmo documento está publicado em *Arquivos de Angola* nº 437. A correspondência trocada entre Dom Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho e o então capitão mor de Benguela José Vieira d'Araújo mostra a ascensão de Benguela nas pautas dos administradores metropolitanos.

<sup>378</sup> Documento transcrito na íntegra na obra de Alfredo Felner. Felner, Alfredo de Albuquerque. *Angola...*

presídio de Caconda no projeto de reformas pensado por Dom Francisco. Nesse documento o antigo capitão mor João Pilarte da Silva destaca a função da correspondência portuguesa trocada entre diferentes esferas do quadro administrativo como uma relevante via para a obtenção de informações. A fonte cita a região de Marrocas, local que deveria ser examinado em função de um possível naufrágio, além de mencionar o soba Canina, o mais poderoso de Cabo Negro, e ausente de outras fontes. Canina era avassalado e contribuiu com a Coroa cedendo alguns de seus filhos para servirem como guias dos funcionários do governo de Luanda. A Relação descreve as dificuldades da viagem, as chuvas, o confronto com “gentios rebeldes”, e a resistência do soba Injau. Esse episódio merece destaque por ser o soba Injau vassalo do soba Canina, o que em tese, o tornaria automaticamente vassalo português. Apesar dessa lógica de encadeamento das vassalagens entre os sobas, Injau bloqueou a passagem da expedição: “usou cilada de me cercar com todos os seus aliados, fazendo-me trincheira dos seus gados” [...]

“Aqui me vi dez dias na maior consternação de fome, e sede com toda a minha comitiva desanimada, até que pedindo socorro ao soba Canina, este me mandou logo gente bastante, e atacamos todos ao do Injau com grande valor, a que os contrários cederam, e se não pode apanhar o traidor. Houve mortes de uma e outra parte, e os negros do soba Canina se aproveitaram de muitos gados que conduziram para as suas terras, fora as que deram à minha gente com que fiz o provimento para seguirmos adiante, pois desta paragem se caminha já para as Macarocas”.<sup>379</sup>

---

<sup>379</sup> Cópia de uma relação que deu João Pilarte da Silva hoje falecido ao capitão mor José Vieira que fez ao Cabo Negro por terra no ano de 1770 em competência de José dos Santos hoje capitão mor de Caconda. Documento transcrito na íntegra na obra de Felner. Felner, Alfredo. *Angola...*

O documento descreve os habitantes do Cabo Negro como “bravos” [...] “sendo eles um número tão diminuto que não chegariam a cinquenta nos investiram com grande violência. Neste embate as armas de fogo dos portugueses foram determinantes e a poder dos tiros se retiraram”.<sup>380</sup> O trecho contraria as intenções de dom Francisco de reduzir a violência e ressalta a necessidade das armas e a supremacia portuguesa com suas armas de fogo.

“Os guerreiros de Cabo Negro “usam de arco e flecha, porém são mais pequenas que as dos demais gentios: os negros grandes trazem um pequeno couro de boi adiante: cobrindo as suas partes e o mais tudo nu. As mulheres andam nuas, e só algumas trazem uma tira do tal couro na barriga. Não falam se não por estalos, e se entendem com acenos, por cuja causa não havendo quem os entendesse, nada podemos averiguar de mais circunstância, nem donde seria a povoação maior, e sempre inferimos que mais para o norte, ou sul estaria, o que não podemos descobrir...”<sup>381</sup>

O trecho mostra a dificuldade encontrada pelos portugueses para mapear os sobados e para decifrar a geografia dos sertões de Angola e de suas adjacências e planejar qualquer tipo de ocupação: “parece impossível habitar semelhante terra por ser

---

<sup>380</sup> Cópia de uma relação que deu João Pilarte da Silva hoje falecido ao capitão mor José Vieira que fez ao Cabo Negro por terra no ano de 1770 em competência de José dos Santos hoje capitão mor de Caconda. Documento transcrito na íntegra na obra de Felner.

<sup>381</sup> Cópia de uma relação que deu João Pilarte da Silva hoje falecido ao capitão mor José Vieira que fez ao Cabo Negro por terra no ano de 1770 em competência de José dos Santos hoje capitão mor de Caconda. Documento transcrito na íntegra na obra de Felner. Felner, Alfredo. *Angola...*

muito agreste, e falta de mantimentos, e águas, e suposto tenha ao pé da praia um monte alto em que se pode erigir povoação não tem água senão dali a três léguas”.<sup>382</sup>

Concluimos que o texto dos administradores portugueses da segunda metade do século XVIII, não corresponde à realidade da administração dos domínios portugueses da África centro ocidental. Os projetos, embora inspirados em estudos e descrições científicas promovidas pelas academias de ciência, onde se destacou a Academia Real das Ciências de Lisboa, embasaram planos incompatíveis não só com os fatores naturais de Angola, mas principalmente com o resultado de espoliação das populações locais em prol da escravidão de seus membros. A administração de dom Francisco comungou com a política ultramarina vigente durante o chamado reformismo ilustrado, a de buscar conciliar potenciais heterogêneos em distintas possessões, repensar estratégias econômicas e dispositivos de controle sobre a população nativa, mas com o propósito claro de manter a escravidão como peça chave das engrenagens de seu sistema.

Os sobas eram subordinados do rei exerceram papel fundamental na hierarquia sócio-política africana, gozavam de uma relativa autonomia e as principais obrigações que deviam ao rei eram relativas aos tributos e à fidelidade. Os portugueses tinham à sua frente à necessidade de se relacionar primeiramente com os sobas e posteriormente travar boas relações com a realeza africana, questão nem sempre simples. O desafio estava em colonizar sem contestar diretamente o poder local, já que a cooperação era uma das peças-chaves para o bom desempenho das atividades econômicas projetadas pela Coroa na região. A dosagem entre práticas de violência e negociações foi uma

---

<sup>382</sup> Cópia de uma relação que deu João Pilarte da Silva hoje falecido ao capitão mor José Vieira que fez ao Cabo Negro por terra no ano de 1770 em competência de José dos Santos hoje capitão mor de Caconda. Documento transcrito na íntegra na obra de Felner. Felner, Alfredo. *Angola...*

constante. Mediações eram indispensáveis para a estabilidade de relações que jamais poderiam se sustentar somente com o recurso da violência convertida em força física, tanto nas etapas africanas do tráfico, quanto na realidade do cativo na América Portuguesa.

A estratégia política dos portugueses foi definida através da avaliação da realidade local. No caso de Angola o que se chamou “aprendizado da colonização” no Brasil forneceu informações sobre qual seria a melhor forma de viabilizar os interesses régios. Os colonizadores estabeleciam suas bases políticas, realizavam suas transações, mas nem sempre contestavam diretamente as autoridades locais, prática que Luiz Felipe Alencastro definiu como “governo indireto”.<sup>383</sup>

As justificativas para o uso da força junto às populações locais se baseavam nos mesmos argumentos que ratificavam como lícitos o uso da violência física e de todo o conjunto de agressões que traçavam o panorama da escravidão no Novo Mundo. Em nome de valores mercantis, valores ilustrados foram adaptados aos esquemas da colonização portuguesa. As novas formas de pensar contribuíram com teorias sobre quais seriam as melhores formas para o aproveitamento dos recursos naturais, sobre as possibilidades para os arranjos econômicos, e sobre a definição de esquemas políticos, mas não foram contundentes a ponto de desarticular argumentos que embasaram quatro séculos de escravidão africana.

Em janeiro de 1773 a Coroa portuguesa ditava em um alvará com força de lei que “escravidões causam indescência, confusão e ódio entre os vassalos lesos [i.e. ofendidos], baldados e inúteis, quanto os que por sua infeliz condição física incapazes

---

<sup>383</sup> A expressão vem de Alencastro. Alencastro, *O trato dos viventes...*

para os ofícios públicos”.<sup>384</sup> Com essa determinação foi concedida a liberdade aos escravos africanos de Portugal, sobre tudo no Algarve, ficando assegurada, a alforria dos que nascessem deste dia em diante. A lei se aplicava ao reino e não valia para Angola ou qualquer outra possessão portuguesa.

Críticas surgiram e foram gradativamente contribuindo para o questionamento sobre a validade do cativo como o caminho para a salvação das almas e como a melhor opção econômica para o encaminhamento das atividades produtivas coloniais. Por lados variados a Ilustração contribui para a construção de um novo olhar sobre o indivíduo e sobre seus potenciais, recolocando em tese o lugar da violência nas ações governativas. Na prática a violência permanecia como principal estratégia para favorecer negociações e conflitos da Coroa portuguesa em suas possessões ultramarinas.

A preocupação de dom Francisco em instruir o seu subordinado responsável pelo governo de Benguela refletia esse impasse. Ao novo administrador ele advertia:

“Este juiz de fora deve sentenciar em primeira instância todas as causas da cidade e províncias, porque, ainda que o remédio seja a violência, é mais seguro porque é dado por quem sabe, e não é de esperar que os juizes das povoações e os capitães-mores o saibam dar em mais do que a pequenas questões entre os negros, e no caso de que estas mesmas venham à cidade ou que as mesmas se levantem, é preciso que o juiz de fora as sentencie verbal e sumariamente, porque não são capazes de nenhuma outra formalidade”.<sup>385</sup>

---

<sup>384</sup> Thomaz, Manoel Fernandes. *Repertório Geral ou Índice alfabético das Leis Extravagantes do Reino de Portugal, publicadas depois das ordenações, compreendendo também algumas anteriores que se achem em observância*. Coimbra: Imp. Da Universidade, 1843.

<sup>385</sup> Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho. *Instruções...* pp. 39-40. Grifo nosso.

A alegada indisciplina dos africanos era uma preocupação recorrente nos relatos da época, e eram discutidas quais seriam as melhores alternativas para a contenção dos chamados “negros”, fossem eles livres (“rebelados”) e ou escravos. Cercada de vantagens e de críticas a instituição da escravidão, mais do que qualquer outra necessitava de dispositivos que pudessem efetivar o controle dos corpos de modo a adequar a população local e a escravatura às novas ideias que se difundiam com o movimento da Ilustração. Questionada mais por sua funcionalidade do que por sua validade, a violência aparece ora como uma necessidade, ora como procedimento a ser evitado, sempre que possível:

“Como de ordinário a irregularidade dos negros e a má conduta dos povos causam muitas desordens, as quais pedem logo guerra, e esta só consiste na impune liberdade de roubar, será todo o trabalho do governador evitá-las, primeiro pela constante justiça das povoações, depois pela união dos habitantes nas mesmas, e, quando suceda que algum dos sobas se levante, desobedeça ou mate algum vindante, fará todo o esforço por prendê-lo e sentenciá-lo conforme a lei; não podendo porém vencer-se sem tocar no todo, será este castigo pronto e breve; porque deste modo nem altera o comércio, nem se prolongam os roubos e vexações o ponto de destruir o país”<sup>386</sup>.

Na elaboração das redes de poder, onde de um lado estavam os interesses mercantis e de outro a realidade e os anseios dos mandantes africanos, o objetivo primordial era facilitar o comércio africano. Os portugueses se depararam com estruturas de poder variadas e descentralizadas que tornaram necessárias estratégias múltiplas para a garantia da cooperação em seus investimentos. Desde os primeiros

---

<sup>386</sup> Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho. *Instruções...* pp. 39-40. Grifo nosso. p. 40-41.

contatos as trocas e as ofertas de mercadorias marcaram os contatos entre africanos e europeus. O fato é que mesmo sob a inspiração das Luzes o tráfico de escravos se desenrolava em um cenário violento por ser a violência um componente inerente à própria escravidão que não podia ser eliminado através de instruções administrativas.

A intenção dos governos ilustrados era de promover outras atividades econômicas na área de Angola, sem minimizar o destaque conferido ao tráfico de africanos. Nenhum potencial deveria ser descartado, mas deveriam ser valorizadas as mais rentáveis merecedoras de maiores investimentos. A cera e o marfim, dois produtos que vinham logo abaixo no rol das mercadorias de destaque, deveriam ter suas produções incentivadas, funcionando como atividades coadjuvantes ao comércio de corpos. A proposta de explorar recursos minerais na região já era antiga, datada das primeiras investidas dos portugueses em seus domínios africanos, e foi retomada por dom Francisco.

A ocupação portuguesa das regiões de Angola e dos sertões adjacentes nos permite avaliar o percurso das estratégias da colonização portuguesa, e o concomitante aprendizado dos agentes envolvidos na ocupação e dinâmica das áreas da África Centro Ocidental, onde destacamos o papel determinante dos sobas, assim como valorizamos os estudos sobre os avassalamentos como um caminho para compreender o percurso e o processo de avanço dos portugueses nos sertões de Angola.

## Capítulo 4:

Desdobramentos de um governo ilustrado.

#### 4.1. Limites do que podemos chamar “colônia”

As descrições dos governos posteriores à gestão de dom Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho encontradas nas fontes consultadas<sup>387</sup> descrevem Angola de uma forma muito diferente daquela associada a gestão do dito governador. Em ofício datado de 31 de março de 1773 o então governador dom Antônio de Lencastre descreve presídios dos sertões e como “uns pequenos recintos levantados de terra e faxina”. No mesmo ofício fala também da dificuldade de viver naquelas partes: “sofrendo nas horas de sentinela um cruel tormento dos inumeráveis mosquitos que os ferem e que só o costume pode suportar sem desesperação”. Fala ainda do grande número de deserções e mortes, dando uma medida da precariedade da presença portuguesa nos sertões.<sup>388</sup> Dom Inocêncio chega à Luanda com esposa e filha, fato atípico entre os administradores que costumavam vir sozinhos. Elias Alexandre não poupou palavras para descrever o empenho do novo governador e ao sacrifício de sua família: “pela primeira vez fazendo oblações ao amor se sacrificava a respirar o pestilento ar de tão funesta morada por não afrouxar o terno laço do consórcio, ação que toda a Conquista admirou, e aclamou por heroica”.<sup>389</sup>

---

<sup>387</sup> Torres, *Memórias contendo a biografia do vice-almirante...*, Corrêa, *História de Angola..*, “Catálogo dos governadores do reino de Angola...”. AHU. Angola, caixa 57. Ofício do governador dom Antônio de Lencastre de 31 de março de 1773.

<sup>388</sup> AHU. Angola. Caixa 57. Ofício do governador dom Antônio de Lencastre de 31 de março de 1773.

<sup>389</sup> Corrêa. *História de Angola*, vol. 03, p. 45.

Sua chegada com a família marca uma atitude no novo governador em relação a seus objetivos enquanto governador. D. Francisco certamente sabia dos riscos aos quais estava submetendo sua mulher e filha. Era corrente na Corte, desde os primeiros tempos da chegada dos portugueses ao Congo que naquela muitos não sobrevivam para cumprir seus mandatos. Ao analisar a presença social das chamadas “donas”, comerciantes locais que se associavam, geralmente por casamento, aos comerciantes portugueses Mariana Candido trata da questão da mortalidade. A autora mostra que os comerciantes geralmente casavam ou viviam em concubinato com essas mulheres e que elas enriqueciam não apenas pelo esforço de seu trabalho na compra e venda de escravos por elas trazidos do interior mas também pela viuvez. Ao morrerem os maridos geralmente ela herdavam seu patrimônio (geralmente as mercadorias usadas no comércio). Segundo Candido, “por causa da herança e das associações estratégicas muitas mulheres adquiriam poder econômico, que lhes garantia a identidade de *donas*”. Ainda segundo citação de Candido, o próprio D. Francisco informa saber de donas que tinham enviuvados cinco vezes.<sup>390</sup>

Apesar das várias tentativas de controle por parte de dom Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, o primeiro levantamento da população dos sobados solicitado por Lisboa foi realizado em 1777.<sup>391</sup> As dificuldades na realização deste levantamento estavam relacionadas à ausência de párocos (os levantamentos no Império português geralmente se faziam por paróquias e freguesias) e a desconfiança dos sobas de que a Coroa pudesse com a contagem querer retirar-lhes alguns de seus filhos.<sup>392</sup> Os números

---

<sup>390</sup> Candido. *Fronteras de esclavización...* p. 57.

<sup>391</sup> “Ofício do governador Antônio de Lencastre de 15 de julho de 1778” – AHU. Angola, Caixa 61, documento 81. Apud. Ana Sousa. Dom Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho..., p. 31.

<sup>392</sup> “Ofício do governador Antônio de Lencastre de 15 de julho de 1778” – AHU. Angola, Caixa 61, documento 81. Apud. Ana Sousa. Dom Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho..., p. 31. Vale ressaltar que o conceito de filho não está vinculado à parentescos sanguíneos, mas sim a

eram importantes para a Fazenda Real porque era através dessa quantificação de pessoas que se poderia atribuir o valor dos impostos a ser cobrado. De acordo com o levantamento a população, listada nesta ordem, correspondia a:

A população tinha um total de 1.581 brancos, todos livres, 4043 pardos e 468.493 pretos, sendo a grande maioria da população composta por pretos (468.493), em sua maioria forros (426.153) o que significa que a maior parte da população estava dispersa nos sobados e que a categoria “forro” era amplamente utilizada para definir a população local. Além do mais a existência de apenas 1581 brancos mostra que pardos e pretos deveriam ser proprietários de boa parte dos 40 mil escravos contados.

#### População de Angola, segundo o levantamento de 1777

	Branco	Pardos forros	Pardos escravos	Pretos forros	Pretos escravos	TOTAL
Branco	1.581					1581
Pardos		3.546	497			4.043
Pretos				426.153	42.340	468.493
TOTAL	1.581	3.546	497	426.153	42.340	474.117

Fonte: “Ofício do governador Antônio de Lencastre de 15 de julho de 1778” – AHU. Angola, Caixa 61, documento 81. Apud. Ana Sousa. Dom Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho..., p. 31.

---

peças que vivem sob a autoridade de um mesmo chefe, e que lhe prestavam obediência e fidelidade.

Podemos aproximar a relação entre o número de habitantes de determinado sobado com o valor cobrado pela Fazenda Real Portuguesa. O Inventário dos sovas, quilambas, quilambares...<sup>393</sup> permite identificar exemplos de taxaço dos dízimos cobrados, lembrando que mesmo em um contexto de secularização das esferas de poder, o dízimo ainda estava vinculado ao batismo, so podendo ser cobrado dízimo dos batizados. Essa questão é notada no Ofício do governador Antônio de Lencastre.<sup>394</sup> No Inventário o nome do soba vem acompanhado de seu nome de batismo: “sova Bumba Andala – Bento de Souza”, “sova Zombo Andala – Alexandre Francisco”, “sova Bango Amussungu – Cristóvão Salvador”.<sup>395</sup>

Os sobas listados possuía um número de filhos bastante variável, não havendo proporcionalidade entre o número de filhos e o valor do dízimo:

- soba Bango Aquitamba (Jerônimo de Gregório), é citado como soberano de 1.000 filhos, o que lhe obrigava o pagamento de “338 exes<sup>396</sup> a saber 100 de farinha, 100 de feijão e 138 de milho”;
- soba Quitendele Quiacababa (Antônio João), soberano de apenas 3 filhos, deveria pagar “2 exes de farinha, 1 leitão e 1 galinha”.<sup>397</sup>

---

<sup>393</sup> Esta documentação foi localizada no “Inventario analítico” da coleção de documentos africanos do IHGB. Ver Regina M. M. P. Wanderley (coord.). “Inventário Analítico da Documentação Colonial Portuguesa na África, Ásia e Oceania integrante do acervo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”, Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a. 166, n. 427, p. 27-570, abr/jun. 2005. p. 110. O verbete de número 378 que corresponde ao Inventário dos sovas, quilambas, quimbares do distrito de Golungo, que servem no serviço das Fábricas de Ferro da Nova Belém, Nova Oeiras donde se mandaram anexar todos por ordens do Ilustríssimo Senhor General sobre os dízimos, que pagavam antes de serem isentos, e pelo que regularam na regulação que se fez com o número de filhos capazes que cada um tem e o que se dão por mês. Localizado o verbete a leitura do documento foi feita na coleção do projeto Acervo Digital Angola Brasil-PADAB, disponível no IHGB.DL.81.02.19.

<sup>394</sup> AHU. Angola. Ofício do governador Antônio de Lencastre. Caixa 61, documento 81.

<sup>395</sup> IHGB. DL.81.02.19. Inventário dos sovas...

<sup>396</sup> Exes são exequês,

- soba Quilamba Cangondo Caquiluange (Francisco da Costa), soberano de 4 filhos, deveria pagar os mesmos “2 exes de farinha, 1 leitão e 1 galinha”.<sup>398</sup>

Os tributos impostos a dois diferentes sobas indicam a diferença do valor atribuído a determinados gêneros, o

- soba Quitala Quiazumba (André [Francisco]), soberano de 60 filhos, deveria pagar “12 exes de farinha, 2 leitões, dois cabritos e duas galinhas”,<sup>399</sup>
- soba Quilamba Calunga Cagombe – Domingos Antônio, soberano de quinze filhos, tinha que fornecer “quarenta exes a saber 20 de feijão fradinho e 20 de farinha”.<sup>400</sup>

Não havia uma proporção entre o número de filhos e o valor, quantidade de gêneros que deveria ser pago, já que

- soba Quilamba Bango Bango (Pascal Pedro), soberano de 80 filhos, tinha como taxa “quatro de milho e 3 galinhas”.<sup>401</sup>

Os gêneros mais utilizados para o pagamento de dízimos eram animais (galinhas, leitões e cabritos) e gêneros agrícolas (farinha, feijão, feijão fradinho, milho e pedras de sal). O Inventário oferece algumas equivalências entre os mantimentos fornecidos e a moeda portuguesa: “O sova Cariata Cacavungi, pelo que estou informado, filhos capazes 60, e tem dado para o serviço do mês 20, pagava de dízimo

---

<sup>397</sup> IHGB. DL.81.02.19. Inventário dos sovas...

<sup>398</sup> IHGB. DL.81.02.19. Inventário dos sovas...

<sup>399</sup> IHGB. DL.81.02.19. Inventário dos sovas...

<sup>400</sup> IHGB. DL.81.02.19. Inventário dos sovas...

<sup>401</sup> IHGB. DL.81.02.19. Inventário dos sovas...

trezentas pedras de sal, que foram reguladas por 30\$000”.<sup>402</sup> As trezentas pedras de sal aparecem com a mesma cotação nos pagamentos do sova Gola Quimbi (Antônio da Silva) que tem 400 “filhos capazes” e “tem dado para o serviço do mês quarenta, pagava de dízimo que declarou trezentas pedras de sal que foram reguladas por 30\$000”.<sup>403</sup> Não fica claro o que se entende por “filhos” menos ainda por “filhos capazes”. De todo modo, embora o número de filhos fosse regularmente citado, não fica clara a relação deste número com o valor do dízimo.

Também era complicado o sistema de equivalências. Além da equivalência entre moeda e gêneros, os portugueses possuíam outros critérios para estipular o dízimo, como por exemplo, a vegetação local, os potenciais agrícolas, ou mesmo as vantagens obtidas com o avassalamento da região do sobado. Esta relação aparece de forma clara em um dos termos do auto de vassalagem assinado pelo soberano do Dembo de Ambuela em 1771. O auto renova o compromisso firmado anteriormente junto à Coroa Portuguesa. Uma das cláusulas impõe às autoridades do Dembo que “em razão de serem batizados, e vassalos fiéis de sua majestade pagarão o dízimo de todos os frutos, gados e criações que nas suas terras tiverem, dando de dez um, ajustando-se com os cobradores dos dízimos”.<sup>404</sup>

A política de avassalamento foi mantida no período posterior ao governo de dom Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho. Interpretamos e consideramos em nossa pesquisa que cada uma das referências de sobados avassalados representa uma área de

---

<sup>402</sup> IHGB. DL.81.02.19. Inventário dos sovas...

<sup>403</sup> IHGB. DL.81.02.19. Inventário dos sovas...

<sup>404</sup> “Acto de obediência e vassalagem que promete Dom Manoel Affonso da Silva por mão dos seus embaixadores Dom Francisco Cazumbu, e Dom Pedro Manibundaguneda pelo Estado de Ambuela, em que foi nomeado. 24 de dezembro de 1771”. Arquivos de Angola. Vol. III. Luanda: Publicação Oficial Editada pela Repartição Central de Estatística Geral, novembro de 1937, p. 29.

vulnerabilidade dos portugueses nos sertões. Um desses locais onde em finais do século XVIII, a presença portuguesa ainda não havia sido consolidada. Quando foi governador o Barão de Mossamedes, essa vulnerabilidade estava concentrada nos territórios de Cassanje. O então Jaga de Cassanje jurou fidelidade à Coroa portuguesa ao lado do em 19 de dezembro de 1789.<sup>405</sup> O Termo de fidelidade e vassalagem reitera itens recorrentes em termos anteriores. O Jaga, acompanhado por seus macotas, assinou o termo na presença do capitão Marcos Pereira Bravo que representava o governador e do escrivão, cujas funções já foram descritas. No Termo o jaga de Cassanje reconhecia a autoridade portuguesa, e se colocava “como fiel vassalo de sua majestade fidelíssima, em satisfação da prática de seus antepassados respondeu da maneira seguinte: ao segundo artigo disse que se servisse de obediência esquecida, como praticaram seus antepassados com a sua ganda”. O auto era uma ratificação da obediência dos cassanjes, apesar de frequentes movimentos de contestação que levaram os jagas a serem protagonistas de vários conflitos contra e a favor dos portugueses. A questão do comércio novamente é citada “em tempo nenhum ele Jaga, e seus povos extorquir a fazenda dos negociantes e pumbeiros vassalos, em fantásticos crimes de cativar os libertos das bandeiras de sua majestade, como tem praticado pelo esquecimento de sua obediência”.<sup>406</sup> O texto apresenta uma advertência clara ao comportamento de atravessadores e saqueadores que viviam naqueles domínios.

A questão da repetição dos hábitos dos antepassados é repetida diversas vezes, servindo como justificativa para a renovação dos laços de vassalagem. Essa questão é citada no trecho onde o Jaga “se sujeitava a fazer remessa dos fugidos que pudessem quando a obrigação dos seus antepassados, como executou, permitindo ao embaixador

---

<sup>405</sup> Termo de fidelidade e vassalagem o Jaga de Cassanje. AHNA. Códice 3259, A-2-12, folhas 139 a 144.

<sup>406</sup> AHNA. Códice 3259, A-2-12, folhas 139 a 144.

mandar prender os poucos que leva ficando-as de diligência pelas mãos dos feirantes próximos e entrega-los aos seus donos”.<sup>407</sup> O Jaga também concordava, mesmo contrariado, o que foi registrado no auto, em vender escravos para os portugueses de acordo com o preço estipulado pelo governo metropolitano situado em Luanda

“se sujeitava [sic] dos preços das cabeças com efeito o fez perante o embaixador, presentes seus macotas, o mais povo condescendendo com o mesmo, e os feirantes de se comprarem as peças da índia a vinte e oito beirantes e de gente inferior por menos, sem exceder o dito preço sendo pela medida, que o mesmo embaixador estipulou com aprovação dos feirantes protestando o mesmo jaga, que em tempo algum havia contra esta nova resolução, eximindo-se porém de facilitar as nações diversas que circulem ou comerciem com os feirantes visivelmente pelo dano que se segue de que os proverem de armas e pólvora, porque logrando esta força experimental a rigorosa inquietação de guerra contra os povos de suas terras”.<sup>408</sup>

O comércio de armas e pólvora era uma preocupação tanto dos portugueses, quanto do chefe jaga que temia revoltas internas em seus domínios. As armas de fogo, vendidas ou proibidas conferiam um poder aos estrangeiros, já que essa posse representava um poder distintivo entre os africanos em batalhas entre grupos rivais e entre africanos e europeus. Ainda na mesma documentação, através de seus representantes, o governador demonstra a intenção em estabelecer uma via comercial segura entre o sobado de Bondo e a feira de Ambaca, percurso que durava onze dias de

---

<sup>407</sup> AHNA. Códice 3259, A-2-12, folhas 139 a 144.

<sup>408</sup> AHNA. Códice 3259, A-2-12, folhas 139 a 144.

viagem e se mostrava pronto “a coibir qualquer malévolo que entenda o contrário, e que toda hostilidade contra os feirantes em contornos de Ambaca”.<sup>409</sup>

O mapa abaixo indica a localização de regiões relevantes para a presença portuguesa nos sertões.

---

<sup>409</sup> AHNA. Códice 3259, A-2-12, folhas 139 a 144.

Mapa de Angola com as localidades onde foram construídos presídios nos séculos XVII e XVIII



Fonte: Elder Correia em <http://mala-posta1.blogspot.com.br/2012/08/carimbos-numericos-volantes-05-ilha-de.html>. Acesso em fevereiro de 2013. Milheiros, Mário. *Índice histórico-corográfico de Angola*. Luanda: Inst. de Investigação Científica de Angola, 1972. 291, p. 24; Grando, António Coxito. *Dicionário corográfico-comercial de Angola*. 4ªed. Luanda: Edições Antonito, 1959. - LXVI, 847.

O termo de vassalagem acima descreve quais caminhos deveriam ser franqueados aos pumbeiros portugueses o que é uma novidade em relação aos autos anteriores. Esta maior precisão na descrição da geografia local resulta da aquisição de maiores conhecimentos geográficos por parte dos portugueses e dos agentes que

trabalhavam para o governo de Luanda. Além da descrição mais detalhada do espaço outra novidade é a ênfase na preocupação com a circulação de armas:

“requerendo finalmente ao embaixador que para a utilidade comum do comércio na sua feira preciso reprimir-se a provisão das pólvoras, armas tem se rebelado ao mesmo usando com os negociadores que lá comerciam, incessantes mortes e razibos e não consta haver feirantes legitimados para o mesmo sertão, e sendo assim respondido pelo dito Jaga Cassanje perante o seu povo, logo mandou tocar escalho pra que todos observassem o que ele tivera. Sinal do Catanda Fontoura, sinal de [sic] Fontoura, sinal do [sic] Quiacassanje Fontoura, sinal do [sic] de Cassanje Fontoura, Sinal do [sic] do Bango de Fontoura”.<sup>410</sup>

A questão do comércio de armas e munições que vem dos primeiros tempos nunca foi solucionada pelos funcionários da Coroa portuguesa, até mesmo porque muitas vezes esse poder bélico era usado como barganha junto aos sobas que os portugueses queriam como aliados.

A situação dos portugueses e dos funcionários que representavam os interesses da Coroa nos sertões da África Centro Ocidental era precária. A falta de controle é contatada através da fragilidade dos acordos que sustentavam os avassalamentos, e que demonstram também a instabilidade dessas alianças junto aos sobas que controlavam diretamente o fornecimento de escravos, e permitiam ou vetavam o comércio metropolitano no interior.

O projeto da Fábrica de Ferro idealizado e exaltado nos textos de dom Francisco fracassou, e a responsabilidade ficou na conta do governador que sucedeu o mentor do

---

<sup>410</sup> AHNA. Códice 3259, A-2-12, folhas 139 a 144.

projeto. Apesar dos gastos, da falta de retorno financeiro e do tempo empregado na concepção e empreendimento da Fábrica, o elogio de “sábio” prevaleceu na construção da memória de d. Francisco:

“O sábio Dom Francisco viu depois e com que pesar perdido o tempo dos seus ensaios, despesa e aplicações e desvanecido o crédito com que havia anunciado este Tesouro por aqueles mesmos que no seu tempo o haviam solenemente autenticado, revoluções em que se sucumbe a natureza humana, quando nasce, e se cria destruída de sentimentos nobres, e que fica sendo acessível ao vil temor, à covardia de espírito: à condição servil, e a perfídia adulação”.<sup>411</sup>

Sobre o tema, mais uma vez Elias Alexandre exalta o governador. Seu texto cita os “vícios da mentira e da ingratidão”. Para ele aqueles que haviam dado o aval para a construção da Fábrica teriam mais adiante boicotado o projeto por “desprezo por antipatia às obras antecessoras dos senhores generais”.<sup>412</sup> Alexandre é um exemplo de uma prática comum na segunda metade do século XVIII, voltada para a tendência memorialista da exaltação dos feitos portugueses em seus domínios ultramarinos, onde destacam-se também várias memórias produzidas pela Academia Real de Ciência de Lisboa, que associava a investigação de potenciais naturais à possíveis fomentos agrícolas e mineralógicos. Nessa proposta a orientação era a voltada para “sistematização das obras relativas à expansão europeia [...] inscreve-se no trabalho

---

<sup>411</sup> Corrêa, *História de Angola...*, vol. 03, p. 45.

<sup>412</sup> Corrêa, *História de Angola...*, vol. 03, p. 46.

desenvolvido pelas academias e nas diversas tentativas de classificação da época, que resultaram em dicionários, bibliotecas e enciclopédias".<sup>413</sup>

De fato a Fábrica de Ferro de Nova Oeiras foi condenada por ser considerada infecunda, e por terem sido extintas as minas de carvão e de ferro, não por razões políticas. Ao contrário, consideramos que sua construção, assim como toda ênfase dada ao potencial mineralógico associado ao ferro por dom Francisco, teria sido uma forma de propagandear Angola no cenário do Império Ultramarino, com a intenção de promover a sua própria imagem como governador inovador que enxergava e investia em potenciais ainda inexplorados. De acordo com nossa interpretação a falência da Fábrica ocorreu pela ausência real de potenciais minerais que justificassem tal empreendimento. Elias Alexandre lamenta o episódio que considera uma perda para a Coroa. A falência da Fábrica, em certa medida, simbolizava a falência do próprio projeto ilustrado para Angola.

Outro projeto de d. Francisco que teve grande repercussão em sua época mas que nunca chegou a ser realizado foi abertura de um caminho que ligasse Angola à costa oriental da África, melhor dizendo, Angola a Moçambique. Esta era uma antiga ambição. As vantagens idealizadas para a abertura da via foram alteradas com o passar do tempo, mas a meta permaneceu a mesma. Esse plano mostrava o avanço dos portugueses em direção ao interior do continente através dos territórios mbundu. Destacamos que o projeto de ligação terrestre das duas costas, uma das metas das reformas ilustradas implementadas por dom Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, esteve presente nos planos de governos anteriores, o que, mais uma vez desconstrói o argumento de originalidade e ineditismo dos feitos do dito governador. Assim como

---

<sup>413</sup> Curto, Diogo Ramada. *Cultura imperial e Projetos coloniais (séculos XV a XVIII)*. Campinas: ed. Unicamp, 2009, p. 357

ocorreu com outros segmentos do projeto reformista de Sebastião José de Carvalho e Melo, as matrizes originais dos projetos de d. Francisco datam do século XVII e na segunda metade do século XVIII foram revestidas de um caráter ilustrado. Elias Alexandre, que viveu em Angola em 1793, escreveu sobre o assunto, descrevendo impressões distintas das de d. Francisco. Para ele o projeto de ligação de costa a costa abrangia mais de trezentas léguas de extensão em linha reta e era

“digno de uma dispendiosa tentativa daqui a dez séculos, se no decurso deles não se perder de vista com cuidado progressivo, as máximas dóceis de domesticar os povos habitantes: a extinção do cativo, os meios de instruir e cultivar, e beneficiar, a liberdade da regência, a dependência da amizade, e do comércio, e a reprodução da mistura de cores nos pactos familiares e generativos”.<sup>414</sup>

O contexto definido por Fernando Novais como de “crise do antigo sistema colonial”<sup>415</sup> teria levado à reelaboração de práticas administrativas vigentes no Império ultramarino português, inclusive mecanismos de controle e de reafirmação da autoridade metropolitana em suas heterogêneas possessões. O conceito de “crise” é criticado por João Fragoso<sup>416</sup> que adota como referencial a situação das colônias e não da metrópole. Também como Novais, analisando o caso do Brasil, Fragoso defende que os movimentos que convergiam para uma possível ruptura entre colônias e Portugal tiveram origem endógena, frente à crescente autonomia das possessões ultramarinas. O caso angolano deve ser compreendido a partir desse debate. À diferença do Brasil

---

<sup>414</sup> Corrêa, *História de Angola...*, vol. 3, p. 300.

<sup>415</sup> Novais, *Portugal e Brasil...*

<sup>416</sup> Fragoso, João Luís. *Homens de grossa aventura. Acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro*. RJ: Arquivo Nacional, 1992.

Angola era ainda em finais do século XVIII uma colônia fornecedora de escravos para o mercado atlântico, daí a necessidade e a especificidade das reformas pensadas por dom Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho.

Mas o crescimento do comércio atlântico de escravos nas últimas décadas do século XVIII não alterou apenas o jogo Brasil-Angola no quadro geral das possessões portuguesas, alterou também a vida da população dos sertões e a pressão sobre os sobas para o atendimento da demanda de escravos. Os casos de escravização indevida de carregadores discutido por Mariana Candido é um exemplo dessa pressão. A mesma autora mostra que alterações na população de Caconda indicam que o comércio de escravos afetou a região. Caconda teve origem num presídio do século XVII, e era tida por d. Francisco como “o pior lugar do mundo”. Mas o governador tinha esperanças de que a qualidade do ar, das terras e a abundância do gado transformassem o lugar numa povoação populosa. O surgimento de Caconda foi estudado por Mariana Candido, que mostra a avaliação e as esperanças do governador ilustrado de levar suas luzes a Caconda.<sup>417</sup>

Longe de conseguir tal proeza Caconda cresceu para se tornar o mais importante centro de exportação de escravos ao sul de Luanda. As caravanas saíam de Benguela, passavam por Caconda. Segundo Candido o avanço da fronteira da escravidão estava diretamente associado a Caconda e sua condição de centro comercial voltado para o comércio de escravos no interior de Benguela.<sup>418</sup> A autora mostra ainda que o comércio de escravos afetou profundamente tanto Benguela e seu entorno quanto Caconda o que mostra o fracasso dos planos ilustrados. A contradição entre o pensamento ilustrado de d. Francisco e sua política pragmática fizeram dos sertões de Angola e Benguela não

---

<sup>417</sup> Candido. *Fronteras de esclavización...* ver capítulo 4, pp. 115-153.

<sup>418</sup> Candido. *Fronteras de esclavización...* p. 117.

uma nova Lisboa, mas um grande mercado de escravos que só foi abalado depois de 1850 com a efetiva proibição do comércio atlântico de escravos para o Brasil.

O governo de Antônio Lencastre foi marcado por uma longa e complexa guerra nos sertões que envolveu diferentes sobados e que mexeu com a configuração de alianças e colocou em pauta pontos dos autos que constavam nos autos de vassalagem. De acordo com Feo com a posse do governador Dom Antônio de Lencastre o sossego nos sertões havia chegado ao fim, insinuando que o governo de d. Francisco havia sido marcado por uma estabilidade junto aos chefes do interior. “Aos oito meses do governo, alterou-se o sossego que até ali reinava no sertão, obrigando-o sustentar, no de Benguela uma campanha que durou dois anos”.<sup>419</sup> Essa guerra rendeu várias páginas de descrições minuciosas na obra de Elias Alexandre.<sup>420</sup>

Nesse contexto um soba chamado Unza Cabollo, que tinha seus domínios nas áreas de Novo Redondo, era então vassalo de outro soba chamado Selle. Unza Cabollo deixou de pagar tributo ao soba Selle, o que deu origem a um conflito que, além de duradouro, mobilizou também as tropas portuguesas. Os governadores tinham por costume intervir nesses conflitos oferecendo homens e armas a seus aliados de modo a mais adiante obter vantagens e conquistar novos vassalos e novos aliados. Selle resolveu travar uma guerra contra Unza Cabollo, que por sua vez se tornou vassalo da Coroa portuguesa e passou a contar com ajuda de seus exércitos. O episódio exemplifica como a desavença entre sobados interferia nas relações de avassalamento impostas estrategicamente pelos portugueses. A posse de armas de fogo e munições quebrava e

---

<sup>419</sup> Torres, *Memórias contendo a biografia do vice-almirante...*, p. 267.

<sup>420</sup> Corrêa, *História de Angola*, vol. 03. O autor do documento descreve com detalhes as etapas dessa batalha entre os portugueses e os sobas liderados por Selle e Bailundo. Seu texto é dividido nos seguintes subtítulos que indicam uma forma de narrativa cronológica, e de organização das manobras das tropas portuguesas e de seus aliados: “marcha do exército”, “ordem do exército em marcha”, “alojamento”, “ordem de acampar”, “alarmes”, “forragens”, “ordens de batalha”, “batalha sítios”, “consequências”.

desencadeava uma nova hierarquia de poder entre as chefias africanas. Não conformado, com o fato de Unza Cabollo ter substituído sua autoridade pelo domínio português, o soba Selle enfrentou as tropas portuguesas e na batalha foi morto o então capitão mor de Benguela Francisco Nunes. Em sua descrição do episódio Feo Torres diz:

“e assim mal acompanhado, avançando para os inimigos, quis com sua presença intimidá-los (tal era sua materialidade), porém eles colhendo-o às mãos, o arrastando para dentro do mato, com os poucos soldados que os acompanhavam, e depois de matarem a todos e se retirarem”.<sup>421</sup>

O soba Selle rotulado nas fontes portuguesas como “insolente”, foi também acusado de fomentar outras revoltas nos sertões entre Benguela e Angola, sob a acusação de incitar outros sobas a “acompanha-lo nas crueldades”, “levantaram-se em consequência a isto a maior parte dos sobas e entre eles o de Bailundo que soberbo e atrevido se nomeava invencível, e que já era conhecido por ter insultado várias vezes os presídios de Benguela e Caconda”.<sup>422</sup> Mais um personagem relevante passa a compor o cenário de conflitos no sertão, um soba que tradicionalmente repelia a vassalagem portuguesa, e que tinha seus domínios próximos do planalto de Benguela. O episódio aponta para o investimento dos portugueses na expansão de seus domínios na direção de Benguela, que os portugueses chamavam “Conquista”. O interesse estava sem dúvida

---

<sup>421</sup> Torres, *Memórias contendo a biografia...* p. 267.

<sup>422</sup> Torres, *Memórias contendo a biografia...*, p. 268. O Soba de Bailundo teve vários episódios registrados. Mariana Candido cita um episódio acontecido em 1789 no qual o soba de Bailundo facilitou a passagem dos carregadores do comerciante José da Costa. Candido, *Fronteras de esclavización...* p. 66.

associado ao crescimento do comércio de escravos nos sertões de Benguela. O período entre 1785 e 1850 foi a fase áurea do comércio de escravos no porto de Benguela.<sup>423</sup>

Ao mesmo tempo ficava nítida a fragilidade dos avassalamentos, frente às constantes revoltas de sobas, como é o caso do soba de Bailundo que constantemente contestava a presença e a tentativa dos portugueses de estabelecerem alguma forma de domínio sobre seu território. A “vingança” dos portugueses e de seus aliados<sup>424</sup> foi uma ordem expedida em nome do respeito ao presídio de Novo Redondo de atacar com duas expedições vindas de Luanda:

“com todo fornecimento de armas, munições e peças de campanha, partindo uma por mar, comandada pelo capitão Albano de Caldas de Araújo e Sousa, para com ela se formar um exército em Benguela, e a outra por terra às ordens do capitão mandante do Regimento Antônio José da Costa, que marchando por todos os presídios, e juntando suas companhias de linha e de milícias, sovas vassalos e mais gente, que costuma ir a estas guerras, além de uma porção de cavalaria, completou assim uma força considerável”.<sup>425</sup>

As tropas se reuniram na região de Quingollo “onde achavam o potentado deste nome um dos inimigos coligados”.<sup>426</sup> As tropas do soba de Quingollo são descritas como de grande preparo: “Achava-se este bárbaro com todos os seus recolhidos em uma

---

<sup>423</sup> Como mostra Candido os historiadores (especialmente Birmingham e Miller) acreditavam que o auge do comércio de escravos em Benguela tinha sido o meados do século XVIII. Roquinaldo Ferreira mostrou que esse auge foi na verdade o período seguinte, do final do XVIII a meados do XIX. Candido. *Fronteras de esclavización...* p. 28.

<sup>424</sup> Corrêa, *História de Angola...*, vol. 3. p. 47.

<sup>425</sup> Torres, *Memórias contendo a biografia...* p. 268.

<sup>426</sup> Torres, *Memórias contendo a biografia...* p. 268.

fortificação tal que faz dúvida haver semelhante habilidade em gente preta, e de nenhuma instrução”.<sup>427</sup> A mobilização militar e seus esforços dão ideia do incômodo provocado pelo soba Selle.

“Este insolente atentado provocou a prévia satisfação das nossas armas além de outros antecedentes fatos, e roubos continuados, que havia feito o inimigo, aos que eram vassallos fazendo-o saber a outros potentados daquele sertão, que deviam unir-se a eles, e quase a maior parte se levantou protestando obrar maiores crueldades, sendo um deles o soba Bailundo, que de tão soberbo, e atrevido que era se nomeava por invencível, e por isso havia muitas vezes insultado os próprios presídios de Benguela e Caconda, ameaçando os mesmos capitães mores”.<sup>428</sup>

A aliança entre os sobas Selle e Bailundo ameaçava a proposta metropolitana de transformar o que até então era o presídio de Benguela em uma região sob efetivo controle, ou seja uma colônia. Olhando para as fontes portuguesas de forma crítica, consideramos a resistência mbundu como uma manifestação legítima em prol da preservação de sua soberania e autonomia. Por mais que esses poderes e chefias africanas estivessem cada vez mais envolvidos com o comércio de escravos para o mercado atlântico, e aprendendo a retirar vantagens frente às cláusulas do avassalamento, esses sobas continuam a ver os portugueses como “estrangeiros”, com intuitos óbvios de domínio e conquista de seus territórios.

---

<sup>427</sup> “Catálogo dos governadores do reino de Angola”. In: *Coleção de Notícias para a História e Geografia das Nações Ultramarinas que vivem nos Domínios Portuguezs, ou que lhe são vizinhas*. Academia Real das Ciências de Lisboa. Tomo III, parte I. Lisboa: Tipografia da mesma Academia, 1825, p. 423.

<sup>428</sup> “Catálogo dos governadores do reino de Angola...”, p. 423.

A resistência de Bailundo persistiu por mais de um ano. Os portugueses e seus aliados “os foram perseguindo, destruindo-lhes todas as quipacas,<sup>429</sup> de forma que não podendo já resistir em algumas delas, receberam no campo o castigo do seu atrevimento”.<sup>430</sup> O soba Bailundo se refugiou na região de Quiaca, beneficiando-se do conhecimento da geografia local. Nesta guerra os portugueses enfrentaram os sobas Selle e Bailundo, mas foram derrotados também os sobas Quingollo, Candumbo-Dara Cammumá, Conjungo, Casenze, Muco e Bires a eles aliados. Bailundo terminou preso junto com seus sobrinhos.

Uma das obrigações decorrentes da fidelidade jurada nos autos era o auxílio militar. Os sobas vassalos eram obrigados a enviar guerreiros de seus sobados para compor as tropas. Assim sendo, tanto portugueses enviavam tropas para auxílio de seus aliados quanto os aliados também o faziam em apoio aos interesses portugueses. Mas esse exemplo de fidelidade resultava sempre de ajustes que se davam, não sem conflitos e infidelidades, a cada situação. De acordo com os documentos que relatam os feitos dos governadores portugueses:

“Os sovas quase sempre menos obedecidos que respeitados, convocavam os seus filhos, para recrutar o número pedido. Estes entre si decidem se a guerra lhes pode ser vantajosa, ou nociva, e conforme a ideia que fazem dos particulares interesses, e do gênio do comandante, ou se apresentam, ou desertam para os bosques, de onde é impossível tirá-los sem mesmos conhece-los. A opressão dos sobas cresce, diminui ou se extingue a proporção da liberalidade das suas gandas, e se seus filhos desertam vem esta falta de gente, ainda que

---

<sup>429</sup> Nome dado as trincheiras construídas para evitar o avanço do inimigo. Torres, *Memórias contendo a biografia...*, p. 268.

<sup>430</sup> Torres, *Memórias contendo a biografia...*, p. 268.

involuntário, e bem a seu pesar, e acender primeiro a guerra nos seus Estados, que nos ao inimigo, que se propõem a combater. O sofrimento dos sovas, não dimana somente na deserção total, mas também da parcial, pois basta que não completem o número exigido, para os respeitar, e castigar como rebeldes”.<sup>431</sup>

A partir desse relato concluímos que muitos sobas lutavam contrariados ao lado dos portugueses, e ainda assim se rebelavam através da deserção, mesmo correndo o risco de serem punidos pelo abandono das tropas, sob a acusação de quebra de uma das cláusulas de vassalagem. Como consequência do poder bélico dos portugueses e de seus aliados surgem as imposições frente aos sobas vencidos. Elias Alexandre dá uma síntese dos termos de avassalamento:

“Quando vencido fique tão fora do alcance de algum presídio que seja difícil domar a sua fereza sempre convém a atenção de alguns artigos cujas condições violadas sirvam de pretexto para uma nova guerra. Elas se encerram: ser vassalo da Coroa portuguesa. Pagar-lhe o tributo de tantas cabeças anuais. Não levantar armas em seu dano. Não auxiliar os que se atreverem a isso. Não invocar, aconselhar, ou persuadir alguém para o mesmo efeito. Delatar a tempo qualquer agressor que se proponha a ofender aos portugueses, aos seus potentados, vassalos, ou aliados. Prestar-lhe todos os socorros: conservá-los sempre em amizade. Abrir nos seus Estados o comércio e protegê-lo. Algumas cláusulas locais, e de resto reger como d’antes os seus subordinados debaixo da mesma legislação, e costumes bárbaros da sua irreligião”.<sup>432</sup>

---

<sup>431</sup> Corrêa, *História de Angola...*, p. 49-50.

<sup>432</sup> Corrêa, *História de Angola...*, vol. 03, p. 60.

A palavra “irreligião” é empregada como sinônimo de ausência de Cristianismo. Esse trecho do documento confirma a tentativa de anulação das manifestações religiosas dos africanos, mas que na prática foram preservadas assim como a autonomia do poder dos sobas dentro de seus domínios, desde que executadas as cláusulas impostas. A religião Católica justificava os discursos de “resgate” e de “conquista”, como resgate do paganismo.

Elias Alexandre, militar por ofício, não despreza as narrativas das manobras das batalhas, onde aparecem personagens que compõem a hierarquia dos sobados:

“Na nossa guerra cada companhia de negros, tem sua bandeirinha, que fazem honra defender, não obstante faltar-lhe a regulação de números certo de indivíduos. Os macotas formam as suas companhias dos seus mais afeiçoados soldados. Esta afeição é que faz com que haja maior número de alistados em uma companhia, que em outra, e sobre a irregularidade delas”.<sup>433</sup>

O trecho aponta outra função dos macotas, que além de serem os principais conselheiros, tanto do Ngola quanto dos sobas, surgem associados ao recrutamento dos soldados e à condução de exércitos. A fonte deixa implícita uma crítica em relação ao modo de guerrear, e principalmente de organizar as tropas dos sobas, porém indica nas entrelinhas que os portugueses não interferiam nesses assuntos, sustentando a orientação da Coroa de preservar a autonomia dos sobados avassalados. A intensidade da guerra e a violência empregada, traduzida no aparelho militar português utilizado neste conflito desconstrói o argumento de que durante o governo de dom Francisco Inocêncio de

---

<sup>433</sup> Corrêa, *História de Angola...*, vol. 03, p. 57.

Sousa Coutinho os sertões estavam controlados e os avassalamentos foram mantidos por meios pacíficos.

Em 1779 chega o novo governador. Dom José Gonçalo da Câmara Coutinho, também militar de carreira, chega a Angola em 1º de dezembro, assumindo o cargo no dia 5 daquele mes. Junto com ele chegaram missionários, o que indica que a evangelização continuava sendo fomentada ainda em finais do século XVIII. A chegada de padres mostra que a tendência de secularização defendida pelas Reformas Pombalinas, se referia muito mais a uma questão pontual anti-jesuítica e a uma separação de religiosos de questões políticas, do que interromper a conversão. O governador causou polêmicas entre a população de Luanda “mudava a abusiva face dos costumes dominantes, promovendo os empregos em gêneros análogos a boa direção...”,<sup>434</sup> crítica direta à gestão de seus antecessores, o que mostra que as ações governativas de dom Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho não foram suficientes para reprimir “maus hábitos” de alguns funcionários enviados com objetivo de representar os interesses da metrópole. O novo governador recebeu como orientação controlar e ordenar a região de Cabinda, mais especificamente de findar a vulnerabilidade da região frente ao comércio não português, principalmente o inglês. Determinação que não foi executada com sucesso.

Dom José Gonçalo da Câmara Coutinho não conquistou a simpatia da população. Feo foi mais contido na descrição da relação do então governador com a população das conquistas: “este governador, ainda que dotado de uma grande atividade e capaz de pôr em execução os maiores projetos, teve a infelicidade se mostrou pouco

---

<sup>434</sup> Corrêa, *História de Angola...*, vol. 03, p. 71. O autor do documento, mesmo defensor dos feitos de Dom Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, aponta que o seu sucessor tentou moralizar hábitos considerados inadequados às orientações do governo metropolitano.

indulgente e atento por esta razão não foi sentida a sua morte”.<sup>435</sup> Elias Alexandre, com seu texto tipicamente mais dramático, um dos traços que juntamente com a ironia compõem e caracterizam sua narrativa, cita as virtudes do governador para a função de administrar, mas pontua:

“o rancor bem depressa se espalhou nos corações do povo, e veio o ódio a ser sua herança. Com tudo era ornado de talentos para governar: singular no seu governo: zeloso da justiça, excessivamente ativo: severo e desinteressado. Regido por uma ecognomia farta. Cheio de nobres sentimentos: acometidos de imaginações pequenas e de paixões ordinárias. Admirável nos encantos de espírito. A mais brilhante conversação era gostosamente adubada com um sal jocoso, e grave. Atraía os corações por uma linguagem lisonjeira, depois os irritava por outra cínica, e corriqueira. Expendia mil protestações de ingenuidade, não sendo mais que artifícios da má fé. Tinha rasgos de condescendência, que a maior parte das vezes servia de rastilho à sua cólera. Este gênio mistifório animava o seu caráter, que não deixava de ser amável, ao mesmo tempo que temível”.<sup>436</sup>

O governador não conseguiu normatizar nem colocar fim a alguns procedimentos e hábitos de membros da Câmara de Luanda que, assim como haviam sido os jesuítas nos séculos anteriores, eram poderosos a ponto de desestabilizar as gestões dos governadores.<sup>437</sup> Ou seja, a origem da impopularidade do governador se situa nas críticas dos membros da Câmara de Luanda que divergiam das diretrizes da política

---

<sup>435</sup> Segundo Torres: “A Regulação do Regimento deveu a Câmara sérias atenções [...] deu conta à Corte, assim aos que julgava hábeis ativos e inteligentes, como dos preguiçosos, ignorantes e inertes”. Torres, *Memórias contendo a biografia...*, p. 271.

<sup>436</sup> Corrêa, *História de Angola...*, vol. 03, p. 72.

<sup>437</sup> Corrêa, *História de Angola...*, vol. 03, p. 74.

metropolitana e exerciam um poder considerável na administração de Luanda. Interesses dos membros da Câmara deveriam ser conciliados com as orientações metropolitanas, o que nem sempre era possível. Muitas dessas desavenças ficaram à margem das fontes que se dedicaram a narrar os feitos dos governadores. Governar com o apoio, ou no mínimo evitando embates diretos com os membros da Câmara, era uma medida de prudência para a manutenção da estabilidade necessária a qualquer governo. Esse era um dos imperativos para os governadores da segunda metade do século XVIII.

O governador morreu deixando, como de costume, a administração sob a responsabilidade de um triunvirato interino, três altas autoridades locais: o bispo dom frei Luiz da Anunciação e Azevedo, o coronel João Monteiro de Moraes e o ouvidor Joaquim Manoel Garcia de Castro Barbosa. Uma das orientações dadas os triunvirato foi a de preencher os cargos militares que estavam vagos. Após o falecimento do coronel, o trio foi reformulado: o mesmo dom frei Luiz da Anunciação e dois novos integrantes, o coronel Pedro Álvares de Andrade e o ouvidor Francisco Xavier de Lobão. O fato da composição preservar os mesmos cargos mostra a preocupação da Coroa em configurar um governo composto por um burocrata, um militar e um membro da Igreja.<sup>438</sup> Durante este período uma nova revolta ocorreu na região de Quissama, o que levou as tropas portuguesas, juntamente com seus aliados à um ataque iniciado em 6 de janeiro de 1784, o que teve o mesmo resultado efêmero dos demais. O controle temporário e frágil da região.

---

<sup>438</sup> Analisando os sucessores de dom Francisco percebemos que certos problemas enfrentados pelos portugueses continuaram presentes por todo o século XVIII, e mesmo depois. Os portos no norte: Cabinda, Molembo e Loango permaneceram vulneráveis ao comércio, principalmente inglês, mostrando que as iniciativas contra ele foram insuficientes. O novo triunvirato assumiu em 1783, quando as atenções da Fazenda Real estavam voltadas para o comércio inglês na região de Cabinda. Segundo Torres, "Foi mal sucedida a expedição à Cabinda, porque aos onze meses, este se entregou a uma esquadra francesa, expressamente mandada para demolir qualquer forte, que encontrasse na Costa de Loango". Torres, *Memórias contendo a biografia....*, p. 273.

#### 4.2: Poderes convergentes? Sobas e homens do rei nos sertões

No dia 7 de setembro de 1784 assumiu o governo outro governador destacado na historiografia portuguesa, o Barão de Mossamedes. O governo de Angola é citado por Elias Alexandre como um “prêmio” pelos bons serviços por ele prestados na administração da capitania de Goiás.<sup>439</sup> Ao contrário da exaltação dedicada aos feitos de dom Francisco este administrador foi responsabilizado por autores como Ralph Delgado e Gastão de Sousa Dias por não ter dado continuidade às obras e planos de d. Francisco.<sup>440</sup>

Elias Alexandre descreve a situação encontrada por Mossamedes como um quadro de desorganização nos setores administrativos: a justiça estava precária, a Câmara se recusava a apresentar os “livros” solicitados pelo governador, não havia juiz de fora e os portos do norte estavam negociando livremente com ingleses e franceses. Todos esses problemas foram por ele atribuídos a José Gonçalo da Câmara Coutinho.<sup>441</sup>

O novo governador, que chegou à Luanda acompanhado do Bispo de Malaca, investiu nas intenções de evangelização e combate aos costumes ditos pagãos, como, por exemplo, a cerimônia de lembamento e quicumbi. O almirante Feo define essa prática como:

“uma cerimônia que equivale ao casamento dos negros: consiste em ajuntar-se uma donzela por certa porção de

---

<sup>439</sup> Corrêa, *História de Angola...*, vol. 03, p. 114.

<sup>440</sup> Delgado, *História de Angola...* Dias, Dom Francisco Inocência de Sousa Coutinho...

<sup>441</sup> Segundo Elias Alexandre: “As intrigas do antecedente governo, havendo desorganizado a justiça e benefícios do Estado prestou ao novo general o primeiro objeto digno de reforma desenredando o tecido que seus antecessores haviam fabricado para colorir os adjetivos do seu governo, e disfarçar a odiosa paixão da sua vingança cortou repentinamente os nós, que a malícia havia seguido”. Corrêa, *História de Angola...*, p. 115.

dinheiro, que recebem os pais, mães ou senhores: antes dela passar para o poder do barregão, vai estar oito dias em uma casa separada, chamada casa de uso: ali diariamente a horas determinadas, um negro que se diz feiticeiro, pondo-a inteiramente nua [...] ajuntando certas imprecações e fórmulas com que a entrega ao *iteque* (ídolo), para que lhe dê bom sucesso com o amante, que nunca a deixe, jamais queira outras, e dela tenha muitos filhos”.<sup>442</sup>

A prática do lembamento foi um dos alvos do bispo, o que rendeu uma troca de correspondências com a metrópole, contendo instruções para seu combate. Nesse período é flagrante o retorno à ênfase dada aos princípios religiosos e a ausência de referências aos potenciais minerais, industriais e agrícolas tão valorizados na gestão de dom Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho. A presença portuguesa nos sertões continuou se dando através de avassalamentos precários que resultavam da superioridade bélica que tinha como consequência uma presença instável e a incapacidade de domínio sobre os territórios dos sertões. Uma evidência disso é o grande número de soldados que serviam aos interesses portugueses e que estava desertando nos sertões. Para estabelecer um controle sobre esses homens que abandonavam as tropas, eles passaram a ser marcados nas costas da mão esquerda com as letras FR.<sup>443</sup> “Esta ideia sendo já usada no tempo dos romanos não restringiu a milícia de Angola a observação do seu juramento. Assim mesmo marcados faltaram fidelidade dele...<sup>444</sup>. Isso indica que o controle nos sertões junto aos sobados estava ainda mais precária devido a falta de contingentes militares.

---

<sup>442</sup> Torres, *Memórias contendo a biografia...*, p. 274.

<sup>443</sup> Infelizmente não encontramos referência que pudesse esclarecer o significado das letras FR.

<sup>444</sup> Corrêa, *História de Angola...*, vol. 03, p. 118

Durante o governo do Barão de Mossamedes um desentendimento com o soba das Quipuças sinaliza outro tipo de punição para sobas que quebrassem as cláusulas de vassalagem:

“Este soba expiava na prisão por ordem do mesmo Costa,<sup>445</sup> o crime de desertor, porém armado de uma faca forçou os guardas ferindo a dois soldados e um cabo que quase tocou os parocismos da morte: contudo sendo preso neste mesmo ato”.<sup>446</sup>

O fato mostra que sobas podiam ser presos. “Um vassalo não tem poder de desligar da pena os criminosos, tem obrigação de os punir conforme a lei, e o que reincide nos delitos deve sofrer maior castigo”.<sup>447</sup>

Analisando o trecho vemos que o soba das Quipuças foi condenado por não auxiliar os portugueses e seus aliados, o que quebrava o pacto da cooperação militar. Ressaltamos que, mais uma vez, a construção do discurso português é pautada no argumento de reciprocidade no que dizia respeito às vantagens geradas pela circulação dos pumbeiros e conseqüentemente do fomento à captação de escravos nos sertões.

Outro aspecto da quebra da reciprocidade e que mereceu muitas reclamações por parte dos governadores foi o contrabando que se fazia, especialmente nos portos ao norte de Luanda. Em 1790 o Barão de Mossâmedes informou que o contrabando atingia altas cifras, provocando grandes perdas para a Coroa. Denunciava a presença de franceses sob pretexto de fazer reparos nas embarcações, ocasião que aproveitavam para comprar escravos e zarpar no meio da noite.<sup>448</sup> Esse discurso predominou entre

---

<sup>445</sup> Deduz-se pelo conjunto da leitura que Costa era um militar que servia aos interesses portugueses.

<sup>446</sup> Corrêa, *História de Angola...*, vol. 03, p. 134.

<sup>447</sup> Corrêa, *História de Angola...*, vol. 03, p. 134.

<sup>448</sup> Candido, *Fronteras de esclavización...* p. 34.

contemporâneos das reformas ilustradas que continham em sua essência princípios que eram paradoxais à escravidão.<sup>449</sup> Um caso de destaque foi o avassalamento do soba intitulado marquês de Mossulo, chefe que tinha seus domínios situados ao norte do rio Dande avassalar o Mossulo era uma etapa decisiva para a definição das estratégias adotadas pelos portugueses, na segunda metade do século XVIII.

Situado ao norte de Luanda o Mossulo estava na rota do comércio praticado com os ingleses e franceses nos portos do norte, no caso Ambriz, que ficava no território de Mossulo.<sup>450</sup>

“O marquês de Mossulo , nosso contíguo vizinho ao norte do rio Dande, infringindo os sagrados deveres da vassalagem que havia desde remotos tempos tributado à nossa Coroa, protegeu o comércio português de Ambrize, e introduzia em Angola o contrabando de suas fazendas: os negociantes se queixavam, mas o povo comprava por menos preço”.<sup>451</sup>

Em 1785, depois de fracassadas negociações com embaixadores de Mossulo, parte de Luanda uma expedição ordenada pelo então governador barão de Mossamedes empenhada em “undar” o marquês de Mussolo. A ofensiva portuguesa repercutiu junto à região do Libongo que sofria as ofensivas dos exércitos de Mossulo.:

---

<sup>449</sup> Consideramos neste caso o próprio discurso de Elias Alexandre que escreveu em finais do século XVIII e do próprio dom Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, lido pela historiografia portuguesa como o “Pombal de Angola”, que apesar de suas reformas e de seus projetos que visavam expandir a vocação de Angola para além do comércio de escravos, sustentou e manteve os mecanismos utilizados para a aquisição dos escravos e ainda se preocupou em dinamizar a atividade e em assegurar o controle português no negócio negreiro. O avassalamento tinha em sua essência a intenção de alargar as áreas de controle nos sertões, o que, como temos frisado, representava ampliar rotas de comércio e facilitar a captação de escravos.

<sup>450</sup> Corrêa informa a localização de Ambriz em terras do Mussolo que, portanto, iam até o litoral facilitando a ancoragem de navios estrangeiros. Corrêa, *História de Angola...*, vol. 03, p. 141.

<sup>451</sup> Corrêa, *História de Angola...*, vol. 03, p. 141.

“O negro marquês se estimulou, mas não podendo resplandecer conosco seus sentimentos, os praticou com os habitantes do Libongo, entendendo que as ofensas dirigidas a este povo eram encaminhadas ao decoro português. Sendo os libonguenses vassallos portugueses, domesticados, tratáveis e cariciados de muitos anos de à nossa maneira: como também os mussues eram inseparáveis da proteção de nossas armas; e como houvessem sentido os estragos daquelas, na madrugada de 27 de dezembro de 1788, se declarou em Angola um manifesto, contra o marquesado de Mossulo, exprimindo também os antigos motivos do nosso justo ressentimento”.<sup>452</sup>

Antes de atacar o marquesado, passaram pela região antes chamada de Angra do Negro, que posteriormente passou a se chamar porto de Mossamedes, em homenagem ao mandante da expedição. De acordo com o autor do relato da viagem, os povos que habitavam essas terras eram:

“pastores vagabundos, mas ricos de gados, e pastos para eles em várias paragens, não tinham idéia de agricultura, não as tinham também do comércio; e destituídos de leis, usos e chefes que os regessem, e governassem, facilmente mudavam de domicílio, ou para procurarem pastagens, ou para no tempo do inverno irem abrigar nas montanhas do interior, dos ventos frios do mar”.<sup>453</sup>

Em seguida a expedição portuguesa chegou a uma região denominada Cabo Negro, onde desaguava o rio Bembaruque, que banhava os territórios do povo

---

<sup>452</sup> Corrêa, *História de Angola...*, vol. 03, p. 141.

<sup>453</sup> Soriano, Simão José da Luz. Memória sobre os sertões, e a costa ao sul de Benguela, na província de Angola, escrita sobre documentos oficiais, que existem na Secretaria d’Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar. *Annaes Marítimos e Coloniais...* p. 75-77.

muenabundos. No roteiro da expedição, chegaram os portugueses em Bumbo, território localizado ao norte de Mossamedes (antiga Angra). Território atualmente habitado pelo povo macubal que no final do XVIII reconhecia a autoridade portuguesa. Simção José da Luz Soriano descreve as terras de Bumbo como uma província dotada de uma belíssima serra, composta por muitos potentados. Povo bumbo, conhecedor dos sistemas de irrigação. Descreve que, caso não tivesse ocorrido uma batalha entre esse povo e os moradores de Catala, haveria ainda mais mantimentos nas terras bumbas. O povo de Catala teve apoio do soba da Huila, ou Gongga, que “não podendo sofrer que o Jau, seu escravo, seja mais poderoso que ele, convoca e lhe dirige semelhantes ataques para aniquilar estas dilatadíssimas províncias, que de outro modo prosperariam, ficando assim sucessivamente débeis”.<sup>454</sup> O Mossulo rumou para o sul e invadiu os territórios portugueses, até o Bengo, onde permaneceu até os portugueses os expulsarem com auxílio dos capuchinhos italianos que “lhe opuseram com seus escravos com seus escravos, até irem tropas de Luanda”, em 1790. Esse conflito terminou dois anos depois, já no governo de Manoel Almeida Vasconcellos, irmão e sucessor do barão de Mossamedes, com a vitória temporária dos portugueses.

O conflito com o Mossulo trouxe à tona uma rede de alianças e inimizades entre os sobas que faziam parte da trama. Para alcançar seus objetivos, portugueses e seus aliados precisaram muitas vezes ceder aos interesses de determinadas chefias para conseguir o apoio para prosseguir sua incursão às terras de Mossulo. Vários personagens surgiram nesse contexto. Nessa ocasião os comerciantes de Angola projetavam um manifesto contra a rainha Nzinga. O Dembo Naboangongo foi acusado

---

<sup>454</sup> Soriano, Memória sobre os sertões, e a costa ao sul de Benguela...

de abrigar escravos fugitivos e teve seus quilombos destruídos.<sup>455</sup> O Dembo foi punido e “onze dos mais delinquentes passaram aos ferros da escravidão: o resto se distribuiu por diversos serviços do bem comum até limitado tempo”.<sup>456</sup>

Ainda no contexto da quebra de vassalagem de Mossulo, o soba de Golungo que tinha seus domínios próximo as Pedras, e que devia obediência ao capitão mor da região, se recusou a fornecer escravos para um carregamento que ia à feira de Cassange. “Este crime não é insignificante entre os brancos, mas de um negro para seu regente branco, é ainda muito mais agravante”.<sup>457</sup> Ele foi preso por se recusar a fornecer carregadores para a Feira de Encoge.<sup>458</sup>

O líder desta primeira expedição para a Feira de Cassange foi o sargento-mor Gregório José Mendes, que investiu capital próprio no projeto.<sup>459</sup>

Os sobas de Quissama também contestaram a vassalagem portuguesa, gerando como consequência o envio de um destacamento de duzentos homens, alguns cavalos e “duas pecinhas”.<sup>460</sup> Fato é que até finais do século XVIII Quissama não pode ser

---

<sup>455</sup> Segundo Elias Alexandre: “Este Dembo, lhes dava asilo, e via com prazer aumentar-se o número desta espécie de imigrante, usando a cautela de se mostrar zeloso em extinguí-los para melhor auxiliá-los. O general presumindo bem da sua fidelidade o empenhou na ação de os prender, de acordo com o Dembo Ambuíla, e outros aliados do comando de um oficial militar”. Corrêa, *Historia de Angola...* p. 148

<sup>456</sup> Corrêa, *Historia de Angola...*, p. 148.

<sup>457</sup> Corrêa, *Historia de Angola...*, p. 148.

<sup>458</sup> Corrêa, *Historia de Angola...*, p. 149.

<sup>459</sup> Já em meados do século XIX, outra expedição dessa vez francesa chegou ao sertão de Mossâmedes. Liderada por Mr. João Baptista Douville em 1827, teve como produto relatos que despertaram o interesse do governo francês em fundar nos ditos territórios um estabelecimento. Essa presença estrangeira fez com que Mossâmedes voltasse a ser uma preocupação para a Coroa portuguesa, que organizou uma nova expedição ao local em 1839, mais de dez anos passados. Desta vez foi líder Pedro Alexandrino da Cunha, que em suas andanças pelo sertão “avassalou, amigável e voluntariamente à Coroa de Portugal, o sobete que Loquengo com o nome de Giráhulo, dando-lhe como tal uma capa encarnada de pano, uma cadeira, um casal de leitões, e um galo, e galinha de criação, porque nada disso tinha”. Soriano, *Memória sobre os sertões...*

<sup>460</sup> Corrêa, *Historia de Angola...*, vol. 03, p. 150.

considerada uma conquista portuguesa. Os poderes somente eram convergiam quando existiam interesses mútuos entre sobas e funcionários portugueses e seus representantes, caso contrário a situação era finalizada em guerras e prisões. A convergência só foi produto de acordos, onde a vassalagem representava vantagens também para os sobas, caso contrário era mecanismos temporários de afirmação de um poder frágil e não legitimado pelos africanos.

Constatamos que durante o final do século XVIII os poderes dos sobados se mantiveram em parte preservados, assim como as referidas autonomias de suas chefias, que mesmo sob a vassalagem portuguesa tinha autonomia para determinar suas leis próprias e manter seu poder e autoridade que conjugava aspectos políticos com sobrenaturais. O avassalamento permaneceu como ferramenta para os portugueses e seus aliados para a expansão de suas conquistas, sustentada pela superioridade bélica e por manobras que conjugavam interesses próprios dos sobas envolvidos, que apesar de terem cláusulas impostas viam na aliança com os portugueses algumas brechas em momentos de solucionar conflitos entre rivais.

## **Conclusão**

Nossa pesquisa analisou a relação dos governadores portugueses, e de seus representantes junto às autoridades dos sertões da África centro ocidental. Através da análise dos autos de vassalagem mostramos o irregular avanço dos portugueses em regiões dominadas por sobas, dembos e demais autoridades dos territórios pretendidos pelos portugueses.

Com a meta de estabelecer controle em áreas estratégicas, responsáveis pelo fornecimento de escravos para o mercado atlântico os portugueses criaram e recriaram estratégias para fazer valer seus interesses nessas regiões num jogo político onde importava mais o controle das pessoas e dos caminhos que propriamente das terras. Analisando os “feitos” dos governadores portugueses identificamos muitos desvios das determinações metropolitanas, já que muitos desses funcionários enviados como representantes da Coroa agiam de forma arbitrária negociando escravos e desviando das orientações que convergiam para o objetivo de transformar Luanda e seus sertões em uma “colônia”.

Concluimos, como foi lançado no capítulo 1 que até o século XIX o termo “colônia”, só pode ser aplicado às áreas de Luanda e seu entorno, onde a Coroa

dispunha de um aparelho de governo que sustentava sua administração. Para além desses limites o poder português era vulnerável e instável, dependendo constantemente da força militar para submeter às chefias locais aos seus interesses, através dos avassalamentos. Os portugueses não conseguiram manter um controle efetivo sobre regiões estratégicas como Quissama, Cassanje, Matamba; nem os territórios do litoral ao norte de Luanda onde circulavam comerciantes outros europeus; nem tampouco os territórios em torno de Benguela.

Utilizando o conceito do historiador Luiz Felipe Barreto, percebemos que o processo foi um exemplo de colonização multissecular, que exigiu muito mais do que elaboração de leis, bandos e ordens, mas de uma vasta gama de conhecimentos diversos que deveriam abranger tanto a geografia local quanto a própria lógica governativa que prevalecia nos sertões. Durante o século XVII é relevante citar a presença dos religiosos da Companhia de Jesus como personagens que compuseram o quadro político-administrativa da Coroa em Luanda, exercendo grande influência junto às populações locais. A aliança com os jesuítas viabilizava ou impedia o governo, chegando ao ponto de influenciar as relações destes funcionários com a própria monarquia portuguesa. Fato que só foi alterado na segunda metade do século XVIII, com a expulsão da ordem dos domínios portugueses sob determinação do marquês de Pombal.

De fato os avassalamentos foram uma das peças fundamentais para a compreensão dos mecanismos de ocupação e domínio português. Isso porque a realidade do sertão era aquela vivenciada nos sobados, nos presídios, que repercutia na administração de Luanda e no comércio de escravos no mercado atlântico. Era no interior que se traçavam, se desenhavam, construía e desconstruía as redes comerciais, as alianças com as chefias locais, onde se obtinham o direito de transitar e de chegar a pontos

estratégicos para o comércio e para as trocas. Também era no sertão que aconteciam as batalhas, as desavenças entre portugueses e mbundus, entre portugueses e estrangeiros não-portugueses, entre africanos rivais, onde se determinava o que se desdobraria nas margens do Atlântico.

Em nossa pesquisa constatamos que funcionários portugueses e sobas coexistiram, mas não retiraram aos sobas sua soberania. Os sobas avassalados assumiam compromissos com a Coroa portuguesa, vinculados fundamentalmente ao pagamento de tributos e na abertura de caminhos e na permissão do trânsito de negociantes que trabalhavam a metrópole. Mas se rebelavam sempre que podiam. Os avassalamentos foram acordos frágeis. Mas mesmo instáveis, foram determinantes para a condução da administração portuguesa durante os séculos XVII e XVIII e para seu avanço em direção aos sertões e aos escravos.

Impondo cláusulas e pautados em um discurso religioso, fundamentados na ideia de resgate, os autos de vassalagem se apropriaram do fundamento – ritual mbundi de reconhecimento de autoridade e recriaram a cerimônia do avassalamento. Os avassalamentos fazem parte de uma estratégia de incorporação das elites políticas locais pelo poder português, nesse sentido foram parte de uma estratégia de dominação. Estratégia nunca inteiramente bem sucedida mas até finais do século XVIII também nunca substituída por outra mais eficaz. Os sobados aqui estudados foram cenários da coexistência conflituosa de diferentes poderes.

Nesse cenário os sobas são personagens pouco explorados tanto pela historiografia africanista, quanto portuguesa. Eles foram protagonistas da cena do comércio atlântico de escravos e por isso sua importância vai muito além da ideia corriqueira de “líder local”. Coagidos pelos portugueses ou jogando com eles, fazendo e

quebrando acordos, manipulando a seu favor cláusulas da vassalagem, os sobas eram as grandes autoridades dos sertões de Angola. O poder descentralizado desses homens facilitou a negociação direta deles com as autoridades portuguesas, ao contrário do que ocorrera no Congo. A importância dos sobas mostra a diferença entre a autoridade do manicongo e do Ngola. Enquanto o primeiro manteve sob seu controle, o quanto pode, o comércio de escravos, o segundo ficou à margem dessas negociações que estavam a cargo dos sobas. Assim são as próprias bases que fundamentam o poder no Congo e no Ndongo que se distinguem e marcam a diferença das relações que os portugueses estabeleceram com um e com outro.

Durante o governo de dom Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho e dos governos portugueses de Angola depois dele os projetos agrícolas, a proposta de povoar a região com casais brancos, os investimentos científicos voltados para a mineralogia não foram capazes alterar este quadro. Dom Francisco agiu como um grande defensor de Angola, enfatizando além do real seus potenciais agrícolas, construindo uma imagem de uma colônia que não saiu de seus projetos e correspondências com funcionários da metrópole. Diferenciado por sua habilidade na escrita, e por sua capacidade de convencimento, produziu e organizou uma série de Memórias que descreviam os antecedentes da ocupação portuguesa, e que conseqüentemente exaltavam seus feitos. Inevitavelmente seu governo se destacava como um marco diferenciado, imagem que se preservou e se consolidou na historiografia portuguesa, que exaltava a figura do governador como um ícone de eficiência. Mas suas Reformas inspiradas no movimento da Ilustração, não conseguiram mudar o papel de “fornecedora de escravos” desempenhado por Angola.

Em nossa pesquisa questionamos essa visão inovadora do governo de d. Francisco. Sem desmerecer os conhecimentos e os investimentos do governador, não enxergamos em seu governo elementos que possam ser suficientes para considerá-lo um divisor de águas na cronologia dos governadores. Muitos dos problemas enfrentados por seus antecessores se mantiveram durante sua gestão e persistiram nos períodos que sucederam. O problema do abastecimento de água e a escassez de alimentos em Luanda; a rebeldia de sobas avassalados; o risco dos caminhos onde passavam as caravanas de escravos nos sertões; o comércio proibido nos portos ao norte de Luanda, como Cabinda, Loango e Molembo.

Concluimos que dom Francisco foi sim, um grande memorialista. Um homem que soube valorizar de forma singular seus projetos junto à Coroa portuguesa, mas que pragmaticamente enfrentou questões similares a todos os outros governadores e não deu a eles soluções práticas muito diversas. Mas soube como nenhum outro narrar e fazer narrar seu “feitos”, principalmente através de seu maior admirador, Elias Alexandre da Silva Corrêa.

## **Bibliografia**

### **Fontes manuscritas**

#### Arquivo Histórico Nacional de Angola - Luanda

- Conjunto de portarias dos Ilustríssimos e Excelentíssimos Dom João de Lencastre Gonçalo de Alcaçova e Henrique Jacques. 1688 – 1695. Livro 70.
- Correspondência de Dom Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho para Francisco Xavier de Mendonça ministro e secretário dos Negócios Ultramarinos. 1762 -1774. Livro 70.
- Governo Geral. Patentes, provisões, bandos e ordens dos governadores gerais. 1654 – 1764. Códice 3261 – 182 G. Seção: Luanda.
- Seção Cartas e Patentes. Códice 300-C, 20-1.
- Livro 1º. Ordens que o Ilustríssimo e Excelentíssimo senhor Dom Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho mandou aos capitães dos presídios.

#### Arquivo Nacional do Rio de Janeiro

- Fundo: Negócio de Portugal. Fundo: Negócios de Portugal. Conjunto documental: Avulsos. Caixa: 733.
- Fundo: Junta do Comércio. Conjunto documental: Negociantes e diversos. Caixa 388, pacote 2.

Biblioteca Nacional de Lisboa.

- código 8473.

Instituto de Estudos Brasileiros – USP

- Coleção Lamego. Código 082. (1776-1771). Copiador da correspondência, datada de São Paulo de Assunção de Luanda, de DFISC, governador e capitão general de Angola, com Francisco Xavier de Mendonça Furtado, secretário de Marinha e Ultramar sobre questões de seu governo.

- Coleção Lamego. Código 83 (1768-1769). Correspondência, datada de São Paulo de Assunção de Luanda, de Dom Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, governador e capitão general de Angola, com Francisco Xavier de Mendonça Furtado, secretário de Marinha e Ultramar. Alguns ofícios são para outras autoridades do governo em Lisboa.

**Fontes impressas**

*Annaes do Conselho Ultramarino*. Parte não oficial. 1854-1858. Lisboa: Imprensa Oficial, 1867.

“Auto de vassalagem ao rei de Portugal de Dona Isabel, regente de Ambuíla. Banza de São Miguel. 1º de julho de 1664”. In: *Monumenta Missionária Africana. África Centro Ocidental (1656-1665)*. Coligida e anotada pelo padre Antônio Brásio, vol. XII. Academia Portuguesa de História. Lisboa: 1981, p. 484.

Cadornega, Antônio de Oliveira. *História Geral das Guerras Angolanas: 1639-1678*. Três volumes. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1972.

Carta ao Senado da Câmara de Luanda para o rei de Portugal com queixas sobre procedimentos do rei do Congo, passagem da Sé para Luanda e situação dos moradores.

Arquivo Histórico de Angola. In: *Arquivos de Angola*, volume VII nº 27 a nº 30. Luanda, 1950, p. 37-38.

Carta de 12/10/1769 de Dom Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho para o capitão mor de Benguela José Vieira d'Araújo. Transcrito na íntegra na obra de Alfredo Felner. Felner, Alfredo de Albuquerque. Angola. Apontamentos sobre a colonização dos planaltos e litoral do sul de Angola.

Carta do jesuíta Antônio do Couto para o rei de Portugal sobre a situação do reino do Congo. Arquivo Histórico de Angola. Papéis avulsos. Notação. *Arquivos de Angola*, volume VII nº 27 a nº 30. Luanda, 1950, p. 30.

Carta para José Vieira d' Araújo, capitão mor de Benguela. Escrita pelo governador de Angola Dom Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho. 28 de abril de 1770. Fonte transcrita na íntegra na obra de Felner. Felner, Alfredo de Albuquerque. Angola. Apontamentos sobre a colonização dos planaltos e litoral do sul de Angola. O mesmo documento está publicado em *Arquivos de Angola* nº 437.

Carta ao Senado da Câmara de Luanda para o rei de Portugal com queixas sobre procedimentos do rei do Congo, passagem da Sé para Luanda e situação dos moradores. Arquivo Histórico de Angola. Publicado em Arquivos de Angola volume VII nº 27 a nº 30. Luanda, 1950, p. 37-38.

Carta que Sua Excelência escreveu aos capitães mores de todos os presídios, e distritos sobre o fundamento dos sobas, quilambas e mais potentados. Luanda 3 de outubro de 1770. *Arquivos de Angola*, vol. I, nº2, dezembro de 1933.

“Catálogo dos governadores do reino de Angola. Com uma prévia notícia dos princípios de sua conquista e do que nela obraram os governadores dignos de memória”. In: *Coleção de notícias para a História das nações ultramarinas que vivem nos domínios portugueses ou lhe são vizinhas*. Tomo III. Parte II. Academia Real das Ciências de Lisboa. Lisboa: Tip. da Academia Real das Ciências de Lisboa, 1826.

Cópia de uma relação que deu João Pilarte da Silva hoje falecido ao capitão mor José Vieira que fez ao Cabo Negro por terra no ano de 1770 em competência de José dos Santos hoje capitão mor de Caconda. Documento transcrito na íntegra na obra de Alfredo Felner. Felner, Alfredo de Albuquerque. *Angola. Apontamentos sobre a*

*colonização dos planaltos e litoral do sul de Angola. Extraído de documentos históricos.* Três volumes. Lisboa: Divisão de Publicações e Biblioteca. Agência Geral das Colônias, 1940.

Corrêa, Elias Alexandre da Silva. *História de Angola.* 3 volumes. Lisboa: Clássicos da Expansão Portuguesa no Mundo. Império Africano. Série E, 1937.

Coutinho, Dom Francisco Inocêncio de Sousa. “Instruções para o governador de Benguela”. In: Maria Emília Madeira dos Santos (org). *Textos para a História da África Austral. Século XVIII.* Lisboa: Publicações Alfa, 1989.

“Diário anônimo de uma viagem às Costas d’África e às Índias Espanholas. Organizado e comentado por Gilberto Ferrez. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,* vol. 267, abril – junho de 1965.

Lima, José Joaquim Lopes de. “Ensaio sobre a estatística d’Angola e Benguela e suas dependências na costa Ocidental d’África ao sul do Equador”. In: *Ensaio sobre a estatística das possessões portuguesas na África Ocidental e Oriental na China e na Oceania. Escritos de ordem de Sua Majestade Fidelíssima Dona Maria II.* Lisboa: Imprensa Nacional, 1844

Lopes, Duarte e Pigaffeta, Felippo. *Relação do reino do Congo e das terras circunvizinhas.* Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1951.

*Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa.* Nova Série. Tomo I, parte I. Lisboa: tip. da Academia, 1854.

“Memórias do reino de Angola”. In: Maria Emília Madeira dos Santos (org). *Textos para a História da África Austral. Século XVIII.* Lisboa: Publicações Alfa, 1989.

Montecúccolo, João Antônio Cavazzi de. *Descrição histórica dos três reinos do Congo, Matamba e Angola.* Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1965.

Regna Congo et Angola. Janssonius, ca.1650 42x50cm, edição antiga a cores. (van der Krogt I, 8755:1)

Santarém, Visconde de. *Demonstração dos direitos que tem a Coroa de Portugal sobre os territórios situados na costa ocidental d'África entre o 5º grau e 12 minutos e o 8º grau de latitude meridional, e por conseguinte aos territórios de Molembo, Cabinda e Ambriz*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1855.

Santos, Maria Emília Madeira dos (org). *Textos para a História da África Austral. Século XVIII*. Lisboa: Publicações Alfa, 1989.

Santos, Maria Emília Madeira dos. “Em busca dos sítios do poder na África Central Ocidental: Homens e caminhos, exércitos e estradas (1483-1915)”. In: *Angola on move*. Berlin, 2003.

Soriano, Simão José da Luz. “Memória sobre os sertões, e a costa ao sul de Benguela, na província de Angola, escrita sobre documentos oficiais, que existem na Secretaria d'Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar”. *Annaes Marítimos e Coloniais*. Quarta Série. Parte Oficial. Lisboa: Imprensa Nacional, 1844.

Torres, J. C. Feo e. *Memórias contendo a biografia do vice-almirante Luiz da Mota Feo e Torres. A História dos governadores de Angola desde 1575 até 1825 e a descrição geográfica e política dos reinos de Angola e Benguela*. Paris: Fantin Livreiro, 1825.

### **Obras de referência**

Bluteau, Raphael. *Vocabulário português e latino, áulico, anatômico, arquitetônico...* Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1728.

*Catálogo da Exposição: A Evolução das Fronteiras de Angola*. Luanda: Arquivo Histórico Nacional / Ministério da Cultura, 1997.

Monteiro, Jozé Maria de Souza. *Dicionário geográfico das províncias e possessões portuguesas no ultramar em que se descrevem as ilhas e pontos continentais que*

*atualmente possui a Coroa portuguesa, e se dão muitas outras notícias dos habitantes, sua História, costume, religião e comércio.* Lisboa: Typ. Lisbonense, 1850.

Parreira, Adriano. *Dicionário Glossográfico e Toponímico da documentação sobre Angola. Séculos XV – XVIII.* Lisboa: Editorial Stampa, 1990.

Ribeiro, João Pedro. *Índice cronológico remissivo da legislação portuguesa posterior a publicação do Código Filipino.* Lisboa, 1805.

Sérgio, Antônio. ET al. *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira.* Lisboa / Rio de Janeiro: Ed. Enciclopédia, s/d.

Viterbo, Joaquim de Santa Rosa de. *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram.* Lisboa: A. J. Fernandes, 1865.

#### **Livros, capítulos de livros, artigos e teses**

Alencastro, Luiz Felipe. *O trato dos viventes. Formação do Brasil no Atlântico Sul.* SP: Cia das Letras, 2000.

Barreto, Luís Felipe. *Os descobrimentos e a ordem do saber. Uma análise sócio cultural.* Lisboa: Ed. Gradiva, 1989.

Birmingham, David. *Alianças e conflitos. Os primórdios da ocupação estrangeira em Angola. 1483-1790.* Luanda: Arquivo Histórico de Angola / Ministério da Cultura, 2004.

Boxer, Charles Ralph. *Salvador Correia de Sá e a luta pelo Brasil e Angola. 1602-1686.* SP: Cia Ed; Nacional / USP, 1973.

Canclini, Nestor Garcia. *Culturas Híbridas.* São Paulo: EdUSP. 1998.

Candido, Mariana Pinho. *Enslaving Frontiers: slavery, trade and identity in Benguela. 1780-1850*. Tese de doutorado em História. Toronto: York University, 2006.

Candido, Mariana Pinho. *Fronteras de esclavización. Esclavitud, comercio e identidad en Benguela, 1780-1850*. Cidade do México: El Colegio de México, 2011.

Carvalho, Flávia M<sup>a</sup> de. *Violência e corpo escravos: impasses nas experiências coloniais ilustradas – Rio de Janeiro e Angola na segunda metade do século XVIII*. Dissertação de mestrado em História. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2002.

Coelho, Virgílio. “*Em busca de Kábàsà!...*” *Estudos e reflexões sobre o “Reino” do Ndòngò. Contribuições para a história da Angola*. Série História de Angola, n. 5. Banco de Poupança e Crédito. s.l.: s.d.

Couto, Carlos. *Os capitães mores de Angola no século XVIII. Subsídios para o estudo de sua atuação*. Luanda: Instituto de Investigação Científica de Angola, 1972.

Cunha, Mafalda Soares da. “*Governo e governantes do Império português Atlântico (século XVII)*.” In: Bicalho, Maria Fernanda e Ferlini, Vera Lúcia Amaral (orgs). *Modos de governar. Ideias e práticas políticas no Império Português. Séculos XVI a XIX*. SP: Alameda Casa Editorial, 2005.

Curto, Diogo Ramada. *Cultura imperial e Projetos coloniais (séculos XV a XVIII)*. Campinas: Ed. Unicamp, 2009.

Dias, Gastão de Sousa. “*Dom Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho: administração pombalina em Angola. Lisboa*”. In: *Cadernos Coloniais*. Editorial Cosmos, nº27, 1936, p. 3-64.

Dias, Gastão de Sousa. “*O Governo de Sousa Coutinho em Angola*”. *Stvdia / Centro de Estudos Históricos Ultramarinos*, nº6, Julho, 1960.

Dias, J. Silva. “*Cultura e Obstáculo Epistemológico do Renascimento ao Iluminismo em Portugal*”. In: *A abertura do mundo. Estudo da História dos Descobrimentos europeus*. Lisboa, 2000.

Delgado, Ralph. *História de Angola. Terceiro Período. 1648-1836*. Luanda: Banco de Angola, 1971.

Domingues, Ângela. “Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império português em finais dos setecentos”. In: *História, Ciências, Manguinhos*. vol. 08, 2001.

Falcon, Francisco José Calazans. *A Época Pombalina*. São Paulo: Ed. Ática, 1982.

Falcon, Francisco José Calazans. “As práticas do Reformismo Ilustrado Pombalino no campo jurídico” *Revista Biblos*. nº 8. Lisboa, 1996.

Falcon, Francisco José Calazans. *Iluminismo*. São Paulo: Ed. Ática, 2004.

Felner, Alfredo de Albuquerque. *Angola. Apontamentos sobre a colonização dos planaltos e litoral do sul de Angola. Extraído de documentos históricos*. Três volumes. Lisboa: Divisão de Publicações e Biblioteca. Agência Geral das Colônias, 1940.

Ferreira, Roquinaldo Amaral. Transforming atlantic slaving trade, warfare and territorial control in Angola, 1650 – 1800. Tese de Doutorado em História. Los Angeles: University of California- Los Angeles, 2003.

Figueiredo, Luciano Raposo de Almeida e Oswaldo Munteal Filho. “Prefácio”. In: *A Revolução na América*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1993.

Florentino, Manolo. *Em costas negras. Uma História do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1993.

Florentino, Manolo e Fragoso, João Luís. *O arcaísmo como projeto – mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Ed. Sette Letras, 1998.

Fragoso, João Luis Ribeiro. *Homens de grossa aventura. Acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro. 1790-1830*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

Glasgow, Roy. *Nzinga*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1982.

Gonçalves, Antônio Custódio. *A História revisitada do Kongo e Angola*. Lisboa: Editorial Stampa, 2005.

Gouvêa, Maria de Fátima. “Poder político e administração na formação do complexo Atlântico Português (1645-1808)”. In: João Fragoso, Maria de Fátima Gouveia e Maria Fernanda Bicalho (orgs). *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

Heintze, Beatrix. *Angola nos séculos XVI e XVII. Estudos sobre fontes, métodos e história*. Luanda: Ed. Kilombelombe, 2007.

Hespanha, Antônio Manuel. “Governo, elites e competência social: sugestões para um entendimento renovado da História das elites”. In: Maria Fernanda Bicalho e, Vera Lúcia Amaral Ferlini (orgs). *Modos de governar. Ideias e práticas políticas no Império Português. Séculos XVI a XIX*. São Paulo: Alameda, 2005.

Hespanha, Antônio Manuel. “Carne de uma só carne: para a compreensão dos fundamentos histórico-antropológicos da família na época moderna”. *Análise Social*. Lisboa, nº 123-124, vol. XXVIII, 1993: pp. 951-973.

Heywood, Linda M e John K. Thornton. *Central Africans, Atlantic Creoles, and the foundations of the Americas. 1585-1660*. Cambridge University Press, 2007.

Hilton, Anne. “The jaga reconsidered”. *The Journal of African History*. Cambridge, vol. 22, 1981, nº 2.

Lovejoy, Paul E. *A escravidão em África: uma história de suas transformações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

Mauss, Marcel. *Ensaio sobre a dádiva*. RJ: Edições 70, 2011.

Mauss, Marcel. *Ensaio de sociologia*. SP: Ed. Perspectiva, 1999.

Miller, Joseph. *Poder político e parentesco. Os antigos Estados mbundu em Angola*. Luanda: Arquivo Histórico Nacional/Ministério da Cultura, s/d.

Miller, Joseph. “Thanatopsis”. In: *Cahier d'études africaines*. Vol. 18, nº 69-70, 1978, pp. 229-231.

Monteiro, Nuno Gonçalo. “Governadores e capitães-mores do Império Atlântico português no século XVIII.” In: Maria Fernanda Bicalho e, Vera Lúcia Amaral Ferlini

(orgs). *Modos de governar. Ideias e práticas políticas no Império Português. Séculos XVI a XIX*. São Paulo: Alameda, 2005.

Novais, Fernando Antônio. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1987.

Oliveira, Ingrid Silva de. “As ‘histórias’ de Angola e seus autores nos séculos XVII e XVIII: um estudo de caso dos militares Antonio Cadornega e Elias Alexandre Correa”. *Anais do XV Encontro Regional de História da ANPUH-RIO*, 2012.

Pantoja, Selma. *Nzinga Mbandi: mulher, guerra e escravidão*. Brasília: Thesaurus, 2000.

Santos, Catarina Madeira. Um governo polido em Angola. Tese de doutorado em História. Lisboa/Paris: Universidade Nova de Lisboa/École des Hautes Études en Sciences Sociales. 2005.

Santos, Maria Emília Madeira. “Em busca dos Sítios do Poder na África Centro Ocidental. Homens e Caminhos, Exércitos e Estradas (1483-1915)”. *International symposium Angola on the move: transport routes communications, and history*. Berlim, 2003.

Silva, Alberto da Costa e. *Da manilha ao libambo. A África e a escravidão de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira / Fundação Biblioteca Nacional, 2002.

Slenes, Robert W. *Malungo N’Goma vem! África encoberta e descoberta no Brasil*. Luanda: Ministério da Cultura, 1995.

Soares, Mariza Carvalho. *Naus do Purgatório a caminho das minas*. Texto inédito, 2001.

Sousa, Ana Madalena Rosa Barros Trigo de. Dom Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho em Angola: reinterpretação de um governo. 1764-1772. Dissertação de Mestrado em História. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1996.

Souza. Marina de Mello e. *Reis negros no Brasil escravista*. Belo Horizonte: EdUFMG, 2002.

Thornton, John K. *A África e os africanos na formação do mundo atlântico. 1400-1800*. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

Thornton, John. “A resurrection for the jaga”. *Cahier d’études africaines*. Vol. 18, nº 69-70, 1978, pp. 223-227.

Thornton, John. *The Kingdom of Kongo: civil war and transition (1641-1718)*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1983.

Vansina, Jan. “A África Equatorial e Angola”. In: *História Geral da África*. São Paulo: Ática, 1981.

Vansina, Jan. *La tradicion oral*. Ed. Labor, s/d.

Vansina, Jan. *Paths in the Rainforests. Toward a History of Political Tradition in Equatorial Africa*. Madison: Wisconsin, 1990.

Zeron, Carlos Alberto. *Pumbeiros e tangomaos, intermediários do tráfico de escravos na África – século XVI*. São Paulo: Centro Virtual de Estudos Históricos/USP, s/d.

**Lista dos autos de vassalagem analisados na tese**

1) Auto de vassalagem ao rei de Portugal de D. Isabel, regente de Ambuíla. Banza de São Miguel. 1 de julho de 1664. Documento original do AHU – Angola caixa 8, transcrito em Antônio Brásio. *Monumenta Missionária Africana. África Ocidental (1656-1665)*. vol. XII. Lisboa: Academia Portuguesa da História. 1981. p. 484.

2) Ato de obediência, sujeição e vassalagem que ao muito alo e poderoso rei fidelíssimo dom José o I, nosso senhor, e seus reais sucessores faz nas mãos do ilustríssimo e excelentíssimo senhor dom Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, governador e capitão general destes reinos e suas conquistas, o potentado Holo Marimba Goge, por seus embaixadores dom Thomás Planga-a-Temo, Holo-Ria-Quibalacace e Quienda. In: *Annaes do Conselho Ultramarino. Parte não oficial. Série I*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1858.

3) Ato de sujeição, obediência e vassalagem que faz a sua Majestade Fidelíssima Dom Calluete Cambande rei Ginga de Dongo e Matamba nas mãos do Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Dom Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, governador e capitão general destes reinos e suas conquistas, pelos seus embaixadores Quimbambam quiagonga e Matumbi aquilunga. 25 de fevereiro de 1768. In: *Arquivos de Angola, série I*, vol. II, 1935.

4) Ratificação do “Ato se sujeição, obediência e vassalagem que faz a Sua Majestade Fidelíssima Dom Caluete Cambande, Rei Ginga de Dondo e Matamba nas mãos do

Illmo Exmo Senhor DFISC, governador e capitão general destes reinos e suas conquistas, pelos seus embaixadores Quimbamba quia gonga e Matumbi aquilunga. 7 de março de 1768. IEB - Códice 82 – AL – 082 – 055.

5) Ato de obediência, sujeição e vassalagem que ao muito alto e poderoso rei fidelíssimo Dom José o I, nosso senhor e seus reais sucessores faz nas mãos do Ilustríssimo senhor Dom Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, governador e capitão general destes reinos e suas conquistas, o potentado Holo Marimba Goge por seus embaixadores Dom Thomás Planga a Themo, Hojo Rja Quibalacace e Quienda. 8 de julho de 1765. In: *Annaes do Conselho Ultramarino*. Parte não oficial, série I. Lisboa: Imprensa Nacional, dez, 1858.

6) Ato de sujeição, obediência e vassalagem que faz a sua majestade fidelíssima Dom Callute Cambande rei Ginga de Dongo e Matamba nas mãos do Ilustríssimo e Excelentíssimo senhor Dom Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, governador e capitão general destes reinos e suas conquistas pelos seus embaixadores Quimbamba quiagonga e Matumbi aquilunga. 25 de fevereiro de 1768. In: Ralph Delgado. *História de Angola. Terceiro período, 1648-1836*. Luanda: Banco de Angola, 1978.

7) Ato de obediência e vassalagem que ao muito alto, poderoso e fidelíssimo rei de Portugal, e dos Algarves, Dom José I Nosso Senhor, jura, e promete Dom Garcia do Espírito Santo, duque de Quina, por mão de seu embaixador Dom Antônio Gaxi; nas do Ilustríssimo e Excelentíssimo Dom Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, governador e capitão general deste reino de Angola e suas conquistas, debaixo das cláusulas e condições que se seguem. 1769. In: Ralph Delgado. *História de Angola. Terceiro período, 1648-1836*. Luanda: Banco de Angola, 1978.

8) Ato de obediência, e vassalagem que promete D. Manoel Affonso da Silva por mão dos seus embaixadores D. Francisco Cazumbu, e D. Pedro Manibundaguneda pelo Estado de Ambuella, em que foi nomeado. 24 de dezembro de 1771. *Arquivos de Angola*. vol. III, nov. de 1937, vol. 29.

9) Termo de fundamento, sujeição e vassalagem que faz o marquês do Mossulo Dom Antônio Manuel, sovas, macotas seus potentados que por impedimento deles não puderam comparecer a este ato, e que tendo sido derrotados, e vencidos pelas Armas de Sua Majestade Fidelíssima vieram entregar-se e deprecar o perdão dos seus excessos perante o Ilustríssimo e Excelentíssimo senhor Manoel de Almeida e Vasconcelos, governador e capitão general destes reinos e suas conquistas que em nome de Sua Majestade lhe perdoa, e impõe as condições abaixo declaradas. Celebrado nesta cidade de São Paulo de Assunção de Luanda. 25 de abril de 1792. Documento original localizado no Arquivo Histórico Ultramarino. Cópia do documento na íntegra transcrita na obra *Demonstração dos direitos que tem a Coroa Portuguesa sobre os territórios situados na Costa Ocidental d'África entre o 5º grau e 12 minutos e 8º de latitude meridional e por conseguinte aos territórios de Molembo, Cabinda e Ambriz pelo Visconde de Santarém*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1855.

10) Avassalamento da rainha Ginga. *Annaes Marítimos e Coloniais*. Regidos sob a direção da Associação Marítima e Colonial. Sexta Série. Parte não oficial. Lisboa: Imprensa Nacional, 1846.

11) Carta que Sua Ex<sup>a</sup> escreveu aos capitães mores de todos os presídios, e distritos sobre o fundamento dos sovas, quilambas e mais potentados. s/d. *Arquivos de Angola*. vol. I, n. 2, dez de 1933.

12) Termo de fidelidade e vassalagem que jurou o Jaga Cassanje na presença do embaixador Marcos Pereira Bravo, cujo sua excelência deu ao diretor Paulo José de Loureiro para sua maior instrução quando partiu desta capital. 19 de dezembro de 1789. AHNA, códice 3259, p. 139-142. (Coleção PADAB)

